

**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais  
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia**

Tese de Doutorado

***Sindicalismo e privatização:  
o caso da Companhia Siderúrgica Nacional***



*Sérgio Eduardo Martins Pereira*  
sempereira@brfree.com.br

**Rio de Janeiro**

**2007**

PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins

**Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**

PPGSA/IFCS/UFRJ, 2007.

Tese: Doutor em Ciências (Sociologia)

1. Sociologia do Trabalho
2. Sindicalismo
3. Privatização
4. Volta Redonda
5. Teses

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS

II. Título

## **Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Ramalho

Banca examinadora:

Prof. \_\_\_\_\_  
José Ricardo Ramalho (orientador) - UFRJ  
Dr. Universidade de São Paulo - USP

Prof<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_  
Regina Lúcia de Moraes Morel - UFRJ  
Dr. Universidade de São Paulo - USP

Prof. \_\_\_\_\_  
Marco Aurélio Santana - UFRJ  
Dr. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. \_\_\_\_\_  
Iram Jácome Rodrigues - USP  
Dr. Universidade de São Paulo - USP

Prof. \_\_\_\_\_  
José Sergio Leite Lopes - UFRJ  
Dr. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

*Para Cristiane,  
com amor e contemplação.*

## **Agradecimentos**

Este trabalho é resultado do profissionalismo, do incentivo, da amizade, do carinho e da torcida daqueles que compartilharam com seu autor o desenvolvimento dessa pesquisa. Devo-lhes reconhecimento e gratidão.

Aos meus pais, por suportarem mais essa etapa. Apoiadores e orgulhosos, foram o estímulo essencial que sempre se fez presente nos percalços e nos frutos dessa carreira.

À avó Palmyra e à tia Lucia (*in memorian*), com quem eu também esperava dividir esse momento, por todo o carinho dedicado a esse “filho”.

Ao Prof. José Ricardo Ramalho por todo o apoio ao longo desses anos. Seu incentivo foi o principal combustível para que eu não deixasse escapar as possibilidades abertas pela carreira. A sua orientação devo creditar os méritos deste trabalho e da trajetória de seu autor.

Aos professores Iram Jácome Rodrigues e J. Sérgio Leite Lopes por aceitarem participar da banca examinadora, bem como Marco Aurélio Santana e Regina Morel pela interlocução desde os primeiros momentos desse empreendimento acadêmico.

À historiadora Cristiane Muniz Thiago, pela companhia em diferentes momentos dessa pesquisa, pelas leituras e comentários ao longo da redação da tese e por dividir com seu autor as paixões, angústias e alegrias desse longo caminhar.

À Charlotte Yates, pela orientação acadêmica e a hospitalidade oferecida durante o estágio na McMaster University, e aos professores Wayne Lewchuk, Don Wells e Sam Vrankulj, pelos diálogos sobre os mundos do trabalho.

À colega Marlea Clarke pela generosidade para muito além de quem “já passou por isso”. Sua *not-so-little help* tornou muito mais que amena a vida em Hamilton.

Às atenciosas Delia e Sharon, do *Labour Studies Programme*, pelo auxílio na superação da burocracia *in english*.

Ao Rolf Gerstenberger, Presidente do *Local 1005 USW*, pelo prazer das conversas e por elucidar alguns dos mistérios da produção siderúrgica.

Aos professores do PPGSA, pelo estímulo à reflexão e ao debate, em especial, a Neide Esterci, Elina Pessanha, Yvonne Maggie e Luiz Antônio Machado por também contribuírem em momentos cruciais para a formação e a carreira desse jovem sociólogo.

Àqueles cuja amizade, a interlocução acadêmica e as conversas de bar, fronteiras nunca muito bem definidas, colaboraram em diferentes etapas desse longo processo: Cristiano, Carla, Izabel, José Fernando, Augusto, Filipe; os colegas de turma: Alessandra, Brígida, Fernando, Hermínia, Iara, Marco Antonio, Mariane, Robson, Rodrigo e Tadeu; e as amigas que apesar da minha ausência seguiram na torcida: Ana Paula Castro, Ana Teles, Andréa Paiva, Jane e Silvana.

Àqueles que nos auxiliam no trato das obrigações e das necessidades acadêmicas com paciência e bom humor: Claudinha e Denise, na secretaria do PPGSA, e Angela, que há muito acompanha essa trajetória com um carinho para muito além da relação profissional.

Àqueles cuja colaboração foi imprescindível para a realização do trabalho de campo. Luiz de Oliveira Rodrigues, pelas conversas e por ter aberto sua vida à imaginação sociológica desse pesquisador. Marlene Fernandes, pela interlocução fundamental na fase inicial do trabalho. Luiz Lopes Neto, por ceder seu tempo, suas “memórias” e seus arquivos a esta pesquisa. Aurélio Paiva e Guilherme, pelo acesso ao arquivo do Diário do Vale. Os colegas e coordenadores do curso de direito da FERP Themis e Aderlan Crespo, pelo incentivo durante a temporada em Volta Redonda.

À CAPES pela concessão de bolsa de doutorado no Brasil e para o estágio no exterior (PDEE). À FAPERJ e ao CNPq que financiaram o projeto do qual essa pesquisa fez parte, tornando possível viagens e estadias para o trabalho de campo.

A todos aqueles que gentilmente cederam seu tempo e as histórias que certamente enriqueceram o resultado final desta tese.

Finalmente, aos trabalhadores, sindicalistas e moradores de Volta Redonda cuja trajetória vem inspirando há décadas pesquisas e lutas sociais pelo país.

## **Resumo**

A tese analisa um tipo de sindicalismo ligado a uma grande empresa e baseado em sua cidade-operária. Mais especificamente, este estudo enfoca um momento particular da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), a transição entre os anos 1980 e 1990, quando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi alvo de um considerável processo de redução de pessoal cujo horizonte final seria a venda da empresa estatal ao capital privado. Processos de *downsizing* e reestruturação produtiva foram observados no mesmo período em grande parte da indústria nacional e internacional. Tais práticas tiveram fortes impactos na organização dos trabalhadores e nos *destinos* do sindicalismo. No caso da relação entre a CSN e o SMVR, para além dessa dinâmica mais geral, um fenômeno particular assumiu um importante papel na transformação da organização sindical: a privatização. A partir da reconstrução da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos e das bases sociais que constituíram o movimento operário em Volta Redonda, o trabalho traça um quadro das relações entre a conjuntura política e econômica e os caminhos trilhados pelo sindicalismo brasileiro nas últimas décadas, sem perder de vista os desdobramentos assumidos por esse processo geral ao interagir com uma experiência singular de cidade-operária. As trajetórias pessoal e política de militantes do SMVR também serão neste trabalho uma espécie de fio condutor para o estudo do movimento sindical de Volta Redonda, sua história e seus percalços.

### Abstract

*The aim of this thesis is to analyze a type of large company unionism based in its company-town. The study will focus on a particular moment of the trajectory of the Metalworkers Union of Volta Redonda (SMVR), the transition between the decades 1980 and 1990, when the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) major union threshold suffered a considerable process of staff reduction whose final step would be the transfer of company ownership from the state to the private sector. Downsizing and restructuring processes had been observed at the same period in a large extent of the national and international industry, as well as its consequences to workers and unions. In the case of the relationship between CSN and SMVR, beyond this general dynamics, a particular phenomenon assumed an important role in the transformation of the workers' organization: the privatization. Taking into account the trajectory of the SMVR and the social bases of the labor movement in Volta Redonda, we intend to draw a picture of the relations between the economic and political transformations and the changes in the Brazilian unionism in the last few decades, without losing the characteristics assumed for this general process when in contact with a singular experience of company-town. The personal and political trajectories of union militants also will be taken in this work as a kind of guideline for the analysis of the Volta Redonda's labor movement, its history and its adversities.*



## Lista de ilustrações

### Tabelas

Tabela 1 Companhia Siderúrgica – Nacional Planos de Expansão da Usina .....	52
Tabela 2 Evolução das favelas e da população – 1965-1985 .....	62
Tabela 3 Estudo comparativo da mortalidade infantil – 1957 e 1958 .....	68
Tabela 4 Companhia Siderúrgica – Diretoria 1964 .....	81
Tabela 5 Greves entre setembro e novembro de 1988.....	93
Tabela 6 Privatizações por mandato presidencial – 1981-1994 .....	164
Tabela 7 Privatização da Siderurgia Brasileira – 1991-1993 .....	165
Tabela 8 Eleições Sindicais 1992 – Pesquisa Assert (situação A) .....	197
Tabela 9 Eleições Sindicais 1992 – Resultado Final (situação B).....	197
Tabela 10 Eleições Municipais 1992 – Votação para Prefeito – Volta Redonda .....	200
Tabela 11 Diário do Vale – Matérias Publicadas (outubro de 1992 a abril de 1993).....	203
Tabela 12 Novos controladores da CSN.....	215

### Figuras

Figura 1 Bairro Conforto e sua periferia .....	57
Figura 2 Noticiário sobre as greves no governo Sarney .....	94
Figura 3 Boletim distribuído pela Chapa 4 após o primeiro pleito – 1983.....	117
Figura 4 Boletins da Chapa 2 – 1986 .....	125
Figura 5 Material de campanha e divulgação parlamentar – Juarez Antunes 1986-1988 .....	127
Figura 6 “Campanha do Elefante” – 1991-1992 “ANOS 50” .....	157
Figura 7 “Campanha do Elefante” – 1991-1992 “ANOS 90” .....	158
Figura 8 “Campanha do Elefante” – 1991-1992 “QUE BICHO É ESSE?” .....	159
Figuras 9 e 10 Lima Netto e o leilão no Diário do Vale.....	215
Figuras 11 e 12 O leilão da CSN no Diário do Vale .....	275
Figura 13 Reunião do Formigueiro – 1992 .....	276
Figura 14 Homenagem a Juarez Antunes .....	277
Figura 15 Luizinho à frente do Sindicato e no Diário do Vale.....	278
Figuras 16 e 17 Luiz Albano – Greve de 1988 e Leilão da CSN (1993).....	279
Figuras 18 e 19 Campanha Salarial e Eleições Sindicais – 1995 .....	280

### Documentos

Documento 1 Boletim da Chapa 1 – 1986.....	126
Documento 2 Companhia Siderúrgica – processo contra dirigentes sindicais – 1987 .....	128
Documento 3 Canção Viva o Arigó .....	267
Documento 4 Relatório do Serviço Regional de Investigações Especiais (SRIE) .....	268
Documento 5 Carta do grupo dissidente no 1º. Congresso Nacional da CUT – 1984 .....	269
Documento 6 Carta-resposta de Juarez Antunes às críticas da dissidência – 1984 .....	271
Documento 7 Pedido de prestação a Juarez Antunes – 1987 .....	272
Documento 8 Carta distribuída durante a “greve dos peões” – 1979 .....	273
Documento 9 Convenção de 1989 – a CUT dividida .....	274

### Quadros

Quadro 1 Habitações construídas pela CSN, empregados e população .....	54
Quadro 2 Participação dos trabalhadores no capital da CSN .....	220
Quadro 3 Entrevistas realizadas e perfil dos entrevistados .....	263
Quadro 4 Processo produtivo do aço.....	266

### Gráficos

Gráficos 1 e 2 Diário do Vale – Matérias Publicadas (outubro de 1992 a abril de 1993) .....	203
Gráficos 3 e 4 Redução de Efetivo na CSN – 1989-1997 .....	218
Gráficos 5 e 6 Eleições 1994 – Deputado Federal.....	219
Gráfico 7 Participação dos trabalhadores no capital da CSN .....	220

### **Abreviaturas e siglas**

ACO – Ação Católica Operária  
AEL - Arquivo Edgard Leuenroth  
AI – Ato Institucional  
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras  
AMORJ – Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BD – Boletim Diocesano  
BIB – Batalhão de Infantaria Blindada  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBS – Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional  
CCE – Comissão de Controle das Empresas Estatais  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CECISA – Imobiliária Santa Cecília  
CELAM – Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano  
CEP – Centro Estadual de Professores  
CGT – Central Geral dos Trabalhadores  
CGT – Confederação Geral do Trabalho  
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CNA – Companhia Nacional de Álcalis  
CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos  
CO – Causa Operária  
CODI – Centro de Operações para a Defesa Interna  
COHAB-VR – Companhia Habitacional de Volta Redonda  
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora  
CONCLAT – Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora  
COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista  
CS – Convergência Socialista  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
DHBB – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos  
DOI – Departamento de Operações Internas  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
DSI – Divisão de Segurança e Informações

ETPC – Escola Técnica Pandiá Calógeras  
EUA – Estados Unidos da América  
EXIMBANK – Export Import Bank  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FEM – Fábrica de Estruturas Metálicas  
FERP – Fundação Educacional Rosemar Pimentel  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro  
FNM – Fábrica Nacional de Motores  
FS – Força Sindical  
FUNGEMSS – Fundação General Edmundo Macedo Soares  
HSN – Hospital da Companhia Siderúrgica Nacional  
IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia  
IPC – Índice de Preços ao Consumidor  
IPPU-VR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda  
ISER – Instituto de Estudos da Religião  
JK – Juscelino Kubitschek  
JOC – Juventude Operária Católica  
JUDICA – Juventude Diocesana Católica  
LM – Luta Metalúrgica  
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MG – Minas Gerais  
MOMSP – Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
MT – Ministério do Trabalho  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OQI – Organização Quarta Internacional  
PC – Partido Comunista  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDEE – Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PES – Partido Ecológico Social  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PGEE – Programa de Gestão das Empresas Estatais

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMVR – Prefeitura Municipal de Volta Redonda  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PND – Programa Nacional de Desestatização  
PO – Pastoral Operária  
PPGSA – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia  
PPS – Partido Popular Socialista  
PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSP – Partido Social Progressista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
RJ – Rio de Janeiro  
SC – Santa Catarina  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SENGE-VR – Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda  
SFH – Sistema Financeiro de Habitação  
SMSP – Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo  
SMVR – Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda  
SNH – Sistema Nacional de Habitação  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
SOM – Superintendência de Oficinas Mecânicas  
SP – São Paulo  
SRIE – Serviço Regional de Investigações Especiais  
TQC – Total Quality Control  
TST – Tribunal Superior do Trabalho  
UDN – União Democrática Nacional  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNDINE – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
URP – Unidade de Referência de Preços  
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas Minas Gerais  
VR – Volta Redonda  
VW – Volkswagen

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	12
Mundo do trabalho e sindicalismo .....	15
Classe e cidade operária .....	19
A pesquisa .....	23
<b><i>Companhia Siderúrgica Nacional e Volta Redonda: das origens à periferia (anos 1940 a 1960)</i></b> ...	30
1.1. A Cidade do Aço: concepção e execução nos contextos nacional e internacional .....	31
1.2. Entre expansões e crises da Companhia: formação e crescimento da periferia urbana ....	51
1.3. Família Oliveira Rodrigues: ‘já morreu’ – um lugar social .....	63
1.4. Conclusão.....	73
<b><i>Militares, Sindicalismo e Movimento Social (1964-1989)</i></b> .....	76
2.1. Volta Redonda: Área de Interesse da Segurança (da economia e da política) Nacional ..	78
2.2. Redemocratização e Novo Sindicalismo: oposições, greves, PT e CUT .....	86
2.3. Dom Waldyr Calheiros e o Movimento Social .....	98
2.4. A Era Juarez: oposições sindical e partidária, greves 1984-88 e sucessão .....	111
2.5. Luizinho e a esquerda: entre traídos e traidores (da classe trabalhadora).....	139
2.6. Conclusão.....	146
<b><i>Todos à privatização (1989-93)</i></b> .....	151
3.1. Governos Collor e Itamar: ‘Novos’ Liberais, privatização e setor siderúrgico .....	153
3.2. Sindicalismo e os anos 1990: Força Sindical e CUT .....	166
3.3. A CUT sob mira: Volta Redonda, Vagner e Lima Netto.....	172
3.4. A cidade e a campanha ‘privatista’ .....	194
3.5. Do Formigueiro à privatização: Albano e Luizinho .....	221
3.6. Conclusão.....	236
<b>Considerações Finais</b> .....	242
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	248
<b>ANEXO I</b> .....	263
<b>ANEXO II</b> .....	268
<b>ANEXO III</b> .....	274

## Apresentação

*Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que eles mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado*

**Clifford Geertz**

*...acredito que entre o “falso” e o “verdadeiro”, entre aquilo que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa.*

**Michael Pollak**

Essa tese tem como objeto um tipo de sindicalismo ligado a uma grande empresa e baseado em sua cidade-operária. Mais especificamente, este estudo irá focar um momento particular da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR)<sup>1</sup>, a transição entre os anos 1980 e 1990, quando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)<sup>2</sup> foi alvo de um considerável processo de redução de pessoal cujo horizonte final seria a venda da empresa estatal ao capital privado.

Processos de *downsizing* e reestruturação produtiva foram observados no mesmo período em grande parte da indústria nacional e internacional, bem como seus impactos na organização dos trabalhadores e nos *destinos* do sindicalismo (RODRIGUES, 1999). No caso da relação entre a CSN e o SMVR, para além dessa dinâmica mais geral, um fenômeno particular assumiu um importante papel na transformação da organização sindical: a privatização.

A partir da reconstrução da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos e das bases sociais que constituíram o movimento sindical em Volta Redonda, o trabalho pretende traçar um quadro das relações entre a conjuntura política e econômica e os caminhos trilhados pelo sindicalismo brasileiro nas últimas décadas, sem perder de vista os desdobramentos assumidos por esse processo geral ao interagir com uma experiência singular de cidade-operária.

---

<sup>1</sup> Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas de Material Elétrico, de Material Eletrônico e de Informática de barra Mansa, Volta redonda, Resende, Itatiaia e Quatis, doravante tratado por Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, SMVR ou simplesmente Sindicato dos Metalúrgicos.

<sup>2</sup> A Companhia Siderúrgica Nacional, por sua vez, também será tratada por CSN ou Companhia.

Desejamos por em destaque as diferentes combinações e transformações que fenômenos mais abrangentes (industrialização, reestruturação produtiva, globalização, privatizações, mudanças políticas etc.) assumiram ao serem “filtrados”<sup>3</sup> por uma história local e pelos conflitos específicos que se estabeleceram em Volta Redonda. Desde a formação da cidade nos anos 1940, trabalhadores, sindicatos, moradores, Igreja Católica, partidos políticos foram alguns dos atores coletivos que se organizaram em oposição ao controle da Companhia, e por extensão ao poder do Estado.

Tomaremos também como uma espécie de ilustração do estudo do movimento sindical de Volta Redonda, sua história e seus percalços a história pessoal e política de alguns de seus militantes, com destaque para o ex-presidente do SMVR Luiz de Oliveira Rodrigues. O estabelecimento desse contraponto entre a ação sindical dos anos 1980 e 1990 e uma trajetória pessoal visa colocar em destaque: 1) a disputa interna pelo poder estabelecida entre as lideranças do SMVR; 2) as bases sociais que constituíram o sindicato e alimentaram a dinâmica de tal disputa e; 3) o lugar ocupado pelas trajetórias e projetos pessoais nessa mesma dinâmica. Num plano mais analítico, ao considerar as trajetórias individuais, este estudo também visa problematizar a relação entre *oportunidades* e *escolhas* com as quais os sindicalistas se depararam ao longo do período analisado. Em ambos os casos, ações ou campo de possibilidades foram não só *abertos* ou *limitados* pelos diferentes contextos, mas também por projetos individuais e coletivos.

No campo teórico dos Estudos do Trabalho, a CSN e sua cidade operária apresentam-se como um parâmetro para a problematização e análise de outros estudos: um “caso-limite”, nos termos apontados por LEITE LOPES (1988). Como objeto de estudo, não se trata pois de uma realidade “original”, de uma natureza intocada, mas de algo que, sobretudo nos anos 1980 e 1990, já atraía o olhar crítico de pesquisadores das mais variadas orientações teóricas e diferentes campos do saber<sup>4</sup>. Da mesma forma, a trajetória do SMVR pode ser vinculada a um modelo de sindicalismo relacionado às experiências de cidades-empresa<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> No sentido dado por DOMBOIS e PRIES (1998) que abordarei mais adiante.

<sup>4</sup> Destacamos, entre outros estudos, MOREL (1989), PIMENTA (1989), LASK (1991) e BEDÊ (2004) sobre a implantação da CSN, a formação de sua cidade operária e da “família siderúrgica”; SOUSA (1992 e 2002), SOARES (2001) e COSTA, PANDOLFI e SERBIN (2001) acerca das relações entre movimento social e Igreja Católica; SOUZA (1992) e LOPES (2003) sobre a emergência e a face local das questões urbanas; FERNANDES (2001) e LANNES (2001 e 2002) sobre a relação entre política, imaginário local e os meios de comunicação; e, por fim, MANGABEIRA (1992), GRACIOLLI (1997 e 1999), PEREIRA (2003 e 2006), FRANCISCO (2005) e SANTANA (2006) sobre o sindicalismo de Volta Redonda e do Sul Fluminense.

<sup>5</sup> Apesar de tomar o termo utilizado por PIQUET (1998), gostaríamos também de associar a esse conceito as características das relações laborais e sociais envolvidas nos conceitos de *paternalismo industrial* (PERROT, 2001) e de *sistema de fábrica com vila operária* (LEITE LOPES, op. cit.; RAMALHO, 1989), como discutiremos mais detidamente no capítulo 1.

Contudo, tratar analiticamente a trajetória desse movimento sindical como representativa de um tipo ideal, não significa afirmar que os metalúrgicos de Volta Redonda, ou a trajetória de seus líderes, serão vistos aqui como grupo ou fenômeno social suficientemente isolado ao ponto de sua política interna não ser permeada por outras instituições e dimensões da vida social. Aliás, é nesta interação com o meio “externo” ao sindicalismo que iremos buscar muitos dos elementos para a análise da dinâmica de alianças e disputas que se estabeleceu ao longo da trajetória do SMVR e em diferentes contextos políticos e econômicos.

Da mesma forma, Luiz de Oliveira Rodrigues será um personagem que se destaca no período histórico escolhido ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, desaparece como indivíduo diante do mesmo, ou seja, na conjuntura político-econômica brasileira ou na história social da cidade de Volta Redonda. Optar por dar espaço a uma trajetória pessoal, nesse sentido, é colocar o indivíduo diante do tempo e do espaço social em que o mesmo se desenvolveu, orientando a análise biográfica pela relação com questões sociológicas mais gerais que norteiam essa tese.

As trajetórias individuais serão, em termos analíticos, apenas um meio para a apreensão das relações estabelecidas entre o processo político-econômico e os impactos desta dinâmica na ação sindical, impactos sobretudo mediados por uma história local e pelos conflitos, tensões e ambigüidades presentes nas relações entre as instituições e os atores envolvidos. De um modo mais sistemático, esta pesquisa foi orientada pelas seguintes hipóteses:

1. A trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda constitui um “tipo” específico de movimento sindical, ou seja, um sindicato vinculado a uma empresa, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cujas raízes remontam a um tipo particular de dominação, a cidade-empresa.
2. Apesar da variação em suas estratégias ao longo dos anos, na medida em que foi atingida pelos efeitos de diferentes conjunturas, a CSN vem se mantendo como pólo dominante de influência sobre a vida da cidade e a ação sindical.
3. Diferentes conjunturas políticas e econômicas deram origem a variadas relações de diálogo e conflito que se estendem do interior da usina à cidade, configurando relações de inclusão e exclusão, atração e repulsa, “amor” e “ódio” entre trabalhadores, atores sociais locais e a Companhia.
4. Quanto à conjuntura específica dos anos 1990, o advento da privatização afetou mais a organização sindical do que as transformações relativas à organização da produção, deixando outras mudanças observadas no período, como a redução de pessoal e a implantação da “qualidade total”, em segundo plano.



No plano das relações entre as trajetórias pessoais e a dinâmica interna de conflitos e acordos estabelecida entre as lideranças sindicais e demais atores sociais, partirmos dos seguintes supostos:

1. Militantes sindicais, em suas atividades e ações de representação, também têm de “responder” a outras instituições e esferas de pertencimento, tais como igreja, partido político, vizinhança, família etc.
2. As diferentes combinações entre tais esferas, que se estabelecem no tempo e no espaço, são produto da transformação do contexto sócio-político-econômico mais amplo (nacional, global), mas, em última análise, enfrentam também uma espécie de “filtro”, estabelecido pela história local.
3. Os ativistas imersos em uma determinada experiência estabelecem acordos e conflitos, entre si ou com demais atores, que atualizam ou mesmo transformam os efeitos das estruturas sócio-político-econômicas (sejam locais, nacionais ou globais) que atuam sobre o movimento sindical.

Nessa relação entre particular e geral, um estudo que tem como ambiente um dos mais reconhecidos exemplos de cidade-empresa em nosso país, será em grande medida também um estudo sobre a classe operária brasileira. A pretensão que se tem é de se chegar a um entendimento das questões da formação de classe e do sindicalismo *em*<sup>6</sup> Volta Redonda na medida em que também estudamos a “Cidade do Aço”, sua organização e sua história.

## **Mundo do trabalho e sindicalismo**

Antes de entrarmos na pesquisa propriamente dita, gostaríamos de fazer uma breve discussão acerca das bases teóricas que orientaram essa tese. Diferentes concepções analíticas serão aqui apresentadas não com o objetivo de esgotar os temas propostos, mas apenas como enunciados das questões que surgirão no desenvolver do texto. Ainda que os autores abordados não sejam nomeadamente retomados ao longo dos capítulos da tese, suas idéias e orientações, ao nosso ver, estiveram presentes na construção da abordagem que propomos. Reivindicamos a teoria não como um fim em si mesmo, mas como instrumento para entendermos diferentes realidades sociais, bem como para lidarmos de forma abstrata e contemplativa com as questões suscitadas pelo trabalho de pesquisa.

---

<sup>6</sup> No sentido dado por Geertz (1978).

Como um primeiro cenário geral, este trabalho tem as transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho nas últimas três ou quatro décadas. O fenômeno da globalização, ou a intensificação das mudanças que se operam no interior da estrutura capitalista têm colocado em xeque não só as antigas formas de organização da produção, mas também problematiza o papel da atividade trabalho no plano da organização das sociedades<sup>7</sup>.

A difusão mundial do modelo fordista de produção, sobretudo no período pós-1945, trouxe paralelamente uma forma de organização social, que se convencionou chamar de “sociedade do trabalho”, historicamente construída a partir de quatro pontos estruturais: a *empresa industrial capitalista*, a “fábrica”, separada da produção familiar e organizada por critérios racionais de produção; o *trabalhador* assalariado, “livre” dos laços feudais e da propriedade dos meios de produção; um *mercado de trabalho*, onde a mercadoria força de trabalho é comprada e vendida, respectivamente, por capitalistas e trabalhadores e; por fim, uma *ética do trabalho*, os valores morais que justificam as relações e as instituições dessa forma de organização social (MACHADO DA SILVA, 1998).

Nas últimas décadas, entretanto, observa-se um processo de redução do trabalho industrial e, mesmo onde este se mantém, a figura do operário clássico há muito já foi transformada (LUXTON e CORMAN, 2001). A chamada reestruturação produtiva, ou mais precisamente, os modelos de organização da produção industrial que se apresentavam como alternativas à produção em massa e ao paradigma fordista de relações de trabalho<sup>8</sup>, não apenas reduziram a mão-de-obra utilizada ou exigiram uma maior flexibilidade dos trabalhadores que permanecem em empresas de um pequeno núcleo central, mas principalmente vêm lançando outros tantos homens e mulheres em empresas periféricas e em formas precarizadas de trabalho (subcontratação, terceirização, trabalho parcial, informalidade etc.). Em resumo, isto pode ser traduzido em maiores responsabilidades e insegurança para o trabalhador, na medida em que este é exposto não só a novas formas da atividade trabalho, mas também a relações sociais e de poder, que se organizam também em escala global. Para além das fábricas, das cidades e regiões industriais ou mesmo das fronteiras entre as nações, a organização da produção integra as mais distantes ou diferentes regiões, constituindo um *sistema de*

---

<sup>7</sup> Sobre a discussão do futuro do trabalho nas sociedades capitalistas, ver GORZ (1987), RIFKIN (1995), ANTUNES (1995) e CASTEL (1997). Para uma discussão sobre o impacto da transformação do mundo do trabalho na análise sociológica, ver entre outros OFFE (1995) e SORJ (2000).

<sup>8</sup> Essa transição ou ruptura encontra-se caracterizada nos conceitos de *especialização flexível* (PIORE e SABEL, 1984), *lean production* (WOMACK, JONES e ROOS, 1992), *acumulação flexível*, (HARVEY, 1989) ou *Sistema Toyota de Produção* (CORIAT, 1994). Para uma discussão sobre a aplicabilidade desses modelos produtivos em diferentes contextos, ver ZILBOVICIUS (1997).

*geometria variável* formado por redes interligadas se que expandem sobre grande parte do globo (CASTELLS, 1999).

No período fordista, o assalariamento conferia aos indivíduos integração e proteção social, bem como a base para a construção de identidade e *status*. Em outras palavras, a inserção dos indivíduos na sociedade estava relacionada com a posição conferida a cada sujeito com base em sua atividade de trabalho. Já no segundo cenário, onde trabalhadores, antes estáveis, são lançados na precariedade ou no desemprego, a reconfiguração por que passa o mundo do trabalho priva-os da estrutura de rendimento, tornando-os também indivíduos “desfilados” de *status*, proteção social e identidade anteriores. No plano da organização das sociedades, tal reconfiguração cria uma série de fatores de desintegração, trazendo graves conseqüências para a coesão social (CASTEL, 1998).

Diante desse quadro de transformação econômica e social, o movimento sindical estaria experimentando um período seguramente conturbado. Dependendo da realidade nacional-institucional em que se baseia, ou mesmo das convicções políticas e ideológicas do analista, os desdobramentos da atual conjuntura para sindicalismo podem variar entre a renovação da instituição sindical e o seu provável declínio na medida em que se ampliam no mundo do trabalho as alternativas ao *fordismo* e à sociedade industrial (RODRIGUES, 1999)<sup>9</sup>.

Quanto ao caso brasileiro, pesquisadores dedicados aos estudos do trabalho já haviam apontado ao longo dos anos 1990 as características locais do movimento mais geral que se convencionou chamar de reestruturação produtiva. Em vez de uma mera especificidade da indústria e das relações de trabalho no Brasil, essas pesquisas indicavam os limites dos modelos, normativos ou analíticos, produzidos pela bibliografia internacional<sup>10</sup>. De modo semelhante, pesquisadores brasileiros e latino-americanos dedicados ao sindicalismo têm questionado a idéia de que a chamada reestruturação produtiva e principalmente a abertura econômica e as privatizações dos anos 1990 teriam como resultado um imediato e homogêneo conjunto de transformações. Trabalha-se com a hipótese de que cada país, setor produtivo ou experiência sindical distinta apresentam um tipo de *filtro* a partir do qual o sindicalismo

---

<sup>9</sup> Apesar de destinado a um balanço geral dessa discussão, podemos considerar uma maior afinidade do próprio trabalho de RODRIGUES (op. cit.) com a tese do declínio do sindicalismo em uma realidade pós-industrial. Para uma contraposição a tal perspectiva, ver HYMAN (1996) e RAMALHO e SANTANA (2004).

<sup>10</sup> As coletâneas de artigos organizadas por HIRATA (1993), MARTINS e RAMALHO (1994), CASTRO (1995), ARBIX e ZILBOVICIUS (1997), entre outros trabalhos, oferecem um amplo panorama do fenômeno da reestruturação industrial e de seus desdobramentos no Brasil, ao mesmo tempo dialogando e polemizando com os modelos de análise fundados nas experiências internacionais.

poderá desenvolver novas estratégias de ação em face dos diversos aspectos da chamada *globalização* (DOMBOIS e PRIES, 1998).

Se considerarmos os pólos de maior vigor do movimento sindical brasileiro, como o ABC paulista, por exemplo, podemos observar que apesar da fragilização imposta à organização coletiva ao longo da última década, a experiência acumulada pela ação sindical naquela região vêm mantendo um considerável poder de representação dos trabalhadores seja junto ao patronato ou na construção de novas instâncias de ação<sup>11</sup>. Contudo, não podemos ignorar a dificuldade mesmo desse segmento do sindicalismo brasileiro em lidar com novas questões e demandas que chegam a colocar em xeque o poder de ação desenvolvido nas décadas anteriores (CARDOSO, 2003).

De qualquer forma, um estudo mais aprofundado da transição entre os anos 1970 e 1990 deve considerar a influência dos diferentes contextos sobre a atuação dos sindicatos em três diferentes ordens de *circunstâncias* (RODRIGUES e CARDOSO, 1993):

1. *Economia* – se o maior nível de emprego e a escalada inflacionária dos anos 1970 e 1980 favoreciam a mobilização sindical em nome da reposição salarial, os anos 1990 apresentam-se como uma conjuntura de recessão e desemprego. Estratégias de conflito cederiam espaço para a negociação.
2. *Política* – o controle do Estado por um regime anti-democrático constituía um fator para o desdobramento das questões trabalhistas para uma luta mais ampla pela democracia. Já nos anos 1990, observamos o processo de redemocratização e as garantias asseguradas pela Constituição de 1988. Bandeiras políticas, senão conquistadas, ficariam no segundo plano em face das reivindicações prioritárias para os trabalhadores.
3. *Ideologia e sindicalismo* – por décadas, a contestação do “despotismo” nas fábricas e dos governantes legitimou as posições mais à esquerda e a identificação com o ideal de superação do capitalismo pelo socialismo. Ao final dos anos 1980, as crises do leste europeu e dos Estados do Bem-estar abriram espaço para as ideologias liberais. No meio sindical, isto teria se traduzido no avanço das propostas ligadas à economia de mercado e à democracia representativa, em oposição à democracia direta e ao sindicalismo de massas dos anos anteriores.

Em grande medida, estes foram os fatores que estiveram presentes no surgimento das principais concepções de ação político-sindical que até hoje dividem o cenário do

---

<sup>11</sup> Para uma análise da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em tempos de reestruturação e desemprego, ver JÁCOME RODRIGUES (1997b, 1999 e 2002). Já a atuação e os limites desse padrão de sindicalismo na construção de novas esferas de ação podem ser encontrados na experiência da Câmara Setorial Automotiva (CARDOSO e COMIN, 1995; ARBIX, 1996 e 1997) e da Câmara Regional do Grande ABC (LEITE, 2003; JÁCOME RODRIGUES, 2004; BRESCIANI, 2004).

sindicalismo brasileiro: a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical<sup>12</sup>. Contudo, não defendemos uma simples e reificada contraposição entre “modelos” CUT e Força Sindical, mas apenas destacamos o clima de polarização em que se deram os primeiros anos de convivência, ou concorrência, entre as duas centrais.

Cabe ponderar também que não devemos simplesmente atribuir ao contexto dos anos 1990 toda a causa do declínio do sindicalismo, ou mesmo da transição entre as estratégias de ação de orientação coletivista para as mais individualistas. HYMAN (1996) destaca o risco relacionado às visões mitificadas de um passado, de setores econômicos ou até de regiões em que o sindicalismo teria vivido sua “época dourada”, impulsionado por uma classe trabalhadora unificada.

### **Classe e cidade operária**

Para problematizar as questões colocadas por essa tese, devemos também refletir sobre a própria formação da classe trabalhadora brasileira, mas não apenas a partir da luta econômica e política ou das relações entre operários, patrões e Estado. Também levaremos em conta diversidades, tensões e ambigüidades internas que atuaram na construção de uma identidade operária. Dentro dos objetivos propostos, a inspiração será buscada na obra THOMPSON (1987). Interessa-nos particularmente a forma como o autor se posiciona em relação às diferentes esferas da vida dos trabalhadores, incluindo em sua análise sobre a classe operária, não apenas a dinâmica da história econômica (transformação tecnológica, etc.), mas também aspectos imanentes da história política e da história cultural do período de formação da classe operária inglesa.

A partir dessa perspectiva, entenderemos a formação da classe trabalhadora de Volta Redonda como um fenômeno social que comporta em seu interior uma gama de acontecimentos e outros fenômenos, aparentemente desconectados ou até mesmo conflitantes, mas que, reunidos ao passo do tempo, constituem as experiências e as consciências dos trabalhadores e moradores da Cidade do Aço.

Guardadas as proporções e diferenças entre as cidades inglesas do século XIX e o Brasil no contexto de fundação da CSN, as idéias do autor apresentam um bom referencial para se pensar esses “outros meios”, bem como os elementos culturais (anteriores e de origens diversas) que estiveram presentes e influenciaram na constituição de uma cultura operária

---

<sup>12</sup> Retomaremos a análise dos contextos de surgimento de CUT e Força Sindical, bem como a discussão da polarização entre suas concepções de sindicalismo no capítulo 3.

entre os trabalhadores e moradores de Volta Redonda. Ainda que sob a vigilância de um mesmo conjunto de agentes disciplinares formais, seja na fábrica ou na cidade, uma variedade de “subculturas” ou subgrupos, e não apenas *uma única comunidade “típica”* (THOMPSON *ibid.* p. 309) compunham a diversidade interna daquela, ao mesmo tempo, classe, sociedade, cidade ou até Estado em formação.

Ao considerarmos classe como experiência, como algo dinâmico e complexo, repleto de ambigüidades e tensões em seu interior, reiteramos também o quão dinâmica e de difícil apreensão (para não dizer reificação) é essa realidade. Se entendermos a classe como um fenômeno não só econômico, mas político e cultural (GOMES, 2005), cabe então pensarmos em identidades e culturas de classe, assim mesmo no plural (BATALHA, SILVA e FORTES, 2004), para dar destaque a toda diversidade, ambigüidade e tensões que operam em seu interior. Desse *amontado de fenômenos descontínuos* (SAVAGE, 2004) é que se constrói o fenômeno social da classe. Como sugere este último autor, devemos agregar a dimensão espacial à análise do fenômeno classe e, principalmente, considerar a fluidez com que sua formação é influenciada por contextos locais, nacionais e internacionais, levando em conta o papel de mediação que os indivíduos desempenham entre essas distintas dimensões.

Como disse em outro lugar, a formação de uma classe é um processo espacial, que identidades locais e identidades de classe se podem fundir e combinar.

No entanto, esse é um argumento muito difícil de se desenvolver. Pois é claro que os estudos locais são utilizados em uma alta variedade de jeitos por diversos pesquisadores, não havendo consenso sobre como fazer justiça à complexidade do contexto espacial. Alguns estudos sublinham que fatores locais – mercado de trabalho, estrutura urbana, tradições políticas específicas – engendram resultados políticos peculiares. Isso pode insinuar a irrelevância das dimensões do nacional e do internacional. [...]

Óbvio, o risco é esse tipo de linha de pesquisa acabar como a imagem espelhada da historiografia feita em nível nacional. Onde antes os estados nacionais podiam ser encarados como unidades espaciais, agora se trata das localidades. Porém, assim como os estados nacionais, cidades e vilas não são entes fechados sobre si mesmos, apartados do mundo exterior. Precisamos admitir a mobilidade e a fluidez espaciais. No lugar de inquirir quem é o mais importante, se é o local, se é o nacional, no caso de suas respectivas importâncias poderem ser pesadas e medidas, é melhor examinar não só as complexas interligações entre níveis espaciais distintos, mas também como mediadores espaciais – pessoas capazes de se moverem entre as escalas espaciais – podem vir a ter um papel-chave na geração de formas de mobilização política. Na verdade, vale notar que muitos dos grupos ocupacionais decisivos na organização do movimento operário britânico viajavam rotineiramente entre os lugares, ou intermediavam contatos entre os lugares. (SAVAGE, *op. cit.* p. 41-42)

Desta perspectiva, a criação da CSN e de sua cidade operária pode ser observada como um fenômeno local ou particular, mas que constituía parte de um projeto nacional dos anos 1940, que por sua vez se utilizou do que havia de favorável na conjuntura internacional. Além disso, a experiência de Volta Redonda, como realidade, desde sua constituição se apresentava

como um modelo exemplar e normativo para o restante do país, sobretudo no plano das relações entre capital, trabalho e Estado. A cidade operária construída sob o governo Getúlio Vargas, pelas proporções concretas e simbólicas atingidas, se tornou uma experiência quase única da qual os outros exemplos de fábricas com vila operária deveriam se aproximar, sem atingi-la<sup>13</sup>. A organização racional do espaço com base na divisão e nas hierarquias do trabalho foi um fator constitutivo da cidade<sup>14</sup>. Não obstante a expansão do município para muito além do núcleo original e a considerável diminuição da influência da CSN sobre o cotidiano da cidade, por muito tempo ainda será possível observar entre os trabalhadores de Volta Redonda toda uma complexa gama de identidades que atualiza e reinventa visões e divisões construídas ao longo de sua história.

Tomando o exemplo e o significado da CSN para o país, devemos levar em conta que a formação de parte da classe operária brasileira deu-se sob uma experiência de capitalismo de Estado. Nesse sentido, Volta Redonda, embora constitua um caso peculiar de cidade operária, reafirma a ligação direta com um projeto político nacional, bem como com sua respectiva política de inserção internacional. Entretanto, a relação entre a classe trabalhadora e o poder do Estado brasileiro deve ser problematizada.

Dizer, portanto, que a “palavra” está com o Estado não é assumir a construção de um discurso à revelia da classe trabalhadora. O esforço deste trabalho é justamente romper com a idéia de um Estado todo-poderoso que atua sobre uma tábula rasa, pela compreensão da natureza dos laços que possibilitam o pacto entre Estado e trabalhadores, pacto através do qual ambos os termos se definem e passam a atuar.

A ruptura que teria ocorrido entre a “palavra operária” e a proposta do Estado é portanto relativa, uma vez que se observa que não só os interesses materiais dos trabalhadores, como também muitos de seus valores e tradições foram incorporados em outro contexto discursivo. (GOMES, 2005:27-28)

Ao reiterarmos esse papel político dos trabalhadores, devemos também (re)pensar suas formas de resistência ou presença no *fazer-se* da classe operária. No caso brasileiro, como nos demais, não se tratou de algo homogêneo, linear ou sem conflitos internos. Isso nos permite pensar como em diferentes períodos os trabalhadores se apresentam em sua organização de modo ora mais em conflito com o Estado e os agentes do capital, ora mais em cooperação com os mesmos. O mesmo vale para os conflitos internos da classe trabalhadora, sobretudo no que se refere às disputas que perpassam o campo político e o da chamada esquerda em

---

<sup>13</sup> Voltaremos à discussão do modelo Volta Redonda como um caso-limite de cidade operária no primeiro capítulo.

<sup>14</sup> As moradias construídas pela fábrica para abrigar seus funcionários distinguiram-se por diferentes padrões de conforto, serviços e lazer de acordo com os níveis hierárquicos de sua força de trabalho. Além disso, a cidade foi organizada em distintos bairros destinados a operários, técnicos e engenheiros.

especial. SANTANA (1999 e 2001) mostra as tensões que envolveram, ao longo de várias décadas, a disputa política pela condição de representante “legítimo” e partidário da classe trabalhadora brasileira.

Diante das disputas entre os diferentes “porta-vozes” da classe trabalhadora, ou lidando analiticamente com as diferentes versões que envolvem o fenômeno histórico, cabe não a busca de uma essência ou verdade, mas a análise dos processos político-sociais que fizeram e fazem com que algumas “versões” ou “discursos” prevaleçam sobre outros (GOMES, 2005). Nesse sentido, podemos entender a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional e a construção da cidade de Volta Redonda como produtos de um momento particular da formação da classe trabalhadora brasileira, onde o Estado se sobrepõe às relações entre trabalho e capital. O governo brasileiro, alçado à condição de empreendedor, lançou mão, assim como os agentes do capital à época, de um modelo também particular de gestão e controle da força de trabalho: a cidade-empresa.

O domínio exercido pela empresa subordina os moradores à sua influência e ao seu controle. Sendo não apenas empregadora, mas também proprietária das moradias e dos equipamentos coletivos, é ela quem determina as regras a serem cumpridas tanto no trabalho como fora dele. Essa presença se faz sentir em todos os momentos, como evidenciam os estudos de caso realizados. Mas não é apenas a empresa que exerce o controle. O convívio prolongado com um mesmo grupo de pessoas, uma característica de comunidades fechadas, determina a emergência de mecanismos de controle social, que significam um verdadeiro policiamento dos comportamentos individuais. (PIQUET, 1998: 38)

A cidade operária construída pela CSN, a despeito do esforço em padronizar e disciplinar a mão-de-obra, também serviu de elemento para a constituição de uma cultura mais ampla de reivindicação. Nesse sentido, é mister também considerarmos os estudos sobre vilas e cidades operárias. Os objetivos de controle e pressão sobre os trabalhadores por parte dos patrões compreendidos por esse sistema foram analisados por historiadores e sociólogos a partir das idéias de FOUCAULT (1977) sobre os sistemas disciplinares. Parte considerável da bibliografia nacional e internacional, entretanto, aponta não apenas a evolução das formas de controle, intra e extrafabril, implementadas pelas empresas, mas também, ou principalmente, dão destaque aos meios e processos pelos quais se dá a resistência dos trabalhadores. LEITE LOPES (1988), por exemplo, cunhou o termo “microfísica da resistência”, em oposição à “microfísica do poder” de FOUCAULT (2004), para dar destaque a pequenas ações e detalhes cotidianos que não apenas mantêm um sistema de dominação, mas que também criam condições para a resistência do ponto de vista dos dominados. Ao longo de sua história, a classe trabalhadora tem construído diferentes formas de reação ao poder dos patrões. De



acordo com as experiências retratadas pelos estudos, a ação dos trabalhadores foi observada, mesmo que variando da contestação conflitiva até à cooperação, passando pela reivindicação de direitos e garantias<sup>15</sup>.

Por último, gostaríamos apenas de retomar o pensamento de GEERTZ (1978), para destacar o papel do pesquisador no exercício intelectual de apreensão dessas diferentes “culturas”, ou *estruturas de significação*, como sugere o autor. No caso do objeto de estudo dessa tese, as idéias do autor inspiraram um entendimento de trabalhadores, sindicalistas e moradores de Volta Redonda não a partir de uma simples relação com uma suposta “cultura” operária de uma “classe” trabalhadora.

“Culturas” e “Classes” serão observadas nesse estudo como contexto e experiência que informam significados a atores e instituições, ao mesmo tempo em que são construídos por esses mesmos agentes individuais e coletivos. O mundo do trabalho é visto assim como uma rede de interação social, onde os indivíduos transitam entre diferentes “mundos” que produzem códigos plurais, interdependentes, dinâmicos e, principalmente, concorrentes, que informam significados e identidades, indivíduos e coletividades.

## A pesquisa

Desde 1997, o sindicalismo do Sul Fluminense vem fazendo parte das nossas reflexões e pesquisas de campo, a partir de um permanente contato com as lideranças e os ativistas metalúrgicos da região. Na dissertação de mestrado (PEREIRA, 2003), tivemos como ponto de partida o estudo da trajetória de um sindicalista que teve sua ascensão em meados dos anos 1990. Enfocando a história de vida deste “personagem”<sup>16</sup> e a disputa que se estabeleceu entre ele e os demais membros do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), a pesquisa revelou a organização e a representação dos trabalhadores do Sul Fluminense como

---

<sup>15</sup> Ver capítulo 2 e, entre outros, ENGELS (1985); LEITE LOPES (1978 e 1988); RAMALHO (1989); MOREL (1989); ALVIM (1997); FONTES (1997 e 2002); HOBBSAWM (1987); PERROT (2001).

<sup>16</sup> O caso do diretor de base do SMVR, Isaac Moraes chamava a atenção pelo fato de ele ter iniciado no meio sindical, em São Paulo no início da década de 1990, mas como segurança pessoal de seu irmão, um ativista ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP) e à central *Força Sindical*. Antes vendedor mascate, o engajamento inicial de Moraes no sindicalismo esteve em princípio mais vinculado à garantia da vida do irmão do que a qualquer “qualificação” como militante que ele pudesse ter. A reconstrução de três diferentes momentos de sua trajetória mostrou que sua carreira resultava de uma estratégia “familiar” de ocupação que acabou por gerar variadas possibilidades de realização. Em 1992, uma convergência de interesses entre sindicalistas de Volta Redonda e a direção da *Força Sindical*, sem perder de vista o poder de influência de seu irmão membro da direção do SMSP, proporcionou a Isaac Moraes um passo maior ainda em sua carreira: a transferência para o Sul Fluminense.

uma complexa relação entre um “projeto coletivo” e as finalidades mais imediatas levadas a cabo pelos participantes deste<sup>17</sup>.

Ainda que tenham sido tangenciadas (cf. PEREIRA, 2006), a história precedente do Sindicato Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), sua atuação junto aos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ou as trajetórias de um conjunto mais amplo e significativo de suas lideranças não puderam ser abordadas dentro dos limites de uma pesquisa de mestrado. Contudo, as explorações realizadas junto à sede do Sindicato dos Metalúrgicos e os depoimentos dos militantes e trabalhadores com que tivemos contato entre 2001 e 2002 já indicavam a maior complexidade que envolvia a atuação de trabalhadores e lideranças em Volta Redonda.

Desse modo, seria difícil precisar um início ou um período formal para o trabalho de pesquisa envolvido nesta tese. Parte das entrevistas e das observações utilizadas como elementos para o desenho final deste trabalho, bem como algumas das análises contidas no mesmo, remontam a trabalhos anteriores<sup>18</sup>.

De um modo geral, podemos decompor o trabalho de campo em que se baseou essa pesquisa em: a) entrevistas<sup>19</sup> e conversas informais com personagens, de uma ou outra forma, envolvidos com os temas abordados e b) uma convivência com o ambiente da cidade de Volta Redonda e seus moradores, trabalhadores e sindicalistas. Devo ressaltar que também seria difícil estabelecer alguma prioridade temporal ou hierarquia de valor entre esses dois elementos.

Antes do trabalho de campo, porém, o levantamento de outras fontes, como teses e livros sobre o sindicalismo e a cidade de Volta Redonda, bem como a leitura dos jornais locais disponíveis na *Internet*<sup>20</sup>, assegurou um contato prévio com o tema e a construção de uma base de dados inicial sobre o campo estudado. Destaca-se nesse período a descoberta de um considerável número de teses e dissertações, em diferentes campos do saber, mas que tinham a cidade de Volta Redonda, de algum modo, como seu tema.

---

<sup>17</sup> O intuito foi mostrar como por detrás de uma “atuação” aparentemente em consonância com as possibilidades dadas aos indivíduos pelas conjunturas político-econômicas, estão também pequenos projetos individuais de superação destas condições preestabelecidas. Ao nosso ver, o revigoramento da ação sindical no Sul Fluminense na segunda metade dos anos 1990 dependeu tanto da superação das circunstâncias impostas por uma combinação de fatores dados pela época (reestruturação produtiva, reespacialização da indústria) ou pelo contexto (região sem tradição no ramo automotivo) quanto da efetivação dos projetos mais imediatos das lideranças envolvidas no processo (disputas internas, “sobrevivência”).

<sup>18</sup> Entre outros, PEREIRA (2001, 2003 e 2006).

<sup>19</sup> A lista de entrevistas realizadas com os respectivos perfis dos entrevistados encontra-se no Quadro 3 – ANEXO I.

<sup>20</sup> Já durante o trabalho de campo, foi feita uma pesquisa no arquivo do principal jornal local, o *Diário do Vale*, de modo a cobrir o período em que o jornal foi publicado apenas em sua forma impressa (1992-1997).

Esse tipo de pesquisa foi de grande importância para que fosse desconstruída uma ilusão inicial de um tema pouco explorado ante sua importância para os estudos do trabalho e do sindicalismo. Além das variadas orientações teóricas e dos diferentes campos do saber a partir dos quais os trabalhadores de Volta Redonda foram tratados, vale destacar entre esses estudos não só a presença de intérpretes locais, mas a dupla relação de muitos desses com o(s) objeto(s) estudado(s).

Para além do valor de face desses estudos, tal bibliografia proporciona um contato privilegiado com algumas questões locais nem sempre contempladas por pesquisas mais gerais ou voltadas para outras questões e abordagens. A título de exemplo, podemos citar os pesquisadores também envolvidos com algum tipo de militância política, sindical etc., que enfatizam em seus estudos a dimensão das disputas e tensões do interior da esquerda e do movimento social (entre outros, SOUSA, 1992 e 2002; FERNANDES, 2001; BEDÊ, 2004). Outro exemplo importante seria o dos pesquisadores de alguma forma ligados à esfera do poder público municipal, onde podemos observar não só uma preocupação com o campo das políticas públicas e do planejamento urbano, mas a importante dimensão do impacto das alternâncias no poder, não só municipal, mas estadual e nacional, na dinâmica social e nos movimentos sociais de Volta Redonda (cf. COSTA, 2004; SOUZA, 1992; LOPES, 2003). Um ponto comum a todos esses trabalhos é o que chamaríamos de “onipresença da usina” como provocadora de questões e realidade a ser descrita ou problematizada, ainda que não seja o objeto por excelência da análise<sup>21</sup>.

Da janela de minha casa, onde concluo a redação desta tese, vejo o alto-forno principal da usina. Estou a, aproximadamente, 5 km do local. Mas, mesmo assim, sua presença é dominante. Durante o dia, a longilínea massa negra recorta o céu claro. À noite, iluminado em espiral, o alto-forno confirma a onipresença da usina. Ainda hoje, quando somos quase 300 mil habitantes, a massa física domina a cidade. A Companhia pode ser vista de quase todos os pontos (SOUZA, op. cit. p. 202).

Como sugere a passagem acima, a presença física e simbólica da CSN na história da cidade reflete até mesmo sobre as temáticas dos pesquisadores radicados na Cidade do Aço. O contato bibliográfico, e presencial em alguns casos, com os autores-atores também foi importante para uma apreensão dos marcos históricos locais, bem como de elementos

---

<sup>21</sup> Além dos autores citados, um outro estudo destaca-se por uma situação-limite. O trabalho de FERREIRA (2005), embora realizado no campo da administração, teve o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda como objeto. Abordado como uma organização, foram avaliadas as mudanças empreendidas por seus diretores em face das pressões externas de início dos anos 1990, notadamente o processo de privatização da CSN. Mas o fato mais relevante que observamos foi que essa dissertação de mestrado, além de suas 152 páginas de texto regular, traz outras 162 páginas em um “apêndice” sobre a história do SMVR e da própria cidade desde 1930 até 2005.

constitutivos da(s) identidade(s) local e operária, ou do *imaginário local*, para usar a expressão de FERNANDES (op. cit.). A observância desse fato foi fundamental para um processo de pesquisa em que tínhamos que lidar com diferentes cronologias, objetivando relacionar marcos históricos locais, ou elaborados pelos próprios atores e entrevistados, com outros marcos e cronologias mais gerais, como sugere, por exemplo, o trabalho de PESSANHA e MOREL (1991) sobre gerações operárias.

Em meio à realização do trabalho de campo, entretanto, um acirramento do conflito pelo poder no SMVR impôs um novo ritmo à pesquisa<sup>22</sup>. Apesar dos conflitos constantes e do clima de insegurança que se estabeleceu na sede do SMVR<sup>23</sup>, o que seria um aparente contratempo tornou-se um interessante ambiente para as observações de campo. Diante da disputa e do retorno de antigos militantes à cena, havia uma predisposição geral para a rediscussão do passado. O ato de celebração do dia 9 de Novembro<sup>24</sup>, por exemplo, reuniu em 2005 a Igreja Católica, grande parte dos movimentos sociais de Volta Redonda e o Sindicato dos Metalúrgicos em um mesmo ato, fato que não ocorria desde 1991. Foi nesse contexto em que fizemos boa parte das entrevistas com as lideranças da CUT que atuaram no SMVR nos anos 1980.

Realizadas entre outubro e dezembro de 2005, as entrevistas seguiram basicamente um roteiro fixo minimamente estruturado, cujo foco era o final dos anos 1980 e início dos 1990, período em que se dá a alternância de poder no SMVR e a privatização da CSN. Além das lideranças metalúrgicas, dos engenheiros, dos trabalhadores da construção civil de Volta Redonda, a rede de entrevistados também buscou contemplar alguns dos demais atores envolvidos no processo de privatização da CSN, onde destacamos o ex-presidente da Companhia, Roberto Procópio de Lima Netto, o então prefeito de Volta Redonda, Paulo César Baltazar, e o diretor-proprietário do jornal *Diário do Vale*, Aurélio Paiva. Além desses

---

<sup>22</sup> Em fins de 2004, o sindicato enfrentou uma séria crise entre seus diretores após uma denúncia de desvio de recursos da ordem de R\$ 5,5 milhões. Para se ter uma idéia do ambiente que se instalou em Volta Redonda, entre novembro de 2004 e abril de 2005, a presidência do sindicato foi alternada quatro vezes, graças a liminares e outras medidas judiciais, entre Carlos Henrique Perrut, então presidente do SMVR, e Luiz de Oliveira Rodrigues, à época diretor da entidade. Perrut, sucessor e até então aliado de Luizinho e ligado à Força Sindical, uma vez isolado promoveu o retorno do sindicato à Central Única dos Trabalhadores. Para isto, o sindicalista conquistou o apoio de Jadir Baptista de Araújo, um dos mais importantes representantes da CUT em Volta Redonda. Esse embate, que depois de 13 anos traria a CUT de volta ao sindicato, não se limitou ao recurso à justiça, aliás, não foram poucos os momentos em que a disputa chegou às vias de fato, com agressões mútuas e até emboscadas.

<sup>23</sup> Durante algum tempo o acesso à sede do sindicato se tornou desaconselhável, devido às verdadeiras batalhas noticiadas pelos jornais (cf. *Diário do Vale*, 07/10/2005), ou mesmo restrito pelos próprios sindicalistas, uma vez que o prédio ficou submetido a uma severa vigilância. Seguranças foram contratados e uma trava eletrônica instalada na porta de entrada.

<sup>24</sup> Homenagem aos trabalhadores mortos durante ação do Exército durante a greve de 1988 (cf. item 2.4).

atores, as entrevistas também abarcaram trabalhadores, jornalistas e outros personagens da história recente de Volta Redonda<sup>25</sup>.

De um modo geral, foi pedido inicialmente a todos os entrevistados uma curta descrição da trajetória pessoal, o que servia também como apresentação, para que depois desenvolvesse o tema da sua relação com o sindicato, a privatização ou a cidade, conforme o caso. No plano sindical, uma maior atenção foi dada às trajetórias (familiar, política e sindical) das lideranças mais diretamente envolvidas na transição citada: Vagner Barcelos de Souza, Luiz de Oliveira Rodrigues e Luiz Antônio Vieira Albano.

Tanto para a realização quanto para a análise dessas entrevistas foram utilizadas as orientações dadas pelos autores ligados aos estudos da Memória e da corrente da História Oral. De um modo geral, o conceito de Memória, seja ele ligado ao plano individual, coletivo ou institucional, é discutido a partir de pressupostos caros à Sociologia e à Antropologia. As categorias Memória e Tradição, por exemplo, são frequentemente adjetivadas por noções como “construída”, “forjada” ou “inventada” (HOBSBAWM e RANGER, 1984). Esta perspectiva procura assim destacar o processo social e as relações entre indivíduo e coletividade que atuam por trás daquelas categorias.

Já a História Oral apresentou-se como uma metodologia fundamental para esta pesquisa. Devo destacar que o domínio de aspectos técnicos da História Oral constitui uma dimensão indissociável de suas implicações teóricas e metodológicas. Tão importante quanto a atenção aos “usos” que podem ser feitos dos depoimentos é o controle das situações em que estes são produzidos. Para THOMPSON (1998), por exemplo, há toda uma variedade de elementos que compõem o contexto da entrevista e que de seu controle depende a qualidade e a utilidade do depoimento oral.

É nesse sentido que ressaltamos o segundo elemento constitutivo do trabalho de campo dessa pesquisa, o contato com o espaço físico e social de Volta Redonda. Não foram poucas as vezes em que durante as entrevistas nos deparamos com a menção de lugares, personagens, marcos históricos e outros fatos que nos eram estranhos antes dessa maior interação com sindicalistas, trabalhadores, moradores ou mesmo com o próprio espaço da cidade. Boa parte dessas limitações iniciais já vinha sendo superada graças a uma vivência mais prolongada da Cidade do Aço iniciada em 2004, quando tive oportunidade de lecionar numa faculdade local. Além de ter entre os alunos diversos trabalhadores da CSN e de outras empresas da região, pude compartilhar um pouco da vida e da rotina da cidade, o que

---

<sup>25</sup> Ver Quadro 3 – ANEXO I.

contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento paralelo e posterior do trabalho de campo. Já entre outubro e dezembro de 2005, quando da realização da maior parte das entrevistas e do trabalho de campo, praticamente tive de fixar residência em Volta Redonda<sup>26</sup>. Em seu conjunto, esse tipo de contato foi de grande valia, não só para a definição dos entrevistados, mas para a própria compreensão dos fatos narrados dentro daquele contexto específico.

Um outro ponto da pesquisa que deve ser destacado é o material levantado nos diferentes arquivos consultados. Nesse ponto, o trabalho de campo em Volta Redonda mostrou-se bastante rico, pois apesar da ausência de um grande arquivo público, muitos dos entrevistados e outros moradores da cidade mantêm seus arquivos pessoais. Destaco nesse sentido, o arquivo mantido pelo ex-diretor do SMVR, Luiz Lopes Neto, de onde provem a grande maioria dos boletins utilizados nessa tese, além de outros documentos. Outra fonte de consulta sobre a história do SMVR dos anos 1980 que teve destaque nesse trabalho é o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Encontra-se no seu acervo grande parte das fontes utilizadas para a análise do período.

Também contribuiu para o andamento geral da tese o período entre janeiro e agosto de 2006, quando contemplado por uma bolsa do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE) da CAPES, estive vinculado como aluno visitante ao *Labour Studies Programme* da *McMaster University*, em Hamilton, no Canadá. Como um todo, a experiência no exterior contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma perspectiva mais ampla para a pesquisa seja no plano teórico-metodológico ou pela própria observação *in loco* de elementos de uma outra realidade industrial e operária. Nesse sentido, as características particulares de Hamilton, a *steel city* canadense, proporcionaram uma contribuição extra ao estágio de doutorado. Devido à ligação com a indústria siderúrgica, Hamilton apresenta uma série de semelhanças em relação à Volta Redonda.

Nesse período, a visita às instalações da usina *Hilton* da *Steel Company of Canada* (*Stelco*), bem como as explicações dadas pelo presidente do sindicato local<sup>27</sup>, foram importantes para a compreensão visual de grande parte do processo produtivo do aço. Já de volta ao Brasil, tive uma experiência semelhante na CSN<sup>28</sup>, o que consolidava as informações anteriores, então “traduzidas”, não só literalmente para o português, mas para a realidade de

---

<sup>26</sup> Durante esse período fiquei alojado parte em um hotel no centro de Volta Redonda e parte no apartamento dos colegas professores da Faculdade em que tinha lecionado em 2004. A permanência variava entre cinco e nove dias, intercalando dias úteis e finais de semana.

<sup>27</sup> Rolf Gerstenberger, presidente do *Local 1005 – United Steelworkers of America*. Também participou da visita Charlotte Yates, diretora do *Labour Studies Programme* e orientadora do estágio de doutorado.

<sup>28</sup> Visita organizada pelo Prof. Marco Aurélio Santana no âmbito do Núcleo de Estudos e Referências sobre Trabalho, Trabalhadores e Sindicatos (NETS-UNIRIO) e promovida pela assessoria de comunicação da CSN.

Volta Redonda. Devo destacar a grande semelhança entre as usinas *Hilton* e Presidente Vargas<sup>29</sup>, uma vez que ambas são plantas integradas, ou seja, abrigam todas as etapas de produção e acabamento do aço<sup>30</sup>. Além disso, no mesmo período em que visitávamos a planta canadense, a *Stelco* acabara de anunciar a saída de um processo de concordata (*bankruptcy protection*) em que permaneceu por 26 meses. Após reestruturada, a empresa empregava em 2006 5,5 mil trabalhadores para uma produção de 5 milhões de toneladas de aço bruto por ano (*Hamilton Spectator*, 01/04/2006). Já a usina Presidente Vargas, que opera com esse mesmo nível de produção, contava em 2005 com 8.542 empregados<sup>31</sup>.

Para finalizar, resta apenas lembrar que o que veremos a seguir será um esforço intelectual e de pesquisa em prol de uma conciliação analítica e abstrata entre diferentes cronologias e fenômenos sociais que, como realidades, nem sempre foram percebidos desta forma pelos atores que os construíram. Todo método é um recorte, ou melhor, é uma forma de selecionar, enquadrar e fotografar a realidade. Nele estarão impressos opções, concepções, tempos e circunstâncias, dos mais manifestos aos mais inconcebidos, que fizeram parte da trajetória desse trabalho e de seu autor.

A tese esta organizada em três capítulos que retratam diferentes momentos da história econômica, política e social de Volta Redonda, e por extensão do país, que estão compreendidos no recorte temporal estabelecido por esse trabalho. Os capítulos foram divididos em itens que buscam contemplar as diferentes cronologias e marcos históricos estabelecidas em diferentes níveis, do mais local aos mais gerais. Serão discutidas assim as questões ligadas à transformação política e econômica, das mais gerais ao nível local, bem como o reflexo desses contextos sobre a organização sindical, a dinâmica interna estabelecida entre as lideranças do SMVR e até mesmo o impacto desses fatores nas trajetórias pessoais de seus militantes. Além disso, cada capítulo também contará com uma breve introdução e uma conclusão preliminar com o objetivo melhor fixar os pontos discutidos ao longo da tese.

O desafio foi dado e continua aberto para que se apreenda a partir de uma racionalidade política e sociológica o que aconteceu aos militantes e trabalhadores da CSN e por extensão a toda cidade de Volta Redonda nos “interstícios” entre os anos 1980 e 1990.

---

<sup>29</sup> Nome recebido pela planta da CSN nos anos 1960.

<sup>30</sup> O que significa reunir em uma mesma planta as etapas de “redução”, “refino” e “laminação” (ver descrição e quadro do processo produtivo do aço no Quadro 4 – ANEXO I).

<sup>31</sup> Em ambos os casos, não foram incluídos os trabalhadores terceirizados que na CSN, por exemplo, chegam a mais de 11 mil, segundo os dados da própria empresa (CSN, 2005)

## 1

**Companhia Siderúrgica Nacional e Volta Redonda: das origens à periferia (anos 1940 a 1960)**

*Duas das mais acentuadas características do Estado Novo: o caráter ditatorial e centralizador [na política] e o cunho empreendedor no que se refere ao impulso industrializante. Ambas são características que se complementam.*  
**PENNA (1999:177)**

*Mineiros, capixabas, fluminenses e nordestinos, iam povoando e “colorindo” com seus hábitos culturais a Cidade do Aço. Esta, de uma certa maneira, também passava a ser “deles”, a despeito da vigilância e controle da Companhia, de sua preocupação em educar e homogeneizar o coletivo operário.*  
**MOREL (1989:118)**

Este capítulo abordará um conjunto de aspectos históricos, políticos e econômicos que estiveram presentes na constituição das bases sociais das quais emergiu a experiência sindical abordada nessa tese. Desde sua fundação em 1946, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda esteve visceralmente ligado a uma empresa, a CSN, e a um tipo particular de dominação, a cidade-empresa. Contudo, veremos como sindicato, trabalhadores e outros atores sociais locais construíram ao longo dos anos uma relação de resistência e convívio com o poder da Companhia.

Além do controle da fábrica, e do Estado, veremos também como se construiu uma relação dual, entre vila operária e periferia. A dinâmica de crescimento da usina, com suas expansões e crises, realimenta essas divisões na medida em que gera ao mesmo tempo inclusão e exclusão da massa de trabalhadores que foi atraída para Volta Redonda. A partir desses fenômenos, ou da relação de atração e repulsa, “amor” e “ódio”, que se constitui em torno da usina, observaremos o surgimento da chamada questão urbana, ou seja, das formas de busca pela autonomia ou de reinvenção dos laços entre a cidade e a Companhia Siderúrgica Nacional.

Ao final, também tomaremos por base a trajetória pessoal e familiar de alguns dos militantes que despontariam no movimento social nas décadas seguintes para abordar a vivência que diferentes atores locais, em especial os trabalhadores, tiveram de alguns



fenômenos observados nesse capítulo, revelando o caráter multifacetado da classe operária que teve sua formação no contexto e no espaço anteriormente referidos.

### **1.1. A Cidade do Aço: concepção e execução nos contextos nacional e internacional**

Nos anos que se seguiram à crise de 1929, a utopia liberal perdera espaço nos Estados Unidos e na Europa. A crença na auto-regulação do mercado cedia paulatinamente lugar à idéia da intervenção estatal na economia. Além de marcarem presença nos países que compunham o núcleo central do capitalismo, as doutrinas de “planejamento” alimentavam as experiências de “socialismo real”, fazendo crescer o “mundo socialista”. As décadas de 1930 e 1940 são marcadas ainda pela ascensão fascismo e o seu ocaso com a vitória dos aliados sobre o eixo na segunda grande guerra.

No Brasil, o regime que se instaurou a partir de 1930, representado pela chamada Era Vargas (1930-1945), representaria a transição econômica de um modelo agro-exportador para a produção industrial. Mais do que um mero indutor do desenvolvimento, o Estado assumia a partir de então um papel fundamental na organização e regulação da sociedade.

O novo regime instaura-se numa sociedade ainda marcada por fortes traços preliminares ao capitalismo que se tinha conhecimento na época. Carecia essa sociedade de uma representação burguesa capaz de conceber um projeto para o exercício de seu poder e de uma classe operária que interpretasse os interesses do mundo do trabalho. A hipertrofia do Estado surge, assim, como uma conseqüência natural desse quadro, ocupando as funções das classes fundamentais ainda precariamente constituídas. Mas surge sobretudo como sujeito político, detentor de uma estratégia de desenvolvimento e sintonizado com a conjuntura que era favorável à presença dos estados nos principais países que haviam conhecido os abalos das grandes bolsas. (PENNA, 1999:188)

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi fundada em 1941 como parte de uma estratégia política e econômica mais ampla que reservava ao Estado o papel de gestor e empreendedor da industrialização. A instalação da indústria de base, juntamente com a defesa das riquezas do subsolo e o reaparelhamento militar encontravam justificativa nas “bandeiras” do “nacionalismo” e da “defesa nacional” pelas quais se pautava o Estado ao longo do período Vargas (1930-1945) (MOREL, 1989:5).

Ainda que apresentasse a CSN como seu “carro-chefe”, a implantação da indústria de base no país criou no mesmo período outras empresas associadas à indústria pesada como a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Companhia Elétrica do Vale do São Francisco (1945), entre

outras. A Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), fundada em 1953, e as Usinas Siderúrgicas Minas Gerais (USIMINAS), de 1957, viriam a compor com a CSN o quadro da nascente siderurgia de grande porte no Brasil.

Para além das motivações de ordem econômica, devemos pensar esse período e a implantação da indústria de base também como, respectivamente, momento e elemento de afirmação da soberania nacional num contexto internacional de tensão. Neste sentido, o processo de instalação da CSN destaca-se por marcar uma hábil estratégia do presidente Vargas em converter ao seu favor uma conjuntura internacional de conflito. Com diplomacia, ou seja, sem se envolver ou subordinar diretamente a americanos ou países do eixo, o presidente soube se beneficiar de ambos os lados para a barganha de capitais que financiassem o impulso industrial brasileiro.

A instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, é um exemplo dessa estratégia governamental, indispensável ao impulso do processo de industrialização. Vargas compreendia, àquela altura, que para tornar realidade essa estratégia era indispensável agir com extrema habilidade em sua política externa, aproveitando as divergências existentes no quadro internacional. Negocia com a Alemanha e os Estados Unidos, explorando suas contradições, sem se envolver demasiadamente com seus parceiros. Ao contrário, barganha compromissos de ambas as partes, na certeza de que essa conduta nas relações exteriores possibilitaria vantagens ao Brasil. Essa postura de neutralidade, acreditava o presidente, garantiria a afirmação da soberania do país. (PENNA, 1999:192)

Em vez de uma estratégia claramente definida, este caráter dúbio também refletia os conflitos internos entre as bases políticas que deram sustentação à “Era Vargas”<sup>32</sup>. Ao passo que uma parte significativa das elites emergentes brasileiras se empenhava em obter capitais americanos, a hierarquia militar mostrava-se mais inclinada a uma aproximação econômica e estratégica com a Alemanha. Deste modo, o governo alimentou dois projetos de associação a empresas de capital internacional para a criação da grande siderúrgica brasileira: um com a americana *U.S. Steel Company* e outro com a Alemã *Krupp*. O *Export Import Bank* (*Eximbank*) financiador do projeto americano exigia a presença de uma empresa daquele país no empreendimento. Ainda que as negociações com os EUA tenham avançado bastante em fins dos anos 1930, o impacto da eclosão da Segunda Guerra sobre a economia norte-americana fez com que a *U.S. Steel* desistisse de atuar no Brasil. Em resposta, e diante do avanço das tropas do eixo na Europa, Vargas passa a manifestar certa simpatia ao projeto alemão. Pressionado por essa possível aproximação econômica e militar com a Alemanha, o

---

<sup>32</sup> A divisão de forças políticas e sociais se manifestavam no interior do próprio governo. Se por um lado Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, defendia uma política pró-Aliados, o general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra e principal adversário de Aranha dentro do governo, não escondia sua maior simpatia pelas potências Eixo (cf. verbetes “Estado Novo” e “Getúlio Vargas”, DHBB-FGV).

governo dos EUA concede via *Eximbank* um empréstimo de US\$ 20 milhões para a construção da CSN, ainda que não participasse do seu controle acionário nenhuma empresa americana<sup>33</sup>.

A alternativa escolhida também representava uma redefinição do plano político interno, onde, sobretudo a partir de 1937, os interesses e a ideologia de uma burguesia industrial de base nacional consolidavam seu lugar no interior do governo federal.

Foi dentro deste parâmetro maior – ou seja, do alinhamento Brasil-Estados Unidos – que ocorreu uma série de alterações na alta cúpula da administração federal. Estes episódios, que tiveram a dimensão de uma crise política, ilustram bem as divergências que dominavam o próprio governo e o novo tom assumido pela política nacional a partir de então. (GOMES, 2005:185)<sup>34</sup>

Já bastante fortalecida nos anos 1940, essa burguesia industrial se alia a setores burocráticos do governo (Forças armadas, tecnocratas e funcionários públicos), estreitando os laços entre os formuladores das políticas estatais e os interesses dessa classe em ascensão (MOREL, 1989)<sup>35</sup>.

A *Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional* foi criada pelo Decreto-Lei Nº. 2.054 de 4 de março de 1940, tendo como seu presidente Guilherme Guinle, industrial, proprietário do Banco Boa Vista e presidente da Companhia Docas de Santos, além do Tenente-Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva<sup>36</sup>, seu relator. Tendo por objetivo *realizar os estudos técnicos finais para a construção de uma usina siderúrgica e organizar uma*

---

<sup>33</sup> Prevaleceram nesse caso a maior articulação política de Oswaldo Aranha e sobretudo a chamada política de boa vizinhança para a América Latina implementada durante os governos de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos (1933 a 1945). Os *Acordos de Washington* assinados em março de 1942 também previam a cooperação militar, onde o governo americano facilitaria a compra de armamentos pelo governo brasileiro em troca do fornecimento de matérias-primas e da permissão para a construção de bases militares no nordeste do país. Esta cooperação com os Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra proporcionou ainda a instalação pelo governo brasileiro da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (PIQUET, 1998 e verbete “Getúlio Vargas”, DHBB-FGV).

<sup>34</sup> A autora destaca principalmente a mudança ocorrida no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a partir de 1941. Deixa o cargo Waldemar Falcão, ex-deputado federal e constituinte ligado à Igreja Católica (SOUSA, 2002:31), sendo posteriormente nomeado Alexandre Marcondes Filho, advogado cujo escritório era *frequêntado pela nata do empresariado de São Paulo*. Marcondes filho também acumularia o cargo de Ministro da Justiça entre 1942 e 45 (GOMES, 2005:184-185).

<sup>35</sup> *Tal processo atingiria o clímax no início da década de quarenta com a explicação de alguns princípios básicos de uma ideologia industrialista, tais como a reafirmação de uma escala de prioridades econômicas mais coerente com a meta da industrialização, a definição de via industrial como condição do fortalecimento e da independência da economia nacional, ou ainda a associação entre interesse de indústria e interesse geral da nação* (DINIZ, 1983:97, apud MOREL, op. cit.). O grifo nosso destaca a importância desta “confluência” de interesses entre indústria e nação que pautou os anos 1940 e boa parte das décadas seguintes.

<sup>36</sup> Militar e membro de uma família de políticos, Edmundo Macedo Soares e Silva participou do movimento tenentista, sendo preso com o fracasso do levante de 1922. Em 1925, partiu para o exílio na França onde se formou em engenharia, tornando-se especialista em metalurgia. Anistiado após revolução de 1930, retornou ao Brasil e desde então ocupou diversos cargos técnicos no governo, relacionados aos estudos para a implementação da indústria de base, a siderurgia em especial. (CPDOC-FGV, 1997).

*companhia nacional, com participação de capitais do Estado e de particulares, para a construção e exploração da usina*<sup>37</sup>, a comissão era composta por seis membros nomeados pelo Presidente da República, basicamente militares e representantes do empresariado nacional e da burocracia estatal, organizados nas sub-comissões de *siderurgia, transportes e estudos comerciais e financeiros*. (COSTA, 2004:36) Alegando razões de ordem técnica e de segurança militar, o relatório final da comissão já sugeria que a siderúrgica fosse construída em Volta Redonda (MOREL, 1989:25).

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional viria com o Decreto-Lei Nº. 3.002 de 30 de janeiro de 1941, ato do executivo federal que também autorizava sua construção em Volta Redonda. Não obstante, o dia 9 de abril de 1941, dia da aprovação dos estatutos da CSN, seria considerado a data oficial de sua fundação. Guilherme Guinle foi nomeado presidente da Companhia e Edmundo Macedo Soares e Silva<sup>38</sup>, diretor técnico.

Uma vez definida sua criação, a escolha da área para instalação da usina recaiu sobre o estado do Rio de Janeiro, mais precisamente sobre Santo Antônio da Volta Redonda, então 8º distrito do município de Barra Mansa. A localização e a construção da empresa<sup>39</sup> deu-se igualmente sob a influência do Estado-Novo, reproduzindo muitas das características de um regime centralizador.

PIQUET (1998:58) chama atenção para alguns dos elementos envolvidos na questão da localização industrial. Segundo a autora, as escolhas e os resultados finais estariam vinculados à natureza dos capitais envolvidos. Ainda que se apresente sempre com *roupagens técnicas*, tal debate dar-se-ia sempre em torno dos diferentes interesses (econômicos, regionais, nacionais, internacionais) normalmente expressos por seus respectivos porta-vozes políticos.

Pesaram assim sobre Volta Redonda, além dos critérios de ordem técnica (proximidade dos centros consumidores, boa ligação com o porto do Rio de Janeiro, água doce abundante, disponibilidade de energia elétrica), econômica (baixo custo de frete, mão-

---

<sup>37</sup> Decreto-Lei Nº. 2.054 de 4 de março de 1940 (*Revista Arigó*, 1989:21).

<sup>38</sup> Já nos anos 1950, após ter sido nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas (1946) e eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro (1947-1951), Macedo Soares voltaria à CSN, mas como presidente (1954-1955). Constam ainda de sua trajetória a direção das siderúrgicas Acesita (1951) e COSIPA (1959) e os cargos de presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ambos assumidas em 1964, e de Ministro da Indústria e Comércio do governo Costa e Silva (1967-1969) (CPDOC-FGV, 1997).

<sup>39</sup> Além da usina de Volta Redonda, a CSN contou desde o seu início com diferentes unidades (extração e beneficiamento de matérias-primas, escritórios de vendas e representações etc.), espalhando-se por dezenove localidades em seis diferentes estados brasileiros. Já durante as fases de implantação do projeto, foram montados escritórios em Nova York, Washington, Cleveland e Pittsburgh, todos nos EUA, destinados a elaboração da planta industrial, negociações de financiamento, compra e embarque de equipamentos e materiais (LOPES, 2003:43).

de-obra) e de segurança militar (área distante da costa), os fatores políticos. A escolha pelo Vale do Paraíba Fluminense representaria também prestigiar o estado do Rio de Janeiro, onde Ernani do Amaral Peixoto, genro do presidente Vargas, era o interventor<sup>40</sup>. Também não podemos perder de vista o fato de que o relativo isolamento de Volta Redonda contribuiria para o projeto político-ideológico de formação do “novo trabalhador”<sup>41</sup>.

A observação de documentos oficiais da época elucida alguns dos elementos que estiveram presentes no caso da CSN e de Volta Redonda.

Dentro de alguns meses, a usina de Volta Redonda entrará em fase de produção. Primeiro, a coqueria. Depois, o alto forno. Em seguida será a aciaria. E mais tarde as unidades de laminação. Estará criado, já, na elite brasileira, o clima suficiente para compreender o quanto representa a grande usina da Companhia Siderúrgica Nacional nos quadros da nossa economia? Compreenderá o nosso povo o teor de sua independência econômica que teremos então assegurado? Efetivamente, confessemos: não há ainda preparação siderúrgica. Com a primeira corrida que se fizer do alto forno teremos assentado o marco definitivo da nossa industrialização. Pensemos alto e largo: importando máquinas para as nossas manufaturas, importando tratores e máquinas agrícolas, estaremos sempre marcando passo. Em dia com o progresso e a técnica num ano e em atraso no ano seguinte. Carecemos de fazer as nossas máquinas matrizes, máquinas de fazer máquinas. Volta Redonda tornará possível semelhante coisa. Chapas para construção de navios, trilhos para estender a rede ferroviária, chapas galvanizadas, folhas de flandres, perfilados, vergalhões, tudo enfim que seja produto de siderurgia pesada sairá daquele parque siderúrgico, inclusive o material para futuros altos fornos. O empreendimento em si paira acima de qualquer pretexto político. E nacional, a gigantesca obra que se vê hoje no Vale do Paraíba, tão ligado, desde o Império, aos fastos de nossa economia. Por ele, outrora, esparramava-se a onda verde dos cafezais, entremeada com os ricos palácios da nobreza rural, ligada à terra pelas próprias raízes dos seus cafeeiros. O café exauriu a terra e seguiu em busca da terra roxa. Os baronatos, condados e marquesesados ruíram com a monarquia. Os palácios ficaram para a obra demolidora do tempo, restos de uma economia essencialmente agrícola. Volta Redonda é o símbolo de uma idade nova. O marco zero de uma nova era que se afirma, como uma afirmação do próprio Brasil. Ali se encontrarão o minério rico das montanhas de Minas Gerais e o carvão arrancado do ventre da terra de Santa Catarina. Purificados pela fusão, fundidos num só corpo, correrão pelas calhas do alto forno como o sangue novo de nossa economia, não mais essencialmente agrícola, porém fundamentalmente agroindustrial. Volta Redonda é, além de tudo, um ponto de partida para a compreensão do que seja organização industrial. Com a usina nasceu uma cidade, construída sob os rigores da técnica urbanística aplicada. Tudo é feito pela fixação do homem. E o homem em Volta Redonda, que dá o tributo da sua inteligência e do seu suor à sua obra, considerada aquilo um pouco seu, de concepção e de posse. Trata a usina com intimidade. Visitar Volta Redonda, compreender a sua significação no futuro brasileiro, deveria entrar no programa dos conscientes do Brasil, aqueles a quem cumpre transmitir à massa a legítima. (Companhia Siderúrgica Nacional, s/d, Volta Redonda. Apud MOREL, 1989:2-3)

---

<sup>40</sup> RAMALHO (1989) aponta uma combinação bastante semelhante entre fatores técnicos e de ordem política para o caso da instalação da FNM em Duque de Caxias, baixada fluminense. MOREL (op. cit. p. 44-46) também destaca a implantação da COSIPA (1953) e da USIMINAS (1956), nas respectivas cidades de Cubatão – SP e Ipatinga – MG, como forma de atender aos interesses regionais não contemplados pela instalação da CSN e de outras estatais nos anos 1940.

<sup>41</sup> Localizada no eixo entre Rio de Janeiro e São Paulo, Volta Redonda situa-se a cerca de 130 Km da capital fluminense e a 300 Km da cidade de São Paulo. Além disso, o núcleo da cidade encontra-se, no mínimo, a 7 Km da Rodovia Presidente Dutra, se tomarmos por base a Rodovia Lúcio Meira (BR-393), acesso mais curto entre os dois pontos.

Depreende-se desse documento a defesa inquestionável da industrialização como fator de independência e soberania nacional. A indústria, convertida em *interesse geral da nação*<sup>42</sup>, marcaria definitivamente ruptura com um passado agrário, o atraso e a dependência externa. No plano mais específico, um discurso oficial que se alegava técnico-racional e apolítico justificava tanto da necessidade de construção da CSN quanto a sua localização em Volta Redonda. Outro elemento, não menos fundamental, que já se apresentava nesse momento diz respeito ao lugar dos trabalhadores no projeto de desenvolvimento nacional, o qual retomarei mais adiante.

Volta Redonda nasceu assim: de forma subordinada à Companhia. Visando um misto de responsabilidade e controle, a cidade foi toda planejada e construída pela empresa. Além da construção da usina e da infra-estrutura diretamente necessária ao empreendimento (linhas de transmissão elétrica, linhas férreas, estradas etc.), o Estado brasileiro foi o responsável pela implantação da cidade (urbanização, moradias, saneamento, bens coletivos) e pela manutenção de todos os seus serviços (segurança, transporte, saúde, lazer etc.). Uma equipe de engenheiros e arquitetos chefiados por Atílio Corrêa Lima<sup>43</sup> ficou responsável pelo projeto da cidade operária. Seu traço de inspiração modernista-racionalista<sup>44</sup> deu à topografia local uma representação hierárquica.

Foi prevista uma cidade linear, com desenho urbano simples e equilibrado, e funções principais bem setorializadas e articuladas. A área central, ocupada pelo centro comercial, desenvolve-se paralelamente à usina, e concentra os diversos equipamentos urbanos (creche, hospital, ambulatório, escola, cinema, clube, restaurante para operários, hotel para viajantes e praça, além de serviços públicos como correio, polícia, bombeiros etc.); em torno do centro comercial se colocam a usina, de um lado, e de outro a “Vila Santa Cecília” (bairro destinado aos técnicos e operários especializados); aos fundos, o “Conforto” (bairro para operários não especializados) e, em frente, num plano elevado, o bairro dos engenheiros [Laranjal e Bela Vista]. Esta disposição permite que os três bairros residenciais tenham acesso rápido e direto ao centro comercial e à usina. (SOUZA, 1992:17)

---

<sup>42</sup> No sentido apontado por DINIZ (1983).

<sup>43</sup> Formado engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes – RJ (1925), de onde também foi diretor e em urbanismo pela Sorbone – Paris (1935), Atílio Corrêa Lima (1901-1943), junto com Lúcio Costa, deu início ao ensino da disciplina urbanismo no Brasil. O arquiteto *trabalhou intensamente* em projetos governamentais durante o primeiro governo Vargas (LOPES, 2003:41). Seu traço de inspiração modernista, inspirado por Le Corbusier, influenciou o planejamento de prédios públicos e de moradias populares. Entre seus trabalhos, destacam-se o Plano de Goiânia (1933), o Plano de Urbanização do Vale do Paraíba (1940), a antiga Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont – RJ (1937-1938), além de ter idealizado a “Cidade dos Motores” (1943), projeto de cidade operária ligada a FNM, que não chegou a se concretizar. (Além de LOPES *ibid*, ver também MOREL, 1989; RAMALHO, 1989 e SOUZA, *op. cit.*).

<sup>44</sup> O trabalho de LOPES (*op. cit.*) demonstra a relação entre o projeto de Corrêa Lima e o modelo da *Cidade Industrial* de Tony Garnier (1869-1948) publicado em 1917. Tomando por base a sua cidade de Lyon, o urbanista francês elaborou um projeto de inspiração socialista para uma cidade industrial cuja principal atividade seria a siderurgia-metalurgia. Embora Lopes aponte as críticas de Le Corbusier ao projeto de Garnier, o autor considera a *Cité Industrielle* “um dos modelos utópicos mais emblemáticos do pensamento urbanístico moderno” (*Ibid.* p. 12).

As ruas da cidade ganharam números em vez de nomes, enquanto que as casas e os bairros residenciais foram planejados variando localização, tamanho dos lotes, taxa de ocupação, tipos de residência, comodidades, área verde, espaço para lazer etc. Esses padrões distintos visavam contemplar e diferenciar seus respectivos destinatários: diretores, engenheiros, mestres, contra-mestres, operários.

...em Volta Redonda a estruturação espacial reproduzia com a cumplicidade da topografia, a hierarquia da empresa (MOREL, 1989:69)

Quanto mais alto o cargo ocupado por um empregado na empresa, mais alta tenderia a estar situada sua casa nas curvas de nível do terreno. Essa relação podia traduzir-se também em distância da usina. No bairro do Conforto, os operários conviveriam com a poluição. A sede da Fazenda Santa Cecília, preservada num vale afastado da usina serviria mais tarde como residência do presidente da CSN. O bairro do Laranjal foi destinado aos técnicos e diretores da empresa. O melhor hotel da cidade, o Bela Vista, que abrigou os consultores norte-americanos, também foi situado no alto. Um hotel comercial foi previsto na parte baixa, junto à estação ferroviária (LOPES, 2003:76).

Assim o endereço de uma pessoa em Volta Redonda fornecia implicitamente a informação sobre seu status dentro e fora da Companhia (LASK, 1991:137).

Mesmo ocupando um “lugar” inferior neste ordenamento, os bairros operários contavam com um padrão de moradias bastante acima da média das habitações populares brasileiras da época, mesmo que isso significasse contar com água, esgoto, luz e pavimentação. Estudos e depoimentos que abordam esse período destacam a divisão da cidade em duas partes. O conjunto de moradias e prédios comerciais construídos pela Companhia, ou a cidade operária, como figurava nos documentos oficiais da empresa, tornou-se mais conhecido como a “Cidade Nova”, em oposição à “Cidade Velha”, como foi denominado o núcleo original que deu origem ao distrito.

Aos primeiros bairros construídos entre 1942 e 1945 somaram-se outros bairros operários seriam planejados e erguidos dentro dos domínios da empresa entre os anos 1950 e início dos 1960. Também como parte do projeto inicial, foram mantidas atividades da Fazenda Santa Cecília, garantindo o abastecimento de leite, frutas e verduras para a cidade, bem como sua sede foi reformada para abrigar os eventuais hóspedes ilustres da Companhia. Em meados dos anos 1960, foi construído um prédio de 16 andares para a administração da CSN, próximo à entrada principal da usina, na Vila Santa Cecília.

Na década de 60, cidade e empresa cresciam. Novo símbolo do poder da empresa surgia no espaço, grande e monumental para ser visto por todos em qualquer ponto da cidade. É

construído o Escritório Central da CSN, símbolo do poder e do controle da empresa sobre seus trabalhadores e a cidade, símbolo do poder do Estado (FERNANDES, 2001:29)

Na mesma área junto ao Escritório Central também foram construídos o Centro de Pesquisa e o Arquivo da Companhia. Segundo o plano original de Atílio Corrêa Lima, este exato local seria destinado à construção da prefeitura da cidade<sup>45</sup>. A estrutura piramidal da cidade operária estaria assim completa com a construção desse complexo prédios responsáveis, ao mesmo tempo, pelo *exercício do poder* e pelo *registro do saber* (FOUCAULT, 2004:211).

São mais do que conhecidos os objetivos de controle e pressão sobre os trabalhadores que acompanham o fornecimento de moradia por parte da empresas. Diversos estudos dedicados a esse tema, sejam eles de matriz sociológica, historiográfica ou política, tomam como ponto de partida as idéias desenvolvidas por Michel Foucault sobre os sistemas disciplinares. Os elementos constitutivos do *poder disciplinar*<sup>46</sup> de que trata o autor manifestam-se em um conjunto de instituições e formas de ordenamento do espaço.

Com o desenvolvimento dos empreendimentos industriais no século XIX, o controle imposto pelos patrões transpassa os muros das fábricas. O *poder disciplinar* passa em grande medida a se estender ao mundo extrafabril. Seu exemplo clássico, o sistema de fábricas com vila operária, desenvolveu-se na Europa desde a Revolução Industrial, difundindo-se, assim como a industrialização, para outras partes do globo.

As grandes empresas não limitam seu controle ao perímetro da fábrica. Elas tentam estendê-lo à vida cotidiana dos trabalhadores, através de todo um conjunto de instituições e uma política de ordenamento do espaço, chegando até à constituição de verdadeiras cidades industriais. (PERROT, 2001:71)<sup>47</sup>

De um modo geral, as vilas ou cidades operárias apresentavam-se como uma estratégia de fixação dos trabalhadores e, sobretudo, como uma forma bastante satisfatória de controle sobre os custos de manutenção, alocação e reprodução da mão-de-obra. Somam-se a isso as vantagens para o capitalista em termos de disponibilidade, pontualidade e assiduidade dos trabalhadores. Para PERROT (op. cit.), a gênese do sistema disciplinar das fábricas estaria na própria resistência imposta ao regime fabril de trabalho pela população de origem rural. “Benefícios” e controle não se restringiriam aos trabalhadores, mas em parte foram estendidos

---

<sup>45</sup> Com a emancipação de Volta Redonda, o Palácio 17 de julho, sede do governo municipal, foi construído na “cidade velha”, fora dos domínios da CSN, área compreendida hoje pelo bairro Aterrado.

<sup>46</sup> Organização do espaço, controle do tempo, vigilância e conhecimento (FOUCAULT, op. cit.).

<sup>47</sup> Para uma referência nos estudos do trabalho e da vida nas cidades industriais, ver, entre outros, ENGELS (1985), THOMPSON (1987) e HOBSBAWN (1987).



a seus familiares. O objetivo de fixação da mão-de-obra fez com que os “olhares” das empresas fossem redirecionados para a “família operária” como um todo, como destaca Foucault sobre as cidades operárias construídas na Europa do século XIX.

A família operária será fixada; será prescrito para ela um tipo de moralidade, através da determinação de seu espaço de vida, com uma peça que serve como cozinha e sala de jantar, o quarto dos pais (que é o lugar da procriação) e o quarto das crianças. Às vezes, nos casos mais favoráveis, há o quarto das meninas e o quarto dos meninos (FOUCAULT, 2004:212)

No Brasil, a presença de fábricas com vilas operárias é percebida desde fins do XIX e início do XX (DECCA, 1987). Também não são poucos os exemplos em que as “chaminés” e instituições que regulam as fábricas se sobrepõem ao poder público, constituindo-se como o *poder local de fato*, para usar as idéias e expressões de LEITE LOPES (1988)<sup>48</sup>.

Observar que as vilas e cidades operárias foram uma resposta histórica dada pelo capitalismo industrial à necessidade de imobilização, controle e adesão da mão-de-obra não significa fechar os olhos para as especificidades de sua ocorrência no Brasil ou muito menos para as particularidades históricas, políticas e sociais envolvidas no caso de Volta Redonda. Mas o que fez de Volta Redonda um caso tão singular? Recorremos aos estudos sobre o poder e disciplina dentro e fora das fábricas, bem como citamos outras experiências fabris, para destacar semelhanças e particularidades da cidade operária construída em torno da CSN.

Se pudéssemos reduzi-las a um único aspecto, o que chama a atenção para Volta Redonda são as proporções monumentais, tanto objetivas quanto simbólicas, envolvidas em sua experiência particular. A implantação da siderurgia pesada colocaria a indústria e o país em um outro patamar de desenvolvimento, trazendo conseqüências para o plano da organização das empresas e das relações de trabalho no Brasil. Parte das características do projeto da Cidade do Aço estaria assim ligada ao contexto de transição industrial dos anos 1940 e 50.

A implantação desse novo segmento industrial, ao promover uma mutação na economia brasileira, originará um novo estilo de cidade-empresa, não mais associada à figura do empresário (pessoa física), mas à empresa enquanto instituição (PIQUET, 1998:25)

Se por um lado o caso da CSN se assemelhava a outros abarcados pelas idéias de fábrica com vila operária e “cidade-empresa”, quando os trabalhadores se encontram

---

<sup>48</sup> Análises sobre o sistema de fábrica com vila operária podem ser encontradas, entre outros, em DECCA (ibid), RAMALHO (1989), FONTES (1997), ALVIM (1997), PIQUET (1998), além do trabalho de MOREL (1989) sobre a própria CSN. Já a homologia entre as estruturas de moradia e a hierarquia observada no processo de trabalho foi analisada pelo mesmo autor (LEITE LOPES, 1978) em seu estudo sobre os operários do açúcar em Pernambuco.

subordinados a um mesmo poder no trabalho e no local de moradia (LEITE LOPES, 1988; FONTES, 1997 e PIQUET, 1998), Volta Redonda carregava uma forte marca pelo fato de este agente ser o Estado. A Cidade do Aço surgiu, portanto, do “Estado Patrão”, para usar a expressão de RAMALHO (1989). E mais ainda, estamos falando do Estado Novo e do poder personificado na figura do “Pai dos Pobres”, Getúlio Vargas, o que por si só já daria um outro escopo ao empreendimento. Mas por que outros grandes projetos, mesmo ligados à indústria de base dos anos 1940 e 50, não atingiram as proporções da Cidade do Aço?

Tomemos como referência duas das outras empresas estatais criadas na época. No primeiro exemplo, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), apesar da construção de vilas operárias e do controle sobre a vida privada de seus trabalhadores, a “Cidade dos Motores”, projeto original semelhante ao de Volta Redonda, não se concretizou. Já a Companhia Vale do Rio Doce estabeleceu-se em Itabira - MG, uma cidade já constituída, mesmo que com a construção de bairros operários, a partir de sua expansão nos anos 1950, a empresa passasse a sobrepor seu domínio para a cidade.

Primeiramente, podemos considerar Volta Redonda como a única experiência de cidade-operária totalmente construída por uma empresa estatal. Segundo, em Volta Redonda tal estratégia de atração e fixação da mão-de-obra se estendeu a trabalhadores de todos os níveis de qualificação, não apenas aos mais especializados. Ainda que as estratégias de imobilização da mão-de-obra, sobretudo da mais qualificada, fossem observadas em outros exemplos de vilas e regiões operárias, Volta Redonda constituiu-se como um caso bastante singular.

Além dos aspectos produtivo e econômico, Volta Redonda foi parte de um projeto de cunho político-ideológico. A Cidade do Aço foi construída para forjar não só aço, mas trabalhadores para o Novo Brasil. Todas as forças governamentais foram voltadas para a construção de uma “Cidade Símbolo”, com operários e relações de trabalho também exemplares. Esse padrão deveria ser seguido, nos setores público e privado, para a superação do passado agrícola. De certo modo, a profecia do país industrial dos discursos oficiais se autocumpria em Volta Redonda.

O “modelo” da CSN, com seu controle sobre a reprodução dos trabalhadores, seus planos assistenciais e a construção de moradias, era, pois, comum no setor siderúrgico em diversos países desde o início do século; no caso da siderurgia no Brasil, por exemplo, muitas das características da forma de gestão implantada já vinham sendo adotadas pela Companhia Belgo-Mineira. Porém, o fato de ser uma empresa estatal conferia uma conotação própria, na medida em que esses mecanismos, além de constituírem uma estratégia de fixação da força de trabalho desempenhavam um papel político importante: reforçavam os laços corporativos entre os trabalhadores e a Companhia e, por extensão, ao Estado (MOREL, 1989:121)

O futuro da indústria e das relações de trabalho no Brasil preconizava envolvimento por parte dos trabalhadores, responsabilidades do lado da empresa e mediação e controle para o novo papel do Estado. Não foram poucos os elementos envolvidos na política de gestão da força de trabalho na CSN que a aproximaram do sistema *paternalista* identificado por PERROT (2001) nas grandes indústrias de vidro, forjas e têxteis do século XIX<sup>49</sup>.

O patrão é visto como o pai que proporciona trabalho aos seus filhos, protege-os, associa-os à história da família (festas de casamento ou outros acontecimentos familiares) (PERROT, *ibid.* p. 83)

MOREL (1989:118) aponta algumas restrições e limites desta analogia com o paternalismo. Embora presença física do patrão fosse substituída por um sistema disciplinar mais impessoal<sup>50</sup>, a autora destaca que a Companhia e o Estado se faziam presentes em “cerimônias institucionais”, termo de GOFFMAN (1974) usado pela autora. Deste calendário “festivo” faziam parte o Primeiro de Maio, outras datas como Natal etc. e o Nove de Abril, dia de fundação da CSN. Além disso, segue a autora, tudo era *motivo de comemoração e reforço dos laços corporativos com a empresa*, referindo-se também a competições esportivas e aos “Boletins de Serviço” *onde se lembravam insistentemente os benefícios sociais concedidos, bem como o quanto a Companhia gastava com o bem-estar de seus empregados* (MOREL, *op. cit.* p. 139).

De um modo mais seguro, o que podemos perceber é a atualização, ou reinvenção, de algumas dessas práticas em um novo contexto cujo pano de fundo é a moderna indústria sob o controle do Estado. A exaltação da “família siderúrgica”, constituída pelo Presidente “Pai dos Pobres”, a “Mãe CSN” e os filhos trabalhadores, celebrava os laços corporativos entre trabalhadores, empresa e Estado.

Diversos autores já mostraram como a imagem da “família” é recorrente nos discursos oficiais durante o Estado Novo: o povo constituiria a “família”, protegida pelo presidente, o “pai dos pobres”, expressando a relação de tutela e os laços corporativos entre o Estado e a classe trabalhadora.

---

<sup>49</sup> A autora define como elementos básicos do paternalismo industrial: 1) *presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal*; 2) *linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários*; 3) *adesão dos trabalhadores a esse modo de organização*. (PERROT, *ibid.* p. 83)

<sup>50</sup> Assim como MOREL (*ibid.* p. 135), refiro-me aqui à comparação com a FNM, onde a presença física do Brigadeiro Guedes Muniz era marcante. Usando o termo “teatralização da dominação” (THOMPSON, 1987; LEITE LOPES, 1978 e ALVIM, 1997), RAMALHO (1989:76-78) destaca a importância não só da demonstração cotidiana do poder, mas de todo um conjunto de atos e “encenações” que faziam parte dessa estratégia pessoal de dominação. Assistir aos trabalhadores chegarem às seis da manhã acenando aos que olhavam e almoçar ou jantar junto com os mesmos fazia parte do estilo pessoal do “Brigadeiro”.

No mesmo sentido, a expressão “família siderúrgica” aparece com frequência nos documentos e jornais internos da CSN, aludindo ao espírito de colaboração e união que deveria existir entre todos, chefes e subordinados, dirigentes e trabalhadores (MOREL, 1989: 78-79)<sup>51</sup>

No plano da gestão da força de trabalho, Volta Redonda também deve ser pensada no contexto maior da legislação social estabelecida nos anos 1940. Pensamos o Estado Novo (1937-1945) como um processo de incorporação de elementos constitutivos tanto da lógica do empresariado, quanto das lutas dos trabalhadores em um novo plano político, numa nova agenda centralizada pelo Estado.

A mudança econômico-social do país, ou a transição do modelo rural ao urbano-industrial, teria sua gênese, ou sua maior representação simbólica, na idéia de criação do “Novo Trabalhador” patrocinada pelo Estado. A existência de uma cidade operária *forjando aço e trabalhadores* para o Brasil (MOREL, 2001:58), constituiu-se como um exemplo não só para os “trabalhadores do Brasil” de Vargas, mas simbolizava o curso pretendido para a transformação do país. Constituir esse trabalhador implicava construir uma nova “família”, estendendo a intervenção do Estado aos jovens e mulheres.

Construir a “família siderúrgica” implicou por parte da CSN um jogo articulado de estratégias que variaram em relação aos objetivos bem como os alvos visados. De um lado, guiada pela preocupação de assegurar um mercado permanente de trabalho saudável e produtiva, a CSN estabeleceu um conjunto de mecanismos e dispositivos disciplinares que terão como alvo a família operária, especialmente a mulher, a criança e o adolescente. De outro lado, indicando um segundo sentido da expressão, a Companhia estabeleceu mecanismos que, no espaço interno da fábrica, instaurassem regras, proibições e incitações a fim de assegurar a cooperação e o bom comportamento. Ambos os conjuntos de medidas, isto é, tanto aquelas que atuavam na esfera fabril, quanto as do espaço extrafabril, visavam aprimorando o trabalhador de hoje e do futuro. (MOREL, 1989: 116-117).

O Serviço Social da CSN tinha como função principal orientar as mulheres dos operários quanto à arrumação e uso das casas, o convívio em vizinhança e a organização de festas comunitárias. Com esse objetivo a empresa também promovia cursos de corte e costura

---

<sup>51</sup> Semelhante ao fenômeno observado na Europa do século XIX, o paternalismo industrial ganhou força no Brasil das décadas de 1940 e 50. Essa estratégia de controle da mão-de-obra e, principalmente, a idéia de formação de uma “família” não se restringiam a CSN ou a outras empresas estatais, como a FNM estudada por RAMALHO (1989). Também no setor privado, o apelo à formação de uma “família” constituía um recurso de dominação. O estudo de FONTES (1997) sobre a Nitro Química, empresa localizada no bairro operário de São Miguel Paulista, região leste da cidade de São Paulo, mostra como *tais imagens amplamente difundidas pelo Estado influenciaram e sofisticaram ainda mais o discurso patronal na Nitro Química* (ibid. p. 47-52). No caso dessa empresa, a expressão *Família Nitrina* era recorrente dos anos 1950 nos discursos de seus proprietários e, sobretudo, no *Nitro Jornal*, órgão de informativo da empresa e, segundo o mesmo, *espelho da grande Família Nitro Química*.

e prendas domésticas (DIAS, 2003:43)<sup>52</sup>. Já a Escola Profissional da CSN seria o meio de os filhos de trabalhadores serem introduzidos à *hierarquia, disciplina e ritmo de trabalho da empresa, além de contribuir para difundir o “espírito” de colaboração entre os integrantes da “família siderúrgica”* (MOREL, 1989:111).

É manifesto o tom arbitrário e civilizatório que permeava o discurso e as intervenções do Estado sobre a classe trabalhadora nos anos 1940 e 50, contexto no qual se insere a visão de Edmundo Macedo Soares e Silva sobre os trabalhadores que viriam a construir Volta Redonda.

Os homens que vieram construir Volta Redonda, espontaneamente ou recrutados em seus estados, eram bisonhos, quase sempre mal tratados, completamente ignorantes do que seria uma usina siderúrgica. Vieram como teriam ido para um garimpo procurar trabalho, remuneração. Em geral, só conheciam quatro ferramentas: a enxada, a foice, o machado e o facão. Como produtores de energia, além deles, sabiam que existiam o boi, o cavalo e muares; a eletricidade era para eles uma força misteriosa, ignorada na maioria dos lugares do país (Macedo Soares e Silva, 1979. Citado por MOREL, *ibid.* p. 76)

Na (trans)formação desses homens atuou uma articulação entre diferentes agentes e saberes – arquitetos, engenheiros, médicos, enfermeiras, assistentes sociais – constituindo a estrutura piramidal do sistema disciplinar (FOUCAULT, 2004; MOREL, *op. cit.* p. 69). Levando em conta as especificidades do Estado como gestor, os trabalhos de RAMALHO (1989), sobre a FNM, e MOREL (*op. cit.*), sobre a CSN, destacam a importância da militarização das relações de trabalho para o cumprimento desta tarefa disciplinar<sup>53</sup>. Mais particularmente, os engenheiros militares ocupavam uma posição crucial nesta hierarquia de saberes. Diretores das empresas estatais estratégicas, esses militares percebiam a si mesmos

---

<sup>52</sup> Embora cumprissem importante função na reprodução social e da estabilidade da “família siderúrgica”, as mulheres eram pouco representativas no plano do trabalho produtivo. Ainda que a mão-de-obra feminina fosse empregada desde 1948 no setor de classificação de folha de flandres, o apelido “vira-latas” dado a essas trabalhadoras é indicativo do estigma atribuído às mulheres dentro do processo de trabalho (MOREL, 1989:133-134). Para uma análise do trabalho e da identidade das “Classificadoras” ver CANOSA, 1987. Para a problemática do trabalho feminino em ocupações tradicionalmente masculinas ver PONTES, 2002.

<sup>53</sup> A militarização de setores considerados estratégicos foi assegurada por uma série de decretos presidenciais editados entre 1941 e 45, tendo como objetivo “adequar” a economia do país ao contexto da 2ª. Guerra Mundial. Entre os principais, o Decreto-Lei Nº. 3.080, de 28 de fevereiro de 1941, regulamentava o aproveitamento de oficiais das forças armadas e de funcionários públicos civis para o trabalho na CSN; o Nº. 4.270, de 17 de abril de 1942, estabelecia a prioridade das exigências da Segurança Nacional enquanto durasse a guerra; o Nº. 4.937, de 9 de novembro de 1942, regulava o funcionamento dos estabelecimentos considerados de interesse militar. Entre outras normas, seria considerado desertor o trabalhador (desses estabelecimentos) que faltasse mais de oito dias ao trabalho; e o Nº. 11.087, de 10 de dezembro de 1942, incluía, entre outras, a Companhia Siderúrgica Nacional no grupo de estabelecimentos considerados de interesse militar.

não apenas como gerentes técnicos, mas como verdadeiros educadores e reformadores sociais<sup>54</sup>.

A questão da educação do trabalhador está presente no texto<sup>55</sup>, reafirmando a preocupação com o social e com as melhorias materiais, se contrapondo, no entanto, a um preconceito contra os trabalhadores, através da sedimentação de uma hierarquia necessária para nortear as concessões e benefícios concedidos pelo Estado e pela empresa. A partir de uma concepção moral do trabalho, oriunda da posição de classe dos seus dirigentes e da nação, defendida pelos setores políticos de sustentação do Estado Novo, a FNM, através do seu presidente, propunha um enquadramento do trabalhador dentro dos princípios de uma educação técnica e disciplinar, voltada para a indústria. Este processo, no entanto, não considera, a priori, qualquer possibilidade de contribuição por parte do trabalhador, tomando-o como um “ser sem cultura”, o que vai indicar uma característica importante do tipo de dominação que se implantava na fábrica nessa fase inicial. (RAMALHO, 1989:45-46)

Imediatamente ao chegarem em Volta Redonda, os trabalhadores sofriam o impacto desse verdadeiro processo “civilizatório” orquestrado pela Companhia e pelo Estado brasileiro.

O caminhão chegava lotadinho de homem, tudo sentado. Chegava e ia lá no hospital central, no prédio antigo, quase na entrada da usina. Ali descia um por um do caminhão e dava o nome. Tinha muitos que não sabiam o nome, aí eles batizavam. Tinha muitos que não sabiam o endereço, não sabiam o nome do pai, não sabiam o nome da mãe. O agenciador é que dava o nome. (entrevista de um operário aposentado, apud MOREL, 1989:98)

Quando um operário chegava a Volta Redonda ele era despido, ele e toda sua família. E nós vestíamos roupas novas neles. Dávamos banho, passávamos pelos médicos e dávamos roupas novas. E as roupas antigas eram lavadas e guardadas. Colocadas dentro de um saco e guardadas com o nome deles, porque era gente muito suja e doente. (entrevista de Macedo Soares e Silva, apud MOREL, *ibid.* p. 96)

A perda ritual<sup>56</sup> da roupa e dos pertences, ou o “desnudamento”<sup>57</sup> comum às instituições totais (GOFFMAN, 1974), foi vivida pelos “pioneiros” da CSN apenas como

---

<sup>54</sup> Para Edmundo Macedo Soares e Silva, por exemplo, *o engenheiro não era apenas um especialista que calcula, desenha e projeta, mas tinha uma função social da maior importância: deveria ser também “gerente, educador, e organizador que conduz as reformas sociais”* (MOREL, 1989:75). Quanto à atuação de Macedo Soares, em especial, *o Diretor industrial tornou-se um “pau para toda obra”, cuidando de pedidos de aumento de moradia até bolsa de estudo para um filho de operário* (LASK, 1991:99).

<sup>55</sup> Discurso do Brigadeiro Antônio Guedes Muniz, idealizador e diretor da FNM durante o Congresso Brasileiro da Indústria (1945), citado pelo autor.

<sup>56</sup> O rito de admissão à *Companhia* é comumente tratado pela bibliografia como um rito de passagem, no sentido que marcava a transformação daquele trabalhador (VEIGA e FONSECA, *op. cit.*) e a pressão pelo abandono de sua história precedente (MOREL, *op. cit.*).

<sup>57</sup> Uma vez que o recrutamento para o trabalho na CSN também se dava por intermédio de agenciadores pagos por trabalhador, devemos estar atentos às observações feitas por LEITE LOPES (1988:43-45), a partir do caso da Companhia de Tecidos Paulista. Segundo o autor, o processo de “desnudamento” teria início anteriormente ao primeiro contato com a empresa, dado que as famílias de trabalhadores eram em sua maioria aliciadas por esse tipo de agentes. Este “desnudamento prévio”, mais do que uma mera separação dos indivíduos *de seus bens, de suas coisas* ou *de sua concepção de tempo*, significa principalmente a perda das suas *condições de produção e de reprodução social* ou, em última análise, a proletarianização do grupo social ao qual pertenciam.

parte de um longo estado liminar que submetia esses trabalhadores e suas famílias aos olhares de médicos, assistentes sociais, supervisores e guardas da empresa<sup>58</sup>. O processo de “fichamento na Companhia” vivido pelos trabalhadores também simboliza o peso sobre estes da necessidade de ruptura com o passado que deveria marcar não apenas o trabalho na usina, mas a edificação de um projeto nacional. Estariam excluídos desse projeto tanto os elementos relacionados a um passado rural da nação, ou mesmo as histórias pessoais dos trabalhadores (MOREL, 1989).

Para além dos projetos e discursos oficiais, essa idéia de transformação seguiu povoando um imaginário, por vezes ambíguo, das diversas gerações de homens e mulheres, trabalhadores e moradores de Volta Redonda.

Meu pai sempre dizia que nunca mais voltaria para a enxada. (...) Ele foi sempre um homem trabalhador que fazia serão na fábrica durante anos a fio. Por vezes reclamava da exploração e das condições de trabalho, mas era agradecido à CSN por ter “permitido” que ele não voltasse mais à enxada para viver e por ter podido criar os 8 filhos, sobreviventes, fora da roça. O amor à terra e à plantação fazia parte do seu ser, e meu pai sempre manteve uma plantaçãozinha, para onde ia todos os dias (Isaque Fonseca, ex-operário e diretor do SMVR. VEIGA e FONSECA, 1990:17)

A literatura sobre Volta Redonda, por sua vez, fartamente retrata o impacto da CSN, e por extensão do Estado Novo, no imaginário dos trabalhadores. A reafirmação da transição do meio rural ao urbano patrocinada pelo presidente “pai dos pobres”, por exemplo, está sempre presente nas idéias de passagem *da enxada ao relógio de ponto, de jeca-tatu a arigó* (SOUSA, 1989:13) ou de *arigó de obra a arigó de usina* (BEDÊ, 2004:73), reafirmando a transformação do *homem da roça em trabalhador industrial* (SOUZA, 1992:196). *Arigó*, nome dado a uma ave migratória, tornou-se uma espécie de sinônimo que designa primeira geração de trabalhadores da CSN<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Assim como no caso da FNM descrito por RAMALHO (1989), a guarda da empresa, criada em 1942, contava com uma prisão própria, e se mostrava como uma peça-chave para a disciplina imposta aos operários e moradores de Volta Redonda.

<sup>59</sup> Essa analogia entre trabalhador e pássaro migratório está presente em diversos momentos da história da formação da classe trabalhadora brasileira, alimentando inclusive algumas controvérsias. De um modo geral, o termo *arigó* foi bastante utilizado como auto-referência por trabalhadores nordestinos que migraram para os seringais da Amazônia, seja no início do século XX ou durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que se tornariam mais conhecidos como “soldados da borracha” (GUILLEN, 2001 e SANTOS e MUAZE, 2002:34-35). Entre os trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores (FNM) nos anos 1940, *arigó* designava a força de trabalho mais contingente, ocupada na construção e menos qualificada para o trabalho industrial (RAMALHO, op. cit. p. 61 e 79). O *Novo Dicionário Aurélio*, por sua vez, registra *arigó* como *indivíduo rústico; matuto, caipira*. A canção *Viva o arigó* (Documento 3 – ANEXO I), entretanto, reafirma uma imagem positiva e ligada ao trabalho. Composto por Geraldo Nunes, este baião foi gravado por Luiz Gonzaga em 1964. Outra canção do mesmo álbum de Gonzaga, *Triste partida*, inclusive que dá título ao disco, tornou-se uma espécie de hino para muitos migrantes nordestinos. Trata-se de um poema de Patativa do Assaré que narra o drama de uma família

Uma vez que rejeitamos a concepção que atribui um caráter passivo à força de trabalho, ao pensar a história da constituição de Volta Redonda não poderíamos deixar de observar como a classe trabalhadora brasileira esteve bastante presente no seu *fazer-se*, no sentido dado por THOMPSON (1987), participando ativamente na sua formação a despeito do poder controlador do Estado.

Dizer, portanto, que a “palavra” está com o Estado não é assumir a construção de um discurso à revelia da classe trabalhadora. O esforço deste trabalho é justamente romper com a idéia de um Estado todo-poderoso que atua sobre uma tábula rasa, pela compreensão da natureza dos laços que possibilitam o pacto entre Estado e trabalhadores, pacto através do qual ambos os termos se definem e passam a atuar.

A ruptura que teria ocorrido entre a “palavra operária” e a proposta do Estado é portanto relativa, uma vez que se observa que não só os interesses materiais dos trabalhadores, como também muitos de seus valores e tradições foram incorporados em outro contexto discursivo. (GOMES, 2005: 27-28)

O Estado Novo (1937-1945), ou a “Era Vargas” como um todo, período em que os trabalhadores e patrões dividiram a cena com o Estado, encontra-se subordinado à dinâmica particular de nossa sociedade. Ainda que tenha imprimido certas características nas relações entre capital e trabalho, esse momento histórico constitui apenas uma etapa do processo de formação de classes no Brasil. Deste modo, as “vozes” *incorporadas* pelo discurso e pelas políticas de Estado não se restringiram àquelas pertencentes aos interesses e valores dos trabalhadores. FONTES (1997) mostrou que o mesmo *universo de idéias e propostas de desenvolvimento industrial e gestão fabril executado pelo Estado em suas empresas* era compartilhado pelo empresariado nacional dos anos 1940 e 1950.

Diversos elementos componentes do chamado corporativismo estatal estavam também presentes na sociedade. Suas idéias e propostas não eram formuladas por um Estado “todo-poderoso” que pairava acima das classes, mas pelo profícuo relacionamento entre as políticas estatais balizadas pela ideologia corporativa com as experiências concretas no chão da fábrica de industriais que a compartilhavam e enriqueciam. (FONTES, *ibid.* p. 19)<sup>60</sup>

Do mesmo modo como incorporava ou mesmo desarticulava o discurso operário, a dinâmica corporativa, contraditoriamente, consolidava parte das antigas lutas dos

---

que, fugindo da seca, parte em direção a São Paulo, deixando tudo para trás. Em meio a trabalho, saudade e pobreza no *Sul*, a angústia da perda das perspectivas de realização do *plano*, ou sonho, *de um dia voltar*.

<sup>60</sup> O autor toma como principal referência a Nitro Química, empresa de propriedade das famílias Ermírio de Moraes e Lafer, fundada nos anos 1930 e que também se tornou “estratégica” durante a Segunda Guerra Mundial. Para além das *afinidades* entre os proprietários da Nitro Química e o Presidente Vargas (Horácio Lafer chegou a ser Ministro da Fazenda de Vargas nos anos 1950), o autor destaca que: *as afinidades entre proprietários da Nitro e governo iam [...] além da eventual amizade entre capitalistas e governantes, ou dos visíveis interesses econômicos de ambos. Pode-se dizer, assim, que a Nitro Química foi uma empresa exemplar e paradigmática de um período da história brasileira e de um modelo de relações entre trabalhadores e patrões* (FONTES, *loc. cit.*).



trabalhadores, bem como criava novas esferas de atuação para as organizações operárias. Ainda no plano institucional, a análise que FRENCH (2001) faz sobre Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 demonstra como a ação do Estado, no que se refere à legislação trabalhista, encontrou resultados *inesperados e mesmo paradoxais*.

A CLT se opunha à organização autônoma da classe, mas não era “em essência”, ou necessariamente, antioperária. O “significado” da intervenção do Estado corporativista, que respondeu a impulsos contraditórios, variou sistematicamente de acordo com a correlação de forças entre as classes, regiões e facções em cada nível da estrutura de poder. E a ação do Estado – contra os desejos dos corporativistas – de fato contribuiu para a criação de um espaço que **poderia ser e foi** usado para a auto-organização e a mobilização dos trabalhadores. (FRENCH, *ibid.* p. 32-33. Grifos no original)

Em Volta Redonda, podemos considerar a criação do Sindicato dos Metalúrgicos em 1945 um dos resultados desse caminhar de vias inesperadas. MOREL (1989:123-127) destaca que dois fatos marcaram o surgimento da entidade. O primeiro refere-se ao fato de sua criação não contrariar os interesses da Companhia, sendo inclusive incentivada por sua diretoria. Isso se explica por suas características iniciais de “sindicato-empresa”, que naquele momento se encontrava em consonância com o modelo corporativo, garantindo a articulação dos trabalhadores à empresa e ao governo. O segundo ponto diz respeito à participação de militantes do Partido Comunista não só na criação do sindicato, mas também nas mobilizações locais.

As características de uma cidade-empresa, onde a gestão da fábrica e do espaço encontra-se concentrada nas mãos de um mesmo agente, proporcionou outras formas de ativismo além da entidade sindical. Assim como o controle exercido pela Companhia, os pequenos atos de rebeldia cotidiana, ou a “microfísica da resistência” (LEITE LOPES, 1988), não se restringia ao interior da empresa. A contraposição ao poder da usina também foi alimentada pelos usuários dos bens públicos fornecidos pela CSN e demais moradores de Volta Redonda aspirantes aos mesmos. O fato de a Companhia ser responsável pela moradia dos seus trabalhadores e pelos demais serviços públicos da cidade<sup>61</sup> fez com que fosse desenvolvida entre trabalhadores e moradores de Volta Redonda uma cultura de reivindicação que tinha na CSN seu principal alvo. Como veremos adiante, esse potencial associativo se

---

<sup>61</sup> O Boletim de Serviço N°. 2 da CSN de 07/01/1948 (apud MOREL, *op. cit.* p. 128) lista como serviços urbanos e de utilidade pública mantidos pela Companhia: conservação de estradas e ruas, manutenção e conservação de parques e jardins, horto florestal e reflorestamento, limpeza urbana, manutenção de redes de água e esgotos, manutenção das redes de energia elétrica, transportes coletivos, polícia, bombeiros e banda de música.

estenderia nas décadas seguintes para áreas muito além das questões apenas econômicas ou trabalhistas<sup>62</sup>.

Assim, se tais comunidades [...] foram orientadas por princípios de controle da reprodução e disciplinamento de populações operárias, visando com maior ou menor intensidade a construir trabalhadores-modelos, o feitiço muitas vezes se virou contra o feiticeiro: ainda que ciente dos riscos de generalizações apressadas, podemos dizer que estas situações em que o empresário é simultaneamente proprietário das casas dos operários e administrador da esfera urbana, condicionam fortemente as formas assumidas pelo conflito entre o capital e o trabalho. A expansão dos campos de conflito pode, em determinadas conjunturas, favorecer a transparência das múltiplas dimensões da dominação – enquanto exploração do trabalho e espoliação urbana. Nestes casos, em que o trabalhador se defronta com o capitalista enquanto operário na fábrica, inquilino das casas da empresa, consumidor e usuário dos equipamentos coletivos, pode ocorrer o que KOWARICK (1988)<sup>63</sup> chamou de “momentos de fusão dos conflitos e reivindicações”. Além disso, a proximidade de habitações cria condições para o estabelecimento de laços de sociabilidade e solidariedade entre trabalhadores na qualidade de moradores de um mesmo bairro ou vila, favorecendo a formação de uma cultura operária. (MOREL, 1989:237-238)

Na esfera do trabalho, a noção de “dádiva” enfatizada pelo Estado populista fora substituída pela de “direito” garantido por lei, e reivindicado pelo Sindicato. Viu-se surgir também no âmbito das questões urbanas uma forte relação entre o movimento operário e as demais instituições e movimentos sociais (como a Igreja Católica, os partidos políticos e as demais associações civis), cujo resultado prático foi uma ampliação da luta por cidadania (MOREL, 2001 p. 74-75)<sup>64</sup>.

A bibliografia sobre o tema também tem mostrado outro ponto comum na trajetória do sistema fábrica-vila operária. Em muitos casos, o desenvolvimento econômico aliado ao crescimento populacional no entorno das vilas operárias culmina com o “transbordamento” da área sob controle da empresa.

As povoações nucleadas em torno de uma vila operária fabril obedeceriam assim a um padrão de crescimento, que tem geralmente como ponto de partida a instalação de indústrias em lugares despovoados aliada a um movimento de expansão industrial apresentando carência de mão-de-obra, e como ponto de chegada o transbordamento da vila operária, que passa a ser

---

<sup>62</sup> Já na década de 1950, os primeiros sinais de crescimento do poder do sindicato dos metalúrgicos eram dados por sua habilidade em intervir na política de gestão da empresa, não só em seu interior, mas também no plano urbano (MOREL, 1989).

<sup>63</sup> KOWARICK, Lucio. “As Lutas Sociais e a Cidade: repensando um objeto de estudo”. Em: *As Lutas Sociais e a Cidade – São Paulo: passado e presente*. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1988.

<sup>64</sup> Desde fins dos anos 1980, uma considerável bibliografia vem questionando a idéia de “passividade” ou “economicismo” quanto à atuação dos sindicatos no período entre 1945 e 1964. A idéia geral é de que mesmo quando predominaram o poder do Estado e as demandas econômicas na pauta de reivindicações, isso não excluía demandas políticas ou por garantia de direitos por parte dos trabalhadores (Cf., entre outros, GOMES, 2005 e MATOS, 2003).

apenas o núcleo original de uma cidade maior, à qual foram posteriormente atraídas novas indústrias (LEITE LOPES, 1988:619)<sup>65</sup>

O processo de “transbordamento” impõe certas dificuldades à manutenção do que o LEITE LOPES (ibid.) chama de “governo local de fato” por parte da administração fabril. Haveria assim uma eclosão de movimentos pela libertação dos domínios da vila operária, onde figuram não só os trabalhadores organizados, mas principalmente um conjunto de novos atores políticos locais<sup>66</sup>.

Para Volta Redonda, esse “transbordamento” significou uma relativa perda do “monopólio” da CSN sobre a cidade (MOREL, 1989:241) e a intensificação do movimento pela emancipação político-administrativa de Volta Redonda no início dos anos 1950. Uma articulação entre comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, e proprietários de terra<sup>67</sup>, em sua maioria organizadores do Diretório Municipal do Partido Social Democrático (PSD)<sup>68</sup> e unidos em torno da Loja Maçônica Independência e Luz II<sup>69</sup>, dá origem à *Sociedade dos Amigos de Volta Redonda* (1950), tendo como objetivo a reivindicação dos benefícios devidos ao Distrito junto à Prefeitura Municipal de Barra Mansa. SOUZA (1992) destaca o papel relevante desempenhado por farmacêuticos, funcionários da Coletoria Estadual e advogados, apontando também o pertencimento destes aos setores médios da população de Volta Redonda. Em 1952 o mesmo grupo funda o *Centro Cívico Pró-Emancipação* que, após forte atuação e algumas das idas e vindas do processo político, conquista a emancipação do Distrito de Volta Redonda em 1954.

Afinal, em abril de 1954 a Assembléia Legislativa fluminense convocou o plebiscito: a Câmara Municipal de Barra Mansa ainda tentaria impedi-lo, mas ele foi finalmente realizado a 20 de junho do mesmo ano, sendo a emancipação aprovada por 2.809 votos a favor, com 24 votos contra. O baixo número de votantes se deveu, provavelmente, ao fato de que só puderam votar aqueles residentes portadores de título eleitoral; reflete também o baixo nível de

---

<sup>65</sup> Como também destaca o autor, esse padrão já havia sido observado por Engels (1985) em seus trabalhadores sobre os bairros operários ingleses do século XIX.

<sup>66</sup> Tomando como referência o trabalho de Dumay, *Memoires d'un Militant Ouvrier du Creusot* (Paris: Maspero, 1976), o autor destaca que certos grupos como comerciantes locais teriam, em um momento inicial, maior poder de enfrentamento relação à administração fabril se comparados ao dos operários (LEITE LOPES, ibid. p. 619).

<sup>67</sup> O principal líder do movimento “emancipacionista”, presidente do PSD local e primeiro prefeito de Volta Redonda, Sávio Cotta de Almeida Gama, por exemplo, é apontado como proprietário de grande parte das terras da “Cidade Velha”, bem como maior financiador do movimento (SOUZA, 1992:54). Além disso, Sávio Gama usaria de sua condição social para converter em prol do movimento seus contatos políticos com autoridades nos níveis estadual e federal (COSTA, op. cit. p. 164).

<sup>68</sup> Entre os participantes ativos do *Centro Cívico Pró-emancipação*, COSTA (2004) também registra a presença de membros de PTB, PSP e UDN. MOREL (op. cit. p. 267-268), por sua vez, mostra como o processo de emancipação e o jogo político local se inseriam na disputa partidária mais geral entre PSD, ligado a Amaral Peixoto e o PTB, dividido em dois grupos ligados respectivamente a Roberto Silveira e João Goulart.

<sup>69</sup> A Loja Maçônica Independência e Luz II (Nº 1.261) foi fundada em 15 de outubro de 1948 (COSTA, op. cit. p. 506).

mobilização da população local. O município de Volta Redonda ficaria criado pela Lei 2.185 de 17 de julho de 1954, convocando eleições para o dia 3 de outubro do mesmo ano e fixando-se em 13 o número de vereadores (MOREL, 1989:257)

Na transição política e territorial que teve início nos anos 1950 em Volta Redonda, e que marcaria as décadas seguintes, podemos observar como uma parcela maior das *vozes da cidade* (MOREL, *ibid.* Capítulo V) são incluídas<sup>70</sup>, vindo a compor com a CSN o que passaria a ser o novo *discurso*, no sentido dado por GOMES (2005), da política local. Nesse contexto, observa-se também o intensificação da atividade sindical. Além do Sindicato dos Metalúrgicos, destacam-se no período o da Construção Civil, o dos Motoristas Profissionais e a União dos Servidores Municipais (MOREL, *op. cit.* p. 269-272). A autora também destaca as múltiplas redes de alianças e conflitos estabelecidas entre CSN, sindicatos, Prefeitura e partidos.

SOUZA (1992:197), entretanto, aponta as continuidades que se sobrepõem à emancipação da Cidade Velha, com destaque para três pontos: (1) *permanência da divisão entre Cidade Operária e Cidade Velha*, seja pelo contraste das condições de vida nas duas áreas ou, principalmente, pela existência de dois governos na mesma cidade; (2) *progressivo controle social sobre a Cidade Velha*; (3) *permanência do remetimento da política local às determinações da esfera política federal*.

Não obstante a superação da condição de Distrito de Barra Mansa, a organização política local de Volta Redonda permaneceu sujeita à dicotomia entre *poder local* e *poder local de fato* apontada por LEITE LOPES (1988), ou seja, o poder de controle e a “onipresença” da usina na organização sócio-político-espacial da cidade de Volta Redonda. Como veremos a seguir, essa mesma dinâmica político-territorial dará existência a um novo processo de exclusão sócio-econômico-espacial que empurraria uma massa crescente de trabalhadores para a periferia do recém emancipado município.

---

<sup>70</sup> A autora registra uma verdadeira *proliferação de associações que, ao nível da sociedade civil, espelham o grau de complexidade e diferenciação de interesses na comunidade*. Entre outras, são criadas nesse período a Associação Comercial, Industrial e Agro-pastoril de Volta Redonda (1955), Rotary (1956) Lions Clube (1959)

## 1.2. Entre expansões e crises da Companhia: formação e crescimento da periferia urbana

*Cada plano implicava uma pauta de investimentos, tanto na planta industrial quanto na cidade, que influenciava decisivamente o pulsar da vida social do lugar...*

*Isso resultou numa datação nítida de diversas áreas de Volta Redonda pela própria população em função de períodos [...], numa espacialização do tempo na cidade.*

**LOPES (2003:97-98)**

*Ao final dos anos cinqüenta, entrava em atividade a segunda geração de trabalhadores da Usina de Volta Redonda. Embora sob forte influência paterna, essa geração não alimentava um vínculo com a empresa semelhante àquele até então mantido pelos seus pais. É claro que esses jovens ostentavam um grande orgulho em trabalhar na CSN, mas não puseram os pés no barro, nem arrancaram tábuas das formas de concreto dos grandes edifícios construídos na Usina. Sua relação com a Companhia era menos emocional e mais prática. Esse novo trabalhador receberia uma longa e bem cuidada formação profissional, seria mais letrado e disporia de muito mais informação do que a geração que o precedera. Por conseguinte, se tornaria mais crítico com respeito a sua vida profissional e com relação a essa nova sociedade urbano-industrial de que fazia parte. Nem por isso, seria menos vulnerável aos efeitos negativos das demandas e do jogo jogado por esse tipo de sociedade de consumo.*

**BEDÊ (2004:93)**

A partir da segunda metade da década de 1950, um novo ciclo de desenvolvimento se configura no país. Ainda que o setor produtivo como um todo passe por transformações, essa etapa da industrialização brasileira não só mantém o papel da produção siderúrgica como amplia a importância da Companhia Siderúrgica Nacional no cenário econômico nacional.

Na segunda metade da década, os anos JK, consolidou-se a fase da “industrialização pesada”, caracterizada pela formação de estruturas monopolísticas, que articulavam a grande empresa nacional, a empresa estrangeira e a empresa pública. A expansão do setor de bens duráveis e da indústria automobilística bem como a integração vertical da atividade econômica beneficiarão o setor siderúrgico, como um todo. Pretendendo estimular a construção de estágios superiores da pirâmide industrial, o Plano de Metas definia a siderurgia como um dos setores prioritários, propondo investimentos diretos do governo no setor. No que toca propriamente à CSN, o Plano propunha a expansão de sua capacidade produtiva para 2.300.000 toneladas de aço bruto em 1960, com o objetivo de garantir o suprimento necessário ao crescimento da economia (MOREL, 1989:154).

Como no período de instalação, o trabalho e a vida da cidade de Volta Redonda continuaram a ser transformados nos anos que se seguiram pelos sucessivos Planos de Expansão da CSN, indicados na tabela abaixo.

Tabela 1  
Companhia Siderúrgica – Nacional Planos de Expansão da Usina

	Previsão Inicial		Conclusão	
	Data	Produção de Aço Líquido	Data	Produção de Aço Líquido
Plano A (inicial)	1941/1946	270.000	1947	146.544
Plano B	1950/1953	750.000	1956	804.000
Plano C	1956/1960	1.000.000	1963	1.968.000
Intermediário	1961/1963	1.400.000	1968	1.305.000
Plano D				
Estágio I	1969/1973	1.700.000	1975	1.490.782
Estágio II	1973/1976	2.500.000	1977	2.008.792
Estágio III	1975/1981	4.600.000	1984	2.335.000

FONTE: Companhia Siderúrgica Nacional. (apud. MOREL, 1989).

Paralelamente à expansão da produção do aço, a organização do espaço com base na divisão e nas hierarquias do trabalho permaneceu como fator constitutivo da Cidade do Aço. Não obstante o crescimento do município para muito além do núcleo original e o surgimento de toda uma nova e complexa gama de identidades e interesses, a CSN manteve, de uma ou outra forma, sua considerável influência da sobre o cotidiano da cidade.

Entre as décadas de 1950 e 60, ocorreu uma nova demanda por mão-de-obra para a ampliação da produção siderúrgica, assim como para os setores em crescimento no período pós-emancipação (comércio e, principalmente, construção civil). Essas condições objetivas eram, entretanto, em muito potencializadas pelo imaginário difundido pela Companhia. No plano simbólico, Volta Redonda continuava a ser oficialmente apresentada para o restante do país como um “Eldorado” de desenvolvimento, riqueza e emprego.

SOUZA (1992) destaca como o discurso oficial da empresa, seja interno ou externo, ampliava em muito esse potencial atrativo. A autora baseia-se principalmente nos discursos de seus diretores pronunciados nos eventos da empresa e publicados no jornal *O Lingote*<sup>71</sup>. Entre as décadas de 1950 e 60, o fluxo migratório para Volta Redonda superou todas as projeções da empresa para o fornecimento de moradia e o fornecimento de serviços à população, ao passo que:

<sup>71</sup> Informativo da CSN distribuído aos trabalhadores entre 1953 e 1972.

O discurso oficial da empresa siderúrgica apresentava as “facilidades oferecidas à vida” na Cidade Operária: habitações confortáveis, aluguéis baratos, infra-estrutura completa, limpeza e zelo com as áreas urbanas, locais para a recreação e o lazer. A paisagem urbana era ressaltada pela beleza e amenidade conferidos pelo relevo suave, pela arborização das ruas e ajardinamento das casas, pela simplicidade e equilíbrio das construções e do traçado urbano. Tudo isso formava, na linguagem da CSN, “um cenário de agradável presença, como um convite à felicidade” (SOUZA, 1992:33)<sup>72</sup>

Repetido pelos diretores da Companhia e propagado pela imprensa nacional, esse “convite à felicidade”<sup>73</sup> redundou num fluxo migratório que dificilmente poderia ser absorvido sequer pelo mercado de trabalho local, ainda que em expansão, ou muito menos por uma política habitacional que se demonstrava falha desde sua implantação (PIQUET, 1998), como se depreende do quadro a seguir.

---

<sup>72</sup> Os trechos destacados pela autora foram retirados de diferentes números de *O Lingote* que datam dos anos 1950, fonte em que suas afirmações se baseiam.

<sup>73</sup> O trabalho de FONTES (1997) destaca no discurso empresarial do período o constante apelo à harmonia entre trabalhadores e patrões, como na já citada idéia de “família” e na construção de uma auto-imagem para a Nitro Química de *uma das empresas mais felizes do Brasil*. Se no plano interno esse discurso, aliado aos benefícios concedidos aos trabalhadores, cumpria uma função central nas estratégias corporativistas de controle, sua propagação externa, intencional ou não, contribuía para atração de novos operários. ALVIM (1997) demonstra como no caso da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) elementos semelhantes foram incorporados às estratégias de aliciadores de mão-de-obra. Apesar das mudanças nas formas de recrutamento ao longo dos tempos, a propagação externa da imagem da cidade de Paulista – PE como um lugar de pleno emprego e fartura atuou na atração de trabalhadores para o trabalho na CTP.

Quadro 1  
**Habitacões construídas pela CSN, número de empregados  
e população da cidade de Volta Redonda**

Ano	População	Número de empregados	Número de habitacões	Número de habitacões (acumulado)	% atendido
1941	2.782	762	-	-	-
1942	-	6.164	-	-	-
1943	-	10.879	462	462	4,2
1944	-	13.064	-	-	-
1945	-	10.921	740	1.202	11,0
1946	-	11.719	316	1.518	13,0
1947	-	8.177	1.143	2.661	32,5
1948	-	8.916	342	3.003	34,0
1949	-	9.420	-	3.003	32,0
1950	35.965	9.092	-	3.003	33,0
1951	39.350	8.870	113	3.116	35,0
1952	43.050	10.088	188	3.304	33,0
1953	-	10.931	348	3.652	33,4
1954	-	11.184	5	3.657	32,7
1955	56.380	11.089	199	3.856	34,8
1956	-	10.911	88	3.944	36,0
1957	-	10.714	85	4.029	37,6
1958	-	10.635	128	4.157	39,0
1959	-	11.026	27	4.184	38,0
1960	88.740	11.619	514	4.698	40,4
1961	-	12.862	99	4.797	37,3
1962	-	13.812	101	4.898	35,5
1963	-	13.419	265	5.163	38,5
1964	-	14.282	533	5.696	39,7
1965	105.420	14.375	170	5.866	40,8
1966	-	15.120	116	5.982	39,6
1967	-	15.009	-	5.982	40,0

FONTE: PIQUET (1998)

Como podemos ver no quadro acima, a porcentagem de trabalhadores contemplada com as casas construídas pela CSN manteve-se abaixo dos 40%. Sendo um privilégio, a concessão de moradia tornava-se mais uma entre as estratégias utilizadas pela empresa na gestão de sua força de trabalho. Esse benefício seria tanto um artifício para fixação de



categorias estratégicas quanto um prêmio para antiguidade, bom comportamento etc. (MOREL, 1989:284)<sup>74</sup>.

Ainda que trabalhadores mais qualificados, técnicos e engenheiros demonstrassem uma maior insatisfação com o controle exercido pela empresa (SOUZA, 1992:35), entre os menos qualificados outras “respostas” seriam dadas à experiência da vida na cidade operária. Como vimos na seção anterior, o padrão das casas construídas pela *Companhia* superava em muito as condições de moradia do operariado brasileiro, constituindo assim um “sonho” para muitos dos trabalhadores<sup>75</sup>. Vale notar que esse desejo de “ser parte” da cidade operária não se colocava apenas para os migrantes, mas também se apresentava como algo almejado pelos próprios moradores de Volta Redonda, ou mesmo pelos empregados na CSN.

Abrigados de forma quase sempre precária os trabalhadores se inscreviam e aguardavam, em meio a enormes listas, a classificação para obter uma casa. A necessidade objetiva se convertia em desejo, pois a cidade, com seu conjunto de bens, se oferecia às ambições de quem saiu do campo à procura de uma vida melhor: a ambição de habitar uma área urbanizada, **a ambição de “ser parte”, de pertencer ao conjunto de moradores da Cidade Operária, aos quais era atribuída, social e culturalmente, uma distinção, relativamente aos excluídos.** Sendo, “a priori”, objeto de desejo, a vida na Cidade Operária era a sua realização. O controle e a vigilância que sobre ela se impunham conviviam e se misturavam com as possibilidades de prazer oferecidas cotidianamente. (SOUZA, *ibid.* p. 36, grifos nossos)

O problema da moradia já se apresentava desde o término da primeira etapa de instalação da CSN, tendo momentos de agravamento, como em meados dos anos 1940, quando um considerável contingente da mão-de-obra utilizada para a construção da usina fora dispensado.

Com o fim da construção – o Plano A – e a entrada em operação em 1946, a CSN reduziu sua força de trabalho: a empresa empregava em Volta Redonda 11.719 trabalhadores, e em 1947 esse contingente se reduzia para 8.054. Ao que tudo indica, ao serem contratados para a construção muitos tinham esperança de serem aproveitados mais tarde, pois diversos operários demitidos acionaram a empresa através do Sindicato dos Metalúrgicos de Barra Mansa para obtenção de indenização, alegando que o contrato que assinaram era por tempo indeterminado. Mas, a CSN recorreu ao Tribunal Superior de Trabalho e ganhou o recurso, com base no artigo 443 da Consolidação das Leis do Trabalho: o contrato de trabalho estabelecia que o contratado iria trabalhar na “construção”, e essa não constituía a atividade essencial da Companhia (MOREL, 1989:104)

---

<sup>74</sup> Assim, o acesso à moradia, privilégio de poucos, era usado pela empresa para barganhar e premiar. A entrega da casa ficava na dependência de avaliações realizadas pelas chefias sobre o comportamento e desempenho do operário, bem como do nível de necessidade de seu serviço. A manutenção do déficit era elemento fundamental da gestão operária, sendo administrado pela empresa ao longo dos anos... (SOUZA, 1992:105).

<sup>75</sup> Vale destacar que esse “sonho”, uma vez conquistado, também colocava para os operários menos qualificados a contradição entre as “vantagens” e o “ônus” da interferência da Companhia sobre a vida privada e do tempo livre dos operários de modo semelhante ao apontado por RAMALHO (1989:107) para o caso da FNM.

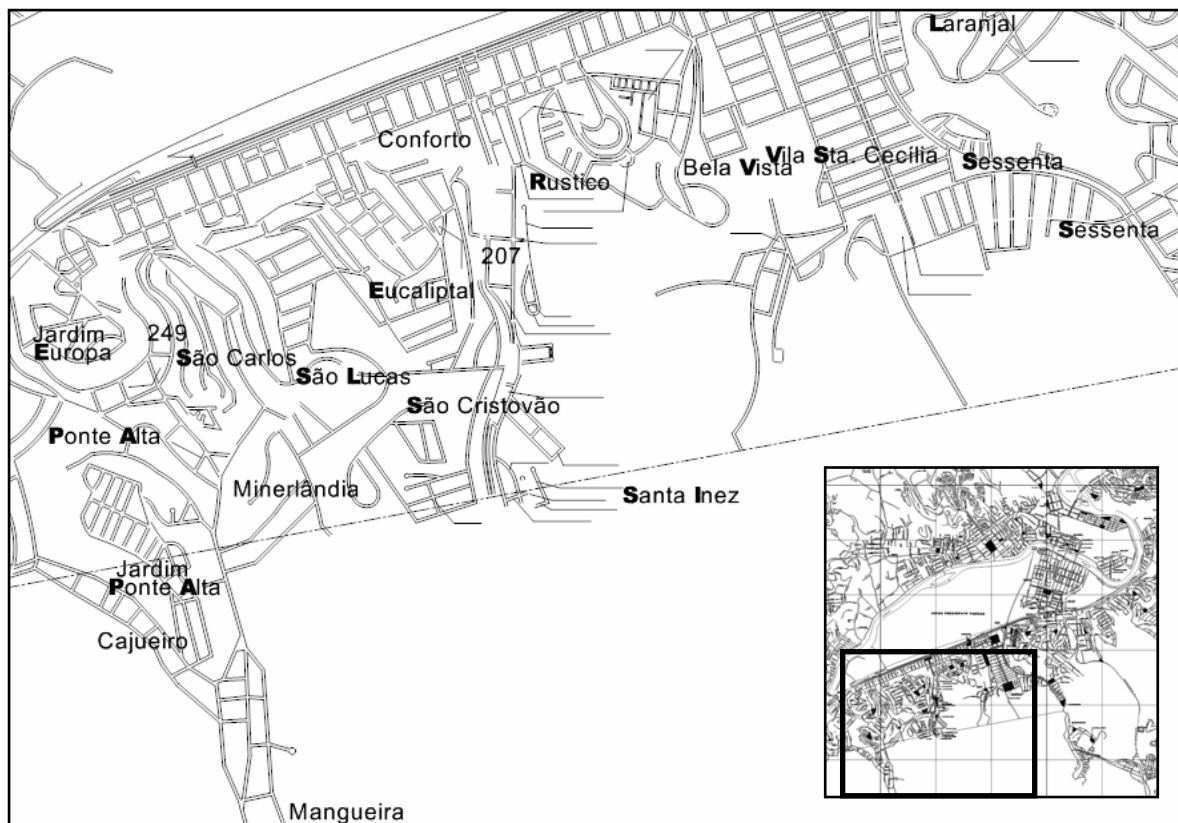
Demitidos e sem direito a um espaço dentro dos domínios da Companhia, restaria a esses trabalhadores o retorno a suas cidades de origem ou o trabalho na construção civil e em pequenas metalúrgicas (SOARES, 2001:78). Seja desempregado ou subempregado, esse contingente começava a ocupar as áreas conexas à cidade planejada, dando origem a loteamentos e às primeiras favelas e da cidade. Diversos autores e depoimentos atribuem a operários “recém-demitidos” pela CSN a ocupação daquela que em 1946 seria a primeira favela de Volta Redonda. Segundo esses relatos, o Morro dos Atrevidos, como o próprio nome denota, apresentava-se como um desafio ao poder da Companhia, mas sobretudo como expressão da carência de moradia imposta àqueles trabalhadores (SOUZA, 1992).

É importante destacar que a chamada “periferia”, ou cidade “livre” dos domínios da Companhia, que se forma em Volta Redonda nunca se limitou às áreas muito distantes da cidade operária, em especial àquelas situadas à margem esquerda do rio Paraíba do Sul (atuais bairros Niterói, Retiro, Belmonte etc.).

No Conforto, na direção sul, formam-se vários pequenos eixos viários, que partem da Rua 4 (atualmente, Av. Nossa Senhora da Conceição) e deixam a Cidade Planejada rumo a áreas “livres”: as ruas 207 e 209 dão origem ao Bairro São Lucas; as ruas 223 e 227 abrem caminho para o Eucaliptal; e as ruas 243, 245 e 249 rompem os caminhos que irão formar o Morro de São Carlos (inicialmente, Morro dos Atrevidos), a Minerlândia, o Bairro 249, o Jardim Ponte Alta e a Mangueira. (BEDÊ, 2004:67)

Desde os anos 1940, uma considerável parcela das áreas imediatamente ao sul da cidade planejada, próximas ao Conforto, bairro destinado aos operários, vinha sendo ocupada por loteamentos e até favelas, como no caso citado do Morro dos Atrevidos. A figura a seguir fornece uma visão geral dessas áreas conexas às casas mantidas pela CSN.

Figura 1

**Bairro Conforto e sua periferia**

FONTE: elaborado pelo autor a partir de mapa oficial da PMVR (2003).

Em seu conjunto, esse espaço reunia operários da CSN não contemplados pelas casas, alojamentos ou acampamentos da Companhia<sup>76</sup>, trabalhadores de estratos inferiores de renda (construção civil, subempregados) e, ainda, desempregados e migrantes recém chegados à cidade. Segundo SOUZA (1992), loteamentos e favelas diferiam apenas sob o aspecto legal, uma vez que estas últimas eram formadas pela invasão de terra. Ambos os casos, contudo, guardavam semelhanças quanto à falta de infra-estrutura básica e à localização periférica. A autora faz considerações mais específicas quanto à formação das favelas.

Na Cidade Operária o controle da empresa impediu seu aparecimento; na Cidade Velha havia o controle do capital imobiliário em formação. Assim, somente na periferia foi possível a instalação de favelas. De início eram ocupadas, indiferentemente, áreas particulares ou áreas públicas municipais remanescentes de loteamentos. Em curto espaço de tempo, no entanto, a segunda forma de ocupação se tornou predominante: os proprietários particulares, alertados pela expansão e valorização urbanas, passaram a estabelecer controles mais rígidos sobre seus

<sup>76</sup> Como forma de gerir o déficit habitacional, a CSN não só ao permitiu a ocupação de terrenos periféricos de sua propriedade, mas principalmente favorecia a autoconstrução ao fornecer para seus trabalhadores, a preços simbólicos, materiais que sobravam ao término de suas obras. A empresa chegou a criar um setor especial para fazer a venda de materiais reutilizáveis a seus operários. Criado nos anos 1940, o “setor de recuperados” foi mantido até o final da década de 1970 (SOUZA, 1992:125).

imóveis, enquanto a administração municipal, mesmo no período pós-emancipação, ignorava o problema. (SOUZA *ibid.* p. 126-127)

Devemos observar também que dinâmica urbana imposta pela CSN também foi constantemente influenciada pela alternância entre momentos de expansão e de crise enfrentados pela Companhia. Enquanto que entre 1945 e 63 o consumo de aço teria aumentado quase seis vezes<sup>77</sup>, o período que segue até 1967 é marcado pela retração da demanda devido à recessão no mercado interno<sup>78</sup>. A CSN também sofria as conseqüências da ingerência governamental, uma vez que o controle sobre o preço do aço já se apresentava desde os anos 1950 como um elemento constante, e por vezes central, na política industrial do governo federal. A partir da segunda metade da década de 1960, essa questão se acentua na medida em que o controle governamental de preços passaria a responder também pelas medidas econômicas antiinflacionárias.

A fase recessiva da economia veio evidenciar a vulnerabilidade do setor produtivo estatal como um todo, acentuando as contradições entre a empresa pública enquanto unidade produtiva, isto é, fração do capital, e enquanto instrumento de política econômica, subordinada à lógica de valorização do capital geral. No caso específico da siderurgia, sobretudo no dos produtores de aços planos, a crise implicou uma descapitalização, uma vez que, convertido em política antiinflacionária, o setor teve seus preços comprimidos para favorecer grupos industriais hegemônicos, representantes do capital privado. Medidas visando à maximização dos lucros e à otimização das condições de produção freqüentemente se chocavam com interesses dos setores produtores de bens finais. (MOREL, 1989:356-357)

A crise estabelecida no início da década de 1960 tornara a CSN alvo de ajustes financeiros e administrativos que atingem diretamente as relações de trabalho e a política social anteriormente estabelecidas pela empresa. Além de um novo Plano de Cargos e Salários (1966), também fizeram parte dessa nova diretriz a venda das casas pertencentes à Companhia e a transferência ao poder público municipal de áreas e serviços até então sob responsabilidade da empresa. Essas, entre outras medidas, representariam *o fim de um ciclo* (MOREL, *ibid.* cap. VII), uma vez que o mito da “família siderúrgica” seria abandonado, seja como retórica ou prática, pela nova estratégia de gestão da CSN.

---

<sup>77</sup> Ainda que durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) houvesse uma sensível desaceleração da industrialização, sobretudo no que toca aos investimentos nos setores de base e estatal, no segundo governo Vargas (1951-1954) os investimentos na indústria de base e a criação de empresas estatais em setores estratégicos retomariam as estratégias desenvolvimentistas. Também contribuiu sobremaneira para esse aumento da demanda do aço, a nova fase da industrialização brasileira observada, já no período de Juscelino Kubitschek (1955-1960), com a instalação no país de indústrias dinâmicas, consumidoras de aço e financiadas pelo capital estrangeiro, como automobilística, construção naval e de material elétrico pesado (MOREL, *op. cit.*).

<sup>78</sup> Guimarães, Oswaldo Felipe Nery. “Tecnologia e Siderurgia Brasileira”. Em: *Revista Brasileira de Tecnologia*. Brasília. Vol. 18 (2). Brasília: MCT/CNPq, 1987 (apud MOREL, 1989:356).

Na mesma orientação de contenção de despesas, em 1967 a CSN transferia para a Prefeitura de Volta Redonda seu patrimônio público – ruas, praças, transportes. Ficava claro que o tempo da “família siderúrgica”, com o que isso implicava em termos de extensão da esfera de atuação da empresa sobre a habitação e o consumo operário, se encerrava. (MOREL, 1989:418)

Para além das diretrizes da Companhia, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda há muito se mostrava sensível ao problema da moradia operária, incluindo a habitação entre os *direitos* reivindicados pelos trabalhadores, no sentido dado por MOREL (1989 e 2001). Além da Companhia, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI)<sup>79</sup> também se tornava alvo de críticas e reivindicações. Em novembro de 1950, o documento “O drama da moradia operária”, produzido pelo Sindicato, denunciava, através de textos e fotos, as péssimas condições dos espaços habitados pelos operários, exigindo a atuação do Instituto na construção de moradias<sup>80</sup>. Desde então, a venda das casas aos trabalhadores já vinha sendo reivindicada como uma das formas de solução para a habitação operária, uma vez que poderia financiar a construção de novas moradias (MOREL, 1989 e SOUZA, 1992).

Respondendo às pressões de operários e sindicato, a CSN criou, em 1961, o *Grupo de Trabalho para Estudo das Vendas das Casas*. Em seu relatório final, o grupo sugeriu a venda das casas e o fim da prestação de serviços públicos à cidade, ambos considerados déficits a serem eliminados pela Companhia (MOREL, *ibid.* p. 386).

A Imobiliária Santa Cecília (CECISA), subsidiária da CSN, foi criada em 1964 com recursos do IAPI e da própria CSN, tendo por objetivo a venda e o financiamento de imóveis (casas, apartamentos e terrenos) e de material de construção para os empregados da Companhia. A CECISA, entretanto, só viria a ter funcionamento efetivo após a criação do Plano Nacional de Habitação<sup>81</sup>, já durante o regime militar. Também seguindo as orientações da esfera federal, a Companhia de Habitação de Volta Redonda (COHAB-VR), sociedade de economia mista sob o controle da administração municipal, foi criada em dezembro de 1964

---

<sup>79</sup> O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) foi criado em dezembro de 1936, no contexto da ampliação da garantia trabalhista da aposentadoria a um número significativo de categorias de trabalhadores. Datam também desse período os Institutos dos Marítimos (IAPM) (1933), dos Comerciais (IAPC) (1934), dos Bancários (IAPB) (1934), entre outras categorias, além do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), criado em 1938. A presidência dessas entidades era nomeada livre e diretamente pelo Presidente da República. A partir de 1945, os Institutos de Aposentadoria e Pensões passariam a servir seus beneficiários nas áreas de alimentação, habitação e saúde. Durante o regime militar instaurado a partir de abril de 1964, o Decreto-Lei Nº. 72, de 21 de novembro de 1966, unificaria todos os institutos de aposentadorias e pensões do setor privado, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

<sup>80</sup> Cf. *Revista Arigó* p. 74-76.

<sup>81</sup> Lei Nº. 4380, de 21 de agosto de 1964, que também criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

para o atendimento da população não contemplada pela CECISA, ou seja, os não empregados na CSN (SOUZA, 1992:109-110).

Indo mais além, o estudo de SOUZA (ibid.) indica que essa articulação entre políticas públicas federal e municipal não foram suficientes, ou sequer pretendiam ser, para a solução do *déficit habitacional*. Como resultado, a autora observa a consagração “oficial” da segregação espacial existente em Volta Redonda.

A CECISA é aquinhoadada, pelo SFH, com maior volume de recursos para a produção de habitações. A COHAB-VR, atendendo à demanda de mais baixa renda, representada pelos setores populares externos à CSN, encontra grandes dificuldades para realizar sua produção. A ação das duas empresas, totalizando-se os números de unidades habitacionais construídas, é pouco significativa frente ao déficit habitacional, não chegando sequer a infletir sua tendência cumulativa (SOUZA, ibid. p. 199).

Como observado anteriormente, mais uma vez empresa e cidade não seriam capazes de comportar os migrantes atraídos pela Cidade do Aço. Assim, uma massa crescente de trabalhadores se aglomerava nas periferias. Como na primeira etapa, nos anos 1960, os trabalhadores ora empregados ora dispensados pela CSN e pelas empreiteiras mantiveram-se na cidade, alimentando o crescimento das subcondições de trabalho e moradia.

O desenvolvimento desordenado da cidade traria outra ordem de conseqüências não esperadas pela Companhia ou pelo poder público, fazendo com que, desde os anos 1950 e 60, muitos movimentos sociais eclodissem na Cidade do Aço. Os estudos sobre Volta Redonda são quase unânimes em apontar o déficit habitacional e a emergência das questões urbanas como um elemento de estímulo aos conflitos de ordem social.

...a esfera da cidade aos poucos se discrimina e se diferencia constituindo-se numa arena de lutas específicas, convertendo cada vez mais a “questão urbana” num importante elemento de mobilização política de diferentes grupos sociais (MOREL, 1989 p. 235).

Assim como nos domínios da Companhia, múltiplas identidades são constituídas nas áreas periféricas, dando origem a experiências culturais resultantes da combinação de elementos intra e extrafabril.

Nesses grotões, sujeitos, com o passar do tempo, à ganância dos especuladores imobiliários e à ocupação desordenada do solo, constituíram-se comunidades com identidade própria, a despeito de, nos seus primeiros anos de vida, se encontrarem abandonadas pelo governo municipal e completamente desaparelhadas, em matéria de equipamentos públicos. A vida, no entanto, fluía: o carnaval e o futebol seriam os aspectos culturais que lhes permitiriam construir a identidade comunitária de cada grotá. (BEDÊ, 2004:68)

Em face das adversidades da vida na periferia, essas comunidades culturais ganham também uma expressão política. Assim como ocorrera na “cidade velha”, a periferia também dá origem a suas próprias formas de organização. Desde meados dos anos 1950, a defesa de interesses junto ao poder público local não constituía um privilégio exclusivo dos grupos “emancipacionistas” ou dominantes, como tratado no item anterior. Moradores dos bairros operários, sejam dentro ou fora da cidade operária, também constituíram suas associações, fazendo-se representar diante dos poderes executivo e legislativo municipais.

Em 9 de agosto de 1955 um abaixo-assinado, subscrito por 1316 moradores do Acampamento Central, acompanhava requerimento solicitando a concessão de uma nova linha de ônibus para servir o bairro<sup>82</sup>. Em 4 de junho de 1957 foi apresentada uma indicação ao Prefeito solicitando melhoramentos (água e luz) para o Morro dos Atrevidos. Os moradores da área, em abaixo-assinado, reivindicavam o cumprimento de promessas eleitorais. Em 3 de julho de 1957 foi lido, em plenário, abaixo assinado de 1500 moradores do Conforto solicitando providências relativas à poluição causada pela Cia de Cimento Vale do Paraíba. (SOUZA, 1992:70)

Ainda que remonte às décadas anteriores, o conflito urbano ganha maior expressão com o crescimento das áreas de posse e o avançar da favelização (SOUZA, *ibid.* p. 199). Já nos anos 1970, a oscilação entre desenvolvimento e desaceleração econômica fez com que os planos de expansão fossem revistos, gerando novas conseqüências econômicas e sociais. Entre novas “expansões” e precários contratos com empreiteiras que atuavam nas obras da Companhia, mais uma vez, observa-se em Volta Redonda a ampliação do contingente de trabalhadores demitidos e com baixa qualificação. Aliado à ampliação da escassez geral de moradia, este processo realimentaria a ocupação das áreas de posse, bem como a especulação imobiliária e a supervalorização dos imóveis na periferia da cidade. Para SOUZA (*ibid.*), a evolução do espaço periférico em Volta Redonda seria dividida em duas fases.

Na primeira – de final dos anos 40 ao final dos anos 60 – há a formação e a expansão física desse espaço. Os loteamentos, forma predominante com relação às favelas, multiplicam-se clandestina ou irregularmente, envolvendo os núcleos originais e conformando o espaço da cidade. Ao final da década de 60 o povoado original havia se transformado numa cidade de porte médio, com 126.805 habitantes em 1970, cuja malha urbana, consideravelmente espraiada pela formação dos loteamentos, dava à cidade uma forma muito próxima da atual... A segunda fase se inicia com os anos 70 e caracteriza-se com o decréscimo do número de loteamentos produzidos e pela multiplicação das favelas. A reorganização administrativa do poder público local e a adoção de mecanismos mais eficazes de controle do solo urbano, ao final dos anos 60, fizeram com que os loteamentos periféricos deixassem de ser um investimento rentável para os empresários do setor e a favela se tornasse a solução de moradia para as faixas de menor renda. Como observado por diversos autores, a irregularidade dos loteamentos, destituídos de infra-estrutura e serviços públicos, permite a oferta de lotes a

---

<sup>82</sup> O *Acampamento Central* foi um dos “bairros pioneiros” e provisórios construídos nos anos 1940. Nos anos 1960, seus barracos de madeira cederiam lugar a expansões da usina, onde hoje se encontra o alto-forno 3.

preços baixos e, contrariamente, o cumprimento de exigências legais reduz essa oferta. Os loteadores transferem-se para a produção destinada a faixas de renda superiores. (SOUZA, 1992:128)

Apesar da intervenção do poder público, com a urbanização das duas maiores favelas no final dos anos 1970, o número de núcleos populacionais desse tipo seguiu em trajetória crescente, atingindo 105 áreas e quase 10% da população da cidade em 1985, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 2  
Evolução das favelas e da população – 1965-1985

ANO	FAVELAS			MUNICÍPIO	
	Nº. DE NÚCLEOS	Nº. DE HABITAÇÕES	POP. ESTIMADA	POP. TOTAL	FAVELADOS (%)
1966	3	1.158	5.790	114.556	5,05
1977	-	3.108	15.540	168.709	9,21
1979	45	1.609	8.045	178.555	4,02
1982	49	2.093	10.465	200.000	5,23
1984	103	3.520	17.600	212.900	8,26
1985	105	4.007	20.035	219.300	9,13

FONTE: SOUZA (ibid. p. 131) (IPPU-VR, PMVR, COAHB-VR e IBGE).

Para além do *tipo de moralidade* descrito por FOUCAULT (2004) que é arbitrariamente imposto pela disciplina da fábrica, trabalhadores e moradores da Cidade do Aço viram-se diante das possibilidades abertas pelos novos padrões urbanos. Inspirado em GOMES (2005), podemos pensar como num segundo momento das relações entre a CSN e Volta Redonda, a emancipação, as “vozes”<sup>83</sup> dos setores médios são incluídas pela mesma dinâmica que se torna excludente das “vozes” de uma massa cada vez maior de trabalhadores e demais filhos da Cidade do Aço.

Aliada ao desenvolvimento excludente patrocinado pela Companhia, a periferia urbana vai se constituindo como uma ameaça à estabilidade social. Os chamados núcleos de posse ganham sua organização, dando origem a lideranças, ao mesmo tempo, operárias e periféricas. Destaca-se na organização desses novos atores o estímulo dado pela ação mobilizadora da Igreja Católica, fato que ganharia maior expressão política a partir dos anos 1970, tema ao qual voltaremos no capítulo 2. Antes porém, analisaremos no item a seguir o impacto dos primeiros anos de existência da CSN e da Cidade do Aço na trajetória de uma família operária.

<sup>83</sup> Da mesma forma como tratado por MOREL (1989, Capítulo V).



### 1.3. Família Oliveira Rodrigues: ‘já morreu’ – um lugar social

*A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é a sua tarefa e a sua promessa.*

**C. Wright Mills**

*Meu pai é de Volta Redonda, ele é dessa fazenda que virou CSN.*

*Eu gosto de falar um pedacinho da vida do meu pai, porque aí é que entra a minha vida. Eu tive que pensar muito sobre meu pai, entender um pouco meu pai, para eu entender a mim mesmo.*

*Eu olhava a sociedade e não sabia como entrar nela*

**Luiz de Oliveira Rodrigues**

Diferentemente de muitos dos trabalhadores “pioneiros” que atuaram na construção da Companhia Siderúrgica Nacional, Sebastião Rodrigues nasceu em Santo Antônio da Volta Redonda. Assim como fizeram seu pai e seu avô, ele trabalhou na Fazenda São Lucas, de propriedade da família Haasis, que seria em parte desapropriada para, juntamente com a Fazenda Santa Cecília, dar lugar à construção da CSN e de sua cidade operária.

Em início do século XX [a Fazenda São Lucas do Brandão] já pertencia ao alemão João Haasis e, em 1919, com a morte dele, ficou para os 5 filhos. Um deles, o engenheiro agrônomo dr. Carlos Augusto Haasis, personagem destacado no meio empresarial da Barra Mansa da época, comprou a parte dos irmãos e deu grande impulso à propriedade que teve, depois, parte de suas terras loteadas. Com a morte dele passou aos herdeiros diretos e hoje pertence ao neto Arthur Haasis (LIMA, 2004:56)

Thereza Marcos de Oliveira, esposa de Sebastião, nasceu no município-sede Barra Mansa.

Minha mãe [Thereza] é de Barra Mansa, que é vizinha, aqui pertinho. Meu pai [Sebastião] morava distante doze quilômetros, no entanto eram vizinhos. Porque uma fazenda é vizinha da outra. Uma vizinha da outra é doze quilômetros: “mora perto da minha casa, faz divisa com eles...”. E meu pai saiu para namorar minha mãe lá e trouxe ela pra Volta Redonda.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

A maioria e a necessidade da prestação do serviço militar chegaram para Sebastião concomitantemente com a Segunda Guerra Mundial e com a construção da CSN.

Exatamente quando estavam chamando as pessoas para a guerra. E meu pai atrasou seis meses para se apresentar. Ele inclusive ficou preso por isso. [...] Ele serviu o exército, ele não foi para a Itália, mas ficou preso no Rio, servindo o exército e depois, quando ele estava pronto para ir, deram sinais de fim de guerra lá e aí ele ficou, ele foi um daqueles soldados que fizeram a recepção dos que chegavam. Nessa situação, meu pai veio para Volta Redonda e continua na CSN... contou todo o tempo que ele estava no exército e ele vem trabalhar na CSN.<sup>85</sup>

Como outros trabalhadores que se dirigiram para Volta Redonda nos anos 1940 em busca do “eldorado” chamado CSN, Sebastião e Thereza tinham uma origem rural. Afinal, não era outra senão essa a paisagem da região e do distrito de Santo Antônio da Volta Redonda.

Volta Redonda, em 1941, era um espaço dotado ainda de pouca rigidez, no que diz respeito à quantidade de capital fixo presente no lugar e à força inercial das instalações produtivas acumuladas no seu processo histórico. A paisagem identificava-se com uma cultura rural, seja pelo perfil da produção, seja pelas técnicas aplicadas na agricultura, na pecuária ou mesmo na arquitetura e na engenharia das construções vernaculares, seja na qualidade do conhecimento acumulado no lugar. Os fluxos internos preferenciais eram dirigidos às aglomerações do entorno da estação ferroviária e do povoado de Niterói, onde estavam as funções catalisadoras da atividade econômica do lugar. As conexões com o mundo exterior eram seletivas em função dos elementos mais dinâmicos do espaço e restritas à telefonia, ao rádio, aos correios e ao transporte ferroviário. (LOPES, 2003:51)

A história da família Oliveira Rodrigues, em seus primeiros capítulos, pode ser entendida como mais uma entre tantas outras que foram “forjadas” pelo espírito da “família siderúrgica”. Como em outros casos, a trajetória e as memórias do grupo familiar seriam marcadas pela transformação promovida pela CSN e pelo contexto do Estado Novo.

E meu pai estava muito entrosado com o PTB, o Getúlio para ele era muito importante. Não só para ele, mas para todos os operários daquela época. Ele dizia o seguinte: quem tirou ele das mãos dos fazendeiros foi o Dr. Getúlio. É toda uma crença, entendeu? E vai bater aquilo na cabeça dele, a liberdade. Porque “quem tirou ele das mãos do Dr. Carlos foi o Getúlio”, era um pouco isso.<sup>86</sup>

Os Oliveira Rodrigues sofreriam assim os impactos e os benefícios dos mecanismos homogeneizantes implantados pelo Estado em sua cidade operária “exemplar”. Se por um lado havia o controle exercido pela Companhia, por outro não podemos menosprezar as possibilidades abertas pelo emprego na CSN e a vida na Cidade do Aço. No caso de Sebastião

---

<sup>85</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>86</sup> Idem.

Rodrigues, isto também se estendia a outros possíveis “benefícios” proporcionados por uma participação política afinada com o poder dominante na época.

Ele vai ganhar uma chefia já naquela época... com o símbolo do PTB que era mais forte que o sindicato. Ele começou fazendo um trabalho muito ligado com a conjuntura nacional porque era o partido, mais via partido do que via sindicato.<sup>87</sup>

Pelo emprego na Companhia, Sebastião fazia jus a uma casa na rua 208, no extremo sul do Conforto, bairro destinado aos operários com menor qualificação. Nesse ponto, a trajetória dos Oliveira Rodrigues, não obstante sua origem local, assemelha-se a de outras famílias operárias de Volta Redonda entre os anos 1940 e 1960. O depoimento de um outro sindicalista e “filho” de Volta Redonda que compartilhou da mesma experiência deixa mais claro o significado do emprego na CSN e vida em Volta Redonda para as famílias operárias e seus filhos.

Somos uma família com seis irmãos, meu pai é operário, entrou na CSN em 1944 e minha mãe, dona de casa. Ele veio de João Monlevade, Minas Gerais, para construir a CSN. Eu costumo dizer que minha vida... eu falo com meu pai que eu sou filho de uma tecnologia. Porque eu nasci já numa casa com banheiro, com quartos... Volta Redonda foi uma cidade projetada pelos americanos e eu morava numa vila operária, num bairro chamado Conforto. E nasci no hospital da CSN. Eu não sou filho de parteira, eu sou filho de obstetra. Eu já entro nessa era de modernização, do Brasil já se industrializando. Eu estudei em escola pública no primário, fiz o ginásio na Escola Técnica Pandiá Calógeras, que é uma escola que era mantida pela CSN com o intuito de formar a mão-de-obra para a CSN. Então, eu já sou filho dessa tecnologia.<sup>88</sup>

Mas se para os filhos homens este projeto incluía o ingresso na escola técnica e o trabalho na Companhia, para as mulheres um outro projeto seria reservado, sobretudo para aquelas pertencentes aos estratos sociais mais baixos. Por estas ou outras razões, as trajetórias das filhas dos Oliveira Rodrigues, talvez como outras filhas de Volta Redonda, não conheceriam os mesmos destinos experimentados pelos seus irmãos.

As minhas irmãs são um caso interessante... porque? O Dr. Carlos, lá na fazenda onde meu pai trabalhava, ensinou ao meu bisavô e meu avô na fazenda, nos anos 20, 30... ensinou que mulher não precisava aprender a ler... “porque senão ia ficar escrevendo carta para namorado”. Então, não estudavam. Minhas tias eram analfabetas.

Meu pai foi mais revolucionário. Se mulher é para casar, ele achava que o interessante era aprender a ler e estudar até o primário e depois aprender corte e costura. Minhas irmãs foram preparadas para estudar até o primário, aprender um corte e costura e casar. Enquanto o marido está na empresa, ela está cuidando da roupa em casa. E os meninos, vamos dizer assim, sem horizonte. “Pode estudar à vontade!”. Ele não podia dar nada, mas sempre incentivou a estudar... ler um livro, estudar é importante, tinha exemplo, sempre exemplo

---

<sup>87</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>88</sup> Luiz Antônio Vieira Albano, novembro de 2005.

bom... nas mulheres não tinha. Então, minhas irmãs pararam no primário. Foi assim lá em casa: os meninos, a maior parte se deu bem. As meninas não. E não sabemos porque. Mas a explicação é essa: os meninos fizeram profissionalizante, um fez o ginásio; outro fez o segundo grau, outro fez faculdade. As meninas pararam no primário e buscaram um marido que olhasse o mundo daquele jeito também, entendeu? (risos) Muito interessante. Então, as meninas passam muito aperto ainda, até hoje.<sup>89</sup>

Dos projetos concebidos para estes jovens, dos mais “conservadores” aos mais “revolucionários”, depreende-se também a influência da transição entre os mundos rural e urbano-industrial sobre trajetória da família Oliveira Rodrigues. Com advento da cidade industrial e seus mecanismos sócio-tecnológicos (FOUCAULT, 1977. Ver item 1.1), a Escola Técnica e o trabalho na CSN para os homens e a possibilidade alfabetização para as mulheres passam a constar no projeto oferecido aos filhos de operários. Por outro lado, se diante da cidade planejada muitas das “características” e “diferenças” originais dos trabalhadores seriam anuladas pelos mecanismos homogeneizantes implantados pelo Estado, isto não significa dizer que identidades “anteriores” não fossem reconstruídas a partir da condição em que o trabalho na CSN ou a vida em Volta Redonda os colocara. Talvez nessa combinação entre origem rural e vida urbano-industrial repouse a experiência que tornava as trajetórias dos trabalhadores da Cidade do Aço tão semelhantes.

Para os Oliveira Rodrigues, assim como para outros tantos trabalhadores, entretanto, aquilo que fora até então uma trajetória típica de membros da “família siderúrgica” sofreria um duro golpe com a demissão de Sebastião pela CSN.

Em 59, o meu pai é demitido da Companhia. Ele filho de Volta Redonda, de uma fazenda e da CSN, ele ficou sem saber para onde ir e foi morar numa roça, ele foi se esconder lá. Para chegar na minha casa tinham duas porteiras. Nós saímos então de uma casa que a CSN deu pra gente morar, de todo um futuro de operário... porque ele já tinha sido lapidado, entendeu? De amansador de cavalos em operário da CSN, o cidadão da CSN. Lá em casa tem a foto dele de paletó bonito com a gente lá em Aparecida do Norte ao lado de um carro preto bonito... olha a mudança do cara, não é? E de repente ele está na rua! E com uma desvantagem: aos olhos de todos, mandado embora pela mãe CSN. Por isso é que nós fomos condenados. E ele virou um eterno desempregado... e eu sou filho de desempregado. Então, essa bandeira que ele carregava, automaticamente passou para mim, mais ou menos aos seis anos de idade, esse é o meu sentimento. Eu não compreí, vamos dizer, o compromisso de revanche, mas eu compreí o compromisso de vida, ele foi a minha referência para isso, me deu muita coragem!<sup>90</sup>

Ainda que esse momento tenha sido valorizado na fala de Luizinho como parte de uma trajetória de militante, numa espécie de “ilusão biográfica”, no sentido dado por BOURDIEU (1996), a demissão, motivo de vergonha para o patriarca, atinge negativamente toda a família.

---

<sup>89</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>90</sup> Idem.

Além da obrigação de se retirar da área protegida pela Companhia, observa-se então uma mudança forçada de todo um projeto para os filhos. As trajetórias individuais e coletivas dessa família seriam interrompidas ou modificados de forma abrupta. Do bairro operário para a periferia, o deslocamento sócio-espacial implicaria também a transferência de seus projetos de “dentro” para “fora” dos domínios e das possibilidades patrocinados pela CSN e pela vida na cidade operária.

E é interessante que a história de vida do Luizinho, se a gente for parar para pensar, ela começa quando o pai dele foi demitido da CSN. E naquela época, alguém ser demitido da CSN não existia, ninguém era demitido pela CSN. O pai dele então vai e compra um sítio pequeno, fica com tanta vergonha de ser demitido da CSN, que compra um sítio [...] lá na Mangueira<sup>91</sup>. Não tinha vizinho nenhum por perto, não tinha nada, a rua toda de barro... e o Luizinho tem a infância dele lá.<sup>92</sup>

No lugar da vida projetada para os filhos da CSN, foi dado aos jovens Oliveira Rodrigues um outro lugar social: a vida na periferia, a pobreza. Após a demissão pela CSN e a conseqüente perda do direito à moradia cedida pela empresa, Sebastião muda-se com sua família para a chamada “periferia leste”<sup>93</sup>, limite entre as cidades de Barra Mansa e Volta Redonda.

Era um bairro que era uma grande fazenda... eu fui morar lá, meu pai comprou uma chácara... está lá até hoje, se você quiser um dia ver, vamos lá e você vai ter idéia como é. Eu moro num lugar que falam que é um sítio(!)... “que o poderoso sindicalista comprou um dia”. Foi assim... meu pai comprou naquela época, entendeu? Valia muito pouco, foi menos da metade da indenização dele. E aquela fazenda foi loteada. Veio chegando gente, migração, CSN, expansão, nordestino chegando... e aí surge...<sup>94</sup>

A casa de periferia, a falta de saneamento, a lama e a distância, distância física e social. Assim como as porteiças separam esse bairro da cidade operária, a sociedade impunha outras barreiras não físicas, mas ainda mais poderosas para o ingresso de seus moradores na

<sup>91</sup> O bairro Paraíso também é comumente referido como Mangueira devido às não claras fronteiras espaciais e identitárias entre os municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, como veremos mais adiante.

<sup>92</sup> Mauro Veríssimo, outubro de 2005. Jornalista, assessor de imprensa do SMVR (1992-2005) e, desde então, assessor pessoal de Luiz Rodrigues.

<sup>93</sup> A posição leste se refere à localização dessa área em relação ao município de Barra Mansa. O problema de fronteira existente pode ser observado no fato de que *moradores de bairros* [entre os quais Paraíso e Nove de Abril] [...] *que pertencem ao município de Barra Mansa, usam os serviços de Volta Redonda, como saúde e educação. Muitos destes moradores, inclusive trabalham em Volta Redonda [...]. Alguns bairros como Cajueiro, Jardim Ponte Alta, Minerlândia e Santa Inez chegam a ter seus territórios divididos entre Volta Redonda e o Município de Barra Mansa, sendo essa divisão alvo de disputas devido a diferenças em mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (Volta Redonda – Wikipédia). O percurso de cerca de 7km pela Rodovia Lúcio Meira (BR 393) da Rodovia Presidente Dutra até o bairro Conforto oferece um panorama dessas antigas áreas de posse e hoje bairros limítrofes entre Barra Mansa e Volta Redonda.

<sup>94</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

cidade, no trabalho e na cidadania. Segundo dados sobre mortalidade infantil da época<sup>95</sup>, em 1958 para cada criança que morria no primeiro ano de vida dentro do grupo assistido pelos serviços da Companhia, os filhos de operários da CSN, tinha-se quase cinco óbitos entre aqueles não assistidos, os filhos de não empregados na Companhia, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 3  
**Estudo comparativo da mortalidade infantil – 1957 e 1958**  
**População assistida e não assistida pela CSN**

	Nascidos vivos	Óbitos no 1º. Ano	Mortalidade infantil/1000	Relação ass./não ass.
<b>1957</b>				
<b>Infância assistida</b>	2.226	125	56,15	1
<b>Infância não assistida</b>	1.401	181	129,19	2,30
<b>1958 (1º. semestre)</b>				
<b>Infância assistida</b>	1.085	35	32,26	1
<b>Infância não assistida</b>	642	94	146,41	4,54

FONTE: adaptado de Lions Clube de Volta Redonda, op. cit. (apud MOREL, 1989:280).

A trajetória dos Oliveira Rodrigues mostra ainda uma outra face da vida e da infância “não assistida” pela Companhia. A família numerosa e o trabalho infantil são um misto entre conseqüências e estratégias de sobrevivência estimuladas pelas adversidades impostas aos trabalhadores instalados nos estratos inferiores.

Eu tenho dezesseis irmãos. O meu pai morava na roça, não tinha nada na roça, então tinha um filho todo ano, como garantia. Eu sou o quarto. São sete homens e nove mulheres.

Eu cresci ajudando o meu pai, o lema era ajudar. A gente lutava muito, morava muito longe, caminhava pra cá, caminhava pra lá, via muita coisa. Eu quando chegava na escola primária para estudar matemática, eu já sabia muito do que os professores ensinavam: fração, multiplicação. Eu ia mais para formalizar o aprendizado do que tudo. Porque eu vendia muita verdura, eu usava balança para pesar. Eu aprendia cálculo de grama... eu chegava... eu tinha oito, nove anos, eu pedia mortadela, eu falava: cem gramas e eu sabia quanto que era: quanto que é o quilo?

– é tanto.

– então cem gramas é tanto.

<sup>95</sup> Relatório do I Seminário Sócio-econômico de Volta Redonda, promovido pelo Lions Club da cidade (Apud. MOREL, 1989:279)

Quando falavam fração, eu já sabia fazer fração. É incrível, mas acontece na vida, no dia-a-dia. Então, eu fui aprendendo.<sup>96</sup>

Quarto entre dezesseis filhos, Luiz Rodrigues nasceu em 1953 e teve sua trajetória inicial marcada pela demissão e posterior morte do pai<sup>97</sup>, bem como pela vida na periferia. Mas apesar das dificuldades impostas pela existência fora dos limites da “cidade” amparada e controlada pela Companhia, Luizinho, como ficaria mais conhecido, assim como muitos outros jovens nas décadas de 1960 e 70, buscava sua integração social através das instituições presentes na Cidade do Aço.

E eu participei muito da Igreja. Porque a minha mãe é muito religiosa. Eu lembro até que com meus 13 anos eu estava lá... para ser sacristão. Depois eu participei como leigo até os 20 e poucos anos da Igreja. Era um espaço que eu tinha para sair da exclusão, vamos dizer assim. **Eu olhava a sociedade e não sabia como entrar nela. Então, a Igreja era um espaço para eu avistar um pouco a sociedade.** A empresa não era. Você entra dentro de uma empresa, você é um anônimo. **Inclusive você é conhecido por apelido, é raro o chão-da-fábrica que não arruma um apelido, uma caricatura para um operário.** O meu apelido era “já morreu”, eu era magrinho.<sup>98</sup>

Ao passo que o “cidadão” da CSN dá lugar ao desempregado, o “filho” cede espaço para o *menino franzino, faminto, que descia a pé de lá de cima para a escola e para o trabalho*<sup>99</sup>. Mais do que um simples apelido, a insígnia “Já morreu” apresenta-se como uma representação do lugar social reservado aos filhos da periferia. O apelido “Já morreu” constitui um retrato da vida na periferia, do destino anônimo. Também podemos entendê-lo como um modo menos cruel de lidar com essa realidade para aqueles que insistem em entrar na sociedade, ainda que encontre suas “porteiras” comumente fechadas.

De qualquer forma, Luiz Rodrigues foi, grande medida, um sobrevivente dessa realidade. A partir do encontro entre a periferia e a ação político-social da Igreja Católica, Luizinho teria na formação política um meio não só “entrar” na sociedade, mas para “avistar” a transformação da mesma a partir do movimento social<sup>100</sup>.

Assim como Luizinho, outro sindicalista dos anos 1980, Luiz Antônio Vieira Albano também partilhou da experiência de ter de trocar, compulsoriamente, a vida do bairro operário

---

<sup>96</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>97</sup> Sebastião Rodrigues faleceu em 1969.

<sup>98</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004, grifos nossos.

<sup>99</sup> Maria da Conceição dos Santos, outubro de 2005.

<sup>100</sup> Como veremos no capítulo 2, essa conjunção entre as experiências católica e operária, vale dizer, observada em diferentes regiões do país, constituiu-se como uma das bases para a organização do Novo Sindicalismo (RODRIGUES, 1991). Para uma análise dessa relação entre Igreja Católica, periferia e movimento social e, sobretudo, da sua importância política no contexto das décadas de 1960 e 1970, ver WEFFORT (1972) e MARTINS (1994).

pela da periferia. Nascido no bairro do Conforto em 1958, Albano usufruiu os bens e serviços disponibilizados aos trabalhadores na cidade operária até o início dos anos 1970. Após a aposentadoria do pai em 1971, a família se transfere para o Nove de Abril, bairro pertencente ao município de Barra Mansa e situado na mesma “periferia leste”, área limítrofe já citada. Apesar de ambos serem “filhos da tecnologia” da cidade operária, suas trajetórias só viriam a se cruzar na periferia da cidade, anos após ambos terem experimentado a vida no bairro operário.

Eu conheci o Luizinho... eu tinha 13 anos. Fui do Nove de Abril. O Conforto foi da época do meu pai, depois eu mudo para o Nove de Abril. O Luizinho mora no Paraíso, ele mora lá, muito próximo. Era periferia. Hoje é um bairro, mas antes não tinha rede de esgoto, não tinha ônibus, não tinha água, não tinha nada. Então, tinha que fazer associação de moradores, brigar por ônibus...<sup>101</sup>

A seqüência da entrevista fornece mais elementos sobre essas e outras “barreiras” com as quais se deparavam os jovens filhos de operários na periferia, bem como algumas das saídas encontradas por Luizinho e Albano, entre outros, para a superação dessa condição excludente.

**Sérgio** – Você sai do Conforto por quê?

**Albano** – Meu pai se aposenta e tinha que entregar a casa para a CSN.

– Você teve lá no Nove de Abril algum envolvimento com movimento de bairro?

– Tive. Fundei associação de moradores.

– Com a Igreja não?

– Com a Igreja também.

– Mas o quê? De participar de comunidade?

– Participar de grupo jovem, aquela coisa...

– Então você também teve essa influência, como muitos outros, da Igreja?

– Tive, tive. Não posso negar que tive.

– Era uma coisa para a formação...

– Era muito mais. Era um grupo de pessoas que se reunia. Você não tem centro comunitário, o centro comunitário era o quê? O lugar que você tinha, onde tinha? Era na igreja.

– Quem mais desse período estava contigo que veio para o sindicato ou para política?

– Ah, o Vagner, o Vanderlei, o Marcelo, o Baianinho, Luizinho, Cerezo.

– Mas aí você está falando no geral, mas e de lá?

– Do Nove de Abril, ninguém!

– Já foi uma barreira ali que você superou...

– Barreira foi eu ter fugido do roubo, ter fugido do tóxico. Barreira é você romper de ser operário. Quando você passa a ser dirigente, você não é mais operário. Não, que você não seja mais operário, mas um operário com uma capacidade de visão maior.<sup>102</sup>

<sup>101</sup> Luiz Antônio Vieira Albano, novembro de 2005.

<sup>102</sup> Idem.



De modo semelhante a Albano, Luiz Rodrigues ainda que tenha sido atirado na periferia continuou a usufruir alguns benefícios constantes do projeto daqueles que “eram parte” da cidade operária. O fato de Luizinho trabalhar desde cedo vendendo verduras, pipoca etc., não o impediu que sua trajetória profissional também passasse pela condição de aluno-operário da Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC). Devemos notar que embora a CSN tenha gradualmente se afastado do fornecimento e do controle da moradia de seus trabalhadores nos anos 1960, a empresa manteve sua gestão sobre a esfera da reprodução (técnica) de sua força de trabalho. Entre os Oliveira Rodrigues, Luizinho e seu irmão mais velho cursaram a Escola Técnica.

Eu estava com onze anos, depois fui continuando isso aí... fiquei três anos vendendo pipoca [...]. Eu parei de vender pipoca para entrar na escola técnica, estudar para virar operário. Para você ter uma idéia, quando eu fiz 17 anos e terminei esse curso... onze, três vendendo pipoca, quatorze, mais três de escola técnica, dezessete, aí eu tinha que trabalhar na CSN. Foi talvez o sonho do meu pai que eu não pude cumprir. Foi a maior briga que eu tive com a minha família. Quando eu terminei o curso de aprendizagem, eu era obrigado a ir para a CSN, era obrigado a ser operário da CSN. [...] Eu não quis ir. Disseram: “você tem que ir!”. Imagina 71, a ditadura estava com toda força.

– Você tem que porque você gastou dinheiro.

– Não vou!

E não fui cara! Não tinha onde cair duro, pobre, tinha que sustentar toda uma família e eu não fui.<sup>103</sup>

A recusa ao “emprego” na CSN teve outras motivações. Com a morte de seu pai, Luizinho, aos 16 anos de idade, e seu irmão mais velho assumiram o sustento da mãe e dos demais irmãos. O relato sobre como se livrou do serviço militar obrigatório oferece mais elementos sobre o papel assumido por Luizinho no grupo familiar, bem como aponta suas estratégias para o desenvolvimento da carreira profissional.

Logo depois, com 17, 18 anos, eu tive que me apresentar no exército. [...] Um amigo meu que estava servindo falou assim: “os caras estão montando uma armadilha para ver se o cara é rebelde... estão perguntando se o cara quer servir. Quem falar que não quer, está frito!”. Chegou na hora... perguntou: “quem não quer servir?”. Eu, tremendo, levantei a mão lá em cima. – “apareceu um magrelo, desgraçado, fdp, traidor da pátria aqui!”. Pegou e me levou lá para o comandante. “Bom, agora eu tô frito!”, pensei comigo. Cheguei quase a me arrepender... “e tô sozinho”. Quando o cara me entregou para o camarada, eu cheguei, entrei na sala dele, [...] eu falei: agora eu vou me entregar para ele. O cara veio e eu me humilhei mesmo, falei: “eu tenho tantos irmãos...”

– Porque você não quer servir a pátria?

– Não é servir a pátria. É que eu tenho tantos irmãos, eu ajudo, eu faço isso, faço aquilo e se eu for servir o exército, pode ser bom para a pátria, mas eu tenho uma família que vai ficar dependente de mim. Não é que eu não queira, eu não posso!

<sup>103</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

O cara até que foi compreensivo, me deu um papel lá e no outro dia eu já estava com o certificado na mão, não teve briga. Mas já era assim aquela coisa instintiva de estar tentando fazer alguma coisa do ponto de vista coletivo.<sup>104</sup>

Esse episódio do alistamento militar adianta um pouco do que seriam os parâmetros que condicionavam as escolhas de Luiz Rodrigues quanto à carreira profissional. Se em parte sua trajetória seguia o projeto concebido para os filhos de operários, seja essa concepção vinda do Estado ou de sua família, ao mesmo tempo, os caminhos percorridos por Luizinho ora se aproximavam ora se afastavam de tal projeto na medida em que esse se tornava incompatível com a necessidade de sustentar financeiramente os irmãos. Observa-se uma contradição entre o projeto destinado aos filhos da “família siderúrgica” e as necessidades mais imediatas da família Oliveira Rodrigues. Em vez da condição de aprendiz na CSN, o que poderia se arrastar por anos, Luizinho optou pelo emprego na construção civil (empreiteiras) e numa fábrica de cimento. O salário pago nessas empresas era superior à remuneração do estágio na CSN, o que se coadunava com as necessidades de um arrimo de família. A motivação econômica inicial, também traria outra vantagem em termos de experiência e carreira profissional, o que o levaria novamente ao emprego na Companhia, mas em outras condições.

Meus primeiros trabalhos eram lá... e gostava mais do que a CSN, por que? O lema das empreiteiras é o que? Trabalhar, receber... trabalhar, produzir e receber. Qual é o lema da CSN? Cumprir ordens, cumprir horário, você não brigou e não roubou, você é um excelente funcionário... cumpre ordens, cumpre horário. Porque não fazia parte daquilo que eu pensava. Eu fui então... eu tenho a minha ficha lá em casa... da CSN... eu tenho a minha ficha lá. Foi aí que eu comecei a estudar... saí do terceiro ginásio, estudar um pouquinho, mas sempre questionando muito, questionando tudo e tal.

Depois que o comandante bonzinho lá me deu certificado [de reservista], eu pensei: “agora eu sou de maior”. Eu sempre trabalhei, nunca parei de trabalhar, sempre trabalhei, sempre achei onde trabalhar. Mas não no chamado trabalho fichado, carteira assinada... eu falei: “agora está na hora! Agora eu estou com o documento na mão, sou homem, posso escolher onde trabalhar”. Comecei a rodar fora da CSN, empreiteiras, empreiteiras, empreiteiras. Aí fracassou o trabalho em Volta Redonda fora da CSN, falei: “vou fazer um teste lá dentro”. Fiz um teste na CSN e fui encontrar com os meus amigos que estudavam na escola técnica. Coincidentemente, eu já estava com 19 anos, dois anos depois, eu entrei com 19 anos e eles estavam estagiando ainda. O tempo que eu rodei aqui fora, eu acabei aprendendo aqui fora, aqui fora se aprendia muito mais. Era muito interessante a filosofia das empresas.<sup>105</sup>

O emprego nas empreiteiras e posteriormente na CSN, entretanto, não ofereceram prontamente um outro lugar social ao jovem operário morador da periferia. Como havíamos

---

<sup>104</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>105</sup> Idem.

adiantado, uma mudança nesse destino apenas começaria a se desenhar a partir do engajamento nas ações sociais estimuladas pela Igreja Católica.

Da Igreja, eu participava assim... sempre participei, mas eu comecei a ter uma ação social na Igreja, eu tive com 19 a 21. [...] Nesses primeiros dois anos... vamos dizer assim, ação coletiva mais pontual. Eu descobri que no meu bairro tinha muita criança sem registrar e eu fiz um movimento no bairro para registrar a molecadinha. [...] Sozinho... eu com o povo do bairro, muito legal. Sozinho, digo assim, foi só eu começar que todo mundo me ajudou e a gente resolveu os problemas no bairro... muitas crianças mesmo. Depois, eu fui visitar um camarada, numa casa, fui na casa dele e ele tomando uma água que num balde tinha um bichinho nadando, um bicho vermelho, eu falei:

Ô Pelé, isso não tem problema?

– Não. Isso não tem nada não.

E eu sabia que aquilo era um verme(!). Comecei a conversar com o pessoal do bairro sobre aquele verme porque ali era só água de poço. Aí o pessoal começou a tomar consciência. Falei: “vamos comprar um caminhão de filtros?”. A gente começou, começou, o pessoal ajudando, mas realmente não podia. Aí eu encontrei um padre, um Belga... eu falei com ele, soltei o verbo! E ele comprou a briga. Rapidinho a gente comprou um caminhão de filtros, para o bairro todinho. Padre Henrique. Hoje ele está na Bélgica. O cara foi muito compreensivo, fazendo a gente comprar aquele caminhão de filtros. Ele me ganhou, nessa ação social, ele me ganhou para uma Igreja que pudesse agir também. – “vamos montar uma igreja aqui no bairro”. Aí começamos. Começamos ali no bairro... eu já sabia rezar né (risos).

106

A “atividade política” de Luizinho teria início, nessa espécie de encontro entre Igreja Católica e periferia, cujos resultados são tanto a superação das carências desses moradores quanto o nascimento na periferia do movimento social sob a influência da Igreja Católica. Desse processo social nasceria e por um bom tempo estaria ligado o militante Luizinho<sup>107</sup>.

#### 1.4. Conclusão

Em suas primeiras décadas, a Companhia Siderúrgica Nacional pode ser entendida como parte de um projeto nacional concebido desde os anos 1930 e implementado pelo Estado a partir da década seguinte, utilizando-se para isto do que havia de favorável nas conjunturas nacional e internacional do período. No contexto de sua criação e por décadas, a Cidade do Aço foi apresentada como um modelo de relações de trabalho e controle da mão-de-obra para o país, seja no setor público ou privado. Como observamos, o tipo de relações implementadas, a cidade-empresa, ou o sistema de fábrica com vila operária, reproduzia algumas características do chamado paternalismo industrial observado na Europa e nos

<sup>106</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>107</sup> Segundo o próprio sindicalista, sua trajetória na igreja remonta à infância quando, levado pela mãe, tornou-se “coroinha”. Quando jovem, integrou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral Operária (PO).

Estados Unidos desde o século XIX, mas somava ao seu desenho final a forte presença do Estado, que nesse caso assumiu diretamente a figura do gestor dos espaços intra e extrafabril.

O modelo de relações trabalhistas observado naquele momento em Volta Redonda, e no país, preconizava os laços corporativos, ou até afetivos, entre trabalhadores, empresa e Estado. Da mesma forma, o SMVR surgiu e se manteve como “sindicato-empresa” nos primeiros anos de sua trajetória. Esses fatores, entretanto, não significaram uma relação de “harmonia” entre CSN, operários e moradores da Cidade do Aço. A transição econômica e social entre os mundos rural e urbano-industrial trouxe a “proletarização” de amplas parcelas de uma população majoritariamente de origem rural. A ambigüidade do termo *arigó*, operário ou matuto, profissional ou desqualificado, representa um pouco da tensa relação entre “dádiva” e “superexploração” que caracterizou o trabalho dos chamados pioneiros da CSN. Além disso, vale lembrar que nem todos os trabalhadores “foram parte” do projeto da cidade operária, sejam estes empregados ou não na Companhia. Demissões em massa, segregação espacial e déficit habitacional apresentaram-se como parte constitutiva da “cidade-empresa”.

Por outro lado, dentro e fora da cidade operária comunidades se constituíram e ganharam expressão cultural e política a despeito do controle da Companhia. Em comum, cidade operária e periferia, “assistidos” e “desassistidos”, estiveram sujeitos ao poder da CSN, mesmo que disso resultasse inclusão ou exclusão. Se a resistência a esse poder por parte de trabalhadores e moradores levou à formação de uma “cultura de reivindicação” (MOREL, 1989 e 2001), também é verdade que a idéia de “ser parte” (SOUZA, 1992) do sistema construído pela Companhia apresentava-se como a grande bandeira mobilizadora da sociedade civil e do movimento popular de Volta Redonda. A busca pela condição de membro da “família siderúrgica”, para os trabalhadores, ou pela extensão dos serviços públicos para além da cidade operária, para os moradores, foi um dos fatores constitutivos dos movimentos políticos e sociais observados sobretudo nos anos 1950.

Como em outras experiências de cidades industriais, uma contraposição ao poder da Companhia se apresentou de forma mais institucionalizada primeiramente entre os setores médios da população. A reivindicação de interesses dessas camadas (aplicação local tributos, especulação imobiliária, entre outros), em parte articulados com os da Companhia, alimentou a campanha pela emancipação de Volta Redonda ocorrida em 1954. A esse fenômeno podemos chamar de surgimento, ou inclusão, de outras “vozes locais” (MOREL, 1989), ora em coro ora dissonantes, mas quase sempre num plano ou *contexto discursivo*<sup>108</sup> definido pela

---

<sup>108</sup> No sentido dado por GOMES (2005).

Companhia. Ou seja, o “transbordamento geográfico” da “cidade operária” para a “cidade livre”, embora tenha dado origem a outros canais para a expressão dos atores locais, não seria suficiente para colocar em questão o “poder de fato” exercido pela CSN.

Ressaltamos também uma distinção entre (1) o movimento emancipacionista espacialmente localizado na chamada “cidade velha” e socialmente composto pelos setores médios (proprietários de terra, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos); e (2) os movimentos que se articularam nas áreas periféricas da cidade, principalmente patrocinados pela Igreja Católica. Ao passo que o primeiro grupo reivindicava uma relativa autonomia em face do controle da empresa, no segundo a idéia de “ser parte” da cidade operária apresentava-se como desejo para muitos de seus participantes.

A trajetória da família Oliveira Rodrigues retrata a ambigüidade vivida por trabalhadores e moradores de Volta Redonda. Do bairro operário à periferia, a família experimentou desde as possibilidades oferecidas à “família siderúrgica” (“filhos da tecnologia”, alunos da escola técnica) às limitações impostas aos “não assistidos” pela Companhia, o que chamamos de lugar social “já morreu” (“filho de desempregado”, vida na periferia). De qualquer forma, a partir da trajetória de Luiz de Oliveira Rodrigues observamos que o desenvolvimento de um conjunto de instituições (ETPC, Igreja Católica, entre outras), dentro ou fora do controle da Companhia, oferecia a trabalhadores e moradores, homens e mulheres de Volta Redonda alternativas de inserção social que também seriam convertidas em instrumentos para a luta política.

As características peculiares do sistema cidade-empresa, o contexto nacional e local de sua implantação, assim como os problemas e possibilidades relativos ao desenvolvimento da Cidade do Aço entre os anos 1940 e 1960, constituíram as bases sociais para a ascensão do sindicalismo e a agitação política que observaremos em Volta Redonda nas décadas seguintes. Apesar das mazelas trazidas pelo regime de 1964, uma nova geração de operários, “filhos da tecnologia”, alunos da escola técnica, moradores da periferia ou da cidade operária, em maior ou menor grau influenciados pelo ativismo da Igreja Católica, ganhará destaque como lideranças do movimento social e sindical de Volta Redonda nos anos 1970 e 1980, como veremos no próximo capítulo.

## 2

**Militares, Sindicalismo e Movimento Social (1964-1989)**

*A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:*

*I – cessação de privilégio de foro por prerrogativas de função;*

*II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;*

*III – proibição de atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política;*

*IV – aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:*

*a) liberdade vigiada;*

*b) proibição de freqüentar determinados lugares;*

*c) domicílio determinado.*

*§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.*

*§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.*

**Artigo 5º. do Ato Institucional nº. 5 – de 13 de dezembro de 1968**

*Podrán cortar todas las flores, pero nunca terminarán con la primavera.*

*Podrán morir las personas, pero jamás sus ideas.*

**Ernesto “Che” Guevara**

*El pueblo, unido, jamas sera vencido!*

*El pueblo, unido, jamas sera vencido!*

**Sérgio Ortega, 1973**

O período que abordaremos nesse capítulo tem início com o regime instaurado a partir de 1964. Em diferentes partes do país, o desenvolvimento econômico não se torna suficiente para atenuar o autoritarismo e uma dívida social crescente. Observaremos que na virada entre os anos 1970 e 1980 um conjunto de entidades da sociedade civil se reorganiza em meio à luta pela redemocratização. Influenciada por esse contexto, a ação sindical atuará dentro e fora das fábricas em defesa dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores.

Em Volta Redonda, ao mesmo tempo em que decretos presidenciais interferem no cotidiano da cidade-empresa, as novas estratégias governamentais de planejamento e

desenvolvimento modificam a gestão da Companhia e as relações desta com seus operários. Veremos como a face local da repressão e do autoritarismo fará com que as “vozes locais” que se articulavam contra o poder da Companhia se associem à luta contra o regime e pela democracia. Um destaque especial será dado ao movimento social organizado pela Igreja Católica e liderado por D. Waldyr Calheiros de Novaes, o Bispo de Volta Redonda.

No plano sindical, o movimento observado em outras partes do país e que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo tem sua firmação em Volta Redonda a partir da vitória da Oposição Sindical em 1983. O surgimento de uma geração de militantes, vale dizer de trajetórias e orientações político-sindicais diversas, ganhará maior expressão sob a liderança de Juarez Antunes e com as greves observadas na CSN entre 1984 e 1988. No contexto da redemocratização, projetos sindicais e políticos, coletivos ou pessoais foram aglutinados pela luta contra o “despotismo” das chefias, as más condições de trabalho e as perdas salariais. Em outras palavras, divergências em potencial seriam obscurecidas em face de um inimigo externo em comum, a Companhia.

Assim como a influência da conjuntura e da repercussão das greves dos anos 1980, a dinâmica interna de conflitos e acordos também orientou o caminhar do SMVR durante aquela década. A trajetória do militante Luiz de Oliveira Rodrigues e os “rachas” e “acordos” ocorridos na direção do sindicato serão tomados pela análise como forma de evitar que conjunto de tensões e dissidências seja depreciado, senão ignorado, em um momento que podemos considerar de ascensão do sindicalismo e da classe trabalhadora na Cidade do Aço.

## 2.1. Volta Redonda: Área de Interesse da Segurança (da economia e da política) Nacional

*O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item I, da Constituição, decreta:*  
*Artigo 1º - É declarado de Interesse de Segurança Nacional, para os efeitos do Artigo 15, § 1º, Alínea “B” da Constituição, o Município de Volta Redonda, do Estado do Rio de Janeiro.*  
**Decreto-Lei Nº. 1.273, de 29 de maio de 1973**

O regime instaurado a partir de 31 de março de 1964 e redimensionado, em termos de repressão política, entre 1968 e 1969<sup>109</sup>, faria o Brasil experimentar mais uma vez as conseqüências de uma organização do Estado em que coexistiam o autoritarismo na política e a promoção do desenvolvimento e da modernização econômica.

A ruptura política e o processo de reformulação do Estado e da economia que se davam no plano nacional trariam conseqüências peculiares para Volta Redonda devido à presença da Companhia Siderúrgica Nacional.

O golpe de 64 virá expandir as condições políticas necessárias à retomada da expansão capitalista, fornecendo as bases institucionais do processo de concentração oligopolista. No caso da siderurgia estatal [...], vão ser implementadas medidas que já vinham se esboçando anteriormente no sentido de adaptá-la plenamente ao papel de instrumento de políticas econômica e fornecedora a preços subsidiados de bens para o setor privado, especialmente para os segmentos industriais de ponta. Para isso, será institucionalizado um aparato estatal de planejamento, com reflexos profundos sobre a CSN e a forma de gestão sobre a força de trabalho. (MOREL, 1989:401-402)

Já em seus primeiros momentos, o novo regime fez-se perceber por uma série de intervenções autoritárias. Receosos ou contrários à “ameaça comunista”, às reformas de base, ou à instauração de uma “república sindical”, setores sociais locais, mais ou menos alinhados com as forças em ascensão, produziram em Volta Redonda uma leitura própria das mudanças em curso no plano nacional. Alguns episódios ocorridos na época sugerem um pouco do

---

<sup>109</sup> Refiro-me, respectivamente, às mudanças introduzidas pelo Ato Institucional Nº. 5, de 13 de dezembro de 1968; pela Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro de 1969; e pela emenda constitucional Nº. 1 de 17 de outubro de 1969 que outorgou uma nova Constituição incorporando em seu texto partes do AI-5.



modo como o sindicalismo e a cidade sofreriam as conseqüências do período de exceção que se iniciava.

Essa mobilização uniu, na mesma conspiração, as chamadas classes conservadoras, setores ligados à alta direção da CSN, o comando da guarnição local do Exército - o extinto 1º BIB - Batalhão de Infantaria Blindada -, além de políticos ligados à UDN - União Democrática Nacional. Quando o Golpe Militar de 1964 estourou, essas forças agiram rapidamente, em Volta Redonda, apanhando a militância de esquerda totalmente desprevenida, efetuando prisões de ativistas e intervindo nos sindicatos, com uma eficiência e uma rapidez somente concebíveis como resultantes de um planejamento. (BEDÊ, 2004:120)

Em 1º de abril de 1964, após uma ocupação militar, o Sindicato dos Metalúrgicos sofre intervenção, seu presidente ainda tenta em vão organizar alguma resistência dos trabalhadores, mas acaba preso no interior da Usina Presidente Vargas. Além dos sindicalistas, os primeiros atingidos teriam sido as lideranças políticas, sobretudo aquelas ligadas ao presidente João Goulart e ao PSD, bem como outros personagens identificados como *elementos suspeitos ou comprometidos com a ideologia comunista*<sup>110</sup>.

Antes do meio-dia, começaram as prisões de dirigentes e militantes sindicais. João Alves dos Santos Lima Neto, presidente do Sindicato, foi preso no interior da Usina Presidente Vargas. Othon Reis Fernandes, diretor de Serviços Sociais da CSN, foi apanhado em sua residência por uma patrulha do Exército. As prisões de suspeitos de subversão e, também, a busca e a apreensão de "material subversivo" prosseguiram por todo o mês de abril. O Exército instaurou dois "Inquéritos Policiais Militares" - os famigerados "IPMs" - de resto, um instrumento judicial específico da vida militar - "para apurar as atividades subversivas" na região do sul do Estado e, especificamente, na CSN. O primeiro foi tocado pelo Batalhão e o segundo, pela Academia Militar das Agulhas Negras - a AMAN. Na Companhia Siderúrgica Nacional, seu Diretor Industrial mandou instaurar inquérito administrativo para apurar "atividades subversivas ocorridas no âmbito da empresa". Muitos empregados sofreram diversos tipos de punição. Outros foram sumariamente demitidos, sem justa causa. Ao final do inquérito administrativo, a CSN demitiu ou afastou do trabalho mais de cem servidores, sob acusação de atividades subversivas. (BEDÊ, *ibid.* p. 124-125)

Waldyr Bedê, autor e ator<sup>111</sup> citado acima, à época assessor de Othon Reis Fernandes, em entrevista ao jornal *Diário do Vale*, relata um pouco mais do clima de perseguição que se

---

<sup>110</sup> Em 11 de abril de 1964, a Câmara Municipal de Volta Redonda cassou o vereador Feliciano Eugênio Netto (PSD), sob a alegação de ligações com ideologias comunistas. Já no plano sindical, ainda que tenham se fortalecido com o governo de João Goulart e até chegado à presidência do sindicato, militantes de "oposição" ligados ao PCB foram presos, tendo sua força política em muito desmobilizada (*Revista Arigó* p. 52-56 e COSTA, 2003:240).

<sup>111</sup> Waldyr Amaral Bedê (1937-2006), ao longo de sua carreira profissional, de mensageiro da CSN a professor universitário, atuou também em diversas organizações e funções políticas desde os anos 1960. Entre outras, foi diretor-secretário do SMVR (1961-1963), membro da Juventude Operária Católica (JOC), secretário municipal de educação de Volta Redonda (1986-1988), presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDINE) (1987-1989), ambos cargos durante o governo de Marino Clinger, e assessor do Prefeito Wanildo de Carvalho (1989-1992). Como professor de História e Sociologia, lecionou em diversos colégios da

estabeleceu em Volta Redonda na seqüência ao golpe e suas conseqüências para os trabalhadores associados à “subversão”.

No dia 13 de abril do mesmo ano [1964], 92 pessoas foram presas e levadas para a Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), em Resende. Os militares abriram um Inquérito Policial Militar (IPM) com a acusação de atividade subversiva contra a CSN. Entretanto, dos 92 IPMs, apenas três foram a julgamento, mas todos foram absolvidos da acusação. “Éramos tratados com prisioneiro de guerra. Não tínhamos contato com ninguém e sequer víamos o sol. Fiquei preso 17 dias. Mas não fomos torturados”, recorda Bedê.

Após a prisão, os militantes contra a ditadura foram vítimas de preconceito por parte da população. Na época, suspenderam os direitos a hospital, farmácias, bancos e cooperativas dos ex-detentos. “Estávamos perdidos. Todas as portas haviam sido fechadas”, define Bedê. Outra situação constrangedora dos ex-presos era que quando havia eventos na cidade como, por exemplo, a visita de ministro militar a CSN, os considerados subversivos eram recolhidos das ruas até o fim do evento. O exército, no entanto, alegava que a prisão temporária era para a própria proteção dos subversivos. “Era até bom porque se acontecesse algum problema a culpa não cairia em cima da gente”, conta Bedê que, no período de 1965 a 1967, morou fora de Volta Redonda. Nesse época, ele ganhou uma bolsa de estudo na Cepal (Comissão de Economia para América Latina), órgão ligado a ONU no Chile, e voltaria ao município no início de 1968.<sup>112</sup>

Como adiantado nas passagens supra citadas, não só sindicalistas e operários ficaram sujeitos à “caça às bruxas” instaurada em Volta Redonda. Diretores da Companhia afinados com João Goulart também foram alvo de semelhante tipo de perseguição.

A 1º de abril caíam todos: a Diretoria do Sindicato, o Presidente da República e, pouco depois, grande parte da Diretoria da CSN. Jesus Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1; O Almirante Lúcio Meira demitiu-se e retirou-se para a reserva; o Diretor Secretário, Wandyr de Carvalho, e o Diretor de Serviços Sociais, Othon Reis Fernandes, foram presos na Academia Militar das Agulhas Negras. Volta Redonda foi cercada pelo BIB de Barra Mansa, o Sindicato invadido e Lima Neto foi preso dentro da Usina. No próprio mês de abril a CSN instituía uma Comissão de Inquérito, a fim de apurar atividades subversivas realizadas no âmbito da empresa. (MOREL, 1989:398)

Listas de operários e diretores envolvidos na tentativa de resistência foram entregues às forças da repressão. Dentre os delatores estariam os diretores alinhados com os militares que permaneceriam na direção da Companhia (Cf. *Revista Arigó*, p. 45-49), como indica a tabela a seguir.

---

cidade e na Fundação Educacional Rosemar Pimentel (FERP), entidade privada de ensino superior da qual também foi diretor.

<sup>112</sup> *Diário do Vale*, 21/03/2004.

Tabela 4  
**Companhia Siderúrgica – Diretoria 1964**

<b>Diretoria da CSN - 1964</b>	
<b>Em 31 de março:</b>	
Presidente	Alm. Lúcio Martins Meira
Vice-Presidente	Gal. Mário Gomes da Silva
Diretor Industrial	Eng <sup>o</sup> . Mauro Mariano da Silva
Diretor de Mat. Primas	Mauro Ramos
Diretor de Vendas	Jesus Soares Pereira
Diretor de Compras	Joaquim Mendes de Souza
Diretor de Transportes	Moacir Araújo Pereira
Diretor Tesoureiro	Cmt. Benvindo Taques Horta
Diretor Secretário	Wandyr de Carvalho
Dir. de Serviços Sociais	Othon Reis Fernandes
<b>Em 25 de abril:</b>	
Presidente	Eng <sup>o</sup> Oswaldo Pinto da Veiga
Vice-Presidente	Eng <sup>o</sup> Antônio Carlos Gonçalves Penna
Diretor Industrial	Eng <sup>o</sup> Mauro Mariano da Silva
Dir. de Matérias Primas	Mauro Ramos
Diretor Comercial	Eng <sup>o</sup> Arnaldo Claro São Thiago Filho
Diretor Tesoureiro	Cmt. Benvindo Taques Horta (até 26/04/65)
	João de Castro Moreira (após 26/04/65)
Dir. de Pessoal E de Serviços Sociais	Eng <sup>o</sup> Newton Coimbra de Bittencourt Cotrim

FONTE: elaborado a partir de COSTA (2004:52-53), grifos nossos.

No plano econômico, a CSN se encontrava diante de grave crise. Entre os anos de 1963 e 67, a Companhia enfrentou um considerável encolhimento do mercado interno para produtos siderúrgicos, além da entrada em operação de suas duas concorrentes no setor de aços planos USIMINAS (1962) e COSIPA (1963). Como primeira saída para a crise, a direção da Companhia optou pela redução de pessoal e pelo arrocho salarial, abandonando cada vez mais, como foi mostrado (item 1.2), o compromisso com a esfera da reprodução do trabalho. A repressão sobre o movimento sindical, que acabamos de mostrar, facilitou em muito essas medidas (MOREL, 1989:413).

A partir do Plano Siderúrgico Nacional de 1967, tem-se a institucionalização do planejamento governamental para o setor. Entre outras medidas, o Plano previa a expansão integrada das três grandes usinas produtoras de aços planos, CSN, COSIPA e USIMINAS (SOUZA, 1992:76). Sua concretização produziria as novas bases para o desenvolvimento, levando o setor como um todo à retomada do crescimento nos anos 1970. Nesta década, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) orientava-se pela ampliação do investimento nas indústrias de base, em especial a siderúrgica e a petroquímica.

No setor siderúrgico, planos de investimento e de expansão de produção implementados durante os anos 1970 fizeram com que a produção de aço bruto aumentasse de 5,4 mi ton/ano para 15,3 mi ton/ano já em 1980. Ainda que mantivesse sua pouca expressão no cenário internacional, a produção brasileira saltou nesse período de 0,91% para 2,13% da produção mundial. (ALVES, 2006:96)<sup>113</sup>

Para a CSN, ainda que com atrasos na conclusão e reprogramações nas metas de produção (ver quadro no capítulo 1), os três estágios do Plano D trariam a modernização da Usina Presidente Vargas.

Nos anos 70, a execução dos estágios I e II do Plano D de Expansão implicou modernização tecnológica e reestruturação nos padrões de recrutamento e seleção da força de trabalho, atividade centralizada no Setor de Recursos Humanos. Com o propósito de aumentar a capacidade da Usina de 1,4 milhão para 4,6 milhões de toneladas/ano, introduzem-se nesse momento importantes modificações, como, por exemplo, a ampliação da capacidade de produção da coqueria, a construção de um terceiro alto-forno com melhor desempenho térmico, a substituição na aciaria do processo Siemens-Martin pelo LD a oxigênio e, sobretudo, a automação de diversos setores produtivos, com o objetivo de possibilitar a maior integração possível entre as etapas do processo. (PESSANHA e MOREL, 1991)

Em paralelo ao aperfeiçoamento tecnológico, a Companhia daria curso a um processo de renovação dos seus quadros. Fizeram parte de suas estratégias a demissão de empregados mais antigos, ainda que estáveis; a diversificação das formas de recrutamento, com introdução de concurso público; o privilégio da contratação de pessoal mais escolarizado; a redução do pessoal da área produtiva e o aumento da mão-de-obra alocada em funções técnicas, gerenciais e burocráticas.

Numa tentativa de reduzir o excesso de mão-de-obra empregada e de racionalizar a produção, a gerência da Companhia deixou de contratar trabalhadores para postos considerados não essenciais, que passaram a ser progressivamente transferidos para firmas subcontratadas. Um resultado disso foi o desenvolvimento de uma nova divisão do trabalho e de um novo mercado para trabalhadores “estratégicos” e “periféricos”. (MANGABEIRA, 1993:191-192)

Tanto quanto novos critérios de gestão do trabalho, tal processo resultou em sensíveis mudanças no perfil dos trabalhadores da CSN, fato que influenciaria consideravelmente essa etapa da formação da classe trabalhadora de Volta Redonda.

Observam-se assim novas diferenciações no espaço fabril, tanto no que se refere à formação profissional quanto às condições de trabalho nas empreiteiras se caracteriza por um alto índice de *turnover* e piores condições de segurança. A criação de novos cargos e extinção de outros, as novas formas de recrutamento, além da acentuada exigência de instrução formal em

---

<sup>113</sup> Para uma melhor visão sobre a evolução da produção siderúrgica brasileira, ver PINHO e SILVEIRA (1998).

substituição às antigas formas de aprendizagem *on the job*, inauguraram um novo perfil de trabalhadores na Companhia. (PESSANHA e MOREL, 1991)

As autoras supra citadas destacam o “conflito de gerações” que se institui na usina não significa necessariamente uma oposição entre operários biologicamente mais ou menos jovens, mas é este novo perfil que irá diferenciar a constituição de seus interesses e identidades. Os trabalhadores contratados pelas empreiteiras, por exemplo, passaram de 1.222 em 1971 para 11.000 em 1974. Já o percentual de trabalhadores não qualificados na CSN baixou entre 1975 e 1984 de 11% para 4,6%, ao passo que os qualificados subiram de 44% para 50,8%<sup>114</sup>.

De um modo geral, a Companhia entrava em um novo ciclo que seria experimentado como um momento de perda, sobretudo entre os mais antigos, *perda da ‘proteção’ (as casas) e dos ‘direitos’ (a estabilidade)*<sup>115</sup>. Os mais novos, por sua vez, buscariam direitos e garantias relativas ao alto nível técnico-profissional exigido para o ingresso na Companhia. *Além disso, a diminuição progressiva de práticas típicas de uma gestão paternalista acarreta uma diminuição do peso simbólico da empresa na constituição da identidade desses novos operários* (PESSANHA e MOREL, *ibid.*). De um ou outro modo, veríamos nos anos seguintes o surgimento de uma massa de trabalhadores cada vez mais escolarizada e com senso crítico, porém insatisfeita.

No plano nacional, as transformações por que o país passaria nos planos tecnológico, de infra-estrutura e de integração regional não foram capazes de “compensar” por muito tempo o caráter excludente do modelo adotado pelo ciclo de governos militares (1964-1985) (PENNA, 1999:246).

Em Volta Redonda, a questão social, assim como a economia e a política, seria tratada pela intervenção direta dos militares. Empresa e cidade passam a ter de lidar bem de perto com esses novos atores. Não era novidade a presença de militares na cidade do aço<sup>116</sup>, mas após 1964 a presença militar se faria sentir de forma mais efetiva. Poucos dias após o golpe, a Diretoria da CSN cedia 16 casas para ao comando do 1º. Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), situado em Barra Mansa, por ser de...

---

<sup>114</sup> Dados de PIMENTA (1989), apud PESSANHA e MOREL (*ibid.*).

<sup>115</sup> Aprovada em 13 de setembro de 1966 e entrando em vigor no ano seguinte, a Lei nº. 5.107 criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a “opção” forçada por esse dispositivo levaria ao fim da estabilidade garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943.

<sup>116</sup> A instalação na região da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, e do 1º. Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), em Barra Mansa, remonta aos anos 1940. Este último, inclusive, tem sua história em muito associada à ação dos militares junto à CSN.

...toda conveniência para a Usina manter e incentivar a residência dos elementos mais graduados do BIB em Volta Redonda, fazendo-os integrar-se à família siderúrgica para conhecerem os nossos hábitos e a nossa gente, mantendo contacto mais intenso com a nossa supervisão. (CSN, Relatório da Diretoria 08/04/64, apud MOREL, 1989:401)

Destinadas a moradia de militares, essas casas situadas na cidade operária, foram distribuídas pelo Exército respeitando as patentes dos destinatários: Sargentos no Conforto e Oficiais na Vila Santa Cecília, fazendo interagir não só as hierarquias, mas os mundos militar e fabril.

Porque a Vila aqui era casa da Companhia, Conforto e Vila. Tinha a Vila de oficiais, que era a rua 18 e a rua 16..., e as ruas 13 e 15 que eram onde moravam os sargentos. Os sargentos moravam no Conforto, ali no início, ali perto da Vila, perto do escritório central e os oficiais moravam na Vila, ali perto da Telerj. Eles vinham de outros lugares e moravam aqui. Porque o 22º. existia por causa da Companhia e as casas aqui pertenciam, a maioria, pertenciam tudo a Companhia... e a Companhia cedia a casa para eles morar.<sup>117</sup>

Ainda em 1964, também seriam doados ao BIB 10 veículos utilitários “Rural Willis” em reconhecimento pelos serviços prestados em defesa da democracia e da Companhia Siderúrgica Nacional, segundo a imprensa local na época (BEDÊ, 2004:134). Já em maio de 1973, o Decreto-Lei nº 1.273 tornou o município Área de Interesse de Segurança Nacional<sup>118</sup>. Volta Redonda ficaria submetida ao Conselho de Segurança Nacional, órgão vinculado à Presidência da República. A partir de então, como em outros municípios assim considerados, a Cidade do Aço também ficaria submetida ao controle do Exército e seus prefeitos não seriam mais eleitos, mas nomeados pelo Conselho.

Na época do regime militar, quem mandava na cidade era o coronel comandante do BIB, destaque em todas as manifestações públicas. O prefeito, nomeado pelo governo, não passava de figura decorativa. O patrulhamento constante feito pelo Exército dava impressão de que todos nós estávamos prisioneiros, submissos e aplaudindo por onde passavam. Eram ostensivamente arrogantes. As prisões sucessivas e arbitrárias de pessoas suspeitas foram irritando os cidadãos e gerando conflitos no seio das famílias. Por outro lado, a defesa que fazíamos dos presos, denunciando as arbitrariedades nas igrejas – único meio de comunicação –, foi criando uma aceitação por parte da população.<sup>119</sup>

<sup>117</sup> J.A., Trabalhador da CSN, dezembro de 2005.

<sup>118</sup> A Constituição de 1967 foi elaborada e aprovada sob pressão dos militares por um Congresso Nacional já livre de oposição e transformado em Assembléia Constituinte pelo AI-4, de 7 de dezembro de 1966, entrando em vigor em 15 de março daquele ano. O novo texto constitucional dava ao Poder Executivo o direito exclusivo de legislar em matéria de segurança nacional e finanças públicas. Ao Congresso cabia aprovar ou rejeitar em bloco essas matérias, não sendo possível promover emendas. Fortalecia-se o Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário. [...] A República federalista na verdade não existia mais, senão como um princípio abstrato, pois pela Carta de 1967 o governo federal tinha o direito de intervir em estados e municípios, desde que julgasse tal atitude um imperativo da ordem e da segurança nacional. (PENNA, 1999:271)

<sup>119</sup> D. Waldyr Calheiros, entrevista a COSTA, PANDOLFI E SERBIN (2001:90).

Com o aumento da insatisfação com o regime e a rearticulação da sociedade organizada a partir de final dos anos 1970, projetos alternativos seriam concebidos e reivindicados não só para os trabalhadores e moradores da Cidade do Aço, mas para os cidadãos brasileiros.

## 2.2. Redemocratização e Novo Sindicalismo: oposições, greves, PT e CUT

*A emenda constitucional nº. 11, aprovada pelo Congresso, introduziu uma série de reformas. Além de extinguir o AI-5, restabelecia o habeas-corpus e a independência do Judiciário, mas dava poderes ao Executivo para decretar “medidas de emergência”, “estado de sítio” ou “estado de emergência”, renováveis pelo prazo de 120 dias, pelo menos.*  
**PENNA (1999:297)**

*A inflação explosiva e as tentativas frustradas de domá-la baseadas na contenção dos salários foram combustíveis poderosos num ambiente bastante favorável à ação de massa.*  
**CARDOSO (2003:51)**

*Que essa greve sirva de demonstração para os patrões nunca mais duvidarem da classe trabalhadora. Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores.*  
**Luís Inácio da Silva, 1979**  
 (SILVA, 1981)

Crescimento econômico, ingresso de capitais estrangeiros, grandes obras de infraestrutura e aumento do nível de emprego, de crédito e do padrão de vida da classe média, esses foram os principais elementos do que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”. Mas para a maioria dos assalariados, este foi um período de arrocho salarial, caracterizado pelo aumento progressivo da desigualdade na distribuição de renda. Além disso, o final dos anos 1960 e os primeiros da década de 1970 ficariam marcados pela ação de grupos armados contra a ditadura e pelo conseqüente endurecimento do regime<sup>120</sup>. As restrições aos direitos e liberdades civis e a violação dos direitos humanos patrocinadas pelo Estado também fariam crescer entre diversos setores da sociedade a insatisfação com o sistema e os projetos de

<sup>120</sup> Além das mudanças constitucionais já mencionadas, constituiu-se nesse período um aparato repressor que reunia, sob um único comando, militares das três forças e integrantes das polícias militar, civil e federal. Em 1969 surgia o Centro de Operações para a Defesa Interna (CODI) do II Exército e, posteriormente outros CODIs no I, III e IV exércitos. Estes organismos tinham por objetivo "coordenar as atividades dos diversos órgãos encarregados da repressão à subversão e ao terrorismo". Comandado por um oficial superior subordinado ao comando militar da área em que atuava, o CODI podia coordenar as atividades de um (ou de vários) Departamento de Operações Internas (DOI). Apesar de as duas siglas terem se notabilizado conjugadas como DOI-CODI, o CODI exercia o trabalho burocrático-administrativo do organismo, a análise das informações e o planejamento estratégico do combate à subversão, enquanto o DOI se ocupava da parte operacional (Verbetes “Ação Repressiva”, DHBB-FGV).



retorno à democracia. Tendo sua face mais obscura denunciada por todo país e no exterior, o regime viu-se desgastado e pressionado por mudanças.

Uma cultura de resistência coexistiu com o culto aos valores do mercado financeiro perseguido pelo sistema político. Não bastou o incremento da repressão para abafar essa cultura. As lutas pela anistia e pela constituinte atravessaram todos os momentos da ditadura sem que seus mentores e defensores perdessem o entusiasmo e a determinação. Diante dessa resistência cívica, das pressões externas e da impossibilidade de continuar indefinidamente a censura e o clima persecutório em um país que alcançara um nível de informação potencialmente idêntico ao dos grandes centros mundiais, soube o regime dar início ao processo lento de substituição do autoritarismo pela democracia responsável, eufemismo para designar uma espécie de “autoritarismo esclarecido”. (PENNA, 1999:293)

Ainda que com restrições, o projeto político de "distensão lenta, gradual e segura" levado a cabo pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979) mostrou-se mais sensível às pressões exercidas pelos setores progressistas da sociedade civil, principalmente se comparado ao seu antecessor (Emílio Garrastazu Médici, 1969-1974). Em 13 de outubro de 1978, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº. 11, que entrou em vigor em 1º. de janeiro de 1979, pondo fim ao principal instrumento de coação do autoritarismo, o AI-5. Em 28 de agosto de 1979, foi aprovada a Lei de Anistia (nº. 6.683), já durante o governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

Esses dois marcos do processo de redemocratização, o fim do AI-5 e a Lei de Anistia, só foram possíveis graças ao avanço da oposição ao regime e o grau de mobilização atingido pela sociedade que, por sua vez, tornaram a “abertura” *uma exigência da opinião pública* da qual o governo dificilmente poderia escapar (PENNA, 1999:296). Dentro desse contexto, foi de grande importância a luta e a organização dos trabalhadores em defesa das condições mínimas de renda diante do quadro de defasagem salarial e desigualdades promovidas pela política econômica dos sucessivos governos militares.

No cenário político mais amplo, a (re)emergência do movimento dos trabalhadores acabou estremecendo os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo pensados sem eles. (SANTANA, 1999:134)

Movidos inicialmente pela demanda por liberdade sindical e pela luta contra o *arrocho* salarial e o autoritarismo interno das fábricas, trabalhadores e sindicalistas, na medida em que se organizavam e ocupavam a estrutura sindical, não se limitavam à busca por direitos apenas relacionados à esfera da produção. Diante de um regime político ditatorial, a possibilidade de atuação na esfera política mais ampla fez com que uma massa cada vez maior de

trabalhadores também vislumbrasse a democracia e a justiça social como algo a ser conquistado por sua própria organização.

A greve dos metalúrgicos do ABC em 1978 abriria espaço para as paralisações de outras categorias que se desdobraram entre aquele mesmo ano e os seguintes. O trabalho das chamadas “oposições sindicais”, silencioso ou silenciado nos anos da ditadura, romperia do interior para as portas das fábricas e para o noticiário nacional. Manifestações semelhantes por parte de trabalhadores de outras categorias e em diferentes partes do país faziam ressonar as idéias e reivindicações esboçadas no ABC. Ao conjunto desse movimento se convencionou chamar de Novo Sindicalismo e do seu interior surgiram as propostas de criação de um partido político, contemplada com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, e de organismos intersindicais de cúpula, que viriam a se concretizar a partir de 1983, após encontros, discussões e cisões.

Ainda durante esse período, organizaram-se no interior de diversas categorias profissionais movimentos de Oposição Sindical, cuja inspiração política variava desde o catolicismo progressista até as vertentes de orientação leninista e/ou trotskista. Boa parte destas oposições, de início propugnando pelo rompimento com a estrutura sindical oficial, posteriormente se somaria aos chamados sindicalistas “autênticos” nas iniciativas que redundariam na fundação da CUT e, já a partir do fim dos anos setenta, muitas delas se converteriam em oposições às direções dos sindicatos oficiais, e não mais à sua estrutura, protagonizando a conquista de inúmeros deles. (COMIN, 1994 p. 364)

A formação do PT em 1980, entretanto, acentuaria as divergências entre as diferentes correntes que atuavam no interior do movimento sindical brasileiro<sup>121</sup>. RODRIGUES (1991:27-28) identifica quatro grandes tendências concorrentes nesse período:

*Unidade Sindical* – reunia sindicalistas vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), considerados mais moderados, eram favoráveis à *autonomia*, leia-se não intervenção do Ministério do Trabalho, mas contrários à *liberdade* sindical, isto é, opunha-se

---

<sup>121</sup> Embora extrapole os objetivos deste trabalho, não podemos perder de vista que o Novo Sindicalismo, ao se contrapor a lideranças anteriores (de orientação comunista ou assistencialista), também se inseria no campo político das esquerdas no Brasil, onde a disputa pela hegemonia sobre a representação da classe trabalhadora seria notadamente polarizada entre os PCs e o PT (SANTANA, 1999). Deste campo, também fariam parte os setores herdeiros do trabalhismo e do socialismo democrático pré-1964 que incorporavam em suas fileiras militantes de esquerda, como sugere REIS FILHO (2005). Com alteração da Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1979 (Lei Nº. 6.767) estas duas correntes dariam origem à reorganização do PTB e à criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no que se refere à tradição trabalhista ou nacional-desenvolvimentista, e, posteriormente, à reorganização do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1985, herdeiro, de certo modo, da tradição do socialismo democrático e do partido homônimo fundado em 1947 (REIS FILHO, op. cit. e PENNA, 1999:301).

à organização dos trabalhadores sem o reconhecimento pelo Estado. Esse grupo também fazia oposição aos setores defensores da criação do PT.

*Bloco dos sindicalistas “independentes”, “autênticos” ou “combativos”* – sindicalistas com pouco ou nenhum vínculo com participação política, mas que buscavam mais espaço de negociação, encontrando barreiras e entrando em conflito direto com os patrões e, principalmente, com o Ministério do Trabalho. Neste grupo incluía-se Luís Inácio Lula da Silva e grande parte dos envolvidos na criação do PT.

As “*oposições sindicais*” – militantes sindicais em franca oposição às diretorias consideradas acomodadas ou “pelegas”. Em sua maioria ligados à Igreja Católica via Pastoral Operária, valorizavam a organização das comissões de fábrica de forma autônoma, fora do controle das diretorias dos sindicatos.

A *extrema esquerda*<sup>122</sup> – grupos de ativistas sindicais ou militantes políticos de pequenos partidos de diferentes tendências revolucionárias. Mais do que a luta sindical e pela redemocratização, visavam o socialismo através de uma prática radical destinada permanentemente à agudização do conflito social.

Após inúmeros encontros, discussões, divergências, e rearranjos, esses grupos se reuniram na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em Praia Grande, litoral de São Paulo, em 1981. Entretanto, os diferentes, e por vezes inconciliáveis, objetivos dividiriam esses sindicalistas em dois novos blocos, que formariam duas diferentes centrais sindicais.

Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista e trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. (RODRIGUES, 1991:35)<sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> O próprio autor aponta o caráter minoritário desse grupo, bem como sua menor influência nos rumos do sindicalismo do período. No caso dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, por exemplo, essas correntes se faziam representar em eleições ou chapas, quase sempre acima de sua real presença na base, como forma de “demarcar” suas posições (MARTINHO, 2001:242).

<sup>123</sup> Por ocasião da criação da CUT em 1983, sindicalistas que se recusaram a participar do congresso de fundação da central reuniram-se meses depois formando a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Em 1986, este mesmo grupo, cujas principais lideranças eram Antônio Rogério Magri e Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, criaria a primeira CGT, Central Geral dos Trabalhadores. Em setembro de 1988, a CGT decide mudar seu nome de Central para Confederação Geral do Trabalho, fato atribuído à possibilidade de pleitear recursos da contribuição sindical. No ano seguinte, já associado a Luiz Antônio de Medeiros e defensor do “sindicalismo de resultados”, Magri é eleito presidente da CGT. Derrotados nas eleições, Joaquinzão e militantes do PCB e do MR-8, rompem com Magri e (re)fundam sua central ainda em 1989, trazendo de volta à vida sindical o nome da Central Geral dos trabalhadores (RODRIGUES, *ibid.* p. 38).

O Novo Sindicalismo, bem como suas principais expressões, uma política, o Partido dos Trabalhadores, e outra sindical, a Central Única dos Trabalhadores, inaugurara um novo capítulo da história da classe trabalhadora brasileira, sendo ao mesmo tempo *fruto e atores* do processo de redemocratização do país (FORTES, 2005:196).

Para além das conjunturas política e econômica em que teve sua origem, podemos também atribuir a ascensão do chamado Novo Sindicalismo a três desdobramentos ocorridos no plano do sindicalismo e dos movimentos sociais propriamente ditos. Para RODRIGUES (1991), o primeiro seria a manutenção da estrutura sindical oficial durante os governos militares. Na medida em que os sindicalistas “combativos” conquistavam os sindicatos, suas lideranças podiam contar com a infra-estrutura e recursos que patrocinavam sua organização e ações. O segundo fator diz respeito à ascensão de uma nova geração de dirigentes sindicais disposta a encontrar espaço na vida política do país, cuja característica principal era a aparente ausência de ligações com o esquema *comunista-petebista* anterior a 1964. Por tal motivo, seu acesso à estrutura sindical oficial não seria barrado pelo Ministério do Trabalho ou pelos organismos de segurança. O terceiro, e não menos importante segundo o autor, seria a mudança política da Igreja Católica, ou de suas alas “progressistas”, com relação aos movimentos populares e ao sindicalismo. Destaca-se nesse sentido a aproximação entre os movimentos orientados pela Igreja e o “sindicalismo autêntico”, *fato que proporcionaria ao movimento sindical não apenas um apoio material, mas também uma cobertura política de parte de uma instituição poderosa e legítima* (RODRIGUES, *ibid* p. 13).

A partir da criação da CUT em 1983, o sindicalismo da região do ABC paulista manteve-se como seu principal expoente<sup>124</sup>, mas o campo de influência da central difundiu-se pelo país ao longo da década de 1980, conquistando um número expressivo de sindicatos de variadas categorias profissionais<sup>125</sup> e em diferentes unidades da federação. Em linhas gerais, podemos sistematizar a reunião de orientações político-ideológicas que deu origem à CUT nos seguintes pontos:

---

<sup>124</sup> Jair Meneguelli, ex-presidente Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e primeiro presidente da CUT, permaneceu à frente da central por 11 anos. Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, foi seu sucessor no sindicato (1987-1994) e na CUT (1994-2000). Quase 17 anos após sua fundação, em junho de 2000, a central elegeu seu primeiro presidente não oriundo dos metalúrgicos do ABC, João Felício, professor e ex-presidente da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), tornada sindicato desde 1990 (cf. *A Revista*, 2003).

<sup>125</sup> Segundo RODRIGUES (1990:41), os participantes do III CONCURT (Belo Horizonte, 1988) representavam entidades das seguintes categorias: *trabalhadores rurais e braçais* (34,9%); *profissionais de nível superior* (11%); *profissionais de nível médio* (8,9%); *trabalhadores industriais de qualificação elevada* (8,3%); *professores do magistério secundário e superior* (7,1%); *trabalhadores qualificados não manuais do comércio ou de serviços* (4,1); *funcionários públicos* (3,7%); *trabalhadores industriais de baixa qualificação* (3,4%); *trabalhadores manuais especializados* (2,4%); *professores do ensino elementar* (2,2%) e; *outras ocupações* (11,6%).

- rejeição ao capitalismo como modelo de organização social, ao mesmo tempo em que recusava a matriz comunista de socialismo, encarnadas pelas experiências do leste europeu e representada no Brasil pelos dois partidos comunistas;
- [como reflexo do ponto anterior] quase unânime adesão no plano partidário a um mesmo partido, o Partido dos Trabalhadores, cujas bases sociais em grande medida coincidiam com as da central;
- postura crítica em relação à estrutura sindical corporativa, em particular ao intervencionismo estatal nas relações capital-trabalho e à burocratização dos organismos sindicais;
- valorização das práticas voltadas para a organização e a mobilização das “bases” na ação sindical, por oposição a uma estratégia de intervenção nos espaços institucionais e nas negociações de cúpula. (COMIN, 1994:367)

A Central Única dos Trabalhadores constitui-se assim como uma entidade que além de nacional era representativa de trabalhadores da cidade (indústria e serviços dos setores privado e público) e do campo (trabalhadores sem-terra, pequenos proprietários e assalariados agrícolas). O padrão impresso pelo sindicalismo *cutista*, ou seja, privilégio do “conflito” como via estratégica para se chegar à negociação, seria a expressão política da inauguração uma nova fase das relações entre capital e trabalho no Brasil dos anos 1980 (JÁCOME RODRIGUES, 1997a).

Diferente do observado em outros países, o sindicalismo brasileiro experimentou um acentuado revigoramento nos anos 1980. O processo de reconstrução da democracia formal foi acompanhado pelo aumento do conflito (NORONHA, 1991). Se tomarmos o número de greves como referência, apesar da importância da movimentação sindical entre os anos 1978 e 80, o volume de paralisações no Brasil pode ser considerado baixo se comparado a outros países até meados dos anos 1980. A partir de então, observa-se um acentuado crescimento do conflito ano após ano<sup>126</sup>.

Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2.188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhão para 132 milhões. (NORONHA, *ibid.* p. 95)

Esses movimentos possuíam, em princípio, motivações em comum, em geral reivindicações relativas às sucessivas perdas econômicas provocadas pela escalada

---

<sup>126</sup> A exceção seria 1986, quando cenário de “colaboração” produzido pelo Plano Cruzado. Criado pelo Decreto-Lei Nº. 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, esse pacote antiinflacionário, apesar do congelamento de salários, criou alguns dispositivos de proteção econômica para o trabalhador, como o gatilho salarial (ver nota a seguir) e o seguro-desemprego (assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, demitido sem justa causa), o que em certa medida conteve inicialmente parte dos impulsos grevistas.

inflacionária, bem como a garantia de dispositivos de correção salarial como o “gatilho” e a URP<sup>127</sup> (ver tabela a seguir) em face dos planos econômicos implementados no período. Há, entretanto, que se fazer uma distinção entre as dinâmicas observadas nos setores público e privado. Embora observássemos esse movimento geral indicando a agudização do conflito, nos últimos anos da década o setor público ganharia maior destaque. O ano de 1987, por exemplo, foi considerado “o ano das greves dos funcionários públicos” quando o número de paralisações superava em três vezes o do setor privado (NORONHA, 1991:118). O balanço geral dos anos finais da década (ibid, p. 124) aponta algumas das causas desta tendência de acirramento do conflito no setor público: a) políticas salariais restritivas ou congelamento de salários por períodos superiores ao setor privado (não pagamento do “gatilho” e das URPs de 1986 e 1987, por exemplo); b) rigidez das negociações, seja pela crise das finanças públicas ou pelo respeito ao que impunha o setor privado; e c) menor valorização da negociação coletiva, levando ao prolongamento, por vezes infrutífero, das greves.

Ainda que parciais, os dados da tabela a seguir, publicada pela imprensa e relativa a setembro e outubro de 1988, enumera as principais reivindicações do período, destacando também a adesão dos trabalhadores e a extensão das greves de algumas categorias.

---

<sup>127</sup> O gatilho salarial consistia no reajuste automático dos salários caso a inflação ultrapassasse 20%, correção que seria considerada antecipação salarial. Já a Unidade Referência de Preços (URP), dispositivo de correção dos salários instituído pelo Plano Bresser (Decreto-Lei Nº. 2.335, de 12 de junho de 1987), consistia num reajuste com base na média de inflação dos três meses anteriores.

Tabela 5  
Greves entre setembro e novembro de 1988

A explosão de greves							
Greves das principais categorias de trabalhadores do País, a partir de setembro deste ano							
Categoria	Total de funcionários	Adesão (%)	Início da greve	Fim	Reivindicação	Central	O que conseguiu
Petroleiros	61 mil	90	11/11	-	26,06% + URP de setembro e 10% da produtividade	CUT e indep.	-
Bancários privados	140 mil	60	14/09	20/09	91% + URP do mês e 26,06%	CUT e CGT	63,3% + abono de 21,29%
Previdenciários	120 mil	100	21/09	11/11	193%	Indep.	URP de 4 maio a novembro e aumento de 43 a 139%
Funcionalismo federal	150 mil	100	13/10	9/11	URP de maio, 75% de aumento e equiparação com militares	Indep.	URP de maio e abono de Cz\$ 25 mil, ou 76,5% para a maioria
Eletricitários	63.400	90	25/10	-	De 150 a 194% de aumento	CUT, CGT e indep.	-
Entregadores de gás do Rio	5 mil	100	25/10	10/11	Cz\$ 70 mil de piso, 40h semanais e 10% de aumento	Indep.	Piso de Cz\$ 70 mil e 4% de aumento
CSN	18 mil	95	07/11	-	URP de julho, resíduo de 26,06% e jornada de 6h	CUT	-
Aços Piratini	2.500	100	21/09	-	URP e aumento real	-	-
Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba)	2 mil	95	06/11	-	153% de aumento	-	-
Servidores Municipais do Rio	96 mil	100	21/09	-	153% de aumento	Indep.	-
Metalúrgicos Villares de Pindamonhangaba	2.200	95	30/10	-	Jornada de 6h	CUT	-
Metroviários SP	6 MIL	100	04/11	09/11	URP + 37%	CUT	15% em novembro, 15% em dezembro e redução da jornada de trabalho
Imbel / Piquete	1.600	90	19/10	-	60% + URP congelada e piso de Cz\$ 106 mil	Indep.	-
Professores USP	1.500	100	21/09	11/11	80% já + 15% em novembro e dezembro e URP	Indep.	-

Obs.: número de adesão fornecido pelos sindicatos, assim como o número de trabalhadores

FONTE: O Estado de São Paulo, 13/11/1988.

Como em parte indicado na tabela acima, os jornais da época também confirmavam a liderança dos funcionários públicos que em entre janeiro e agosto 1988 já somavam 465 greves, paralisando mais de 2,5 milhões de trabalhadores. Para se ter uma idéia da expressão desses números, o segundo setor em número de greves no mesmo período, a indústria, com suas 346 paralisações ocorridas no mesmo período, mobilizava menos de meio milhão de trabalhadores, como mostra a imagem a seguir, que também destaca o grande número de greves a partir de 1985.

Figura 2

## Noticiário sobre as greves no governo Sarney



FONTE: O Estado de São Paulo, 13/11/1988.

Mesmo como parte desse movimento grevista mais geral ou do setor público em particular, as empresas estatais, entretanto, constituíam uma experiência à parte no que toca ao atendimento das reivindicações dos trabalhadores, o que por sua vez não impedia a manifestação da hostilidade governamental por outras vias.

Quanto às empresas estatais, em certos casos houve maior transigência às reivindicações, mas acompanhada de violência e ocupação ou cerco militar em empresas como a CSN e a Petrobrás, fatos que não haviam ocorrido nos dois primeiros anos de “Nova República”, quando as expectativas de mudanças em 1985 ou o esforço de “coesão nacional”, através do Cruzado impediam ou dispensavam o uso da força. (NORONHA, 1991:119)

No que diz respeito à forma de tratamento dos movimentos grevistas, e vale destacar que de um modo geral, e não apenas quanto ao setor público, as intervenções realizadas



durante o governo de José Sarney (1985-1990) mostravam o grau incipiente em que se encontrava o processo democrático no país.

### **CASO DE POLÍCIA**

A maneira como o Ministério do Trabalho acompanha as greves no País, demonstra que, para o governo, elas continuam a ser caso de polícia. Quem recolhe os dados sobre o número de greves e de trabalhadores paralisados é a Divisão de Segurança e Informações do Ministério (DSI), da comunidade de informações no serviço público, que acompanha todas as atividades ligadas à segurança.

“Essas coisas continuam a acontecer”, admite, constrangido, um técnico do Ministério do Trabalho, explicando que o governo precisa basear-se nos números da DSI para fazer suas tabelas. O técnico ressalva que eles tentam sempre checar os números que recebem com os do Dieese e de outras entidades ligadas aos movimentos sindicais. (*O Estado de São Paulo*, 13/11/1988)

De qualquer forma, devemos apontar a distinção governamental entre os setores público e privado ao lidar com situações de greve. De um modo mais claro, no caso das estatais, a continuidade de uma forma específica de controle e pressão sobre trabalhadores e lideranças assumiu um lugar de destaque nas estratégias do governo: o recurso às forças armadas.

Exemplos de repressão dirigida exclusivamente às estatais foram a ocupação por fuzileiros navais no terminal marítimo da Petrobrás, na greve de março; a intervenção, também em março, de tropas militares em refinarias e centros de produção da mesma empresa; as tropas do exército deixadas de sobreaviso durante a greve dos bancários; a tomada militar na Companhia Siderúrgica Nacional em agosto; e, em setembro, durante a greve dos trabalhadores da construção civil de empresas que prestam serviços em Itaipu, o cerco por companhias do exército ao conjunto residencial dos trabalhadores – quatro operários foram presos e dezesseis foram feridos a baioneta, no confronto com as tropas. (NORONHA, 1991:119)

Além dessas ocupações, todas ocorridas no ano de 1987, teve-se notícia também de intervenções militares semelhantes em duas greves de ferroviários, nas estações de Volta Redonda e Barra Mansa em 1986, e na estação da Central do Brasil em 1987; numa greve de portuários, com a ocupação por fuzileiros navais em Paranaguá (PR), Santos (SP) e Rio de Janeiro; além, é claro, da constante presença das tropas do exército na CSN nas paralisações de 1985 (duas), 1986 e, naquela que se tornaria a mais simbólica greve da época, a de 1988, quando três trabalhadores foram mortos durante a ação do Exército. Tamanho foi o uso dessa tática, que a imprensa chegou a atribuir o nome “Era Urutu” ao período, em alusão ao veículo militar de combate comumente usado nas operações antigreve.

**Os grandes feitos da ‘Era Urutu’**

O confronto entre metalúrgicos da Companhia Nacional (CSN) e soldados do Exército fez da operação em Volta Redonda a mais violenta intervenção das Forças Armadas em movimentos grevistas desde a instalação da Nova República, em março de 1985 – um período que também poderia ser chamado de Era Urutu, dada a persistente presença desse carro de combate nesse tipo de empreendimento. (...) (*Jornal do Brasil*, 11/11/1988)

Ao mesmo tempo em que sucessivos equívocos e medidas impopulares na economia e na política enfraqueciam o governo, não só os sindicalistas, sobretudo os ligados à CUT, ganhavam poder e representatividade entre os trabalhadores, mas as forças políticas que faziam oposição ao governo e seus aliados despontavam no cenário político nacional. O PT, partido que se apresentava como principal, ou único, representante legítimo da classe trabalhadora brasileira, seria um dos mais beneficiados pelo alto nível de contestação desse período<sup>128</sup>. O ponto alto dessa relação de conflito com o governo se daria durante a greve de 1988 na CSN, sobretudo em vista do peso simbólico da morte dos três operários.

Os impactos da greve ultrapassariam os limites da esfera do sindicalismo. Com sua proximidade das eleições de 1988, o movimento e seus resultados, de certa forma, auxiliaram as candidaturas de oposição ao governo. Isto pode ser sentido, por exemplo, no caso da disputa eleitoral para a prefeitura de São Paulo, em que, na reta final, a candidata Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT), obteve uma expressiva carga de votos que reverteram sua posição no quadro eleitoral, possibilitando-lhe a vitória. (SANTANA, 2006:166)

De um modo geral, podemos considerar a década de 1980 como um dos momentos mais expressivos do movimento sindical brasileiro. Estimulado pelas demandas econômicas em muito geradas por sucessivos planos econômicos, trabalhadores e sindicalistas lideraram protestos de massa contrários a congelamentos de salários e outras medidas de arrocho. Movimentos locais facilmente ganhavam o caráter de contestação da política econômica do governo. CARDOSO (2003) assim resume a dinâmica assumida pela relação entre governo e movimento sindical durante os anos 1980:

...os sindicatos tentavam, primeiro, impedir a implementação dos planos econômicos. Os protestos mais ou menos intensos do trabalho organizado eram mais ou menos brutalmente reprimidos pelo governo. A Justiça do Trabalho ora julgava as greves ilegais, ora negava as demandas salariais dos grevistas em nome da estabilidade econômica que viria, supunha-se, com o sucesso do plano. O fracasso de cada novo pacote econômico alimentava imediatamente o movimento sindical, e novas greves eclodiam, desta vez revertendo o humor

---

<sup>128</sup> O noticiário da época chegou a atribuir ao próprio presidente José Sarney a expressão “Plano Cruzado do PT”, surgida nos bastidores do governo. O repúdio da população à ação do Exército em Volta Redonda traduziu-se no bom desempenho eleitoral do PT nas capitais nos moldes do impacto favorável do plano econômico implementado em 1986 nas candidaturas peemedebistas daquele ano (Cf. *Jornal do Brasil*, 24/11/1988).

da Justiça do Trabalho que, em geral, dava ganho de causa aos trabalhadores e repunha a inflação passada nos salários. (CARDOSO, 2003:50-51)

Embora tenha sido um momento de ascensão e consolidação do Novo Sindicalismo e da CUT, os anos 1980 também traziam em seu interior os primeiros passos do movimento que despontaria no campo sindical brasileiro na década seguinte, o chamado “sindicalismo de resultados”. Seus principais expoentes, Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (1978-1990), e Luiz Antônio de Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (presidente entre 1987 e 1997), ganharam expressão nacional a partir da segunda metade da década, sobretudo durante a discussão da legislação sindical e trabalhista na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). Diferentemente da CUT e dos partidos de esquerda, os sindicalistas, à época filiados à CGT, negociaram diretamente junto ao chamado “centrão”<sup>129</sup> a inclusão de um conjunto de itens no texto constitucional, como a manutenção da contribuição sindical, por exemplo. No mesmo período, os sindicalistas também atuaram de forma significativa nas tentativas de pacto, entre trabalhadores, empresários e poder executivo, propostas pelo governo Sarney (cf. RODRIGUES, 1991 e CARDOSO, 1999 e 2003).

Ao final da década, a experiência de lutas promovida pelos sindicatos ligados à CUT, por um lado, e o sindicalismo mais pragmático de Medeiros e Magri, por outro, apresentavam-se como parâmetros a partir dos quais a organização dos trabalhadores buscava suas diretrizes para o enfrentamento de uma nova realidade que apenas se anunciava no final dos anos 1980. Da capacidade em fazer novos afiliados, seja no plano ideológico ou em termos de contribuição sindical, é que em muito dependerá o fortalecimento de cada uma dessas posições que se polarizavam no campo do sindicalismo brasileiro.

Apesar disso, como vimos anteriormente, nos anos 1980 prevaleceram o “modelo” CUT e a forte ligação entre o sindicalismo e os demais movimentos sociais. Nessa relação, setores progressistas da Igreja Católica assumiram um papel fundamental na formação de lideranças e na articulação entre as reivindicações das fábricas e a luta pela democracia. Em Volta Redonda, esse processo teve sua mais expressiva representação na trajetória e na atuação de D. Waldyr Calheiros de Novaes, o Bispo de Volta Redonda.

---

<sup>129</sup> O *Centro Democrático* foi um grupo suprapartidário, e majoritário, que atuou durante a Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). Formado por parlamentares de posições mais conservadoras, oriundos de PMDB, PDS, PFL, PTB e pequenos partidos, o grupo também contava com o apoio do Executivo. As posições do "Centrão", ou as negociações que se davam em seu âmbito, adquiriram assim um grande peso sobre o resultado final das votações.

### 2.3. Dom Waldyr Calheiros e o Movimento Social

*Sua ordenação como bispo se deu logo depois do golpe-de-estado militar e isso marcaria sua atuação. [D. Waldyr] Foi um dos primeiros a enfrentar o regime autoritário, num momento em que amplos setores da Igreja Católica, no dizer de um autor, “estavam ainda na corda bamba”. Campeão dos Direitos Humanos, dos direitos dos operários, como bispo de uma cidade industrial e, patriota, na defesa de um patrimônio nacional dilapidado pelo entreguismo dos que não têm compromisso com o país.*

**Luiz Alberto Gomes de Souza**<sup>130</sup>

*A vida de D. Waldyr tem “significação”, não é uma “vacuidade”, tanto para a Igreja, quanto para o Brasil. D. Waldyr coloca em primeiro lugar o “Evangelho”, suprema norma para sua conduta, como já me confessou. Depois destaca na sua vida a Eucaristia, fonte da vida cotidiana. E, em terceiro lugar, “bebe do próprio poço”[...], fazendo de forma magistral a ligação “Fé-Vida”, que o Concílio Vaticano II lhe ensinou.*

**Pe. Bernardo H. Thus**<sup>131</sup>

Contracenando com toda ingerência, quase sempre autoritária, do Estado brasileiro, moradores e trabalhadores da Cidade do Aço estiveram presentes e atuantes em sua própria história. Não obstante seu protagonismo, esses atores tiveram nos setores progressistas da Igreja Católica um aliado fundamental. Mais do que um apoio estratégico para suas reivindicações, a Igreja atuou diretamente na formação de lideranças do movimento social e na construção de uma identidade de luta entre moradores, homens e mulheres de Volta Redonda.

A própria Igreja, por sua vez, não ficaria imune às mudanças sociais em curso desde os anos 1950, no mundo e na América Latina em especial. A realidade do pós-1945 daria a esta instituição um outro olhar sobre os desfavorecidos pela ordem mundial, sobretudo no que toca às populações dos países subdesenvolvidos. O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, teria sido segundo teólogos e especialistas o mais importante acontecimento no campo cristão durante o século XX (BEOZZO, 2001:22). As mudanças de orientação eclesial introduzidas a partir de então redirecionaram a Igreja no sentido de um maior posicionamento em relação aos problemas sociais. De um modo geral, essa nova orientação implicava mudanças e resistências no interior da Igreja Católica uma vez que sua estrutura *piramidal* e

<sup>130</sup> Ex-dirigente da ACO e assessor das CEBs (COSTA, PANDOLFI E SERBIN, 2001).

<sup>131</sup> Vigário Geral da Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, atuou na organização da JOC e nas CEBs.

*autoritária cerceava a participação popular e impunha decisões de cima para baixo* (SOARES, 2001:40). Ainda que com restrições internas, prevaleceu a idéia de que com uma maior participação de leigos na tomada de decisão acerca de suas ações, a Igreja melhor se adaptaria à complexidade do mundo moderno.

Seguindo as orientações do Concílio, os bispos americanos se reuniram, em 1968, na II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em Medellín, na Colômbia, com o objetivo de adaptar as resoluções do Vaticano II à realidade do continente.

Fortemente influenciada por dom Hélder Câmara, dom Eugênio Sales e outros bispos brasileiros, a reunião de Medellín emitiu uma “nova constituição” para igreja latino-americana, na qual os conceitos de justiça social e participação popular estavam mais presentes. (COSTA, PANDOLFI E SERBIN, 2001:13).

A chamada *opção preferencial pelos pobres* seria ratificada na III Celam realizada Puebla, no México, em 1979. Ao adaptar do Concílio Vaticano II à realidade social da América Latina, os documentos redigidos em Medellín e Puebla serviram de base para a difusão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da criação da Teologia da Libertação, levando ao engajamento de inúmeros sacerdotes e militantes católicos nas lutas sociais daquele período<sup>132</sup>. Em parte, essa mudança de rumo da Igreja também visava reagir não só a ditaduras militares e regimes opressores que haviam se instaurado em vários países latino-americanos, mas também tinha o objetivo de conter a influência do comunismo sobre os movimentos libertários que se espalhavam pelo continente.

No Brasil, por outro lado, o golpe de 1964 deixava claro no mínimo uma divisão interna na Igreja, em face do apoio da hierarquia eclesiástica aos militares. Com endurecimento do regime, a Igreja assumiria um papel mais ativo, principalmente quanto à denúncia das agressões aos direitos humanos praticadas pela ditadura, arbitrariedades de que membros da própria instituição por vezes também se tornavam vítimas.

---

<sup>132</sup> Devemos ressaltar a participação de setores da Igreja Católica no Brasil em outros movimentos internacionais de renovação anteriores ao Vaticano II. A presença da *Ação Católica* no país, por exemplo, remonta aos anos 1930. Através do método de *ver, julgar e agir*, essa corrente buscava a aproximação do público leigo e da realidade social do país, tendo o auge de sua atuação nas décadas de 1950 e 1960. *Muito importante nesse período será a transição da Ação Católica que seguia o modelo italiano, centralizado e hierarquizado, para o modelo belga-francês-canadense, descentralizado e democrático, com maior inserção no meio operário e social. Esta nova estrutura do movimento, possibilitou, sobretudo, o surgimento das Juventudes Católicas dentro de suas específicas realidades: a JAC (Juventude Agrária Católica) nas zonas rurais; a JEC (Juventude Estudantil Católica), nos movimentos de jovens secundaristas; a JOC (Juventude Operária Católica) no campo operário; a JIC (Juventude Independente Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica), nos meios universitários* (SOARES, op. cit. p. 45). No pós-1964, entretanto, muitos desses militantes seriam duramente reprimidos pelos organismos de segurança do regime militar, bem como teriam seus espaços limitados no interior da própria Igreja Católica.

Neste clima misto entre renovação eclesiástica e repressão política, D. Waldyr Calheiros de Novaes é sagrado bispo auxiliar da diocese do Rio de Janeiro, em 1º. de maio de 1964. *Nascido bispo*, segundo o próprio, dentro do espírito do Vaticano II, sob a ditadura militar e tendo atuado junto a Juventude Operária Católica (JOC), D. Waldyr assumiria a Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, em 8 de dezembro de 1966.

Geralmente, nos dispomos a assumir a diocese que o papa oferece. Às vezes, de acordo com o carisma do bispo, são confiadas, a alguns, dioceses com problemas. Não foi o caso em Volta Redonda, cuja característica era a presença maciça de operários. Eu estava saindo de Copacabana, que em nada se assemelhava com a nova realidade. A imagem que eu tinha de Volta Redonda era a do célebre Comício da Central do Brasil em 1964, quando as câmaras das televisões enfocaram, com destaque, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional, portando tochas acesas. Foi impressionante! Só que, ao chegar, a ditadura já havia sacrificado os sonhos dos operários, com seus líderes presos, fugidos, e um sindicato controlado. Mas não foi difícil me adaptar, pois, como a JOC e a ACO, o trabalho era atraente.<sup>133</sup>

Poucos meses depois, D. Waldyr experimentaria o primeiro episódio, entre muitos outros, de uma relação tensa com os militares e com o então comandante do 1º. Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), Coronel Armênio Pereira. Consultado pelo Comandante, o bispo não autorizou a celebração de uma missa no evento promovido pela instituição militar pelo terceiro aniversário da “revolução de 1964”. Ainda em 1967, D. Waldyr escreve uma carta denunciando a prisão (negada pelo exército) de dois membros da Juventude Diocesana Católica (JUDICA), um diácono e um seminarista que faziam panfletagem em um veículo da diocese. A carta, publicada pela imprensa, aproveitava ainda para denunciar o que ficaria conhecido como “os sete pecados capitais” praticados em Volta Redonda, que diziam respeito à situação de exploração e desigualdade social, além da insegurança financeira, quanto ao emprego e à moradia em que viviam os trabalhadores da CSN e de outras empresas da região. Em 8 de dezembro 1968, dias antes da decretação do AI-5, por ocasião de um evento comemorativo dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos organizado por D. Waldyr<sup>134</sup>, o bispo e os participantes, bem como o público daquele evento seriam alvo de novas represálias.

Quando Declaração dos Direitos Humanos fez 20 anos, o Dom Waldyr resolveu fazer uma comemoração. Eu fazia teatro, ele convidou todo mundo do teatro pra fazer uma dramatização uma noite. Lógico que naquele clima... então nós fomos lá fazer um show. Aquele negócio... o Dom Waldyr já era aquele personagem que já chamava atenção internacionalmente. Então ele fez lá, algumas pausas, algumas coisas, mas o principal era aquele grupo, nosso grupo de teatro que ia dramatizar, ia dramatizar lá uma coisa... um monólogo, porque um sujeito tinha

<sup>133</sup> D. Waldyr Calheiros, entrevista a COSTA, PANDOLFI E SERBIN (2001:82)

<sup>134</sup> A celebração fora proposta por D. Helder Câmara durante a IX Assembléia Geral CNBB em julho daquele e levada a cabo pelos setores progressistas da entidade (COSTA, PANDOLFI E SERBIN, *ibid.* 102).

se suicidado pulando dentro do forno. Então foi reproduzido aquele monólogo dele, o hipotético monólogo dele. E ele fez o monólogo com enorme imagem da caldeira assim, projetando em cima dele parecendo fogo, aquele negócio pegando, caindo assim. E ele falando igual um louco, um cara... que tá até aí, mexe com teatro até hoje. Ele fez, dramatizou aquilo. Ali na platéia do Centro Social Santa Cecília, onde foi feito isso, dentro do ambiente da Igreja, caberia umas 350 pessoas. Devia ter 250 jornalistas entre brasileiros e internacionais. Aquilo então... eu nunca vi uma ambiente tão carregado, tão pesado. Nunca tinha participado de um negócio tão pesado, igual aquele. Na época eu achei tudo uma grande obra, uma ótima forma, uma ótima moda, uma ótima festa. Mas depois, eu vi que aquilo ali... todas as fotos ali estavam na mão deles... Quando eu fui preso depois:

- “Isso aqui, você conhece isso aqui? Você conhece alguém dessa platéia?.

- É, essa ai é minha mãe... irmão, primo”

O que fosse, eu falei: “esse aqui é meu primo”, não podia negar, o resto eu disse que não conhecia ninguém. E aquelas fotos dali foram assim um registro de quem pudesse estar ali. Todo mundo que foi ali foi perseguido, foi preso ou de alguma forma foi averiguado.<sup>135</sup>

Entre estes estavam os professores Waldyr Bedê e Renato Santini, ligados à JOC, que foram presos e levados ao 1º. BIB, acusados de envolvimento com a “guerrilha” promovida pelo bispo. Diante do fato D. Waldyr decide se declarar preso, causando mal-estar às forças armadas. Passados quase 40 anos, esse episódio é relembrado em Volta Redonda como um marco histórico daquele período, como mostra a reportagem reproduzida a seguir, publicada pelo jornal local *Diário do Vale* em 2004, no caderno especial *Ditadura Militar 40 anos depois*.

---

<sup>135</sup> Vicente Melo, dezembro de 2005. Segundo D. Waldyr, um fotógrafo que registrava o evento para um pequeno jornal local também estava a serviço dos militares (COSTA, PANDOLFI E SERBIN, 2001:103).

### Bispo declara-se preso ao Exército

Na última semana de dezembro de 1968, a atitude do então bispo de Volta Redonda, dom Waldyr Calheiros, surpreendeu a cúpula do 1º BIB (Batalhão de Infantaria Blindada): ele declara-se preso aos comandantes do BIB. A atitude foi por solidariedade aos militantes presos após o Ato Inconstitucional (AI-5) e da comemoração do 20º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. “Os familiares dos presos foram se queixar comigo pessoalmente. ‘Dom Waldyr, meu marido está preso. Fui ao quartel e o coronel Armênio disse que ele estava ali porque havia trabalhado com o senhor naquele dia das comemorações dos direitos humanos’. Era Marisa, mulher do Waldyr Bedê”, relembra dom Waldyr. “Portanto, queria saber do comandante porque havia prendido os meus colaboradores e não a mim. O comandante da época não queria me prender, mas eu disse que só sairia do quartel depois que os presos fossem soltos”. No dia da visita de dom Waldyr havia pelo menos 30 presos no BIB. Como o coronel Armênio reagiu ao pedido? “Ficou perplexo! Aí começou o drama. Ele disse: ‘Mesmo que o senhor me dê um tiro, não posso te prender’. Respondi: ‘Não sei atirar, nem quero aprender’”, relata dom Waldyr o diálogo que teve com o comandante do 1º BIB. O professor Waldyr Bedê relembra: “Lembro-me que foi anunciada no alto-falante a presença do dom Waldyr no quartel. E os soldados que iriam folgar no dia foram escalados para permanecerem no local. Isso fez com que os militares ficassem contra o bispo”. Na ocasião, os militares chamaram os prefeitos de Volta Redonda e de Barra Mansa e os presidentes das Câmaras das duas cidades para convencer dom Waldyr desistir da idéia.

Arquivo da Cúria Diocesana



**Bispo:** A foto de arquivo mostra Dom Waldyr chegando ao 1º BIB de Barra Mansa.

Após 12 horas de negociação, o comandante do BIB garantiu que os presos seriam escutados e liberados em seguida. “Fui solto depois de 20 dias da visita de dom Waldyr. Nessa segunda prisão também não fui torturado. Mas ficamos num alojamento sem nenhum contato”, conta Waldyr Bedê.<sup>136</sup>

Além das acusações de “comunista”, “subversivo” etc. essa atitude rendeu a D. Waldyr um longo interrogatório e a instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM). Não obstante, o “Bispo de Volta Redonda” seguiu em sua cruzada pelos Direitos Humanos e denunciando a tortura por parte dos militares não só em relação a trabalhadores e sindicalistas, como em 1969, mas também os casos que tiveram os próprios soldados do BIB como vítimas, como em 1971 e 1972 (Boletim Diocesano, julho de 1998 e COSTA, PANDOLFI e SERBIN, 2001:93-114).

Ao passo que as denúncias do bispo e seus atritos com os militares repercutiam não só em Volta Redonda, mas por várias partes do país, um outro processo estava em curso na Diocese de Volta Redonda. A presença da Igreja Católica não se fazia apenas junto aos operários ou pelas intervenções diretas do bispo. Ainda que crucial em certos momentos, a atuação de D. Waldyr era só a parte mais visível da ação da Igreja.

<sup>136</sup> *Diário do Vale*, 21/03/2004, *Especial: Ditadura Militar 40 anos depois*, foto no original.



Ao mesmo tempo em que essas arbitrariedades e atritos aconteciam, articulava-se em Volta Redonda a primeira tentativa de superação do sistema paroquial tradicional. Para implementar seu projeto pastoral, estimular uma maior participação dos leigos nas decisões [...], a Igreja de Volta Redonda articula uma importante mudança a partir do ano de 1969: a implantação de uma nova estrutura organizacional, a paróquia única, abandonando a estrutura tradicional e hierarquizada das antigas paróquias. (SOARES, 2001:147-148)

O Sul Fluminense reproduzia uma característica que se estendia ao país como um todo que era a escassez de sacerdotes. Não entrando na discussão se isso se tratava de causa ou consequência de uma possível crise da instituição Igreja, o fato é que a falta de padres favorecia as concepções que defendiam o aumento da participação dos leigos, inclusive na celebração de atos religiosos. A estrutura da “paróquia única” constituiu uma solução para essa questão, bem como traria uma outra postura da Igreja em relação à situação social de seus fiéis.

Em Volta Redonda, havia cinco paróquias e quatro capelas nas periferias. Dispunha-se de poucos sacerdotes – eram 11 diocesanos, aproximadamente. Durante dois anos, discutiu-se com padres, religiosas leigos e leigas como reestruturar o trabalho pastoral. Afinal, uniram-se as cinco paróquias em uma, criaram-se conselhos e coordenações pastorais e investiu-se na formação de agentes pastorais.

Montou-se uma estrutura semelhante à das Comunidades Eclesiais de Base. Descentralizou-se o trabalho para as periferias, pondo fim à prática de que, se os pobres querem ser atendidos, religiosamente, que procurem a matriz, no Centro. Buscou-se ir ao encontro deles na periferia onde moram. Assim, criaram-se 105 pequenas comunidades, com seus salões ou igrejas para as reuniões e celebrações, coordenadas, geralmente, por uma equipe composta pelo padre, por religiosas e leigos. Em cada centro comunitário, reúne-se um grupo que luta por melhorias de escolas, posto de saúde, ruas, água, luz, esgoto, moradia. Tudo isso como dimensão de fé que se vive e se celebra semanalmente nas comunidades.<sup>137</sup>

A partir dessa nova postura, o olhar e as ações da Igreja também se transferem para fora dos limites da “cidade operária”, indo ao encontro das populações e das carências enfrentadas na periferia de Volta Redonda, como apontamos no item 1.2.. A década de 1970 também seria marcada pela presença de padres operários<sup>138</sup> e pela difusão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de seus grupos de reflexão nessas áreas. Além do processo de

<sup>137</sup> D. Waldyr Calheiros, entrevista a COSTA, PANDOLFI E SERBIN (2001:83)

<sup>138</sup> A experiência dos padres operários nasce na França, na década de cinquenta, quando vários padres optam pela vida operária. Em face das barreiras e pressões impostas pelo episcopado francês, num retrocesso da experiência. (VINCENT, Gerald. “Os católicos: o imaginário e o pecado”. Em: *História da Vida Privada* V. 5. São Paulo: Cia das Letras, 1998:406. apud SOARES, 2001:171). Na década de 1970, padres operários não só franceses, mas um belga e outro canadense, chegaram à diocese de Volta Redonda e empregam-se nas empresas da cidade, sobretudo, nas empreiteiras, com o objetivo de *desenvolver atividades pastorais com trabalhadores (...)*. Muitos desses padres vieram para a diocese por intermédio do CEFAL – Comitê Episcopal França América Latina -, que intermediava o contato dos bispos locais com os padres-operários franceses. Em meados da década de oitenta, a maioria desses padres já havia deixado a diocese, retornando à Europa para continuar seu trabalho no Velho Mundo (SOARES, ibid. 172).

construção das CEBs em Volta Redonda, os “padres operários” foram em grande medida os responsáveis pela formação de organizações operárias como a Ação Católica Operária (ACO), a Pastoral Operária (PO) e pela reorganização da JOC<sup>139</sup>. Tamanho foi o envolvimento da diocese com essa perspectiva “operária” que nos anos 1970 chegou a funcionar na diocese um seminário próprio e voltado para a formação dos chamados padres operários<sup>140</sup>.

A história da Comunidade São Sebastião localizada no bairro do Retiro<sup>141</sup> fornece um bom exemplo da presença da Igreja e de seus desdobramentos para o movimento social.

Desta comunidade saíram líderes sindicalistas que antes eram catequistas das crianças e também em outros movimentos. Não podemos esquecer das religiosas de Jesus Crucificado que procuravam se encarnar no meio do povo, não para substituí-lo e sim ajudando a descobrir que eram capazes. Eram a continuidade da experiência das religiosas inseridas nas pastorais das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).<sup>142</sup>

Trata-se de uma comunidade que se encontrava sem pároco por ocasião da posse de D. Waldyr e que, já na década de 1970, ao ser assumida em grande medida pelo próprio bispo, foi local de grande atividade pastoral, tornando-se um modelo de comunidade a ser seguido pelas demais áreas da cidade.

Ali foi uma pré-CEB. Eu queria ter um modelo de paróquia onde os leigos fossem atuando (...) e por uma coincidência saiu o padre. Padre Antônio... o padre saiu para se casar e eu não tinha padre solteiro para mandar (...) Então eu fiquei respondendo pelo Retiro. E ordenei um diácono, porque naquela época a gente não podia dar licença ao leigo para ministrar os sacramentos, então tinha que fazer um diácono. E foi o único diácono que eu ordenei na diocese. E lá não tinha padre, então eu ficava com a celebração e comecei a montar grupos de reflexão, que é o segredo do nascimento das CEBs.<sup>143</sup>

O estudo de SOARES (2001) sobre a formação das CEBs em Volta Redonda narra a evolução do trabalho pioneiro nessa comunidade, bem como fornece mais elementos sobre sua organização.

No momento em que D. Waldyr, assumiu esta comunidade, no início de 1972, foi formado um grande grupo, com cerca de trinta pessoas da região. No início deste trabalho, a tarefa de cada um dos membros deste grupo era sair pela periferia próxima da comunidade, que foi dividida

---

<sup>139</sup> Embora atuem sobre o mesmo campo e de forma semelhante, essas organizações tornam-se por vezes concorrentes. A principal razão seria as distintas relações que cada uma delas mantém com a hierarquia eclesial. Enquanto a Pastoral Operária estaria organicamente ligada à estrutura da Igreja, a JOC e a ACO, ligadas ao movimento de Ação Católica, movimentos operários mais autônomos e afastados da estrutura hierárquica da Igreja (SOARES, 2001).

<sup>140</sup> Cf. depoimento de Vagner Barcelos de Souza citado a seguir.

<sup>141</sup> Bairro situado à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, na chamada “cidade velha” e que tem várias favelas em suas cercanias.

<sup>142</sup> Depoimento de D. Waldyr Calheiros, “Presença viva: quem fez e faz história”, em: BRAGANÇA (2006).

<sup>143</sup> D. Waldyr Calheiros, entrevista concedida à Cláudia Virginia Cabral de Souza (SOUZA, 1992:147).

em 21 setores, para comentar o evangelho do último Domingo. Este trabalho era acompanhado semanalmente pelo bispo Waldyr.

A evolução do trabalho levou a formação de vários grupos de reflexão, que discutiam subsídios preparados com temas levantados pela diocese. Mais tarde organizou-se uma equipe, juntamente com os agentes de pastoral, para preparar os subsídios e acompanhar os trabalhos nas pequenas comunidades vizinhas que começavam a nascer.

No início de 1974, os frutos desse trabalho começavam a se tornar nítidos, apresentando resultados altamente positivos. A experiência de uma comunidade sem pároco residente e sem religiosas responsáveis propiciou que os leigos assumissem vários ministérios na comunidade, como o batismo, eucaristia, liturgia, matrimônio, pastoral familiar, etc., inclusive promovendo um rodízio entre eles, para que todos pudessem assumir o trabalho, além do acompanhamento e formação de novas comunidades. [...]

Em 1974, os diversos grupos de reflexão desta comunidade passam a atuar sob orientação direta de algumas religiosas e Jacques Dusquene<sup>144</sup>, padre operário francês. Este grupo de agentes de pastoral deu continuidade ao trabalho que havia sido iniciado por D. Waldyr. (SOARES, 2001:170-171)

Além do já citado Padre Jacques e do trabalho das religiosas da Congregação Sacramentinas de Jesus Crucificado<sup>145</sup>, essa fase particular da história da Comunidade São Sebastião<sup>146</sup>, os anos 1970 e 80, mistura-se com a trajetória de uma família de ativistas católicos: os Barcelos de Souza. No referente período, Jandira Barcelos de Souza exerceu várias atividades organizativas na comunidade, entre outras, a coordenação da catequese e, com José Emídio de Souza, seu marido, a organização do grupo de casais. Já os filhos<sup>147</sup> Vagner e Vanderlei, além de auxiliarem Jandira na catequese, teriam juntamente com o pai uma papel ativo na militância sindical metalúrgica. Emídio e Vagner também foram uns dos principais ativistas e organizadores da Ação Católica Operária (ACO) em Volta Redonda. Esse movimento seria um dos principais articuladores da chamada Oposição Sindical que começa a surgir a partir de meados dos anos 1970. A trajetória de Vagner Barcelos confirma essa relação e fornece mais alguns elementos.

Eu nasci em Minas Gerais, na zona da Mata de Minas, em 1958, dia 10 de setembro. Meus pais, avós todos agricultores. Meu pai depois que atingiu a maioridade, ele trabalhava na roça também, mas aceitou o convite de alguns parentes e veio pra Volta Redonda pra buscar

---

<sup>144</sup> Um dos principais membros desse grupo de sacerdotes engajados, padre Jacques chegou a se empregar, assim como outros, como servente de carpinteiro numa empresa prestadora de serviços à CSN. Sua atividade militante também atraiu uma investigação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) cujo relatório quanto a sua atividade afirmava que *nas horas vagas, (Jacques) atuava como padre na Igreja São Sebastião no Retiro (Jornal Primeira Página, março-abril de 1996, p. 05. apud SOARES, 2001:175).*

<sup>145</sup> Destaca-se entre estas a irmã Olívia Barreto Gomes, missionária que chegou a Volta Redonda nos anos 1970 para o trabalho junto às populações de periferia (cf. SOUZA, 2001:150-151).

<sup>146</sup> Fundada em 1952 (Cf. BRAGANÇA, 2006).

<sup>147</sup> Do total de cinco filhos, todos concluíram, assim como ao pai, cursos técnicos na escola da CSN. Além de Vagner, diretor (1986-1989) e presidente (1989-1992) do SMVR, e Vanderlei, respectivamente, suplente e diretor no mesmo período, outros dois irmãos tiveram alguma militância sindical: um irmão, nos metalúrgicos de Betim e depois nos bancários de Belo Horizonte - MG, e a irmã, no funcionalismo público e no PT de Volta Redonda. Apenas o caçula da família não teria tido uma maior experiência de militância (Entrevista com Vanderlei Barcelos, outubro de 2005).

trabalhar na CSN. [...]. E a minha trajetória, na verdade, não sou de Volta Redonda. [Em Volta Redonda] estudei em colégio público, fiz o segundo grau, consegui passar no vestibular do segundo grau da Escola Técnica da CSN, eu e meu irmão, e nos formamos técnicos na CSN. Naquela época tinha emprego garantido quem se formava técnico. E fomos trabalhar na CSN como técnicos.

Essa trajetória, quer dizer, é um paralelo porque a gente... minha mãe, minha família tinha um forte entrosamento na Igreja, na Igreja Católica. E eu comecei desde quando estudava, eu comecei desde 12, 13 anos, como professor de catequese, catequese infantil.

Enquanto estudava, também como minha família, eu tinha um forte engajamento na Igreja Católica. E aqui em Volta Redonda acontecia um movimento forte que era o movimento da tal Teologia da Libertação. E o dom Waldyr um forte, uma forte presença. Começaram a me dar muita... [...] fui professor de catequese, fui coordenador, com 14 anos de idade eu era coordenador da catequese de toda diocese. Pra você ter idéia. Interessante, né. Precoce essas coisas. Precoce, pode se chamar de responsabilidade também. Entendeu? Tinha essa coisa forte. Logo depois também, quer dizer, eu também optei por, por estudar pra padre. Aos 17 anos, quando eu fui estudar. Era um seminário criado aqui na diocese, pra padres operários. A gente trabalhava e estudava. As aulas eram feitas aqui ou a gente ia fora também ter aulas com os professores também né. Aí era [...] Leonardo Boff, é o... Paulo César Loureiro, eram gente... distante né. Paralelo a isso também, a gente já começou, em 76, em 76 a... nós fundamos a Oposição Sindical. Já fruto do que a gente ouvia da, da Pastoral Operária de São Paulo, dos movimentos de São Paulo. A gente, então, fundou aqui a Oposição Sindical.<sup>148</sup>

Mas a ação mobilizadora da Igreja não se restringiu ao meio operário ou aos bairros do centro e da “cidade velha”. Por intermédio das CEBs, a Igreja Católica surge como agente fundamental para levar a organização política ao nível micro-social, sobretudo nas áreas periféricas.

Anotamos a presença da Igreja, através das CEBs, como o agente que, com sua pedagogia político religiosa, permitiu e motivou a organização ao nível micro-social. A reflexão da realidade das condições de vida na periferia mobilizou os moradores dessas áreas levando-os à participação; e, em 1979, encontramos o movimento urbano dentre os grupos que ressurgem na cena política local reivindicando direitos. O morador pobre da periferia, objeto de políticas públicas afirma-se como sujeito e institui o conflito urbano no quadro mais amplo das relações sociais. (SOUZA, 1992:200)

Dos bairros operários ou centrais, a organização da Igreja se estendia de forma capilar para as favelas e áreas periféricas adjacentes, formando novas CEBs e seus grupos de reflexão.

Nos outros bairros da cidade, o projeto também se afirmava. Na região do bairro Conforto, que reunia 17 comunidades, o trabalho era desenvolvido pelos padres Geraldo, Henrique, Guido e Bernardo Masson e existiam nesta época, cerca de 55 grupos formados e outros 6 em processo de formação, vivenciando a mesma dinâmica das outras regiões da cidade. Um ano depois, em setembro de 1977, o número de grupos chegava a 80.<sup>149</sup>

<sup>148</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>149</sup> Boletim Diocesano números 109 e 83 (1977), apud SOARES (2001:181).

A presença das CEBs nas áreas de periferia, além de constituir um meio de inserção social para as populações econômica e espacialmente excluídas, fez com que seus problemas sociais ganhassem visibilidade na cidade como um todo, tornando-os objeto de reivindicações coletivas. A realização de massivas Assembléias Diocesanas a partir de 1975 e a publicação Boletim Diocesano (BD) contribuíram sobremaneira no sentido de disponibilizar a estrutura e a legitimidade institucional da Igreja para as reivindicações de trabalhadores e moradores, incluídas entre essas as populações periférica e rural.

De um modo geral, as resoluções das Assembléias Diocesanas apontavam para o *esforço da corresponsabilidade e participação de todos*, estabelecendo como principais diretrizes a formação de *Conselhos* nos vários níveis (diocesano, regionais, paroquiais e comunitários) e criação as CEBs e seus *grupos de reflexão*. Além das CEBs, outras prioridades e orientações foram sendo agregadas ao longo dos anos como *a opção pelo mundo operário por ser uma diocese tipicamente operária* (4ª. Assembléia, 1977); a formação da Pastoral Operária e da Pastoral da Juventude e *de Associações de Moradores, de Clube de Mães, Grupos de Operários* (“Conselhão” de 1980); o apoio e incentivo à *participação nas organizações populares, em suas lutas e reivindicações, sindicato, associações*; incentivo ao *surgimento das CEBs na zona rural*; e a *descentralização das paróquias, favorecendo o surgimento de pequenas comunidades em vista de uma maior participação e comunhão* (Boletim Diocesano, julho de 1998, p. 18-19).

Além disso, a projeção nacional atingida por D. Waldyr por ocasião das lutas pelos Direitos Humanos também fortaleceria seu papel de mediador entre militantes e intelectuais de fora de Volta Redonda. O depoimento de Marlene Fernandes<sup>150</sup> mostra como essa relação entre Igreja Católica e movimento social dava-se para muito além de uma simples tentativa de controle sobre os movimentos por parte da Igreja.

...eles vieram em 79. Saíram da prisão, a convite do Dom Waldyr, o Dom Waldyr achava que o trabalho de comunidade eclesial de base era despolitizado, precisava, eles precisavam de um trabalho, e trouxe a Jessie e o Colombo<sup>151</sup> quando eles saíram da prisão para Volta Redonda, quem trouxe foi o Dom Waldyr. [...] Aí montamos grupo de mulheres, a gente fez encontro, o primeiro 8 de março em Volta Redonda, nós fizemos encontro de mulheres no teatro GACEMSS, trouxemos militantes de movimentos feministas de São Paulo, do Rio. A gente

---

<sup>150</sup> Professora e importante militante do período, Marlene Fernandes, entre outras atividades, foi diretora do Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ), fundadora do PT-VR, assessora do SMVR e Secretária Municipal de Educação (1989).

<sup>151</sup> Jessie Jane e Colombo Vieira de Souza, quando militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), foram presos em 1970 durante a tentativa de seqüestro de um avião no Rio de Janeiro. Apesar de terem permanecido nove anos, respectivamente, no Presídio Talavera Bruce (Bangu) e no Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande), eles obtiveram autorização judicial para se casarem em 1972. Com a Lei de Anistia, o casal foi libertado em 1979 (Cf. Coleção Jessie Jane, AEL/UNICAMP).

conseguia convencer o Dom Waldyr de tudo também, a Jessie principalmente. Na questão da dominação da mulher, fizemos um encontro em Arrozal, aonde vieram movimentos feministas do estado do Rio todo. Tinha tudo, tinha de tudo, tinha movimento de homossexual, das lésbicas, enfim, foi uma coisa na cidade e o povo da Igreja assustado. O Dom Waldyr mandou umas espãs que se assustaram com as mulheres se beijando na praça (risos), mas agora é engraçado. E brigando pela legalização do aborto, a gente tirando ali dentro da Igreja, do espaço da Igreja, depois a Jessie teve que escrever cartas e cartas para o Dom Waldyr contando sobre a dominação da mulher e coisa e tal porque estávamos fazendo aquilo. Ele abriu espaço pra gente, mas ela chegava depois e conversava com ele, ele às vezes apertava um pouquinho.<sup>152</sup>

Como sugere o episódio acima, apesar da presença central de D. Waldyr, o apoio político e a legitimidade institucional da Igreja abriam espaço para amplos setores militantes. A influência dos mecanismos e organizações criados pela ação da Igreja fez-se sentir claramente sobre a formação de lideranças sindicais e do movimento social que se destacaram a partir dos anos 1980 em Volta Redonda. Além José Emídio, Vanderlei e Vagner, outros personagens teriam sua formação política claramente vinculada à ação da Igreja Católica, como o já citado Luiz de Oliveira Rodrigues. O metalúrgico Edson Santana, por exemplo, despontou como liderança comunitária a partir do trabalho das CEBs no bairro Jardim Belmonte<sup>153</sup>, além de também ter sido membro da ACO. Nas eleições de 1982, o ativista seria o primeiro vereador eleito pelo PT em Volta Redonda.

Mesmo entre aqueles que mantêm reservas quanto a Igreja Católica, seja no campo da fé ou no político-ideológico, é bastante reconhecido o papel desempenhado pela Igreja no apoio à organização do movimento social. Muitos inclusive apontam os aspectos positivos do apoio dos organismos da Igreja. Marcelo Felício, presidente do SMVR (1987-1989), aponta a influência da ação da Igreja em sua trajetória, indicando também o, por vezes tenso, convívio entre militantes em maior ou menor grau organicamente ligados ao movimento da Igreja.

**Marcelo Felício:** Eu participei numa época, muito a convite do Arlindo, hoje padre Arlindo, e do Vagner. Eles eram da ACO, eles me convocaram para participar da ACO e eu participei um tempo com eles lá, mas nunca fui muito de igreja não. Eu só acredito muito em Deus, mas não tenho muito tempo pra ficar enchendo o saco dele também não. E nem acho que ele tem tempo pra mim... tem coisa mais interessante do que eu para ele tomar conta (risos). (...)

Eu nunca fui da Igreja, eu militei na oposição... na Ação Católica Operária, na ACO, até para aprender alguma coisa, porque eu não sabia porra nenhuma não cara! Eu não tinha nem que saber, não tinha nenhuma obrigação de saber. Eu sou filho da ditadura (risos). Não tinha como saber nada!

**Sérgio:** então você vê que essa participação na Igreja foi curta, mas foi importante em termos de formação política?

---

<sup>152</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

<sup>153</sup> Bairro considerado de periferia localizado na área oeste do município, junto à fronteira com Barra Mansa, sendo que à margem esquerda do rio Paraíba do Sul.

**Marcelo Felício:** foi. Claro que foi, eu não posso dizer que não foi. Foi até o momento que eu vi que eu tinha que ir mais e não deu. Porque ela tolhia, ela atrapalhava. Tinha um negócio muito feio que era: - “nós é que somos os bons, o resto é tudo... tudo herege!” (risos). É isso, a Igreja Católica é isso até hoje... salvo algumas exceções, mas que também não podem fazer muita coisa.<sup>154</sup>

“Não posso dizer que não”, “não posso negar a influência da Igreja” são frases recorrentes nos depoimentos desses militantes, assim como a afirmação de uma relação, por vezes ambígua, de pertencimento, mas sem submissão. Esse tipo de conflito entre militantes ligados ou não à Igreja, ou pertencentes a diferentes organizações no seu interior, seria uma constante no movimento social e no sindicalismo da Cidade do Aço dos anos 1980. Vale dizer que, de modo semelhante ao que se dava no resto do país, o que estava em jogo em Volta Redonda também era uma rearticulação do campo político de esquerda. Isto fica mais claro quando observamos as forças envolvidas na organização do PT local, como mostra o depoimento de Marlene Fernandes.

A eleição foi em 82, eu fui candidata pelo PT a deputado estadual numa luta interna do PT. Éramos eu, a Rosalice Fernandes<sup>155</sup> e o Juarez [Antunes]. Campanha que eu não fiz porque eu estava mais interessada em estudar do que em fazer campanha. Acabei ao final apoiando o Juarez porque eu achava que ele que teria que ser, porque foi um erro sair esse monte de gente. Mas já se delineava essa divisão do PT, a Rosalice, alguns grupos de esquerda, a Igreja Católica, pelo menos os operários, da Pastoral Operária... porque tem diferença nessa história. A Pastoral Operária vai para um lugar e a ACO para outro lugar. A ACO tinha uma luta de hegemonia pesada, a Pastoral Operária era uma coisa um pouco mais diferente, mas a ACO se comportava como um grupo de esquerda como qualquer outro, com o padre assessorando. Então era a Rosalice nesse grupo, eu estava independente no PT... porque juntava a Igreja, a esquerda independente e aqueles que tinham uma crítica à história da esquerda aparelhista, isso, aquilo.<sup>156</sup>

Ainda que essa disputa interna se colocasse, bairro, sindicato, igreja, partido etc. mostravam-se como esferas de pertencimento mais ou menos articuladas. Além da disputa pela hegemonia sobre a identidade de luta de homens e mulheres de Volta Redonda, havia uma questão primordial que se colocava acima de todas as demais nos anos 1970 e 80, a democracia. Ao passo que o arrocho salarial e o despotismo fabril atingiam os trabalhadores, prefeitos quase sempre hostis aos movimentos populares também foram nomeados sob a chancela da Área de Segurança Nacional. Seja na usina ou nos bairros, moradores e

---

<sup>154</sup> Marcelo Felício, outubro de 2005.

<sup>155</sup> Filha de Othon Reis Fernandes, diretor da CSN preso e cassado em 1964, Rosalice Magaldi Fernandes foi ligada ao PTB e ao Departamento Trabalhista do MDB, sendo condenada e presa *por fomentar sindicalismo paralelo*. Após a Lei de Anistia, atuou na fundação do PT, sendo membro de seus diretórios regional (VR) e nacional (Projeto de resolução Nº. 1317, de 20 de junho 2002, que concedeu o título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro à Rosalice Fernandes).

<sup>156</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

trabalhadores encaravam a face local de um regime autocrático, contra o qual a rebelião era latente. O conjunto variado de lutas urbanas e operárias assumiria um caráter geral de luta pela democracia, pela anistia política e por eleições diretas. A palavra de ordem “abaixo a ditadura!” significava liberdade política, mas também salário, moradia, educação e saneamento. Para militantes e trabalhadores metalúrgicos, como para muitos moradores e moradoras, os anos 1980 abririam a possibilidade de tomar a Cidade do Aço, sua história e o seu destino em suas mãos.



## 2.4. A Era Juarez: oposições sindical e partidária, greves 1984-88 e sucessão

*Uma figura como o Juarez que tem uma história que vem do MDB, de política de interior, que se junta... que tinha um pé no populismo sim, claro que o Juarez tinha! Ele era uma hibridez, ele era o velho e novo. O Juarez era muito essa figura.*

**Marlene Fernandes**

*Juarez era a própria imagem dessa história muitas vezes ignorada pelas lideranças mais jovens. Do passado ele buscava a sua sabedoria...*

*Que a memória dele possa ser usada pelas lideranças futuras, assim como ele soube usar as do passado.*

**Revista Arigó, 1989**

Depois de duas intervenções do Ministério do Trabalho em 1964 e 1968, os metalúrgicos de Volta Redonda voltaram a eleger a diretoria do seu sindicato em 1974<sup>157</sup>. A luta pelo retorno às eleições sindicais livres em si mesmo já fora um elemento de aglutinação entre diferentes setores que, em Volta Redonda, representavam o movimento mais amplo de oposição ao regime autoritário e pela redemocratização do país. Waldemar Lustoza Pinto<sup>158</sup>, operário da Superintendência de Oficinas Mecânicas (SOM/CSN), com passagem pelo movimento de base da Igreja Católica e apoiado pelo Departamento Trabalhista do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (MONTEIRO, 1995), foi eleito presidente do SMVR com 68% dos votos válidos<sup>159</sup>.

À frente do sindicato, Lustoza promoveu a ampliação dos serviços assistenciais prestados pela entidade, bem como se aproximou politicamente de membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do governo militar, o que frustrou em muito as expectativas dos grupos que o apoiaram, levando à ruptura com a Igreja e o MDB em 1976. Em face do controle da estrutura do sindicato, das relações costuradas no plano nacional e do

---

<sup>157</sup> Apesar de parte da bibliografia sobre o período atribuir ao ano de 1973 como o de retorno às eleições, fontes do Arquivo Edgard Leuenroth – mapa da apuração, listas das chapas concorrentes – confirmam sua realização em julho de 1974.

<sup>158</sup> Nascido em Amparo (SP) em 1934, Lustoza ingressou na CSN em 1954.

<sup>159</sup> Dados do “Mapa da Apuração” da eleição realizada no dia 23 de julho de 1974.

estabelecimento de redes clientelistas entre os trabalhadores, o sindicalista manteve-se no comando do SMVR por três mandatos (1974-1977, 1977-1980 e 1980-1983)<sup>160</sup>.

Por outro lado, a oposição às gestões de Lustoza serviria de elemento aglutinador não só entre os metalúrgicos insatisfeitos, mas também para os amplos setores do movimento social e sindical que se rearticulavam na cidade. Contra o poder da Companhia, e também do Estado, a resposta dada pelas ações cotidianas por parte dos operários, ou a “microfísica da resistência”, tomando o termo de LEITE LOPES (1988), passa a ganhar maior organização<sup>161</sup>. Entre os trabalhadores metalúrgicos, a movimentação recomeçaria timidamente no interior das empresas.

A gente sempre estava batalhando, eu sempre me posicionei junto com outros companheiros contra as injustiças que havia dentro da CSN, com o trabalhador e tal. Quando foi em 70, começamos a trabalhar, a fazer reuniões... na hora do almoço né, a gente começava a trabalhar junto com todos e sempre estava discutindo o problema político... política nacional. Quando foi em 74, 76, quando começou a surgir a Oposição Sindical em São Paulo, começou a se trabalhar aqui também, tentando fazer Oposição Sindical aqui. A gente se reunia na hora do almoço com alguns companheiros que eu considero como os primeiros nessa luta sindical.<sup>162</sup>

Além de um sindicato inoperante, a organização da chamada Oposição Sindical teve ao seu favor uma insatisfação generalizada quanto à política da CSN e das demais empresas, elemento que unia antigas e novas gerações de trabalhadores. MANGABEIRA (1993:190) identifica como principais fontes de conflito deste período (1) o sistema “clientelista” e “não burocratizado” das relações de emprego, o que levava ao “despotismo” de encarregados e gerentes de escalão inferior; e (2) as péssimas condições de trabalho em termos de saúde e segurança do trabalhador, problema agravado pela execução do Plano de Expansão D e pelo aumento da produtividade “a todo custo”. Dentro da usina, o questionamento dessas adversidades constituía um ponto em comum entre os trabalhadores a despeito das diferenças geracionais ou entre mão-de-obra “estratégica” e “periférica”, como apontado no item anterior. Não obstante as conseqüências peculiares para cada um dos diferentes estratos de trabalhadores, a política de gestão das empresas, sob o pano de fundo do governo autoritário, atuou como um elemento catalisador para a reorganização do movimento operário. Novos e antigos, “estratégicos” e “periféricos”, esses trabalhadores partilhavam de uma mesma

---

<sup>160</sup> No caso da eleição de 1980, os depoimentos e documentos da época são quase unânimes em apontar irregularidades e fraudes no processo por parte da diretoria do SMVR (Cf. *Relatório Eleições Sindicais em Volta Redonda*. Oposição Sindical, 1983 mimeo).

<sup>161</sup> A resistência cotidiana, e por vezes violenta, dos trabalhadores é observada desde os primeiros anos da Companhia (VEIGA e FONSECA, 1990:21), bem como pode estar subentendida no alto número de punições registrado mesmo no suposto período de harmonia da “família siderúrgica” (SOUSA, 1989:11).

<sup>162</sup> Luiz Lopes Neto, dezembro de 2005.

socialização política. Se tomarmos o exemplo da trajetória política da família Barcelos de Souza, diferentes gerações de empregados da CSN compartilhavam não só o espaço do lar, mas a mesma influência na formação política: a Igreja Católica.

Em 77, 78, é claro já tinha inúmeras manifestações anteriores, mas foi quando começou a tomar as direções mais de massa, vamos dizer assim né. Então em 78 eu concluo, em 77 eu terminei o meu curso técnico, 78 eu fui admitido na CSN. 77 já estava estagiando na CSN. E antes disso, eu já assistia o pessoal... meu pai participava da Ação Católica Operária e tal, então é...já assim de forma voluntária e eventual, eu participava de reunião da Oposição Sindical, mas sem interesse político nenhum, apenas pra acompanhar. “Vamos junto?”. “Vamos”. Então, eu participava de reunião da Oposição Sindical. No início era feita lá na igreja do Retiro, [...] um forte apoio da Igreja Católica... do setor que trabalhava essa coisa operária né. Aí depois passou... quando dinamizou um pouco mais, passou a se reunir no Conforto, também na igreja do Conforto. Mas então, quer dizer, eu participava mas sem maiores pretensões. Aí quando eu comecei a estagiar na CSN em 77, e em 78 fichado mesmo, aí que eu fui tomar dimensão, a participação mais orgânica, vamos dizer assim. Mas eu sempre relutei muito em entrar na política. Relutei assim, eu nunca quis compromisso, e talvez seja uma das coisas até que me mantém fora hoje. Porque eu descobri que eu posso viver sem o compromisso também com a política, o que é bom demais. Mas eu gosto de política, né é uma coisa que vem de berço isso.<sup>163</sup>

Apesar do apoio institucional da Igreja, qualquer tentativa de ação por parte desses militantes permanecia duramente reprimida no interior das empresas, bem como pelas próprias lideranças metalúrgicas no poder. Vagner Barcelos enfatiza o caráter “clandestino” da movimentação inicial da Oposição Sindical.

...em 76 nós fundamos a Oposição Sindical. Já fruto do que a gente ouvia da Pastoral Operária de São Paulo, dos movimentos de São Paulo. A gente, então, fundou aqui a Oposição Sindical. O sindicato era comandado pelo Waldemar Lustoza. Era um sindicato que tinha eleições. A gente tava vindo de um período de intervenção, né, que em 64 teve intervenção, em 68... e em 72 [1974] teve eleição. Esse presidente Lustoza, foi eleito, inclusive pelo povo da Igreja. Ajudaram a colocar, mas depois brigou, não teve jeito. Em 75, 76 [1977] teve eleição, aí o pessoal resolveu fazer oposição. Mas como a repressão era muito grande, a oposição era um negócio tipo organização de movimento de esquerda daquela época. Negócio fechado, clandestino mesmo, os nomes eram escondidos, entendeu? Mas acho interessante, tinha a representação de todas as fábricas da região [...] Siderúrgica Barra Mansa, Barbará. Resende não tinha muito acesso não. Mas Volta Redonda, Barra do Piraí, o sindicato atingia Barra do Piraí também, tinha uma forte representação. Então, a oposição tinha uma atuação muito, muito estudada, trabalhada, planejada, porque a repressão era forte também. Se descobrisse mandava embora, entendeu? Então era clandestino, não existia nem a defesa da CIPA<sup>164</sup>, entendeu? ...a pessoa se candidatava a CIPA pra ter estabilidade. Não, nem isso existia na época. A gente organizava clandestinamente. Ia para as assembléias também, é... organizado. Sentava, não

<sup>163</sup> Vanderlei Barcelos, outubro de 2005.

<sup>164</sup> A instituição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) remonta à legislação social dos anos 1940 (Decreto-Lei Nº. 7.036 de 10 de novembro de 1944). Desde então, este organismo tem se tornado também um canal para a organização e representação de outros interesses dos trabalhadores e não apenas os relativos à segurança do trabalho. Sua “politização” apresentava-se nos anos 1960 e 1970 como um dos poucos espaços autônomos dos trabalhadores em relação aos patrões e ao Estado, assim como a se tornou um importante elemento para a reorganização das mobilizações operárias no mesmo período.

sentava em grupo, sentava um lá, outro cá, escolhia um... [...] uma oportunidade pra fazer uma pergunta e tal. E... quer dizer, aí nasce a Oposição Sindical, vai forte até 80, quando a gente disputa a primeira eleição com Juarez na cabeça, na cabeça da chapa. Mas, aí já é uma outra fase já, já de uma forte atuação da Oposição Sindical.<sup>165</sup>

Ao fim dos anos 1970, a agitação política e as demandas sociais eram algo latente em Volta Redonda. Além dos movimentos de ordem urbana, como vimos anteriormente, os operários da CSN e outras categorias profissionais já se mostravam bastante mobilizadas, assim como outros movimentos em busca de liberdade e democracia, seguindo o impulso pela mudança que se apresentava no país como um todo.

Em 1979 essa transformação nas forças de organização se faz sentir em Volta Redonda. Em campanha salarial os metalúrgicos da CSN, liderados pela oposição sindical, realizaram grandes assembléias, com presença média de 10 mil operários, chamando a atenção da imprensa... Os professores da rede estadual de ensino, em sua primeira greve, fazem de Volta Redonda um dos pontos-altos do movimento, com a adesão de toda a categoria no Município. Os peões – trabalhadores não qualificados – das empreiteiras de construção civil contratadas pela CSN promovem uma greve que, deflagrada com características de revolta social, provoca um grande impacto sobre a vida local. Forma-se na cidade uma seção do comitê de anistia aos presos políticos, angariando assinaturas e promovendo debates junto à população. E as chamadas minorias sociais passam a se expressar através de um grupo feminista e de um movimento que luta pela afirmação da identidade negra. (SOUZA, 1992:155-156)

Ainda que se destaque mais uma vez o trabalho da Igreja para a socialização política dos trabalhadores e a formação de novas lideranças operárias, a Oposição Sindical contava com ativistas de origens diversas. Como apontaram os depoimentos citados, muitos dos envolvidos com a reorganização da ação sindical em Volta Redonda buscavam referência nos movimentos ocorridos em outras regiões do país, sobretudo em São Paulo, bem como já haviam participado de experiências locais de organização popular, como movimentos de bairro, pastorais e outros grupos católicos, ou atuavam em organizações de esquerda. Mas havia, além dessas filiações, militantes “independentes” que se destacavam apenas pelo reconhecimento de sua presença entre os operários da CSN. Deste último grupo e das assembléias de massa de 1979 é que surgiria José Juarez Antunes<sup>166</sup>.

Foi a primeira vez que o movimento aqui se levantou pelo fim da ditadura. Então foi assim: tinha uma oposição composta pela Pastoral Operária, ACO... – “Assembléia dos metalúrgicos!”, mas éramos só nós da Igreja. Aí chegou 79... prende gente nossa... em 79, greve em São Bernardo e tal, e a campanha [salarial] em maio. Porra, foi tanta gente que a primeira assembléia não coube ali no cinema. Aí o Vagner se atira, o pai [José Emídio] se

---

<sup>165</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>166</sup> Juarez Antunes nasceu em Estrela D’Alva – MG em 1935, chegando a Volta Redonda para o trabalho na Companhia aos 21 anos. Sua carreira profissional, que atingiria o cargo de supervisor, também lhe conferiu uma liderança reconhecida pelos trabalhadores.

atira... a Igreja se atira, entendeu? [...] Eles se atiram e fugiram à liderança... e junto com um tal de Herman, que era da Convergência Socialista, que também se destacou muito bem. – “Opa, pintou aqui uma proposta: aqui está pequeno, tem que ir pro recreio!”. Foi uma coisa audaciosa... mais audaciosa do mundo, fazer uma assembléia no recreio<sup>167</sup>. – “Mas vamos fazer!”. O sindicato topou, cara. Encheu o recreio e ao mesmo tempo tinha o Jô Soares, que a CSN trouxe, no 9 de abril<sup>168</sup>, para os trabalhadores ir assistir o Jô Soares, e não teve jeito, encheu! E aí meu irmão, o grupo que já vinha há dois anos se reunindo: - “É agora!”, teve que assistir um mineiro chegar lá e: - “Eu gostaria de falar”. Pegou, e abafou todo mundo. O cara com uma visão global... com uma birra da empresa, que lhe conferiu uma coragem que ele ficava igualzinho àqueles trabalhadores, dizendo o que os trabalhadores gostariam de dizer. O Juarez. Ele não era organizado com ninguém, entendeu? Só tinha uma coisa, tinha tentado, através da CSN, tinha tentado estudar e não conseguiu, foi no peito até o terceiro ano de engenharia, não deixaram ele continuar estudando... então, ele carregava consigo a birra que todos trabalhadores tinham aqui também.

Então quando ele abriu o bico... ele não era organizado com ninguém... virou o Juarez! [...] Aí, nesse dia começou a briga com a Igreja. E eu estou dentro da empresa, estou vendo o Juarez... o Juarez entrava com um boletim, ele andava dentro da empresa pra enfrentar. Porque ele tinha mesmo uma birra... que na época nos interessava muito. Era uma birra que acirrava a luta de classes. Não era um ideológico... até na luta de classes então nos interessava. Então era dessa maneira, não dava pra combinar com a Igreja, fugia aos controles do bispo.<sup>169</sup>

Como o depoimento acima sugere, a “birra” de Juarez contra a empresa mostrava-se, naquele momento, como tanto ou mais representativo da identidade coletiva dos trabalhadores do que o projeto político-teológico da Igreja Católica, fundado na “opção preferencial pelos pobres”. Tomando por base a ascensão da liderança de Juarez Antunes e inspirados por THOMPSON (1987), podemos destacar que a construção de uma identidade de classe na Volta Redonda de fins dos anos 1970 não se deu à revelia dos trabalhadores e de suas necessidades mais imediatas, ainda que para tanto já existisse um projeto “classista” concebido pelos setores considerados progressistas e capitaneados pela Igreja Católica.

Na medida em que as eleições sindicais de 1980 se aproximavam, a chamada Oposição Sindical, até então promovida pela Igreja e pelos demais militantes de organizações de esquerda, passaria a dividir espaço com liderança de Juarez Antunes no questionamento das empresas e na cruzada contra Waldemar Lustoza.

Mas aí nós chamamos o Juarez. [Ele] foi, participou de uma reunião com a gente e foi feito um convite a ele de que não lançasse uma chapa independente, o que poderia prejudicar o trabalho que a oposição estava fazendo e a pessoa que estava na situação aqui, que era o Waldemar Lustoza, sair ganhador nessa história. O Juarez fez algumas exigências, mas nós levamos ele para a Oposição Sindical. Dentro da Oposição Sindical, ele não abria mão de ser cabeça de chapa. Então se teve a idéia de fazer uma convenção, foi feita uma convenção e ele saiu vitorioso. Foi chamado o trabalhador para ir lá votar e ele saiu vitorioso. [...] Na cabeça

<sup>167</sup> Clube dos funcionários da CSN, localizado na Vila Santa Cecília.

<sup>168</sup> Cine-teatro também construído pela Companhia e localizado na Vila Santa Cecília.

<sup>169</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

era o Juarez que estava disputando e o Emídio, o José Emídio, pai do Vagner. E o Juarez saiu vitorioso na época.<sup>170</sup>

Apesar do apoio da Igreja e da forte presença da Oposição Sindical junto aos trabalhadores, as eleições sindicais de junho de 1980 conferiram o terceiro mandato a Waldemar Lustoza. Derrotados em um pleito repleto de denúncias de irregularidades e fraudes, a Oposição Sindical passou a intensificar o trabalho junto à base, sobretudo dentro da CSN. Boletins distribuídos dentro e fora das fábricas, reuniões semanais para a discussão de problemas cotidianos ou mesmo uma campanha pela sindicalização fizeram parte das estratégias desses ativistas.

Uma vez tornados não mais anônimos, alguns dos membros da oposição também passariam a sofrer as conseqüências do enfrentamento à Companhia. Juarez Antunes, por exemplo, foi demitido pela CSN em novembro de 1982. A Oposição Sindical, cujas atividades já eram “observadas” desde seu surgimento, teve seus passos “minuciosamente” acompanhados pelos organismos de segurança do regime militar, no uso de seus métodos peculiares, como indica um relatório do Serviço Regional de Investigações Especiais (SRIE), ligado à Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, de agosto de 1982 (Documento 4 - ANEXO II). Apesar da repressão exercida pelos organismos de segurança e pela Companhia, os militantes da Oposição Sindical tiveram nesse período uma ativa participação política, principalmente na organização local do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em vista das eleições sindicais de 1983, os diferentes grupos que coabitavam o interior da Oposição Sindical começaram a se polarizar entre duas direções<sup>171</sup>: uma ligada à Igreja, especialmente os membros da ACO, e outra sob a liderança de Juarez Antunes, que a essa altura já capitaneava, além dos “independentes”, muitos militantes de organizações de esquerda<sup>172</sup>. Chegam as eleições e cinco chapas<sup>173</sup> se inscrevem para a disputa pelo SMVR.

---

<sup>170</sup> Luiz Lopes Neto, dezembro de 2005.

<sup>171</sup> Ainda que posições homólogas fossem observadas no PT-VR e na Oposição Sindical, diferente do que ocorrera na eleição partidária de 1982, grupo ligado à Marlene Fernandes já se encontrava associado à liderança de Juarez Antunes e em oposição a Igreja Católica e ACO.

<sup>172</sup> Tomando como exemplo apenas os membros efetivos da diretoria de Juarez Antunes (Chapa 5), podemos considerar “independentes”: Luiz Lopes Neto, Ivo de Jesus Costa e Luiz Antônio Vieira Albano; e militantes da “esquerda”: Carlos Alexandre Honorato, Nilson Carneiro Sales e Luiz de Oliveira Rodrigues. Depoimentos e bibliografia atribuem o rótulo de “independentes” aos militantes não ligados às chamadas organizações ou facções de “esquerda”, ainda que observe entre esses um grande número de filiados ao PT (VEIGA e FONSECA, 1990; MANGABEIRA, 1993; MONTEIRO, 1995). Como em outras partes do país, observava-se nesta época em Volta Redonda a ligação de operários a organizações orientadas pelas chamadas correntes “marxista-leninistas” ou “trotskistas” presentes na formação do PT e da CUT, como Convergência Socialista, Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e Liberdade e Luta (Libelu), entre outras.

<sup>173</sup> Foram essas e seus respectivos “cabeças”: Chapa 1, Jair de Paiva Amorim; Chapa 2, Ilson Teodoro de Souza; Chapa 3 José Martins Bahia; Chapa 4, José Emídio de Souza; e Chapa 5, José Juarez Antunes.

Ainda que dividida entre a Chapa 4, encabeçada por José Emídio de Souza e a Chapa 5, de Juarez Antunes, a Oposição Sindical mostrou-se como a grande vitoriosa do pleito realizado em 23 de maio de 1983. Os votos dados à Chapa 5 não constituíram maioria absoluta como exigia o estatuto em vigor, tornando necessária a convocação de um novo pleito, o que veio a acontecer no dia 9 de junho daquele ano. Ciente da importância da vitória de uma chapa de oposição para a continuidade do movimento Oposição Sindical, a Chapa 4, de José Emídio, retirou sua candidatura, declarando apoio à Chapa 5.

Como ilustra o boletim abaixo, distribuído pela Chapa 4 nesse segundo momento, a unidade entre os dois setores de oposição seria apresentada aos trabalhadores como forma de se evitar o mal maior da permanência no sindicato de uma direção “pelega”, isto é, associada ao regime e aos patrões.

Figura 3

**Boletim distribuído pela Chapa 4 após o primeiro pleito – 1983**

**OPOSIÇÃO SINDICAL**  
1º de junho/83

J. EMÍDIO — SOCHA — WAGNER — MARCELO — J. CARMO — NELJO — PURI  
JORGE e DEMAIS COMPANHEIROS DA CHAPA 4 — OPOSIÇÃO SINDICAL

**VITÓRIA DA OPOSIÇÃO**

A vitória da oposição é uma demonstração de que os metalúrgicos de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí não querem mais os pelegos na direção de nosso sindicato. A chapa de oposição mais votada foi a chapa 5.

Nós, da chapa 4, encabeçada por José Emídio, convocamos todos metalúrgicos a votarem e trabalharem pela vitória da chapa 5 para tirarmos os pelegos do sindicato e iniciarmos a luta pelo acordo salarial, pela organização das comissões de fábrica e pelo fortalecimento do sindicato.

Chapa 5 = 4.350  
Chapa 4 = 2.348  
Chapa 3 = 3.886  
Chapa 2 = 678  
Chapa 1 = 1.848  
Nulos = 216  
Branco = 116

**PORQUE CHAMAMOS O VOTO NA CHAPA 5**

Após longa discussão, nós, membros da Oposição Sindical — chapa 4 — decidimos retirar a chapa 4 e apoiar a chapa 5. Isto porque sem o apoio da chapa 4 a vitória da oposição estaria seriamente ameaçada.

Por isso companheiro, você que votou na chapa 4 deve entender que apesar de nossas diferenças com o pessoal da chapa 5, o mais importante agora é garantir a vitória da oposição, continuarmos a nossa luta pela organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e iniciarmos imediatamente a luta pelo acordo salarial.

Somos e continuaremos sendo oposição sindical porque acreditamos na união dos trabalhadores, lutamos e lutaremos para isto nos locais de trabalho e nas assembleias. Sempre cobraremos da atual diretoria, assim como cobraremos da próxima, a realização de assembleias para organizar a defesa e a luta dos metalúrgicos de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí.

Participamos e continuaremos participando das Comissões de Negociação, fortalecendo o Sindicato e lutando por nossas reivindicações. Continuaremos reunindo os companheiros nos departamentos para discutir os problemas da classe, lutando pela eleição de delegados sindicais com estabilidade, porque os problemas dos trabalhadores nunca foram e não serão resolvidos apenas pela diretoria do sindicato, mas através da mobilização, organização, união e luta dos trabalhadores.

**NÃO ESQUEÇAM: PARA DERROTAR OS PELEGOS VOTEM CHAPA 5**

**VOCÊ QUE VOTOU NA CHAPA 4 VOTE NA CHAPA 5 PARA TIRAR OS PELEGOS DO SINDICATO**

Como a chapa mais votada não conseguiu mais da metade dos votos, a lei manda ter nova eleição. Nós tiramos a chapa 4 para garantir a vitória da chapa 5. Não vote nulo e nem deixe de votar. O mais importante agora é tirar os pelegos e para isso todos devem votar na chapa 5. A chapa 4 não está disputando, preferimos apoiar a chapa 5 para derrubar os pelegos do Sindicato.

**AJUDE A FISCALIZAR PARA EVITAR A FRAUDE**

CHAPA	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	DEL. REPRESENTANTES
1	<b>ESPONSO</b> José de Paiva Antunes Francisco de Sá Braga Carmelo de Sá Braga Vitor F. Fernandes Carmelo de Sá Braga <b>SUBSTITUOS</b> Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza	<b>ESPONSO</b> Paulo Dias Miguel F. Mendes José das Neves Lima <b>SUBSTITUOS</b> Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza	<b>ESPONSO</b> Carmelo F. Antunes Miguel Sérgio Souza <b>SUBSTITUOS</b> Paulo Rodrigues Antunes Carmelo de Sá Braga Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza
2	<b>ESPONSO</b> José Francisco de Souza Francisco de Sá Braga Carmelo de Sá Braga Vitor F. Fernandes Carmelo de Sá Braga <b>SUBSTITUOS</b> Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza	<b>ESPONSO</b> José de Paiva Antunes Francisco de Sá Braga Carmelo de Sá Braga Vitor F. Fernandes Carmelo de Sá Braga <b>SUBSTITUOS</b> Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza	<b>ESPONSO</b> Paulo Dias Miguel F. Mendes José das Neves Lima <b>SUBSTITUOS</b> Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza
3	<b>ESPONSO</b> José Francisco de Souza Francisco de Sá Braga Carmelo de Sá Braga Vitor F. Fernandes Carmelo de Sá Braga <b>SUBSTITUOS</b> Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza	<b>ESPONSO</b> Paulo Dias Miguel F. Mendes José das Neves Lima <b>SUBSTITUOS</b> Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza	<b>ESPONSO</b> Carmelo F. Antunes Miguel Sérgio Souza <b>SUBSTITUOS</b> Paulo Rodrigues Antunes Carmelo de Sá Braga Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza
4	<b>ESPONSO</b> José Francisco de Souza Francisco de Sá Braga Carmelo de Sá Braga Vitor F. Fernandes Carmelo de Sá Braga <b>SUBSTITUOS</b> Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza	<b>ESPONSO</b> Paulo Dias Miguel F. Mendes José das Neves Lima <b>SUBSTITUOS</b> Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza	<b>ESPONSO</b> Carmelo F. Antunes Miguel Sérgio Souza <b>SUBSTITUOS</b> Paulo Rodrigues Antunes Carmelo de Sá Braga Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza
5	<b>ESPONSO</b> José Francisco de Souza Francisco de Sá Braga Carmelo de Sá Braga Vitor F. Fernandes Carmelo de Sá Braga <b>SUBSTITUOS</b> Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza Luiz Carlos de Souza	<b>ESPONSO</b> Paulo Dias Miguel F. Mendes José das Neves Lima <b>SUBSTITUOS</b> Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza	<b>ESPONSO</b> Carmelo F. Antunes Miguel Sérgio Souza <b>SUBSTITUOS</b> Paulo Rodrigues Antunes Carmelo de Sá Braga Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza Miguel Sérgio Souza

FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP.

Apesar desse apoio, a chapa de Juarez ainda passaria por mais dois pleitos (9 de junho e 14 de julho). Eleita neste último com 75% dos votos, a Chapa 5 ainda teria sua posse suspensa graças à verdadeira batalha empreendida pelas chapas 1, apoiada por Lustoza, e 3,

também associada à diretoria da CSN. Fizeram parte de todos esses episódios recursos ao Ministério e à Justiça do Trabalho, entre outras formas de pressão<sup>174</sup>.

Enquanto o resultado da eleição se encontrava *sub judice*, uma junta administrativa coordenada pela Federação dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro assumiu o sindicato. A transição só se completaria em 10 de agosto de 1983 com a posse da nova diretoria. A conquista do SMVR por Juarez Antunes e pela Oposição Sindical criava uma grande expectativa para a classe trabalhadora da Cidade do Aço. A filiação do SMVR à Central Única dos Trabalhadores neste mesmo ano e a criação da CUT Regional Sul Fluminense<sup>175</sup>, em março 1984, inauguraram uma nova etapa da história do sindicalismo de Volta Redonda, a partir de então associada ao Novo Sindicalismo.

Juarez assume com uma diretoria jovem de ativistas que não haviam vivido o esquema anterior a 1964, e entra no sindicato com os metalúrgicos acreditando que ele ia virar a mesa de pernas para o ar e fazer as mudanças necessárias. Juarez entrou no sindicato, reuniu a sua diretoria e começou logo a trabalhar. [...] o sindicato logo comprou um carrinho de som com uma corneta, baratinho até, e Juarez ia, com a diretoria, conversar na porta da usina. Só aquilo já foi uma grande mudança. O sindicato passou a ter três boletins por semana, coisa que não existia no tempo de Lustoza. Só tinha boletim do sindicato de ano em ano, na época de convocar assembléia para o acordo salarial. Uma das primeiras decisões políticas desta diretoria é filiar o sindicato à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Aí o que aconteceu? Veio a greve da Barbará ainda em 1983. Foi a primeira greve que o sindicato fez em toda a sua existência. Não se tem notícia de outra greve naquele sindicato antes de 83.

A Barbará fica em Barra Mansa a 2 mil metros do Batalhão do Exército. Aquilo foi uma afronta; a repressão comeu, mas o sindicato fez a greve. Juarez peitou na porta; boletins, piquetes, falações fizemos a greve. Na época eu [Isaque Fonseca] era militante e fui para ajudar.

Conseguimos grandes vantagens porque a greve pegou a patronal totalmente desprevenida. Cederam um punhado de coisas; tivemos muitas conquistas e os trabalhadores ficaram felizes: – Pô , conseguimos! Aí o trabalhador já começou: – Opa! Esse negócio de greve dá pé. Fizemos a greve e deu pé. (VEIGA e FONSECA, 1990:51)

Uma outra visão sobre esse período inicial da oposição no poder, que desconstrói um pouco do gênio individual atribuído a Juarez Antunes, é importante para que melhor percebamos a complexidade das forças que apoiaram a Chapa 5, enfatizando o trabalho coletivo que acompanhará a atuação do sindicato a partir de então.

---

<sup>174</sup> Por ocasião do segundo pleito, o jornal local *Sul do Estado*, em sua edição de 05 de maio de 1983, noticiou a possibilidade de milhares de demissões pelas empresas da região caso se confirmasse a vitória de Juarez Antunes. O jornal também repetia a informação dada pela diretoria do SMVR de que as eleições seriam realizadas em três dias, ao contrário do que previa seu edital. Este fato foi denunciado pela chapa 5 como estratégia da diretoria para o não atendimento do quorum mínimo, numa tentativa de anulação do pleito. Provocada pela oposição, a justiça garantiu a realização da votação em apenas um dia.

<sup>175</sup> Vale notar a anterioridade da CUT/SF em relação à CUT Estadual Rio de Janeiro, criada somente em abril do mesmo ano (cf. [www.cutrj.org.br](http://www.cutrj.org.br)).



Quer saber a história como foi? Foi o seguinte: a gente assumiu o sindicato com o Juarez. Isso que eu disse pra você, que o Juarez era um cara hábil, que atuava na sociedade, aquilo era a versão que ele veio ter um pouco à frente. Porque quando nós assumimos o sindicato, o Juarez era esse cara emburrado, tal e tal, mas o Juarez não tinha método. Então ele era um cara com 50 anos de idade, não tinha nada na vida e tinha que recuperar o tempo atrasado. E os pobres do sindicato não iam servir pra ele, compreendeu? E por isso, ele não queria uma cumplicidade com os empresários... ele teria que tirar uma vantagem dele. Mas ele queria uma relação trabalhista aos moldes de Getúlio Vargas ainda, que não cabia mais. Era um momento novo... é o pós-São Bernardo que a gente tinha aqui. Ainda me lembro que o José Ibrahim tinha escrito naquela época um livro assim: “As perspectivas de um novo sindicalismo”. Aí, se comparar com o Juarez, ali não tinha nada, o Juarez queria ir pra outro lugar.<sup>176</sup>

Mas o ano de 1984 ficaria marcado por dois fatos importantes e correlacionados entre si e que, ao nosso ver, dariam maior evidência à dinâmica política interna do SMVR. O primeiro foi o movimento grevista na CSN, primeira paralisação que a empresa enfrentaria em seus 43 anos de existência. A organização levada a cabo pela nova diretoria introduziria a greve em sua modalidade de ocupação como instrumento de luta e pressão dos trabalhadores. A outra ocorrência importante no período foram as divergências ocorridas no interior da própria diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, que se tornariam irreconciliáveis durante a greve de junho daquele ano.

No primeiro racha houve... era o Nilson, o Luizinho, o Cerezo, o Boquinha, que é o Maurício... foi na primeira greve. O problema todo partiu da primeira greve. Eles eram ligados na época... eles tinham uma ligação muito forte com o pessoal da Convergência Socialista. E foi problema de data da greve. Nós estávamos trabalhando para fazer a greve numa quarta-feira e eles cismaram, numa reunião... e tinha uma assembléia no domingo... e eles cismaram numa reunião dentro da usina entre eles que a greve tinha que sair na segunda-feira, de domingo para segunda, sendo que a gente estava com toda a organização preparada para começar na quarta-feira. Eles foram para a assembléia tumultuar a assembléia... a armação deles dentro da assembléia, e chegaram a balançar! A assembléia seria por voto, por escrutínio secreto.<sup>177</sup>

Mesmo tendo início no dia 20 de junho conforme o programado pela diretoria, a greve seria estendida por cinco dias, um a mais do que a proposta defendida por Juarez e derrotada em assembléia, em grande parte devido aos argumentos colocados pelos dissidentes. Ao seu término, a greve de 1984 tornaria público o “racha” entre Juarez Antunes e o grupo de militantes tidos como partidários de formas mais radicalizadas de ativismo. Além dos diretores do SMVR Carlos Alexandre Honorato (o “Cerezo”<sup>178</sup> – Assistência Social), Nilson Carneiro Salles (Assistência Jurídica) e Luiz de Oliveira Rodrigues (Assistência de Base), o

---

<sup>176</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>177</sup> Luiz Lopes Neto, dezembro de 2005.

<sup>178</sup> O apelido Cerezo, remete à semelhança física, na época, entre o militante e o jogador de futebol Antônio Carlos Cerezo, o “Toninho Cerezo”, que nos anos 1970 e 80 atuou, entre outras equipes, pelo Atlético Mineiro e pela Seleção Brasileira.

grupo reunia outros ativistas que, a partir de duras críticas, colocavam em questão a liderança de Juarez Antunes. Mas o poder de Juarez junto à massa e a habilidade dos diretores que permaneceram fiéis ao presidente prevaleceram e os dissidentes foram afastados ou demitidos do sindicato, passando também a ser hostilizados pelas empresas. Os desdobramentos desse “racha”, entretanto, se arrastariam por toda a década<sup>179</sup>.

Identificado com as correntes minoritárias de orientação trotskista que atuavam no PT e na CUT, entre as quais a Convergência Socialista (CS), o grupo dissidente passaria a denunciar dentro e fora de Volta Redonda o que consideravam “perseguições” e “métodos pelegos” atribuídos a Juarez Antunes, como fizeram a partir de uma carta divulgada durante o 1º. Congresso Nacional da CUT em 1984 (Cf.. Documento 5 – ANEXO II)<sup>180</sup>. Em face do acirramento do conflito em Volta Redonda, esses militantes formariam uma corrente própria, a Luta Metalúrgica (LM)<sup>181</sup>, passando a produzir boletins, bem como a buscar outros canais de ação, não apenas para a garantia de suas posições políticas, mas para a própria manutenção de seus empregos.

Essa denúncia que a gente fez, muito grande... criou a seguinte situação: se a CSN demitisse os ativistas, confirmava aquilo que a gente tinha falado, então, ficou amarrado por um lado... seria uma maneira de ela [CSN] derrubar o Juarez, porque quando nós denunciávamos que era isso que ia acontecer, ela [CSN] também ficou na defensiva...também não demitiu os ativistas, e alguns ela [CSN] começou a demitir. Então, nós orientamos o pessoal a concorrer nas eleições de CIPA. Então o pessoal foi tudo se dirigir pra CIPA, pra adquirir estabilidade provisória. Então, dentro da CSN, da FEM<sup>182</sup>, que era subsidiária... todo o pessoal ligado a nós, mesmo com a oposição do sindicato, mesmo com a oposição de todo mundo, ganhava as eleições da CIPA nas áreas. Os cipistas mais votados de toda empresa eram nossos. Então, assim na base, a gente ganhava tudo... e o Juarez, na massa, ele ganhava... e operário como dissesse assim: que tinha que manter o Juarez, porque... não sei... de repente achava a gente perigoso demais... e ao mesmo tempo, manter a gente. Então, o operário fazia, tipo assim, um jogo duplo... ele mantinha a gente na CIPA, e a CIPA não tocava... não adiantava o Juarez vir

---

<sup>179</sup> Entre 84 e 87, a grande maioria desses ativistas seria demitida pela CSN. Uma parte desses retornaria à Companhia ao fim da greve de 1988, como parte do acordo negociado pelo próprio sindicato (cf. VEIGA e FONSECA, 1990:202). Outros, porém, acabaram por seguir carreiras como a de funcionário público, micro-empresário, afastando-se em muito ou completamente da militância entre os metalúrgicos.

<sup>180</sup> Realizado em São Bernardo do Campo – SP entre 24 e 26 de agosto de 1984. Nesse congresso, foram eleitos membros da direção nacional da CUT dois sindicalistas de Volta Redonda. Apesar divulgação da “carta-denúncia”, Juarez Antunes teve apoio da corrente “Articulação”; e Carlos Alexandre Honorato, apoiado pela Convergência Socialista. Além disso, os dissidentes, maioria entre os delegados sindicais de Volta Redonda, apoiaram Cyro Garcia (Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro) ligado à CS, também eleito.

<sup>181</sup> A ruptura entre LM e CS em Volta Redonda viria em 1989, quando Cerezo, Nilson e outros militantes da LM lançam chapa própria na disputa pelo SMVR aderindo a outra corrente, a Causa Operária. Já os remanescentes da CS optam por apoiar a chapa de Vagner Barcelos, como veremos mais adiante.

<sup>182</sup> A Fábrica de Estruturas Metálicas era um departamento da CSN criado em 1953 e que se tornou uma empresa subsidiária da Companhia nos anos 1970. Já nos anos 1980, a empresa se tornou responsável pelo serviço de manutenção da maioria das áreas da Usina Presidente Vargas, fato que conferiu à adesão de seus trabalhadores um elemento estratégico e decisivo para as greves daquela década.

com panfleto... colocar... a CSN fazer campanha... que na CIPA a gente ganhava. Agora, na direção do sindicato, a gente não ganhava.<sup>183</sup>

Ao passo que os dissidentes apelavam às diversas instâncias da CUT e às eleições para as CIPAs, Juarez Antunes e os demais diretores remanescentes buscavam associar as atitudes adversárias a “interesses pessoais” e orientações de “correntes políticas” externas que em nada teriam a ver com os interesses dos trabalhadores. Nas assembleias, Juarez valia-se do uso da fala, quase sempre negado à oposição pela palavra de ordem “um-dois-três, só fala Juarez” difundida por seus aliados junto à massa. Além disso, uma outra carta, dessa vez assinada pelo próprio Juarez, forneceria uma outra versão para a divisão interna, atacando diretamente os membros da dissidência e principalmente Sérgio Murilo Braitto, ex-funcionário do SMVR e membro da Convergência Socialista.

Acontece porém que com o andar da carruagem – é natural que aconteça – aquele funcionário **sindicalizado** [Braitto] começou a fazer um trabalho que não fechava com a nossa diretriz de trabalho: **Fortalecer para Avançar subir os degraus de uma escada com firmeza**, eram substituídos por teorias da Convergência Socialista, que não abraçamos. [...]

Esse grupo queria prolongar a greve, para depois que o trabalhador caísse no despenhadeiro, ir para rua gritar **palavras de ordem**. Os tais **protestos** de sempre. Porém, a categoria já estaria destrocada, todo o nosso trabalho de anos jogado fora, o trabalhador humilhado em sem Sindicato por mais um punhado de anos. Tudo para agradar aos interesses dessa corrente política. [...]

Roer dentro de casa, **não**. Que vão formando já uma chapa para 86. Vendam o seu peixe como quiserem, mas enquanto eu estiver na presidência com os três colegas que têm a cabeça no lugar, nós não deixamos que o trabalhador seja usado para fins políticos da Convergência Socialista ou de outra corrente política qualquer.<sup>184</sup>

Neste ínterim, “Convergência Socialista”, nome da corrente à qual nem todos dissidentes estavam organicamente ligados<sup>185</sup>, tornou-se uma categoria acusatória<sup>186</sup> e mais uma componente do pesado arsenal do qual antigos e novos aliados de Juarez lançaram mão, como também se depreende do depoimento a seguir.

Na primeira greve, aqueles dois [“Cerezo” e Nilson]... inclusive o Luizinho, eles racharam o sindicato. Mas eu não rachei, fiquei com o Juarez. Montei uma puta de uma estrutura: convidei Colombo, Jessie Jane, Silene Domenghini, uma série de pessoas... Cida Diogo para dentro do sindicato... Rosalice Fernandes [...]. Expulsei Braitto, Luizinho, botei tudo na rua! Aí começou assim: - “Juarez traiu a greve”. Aí, eu ia lá e escrevia embaixo: “Convergência

<sup>183</sup> Militante do grupo dissidente, agosto de 2003. Também participaram como entrevistadores Marco Aurélio Santana e Julia Maçaira Polessa.

<sup>184</sup> Juarez Antunes, *Assim nasceu a divisão na diretoria*, grifos em negrito no original e sublinhados nossos.

<sup>185</sup> Vale ressaltar que diferentemente de Sérgio Murilo Braitto, os militantes “Cerezo”, Nilson e Luizinho, nunca foram formalmente ligados à CS, apesar da proximidade ideológica e, sobretudo, politicamente estratégica que se observava entre os dois grupos naquele momento.

<sup>186</sup> Na referida carta (Documento 6 – ANEXO II), por exemplo, em uma lauda o nome da corrente é citado cinco vezes, sempre para destacar os supostos interesses político-ideológicos do grupo dissidente.

Socialista”. A Convergência passou a apagar as pixações e eu continuei a fazer as pixações. Aí já ferrando a Convergência... esse pessoal todinho. Matamos a oposição!<sup>187</sup>

O “racha” interno da diretoria SMVR não tardaria a se propagar no campo político. No âmbito do diretório municipal do PT, onde os opositores de Juarez Antunes, constituíam maioria na direção, também por meio de “denúncias”, os ex-diretores e militantes do sindicato procuraram estabelecer um contraponto ao poder conferido pela hegemonia de Juarez e seus aliados entre os metalúrgicos. Juarez Antunes, por seu turno, abriria uma nova frente político-partidária em Volta Redonda ao se associar a um outro pólo das forças de esquerda em voga nos anos 1980, o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

...praticamente a chapa do sindicato era todinha PT. Tinha três ou quatro que não tinha partido nenhum, o resto tudo era PT. Com o racha da direção do sindicato, no primeiro racha, havia um trabalho de expulsão da gente do PT. Levaram o problema do sindicato para dentro do PT e iam expulsar a gente do PT. Aí nós saímos: eu, o Juarez, o Albano, nós saímos do PT e fomos para o PDT. [...] Foi antes da eleição que o Juarez saiu deputado [1986]. Quando ele saiu deputado, já saiu pelo PDT. Aí nós fomos para o PDT.<sup>188</sup>

João Nery Campanário<sup>189</sup>, advogado do SMVR e aliado de Juarez desde a eleição sindical de 1983, aponta mais detalhes dessa aproximação com o PDT que se consolidaria em 1985, considerando também as pretensões políticas do Presidente do Sindicato<sup>190</sup>.

O Juarez queria sair candidato a prefeito em 85. O que aconteceu em 85? Volta Redonda era município de segurança nacional, então não tinha eleição de prefeito. Quando chegou em 85, ele perdeu essa condição de município de área de segurança nacional. Então teve uma eleição, o Juarez queria disputar essa eleição pelo PT e o PT não deixou<sup>191</sup>. Os grupos divergentes, ligados principalmente à Igreja, e que detinham o poder do PT, impediram que o Juarez se

---

<sup>187</sup> Luiz Antonio Vieira Albano, novembro de 2005.

<sup>188</sup> Luiz Lopes Neto, dezembro de 2005.

<sup>189</sup> Filho de uma família de Santo Antônio de Pádua (RJ), e de políticos radicados em Niterói (RJ), avô e pai vereadores, tio deputado, todos pelo MDB, Campanário iniciou na política dividido entre a militância clandestina no Partido Comunista e a Juventude do MDB, da qual foi presidente. Como estagiário e, posteriormente, advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), atuou em diversos sindicatos de trabalhadores rurais no interior do estado (1974-1980). Foi enquadrado com base na Lei de Segurança Nacional em 1976, processo do qual foi absolvido somente em 1979. Entre 1980 e 1983, foi advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), atuando junto a sindicatos e trabalhadores rurais em Pernambuco e Rio Grande do Norte, o que não o impediu de se candidatar a vereador em Niterói pelo PMDB em 1982 (não eleito). A experiência em direito sindical-eleitoral o levaria à Volta Redonda em 1983 para o trabalho de assessoria da Oposição Sindical. Com a vitória de Juarez, Campanário se tornaria advogado do sindicato, onde se mantém até os dias atuais (2007).

<sup>190</sup> Àquela altura, Juarez Antunes já acumulava a experiência de duas campanhas eleitorais em que não foi eleito. Na primeira, mesmo residindo em Volta Redonda há 17 anos, Juarez foi candidato a prefeito de sua cidade natal, Estrela D’Alva (MG), em 1973, pelo MDB. Em Volta Redonda, o sindicalista foi candidato a deputado estadual pelo PT em 1982.

<sup>191</sup> Nas eleições municipais de 1985, o candidato do PT foi o vereador e ex-metalúrgico Edson Ricardo Santana, que obteve 11.203 votos (11,5%), ficando em terceiro colocado e sendo superado por Nelson dos Santos Gonçalves (PFL-PTB-PND e PDC), com 35.921 votos (36,9%), e Marino Clinger Toledo Netto (PDT), o prefeito eleito com 37.846 votos (38,9%) (COSTA, 2004:283).

candidatasse a prefeito. Aí há o rompimento do Juarez com o PT e o Juarez então entra no PDT. Eu não entrei no PDT, mais apoiei a saída dele do PT e a ida dele pro PDT, compondo com o Brizola e com o Saturnino Braga. Aí, que, que foi um retorno meu com o Saturnino Braga, porque o Saturnino, ele era do antigo MDB, que foi candidato em 74 em Niterói, quando eu fazia parte lá em Niterói, e eu fui um dos coordenadores da campanha do Saturnino contra o Marechal Paulo Torres e nos encontramos depois no PDT. Foi quando eu levei pra apresentar o Juarez ao Saturnino e ao Brizola. E aí o Juarez entra no PDT, em 85.<sup>192</sup>

É importante observar que a disputa que se acirra e se polariza entre PT e PDT no campo político não corresponde exatamente à mesma divisão entre as forças que operam na esfera sindical. Desde a expulsão dos militantes “radicais”, Juarez já vinha se reaproximando de antigos ativistas da Oposição Sindical, entre os quais Marcelo Felício, Vagner e Vanderlei Barcelos, estes dois últimos ligados ao PT.

Aí inicia-se uma nova fase do movimento sindical. Um grande fortalecimento do Juarez como figura de liderança da região. Uma forte estruturação do sindicato, inclusive da partidização. Porque o Juarez em função dessa traição da Convergência que era ligada ao PT, o Juarez passa pro PDT, entendeu? Passa pro PDT sobre o auspício [sic] do Brizola. A diretoria como um todo também passa pro PDT. Fica esse grupo da Convergência, que depois muda, durante a história eles mudam, uma parte vai continuar Convergência e outra parte vai pra Luta Operária, uma confusão danada. E fica esse grupo do PT, que era a antiga oposição. Fica esse grupo do PT: eu, o Vanderlei, meu pai, Otacílio, Roberto... tem vários... Baianinho, essa turma do PT, tanto daqui como de Barra Mansa, de Resende. E a gente funciona quase como satélite do sindicato. A gente fica assim acompanhado, vendo, com participação na assembleia, nas comissões de negociação, entendeu? A gente participava disso tudo isso. Participava das plenárias da CUT, mas sempre em minoria com o PDT, sempre em minoria, no embate entre PT e PDT.<sup>193</sup>

No plano institucional, o sindicato intensificou o trabalho na organização e formação de suas lideranças a partir de um convênio firmado com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)<sup>194</sup> e incorporando à assessoria do sindicato os intelectuais e militantes envolvidos com o Centro de Cultura Popular de Volta Redonda.

...eu já vinha para o Sindicato dos Metalúrgicos trabalhar na assessoria e a gente tinha montado o Centro de Cultura Popular. Eu, Jessie, Colombo, Cláudia... eram pessoas que estavam na academia, a maioria delas, e que achavam que tinham que montar uma ONG, era tipo uma ONG né, para assessorar o movimento sindical. A gente prestaria serviço de assessoria, de produção acadêmica. Foi quando se organizou o Centro de Memória Operária. A gente pensava em viver disso, montando um trabalho, uma instituição, o Centro de Cultura Popular, como tinha a FASE, como tinham lá os outros, e por que não aqui? É isso, nesse espírito. E achávamos que íamos conseguir as verbas, que a FASE conseguia e coisa e tal, para

<sup>192</sup> João Nery Campanário, novembro de 2005.

<sup>193</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>194</sup> Fundada em 1961, a FASE é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, com sede na cidade do Rio de Janeiro. No pós-1964 a instituição atuou fortemente na resistência à ditadura e na formação das oposições sindicais e de movimentos comunitários de base. Na década de 1970, apoiou a organização de diversos movimentos sociais urbanos e rurais em diferentes estados e regiões do país (cf. [www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)).

manter uma instituição para o movimento sindical, nós já estávamos com esse projeto aqui. [...] Trabalhamos não só com o sindicato dos metalúrgicos, mas no Centro de Memória, dando curso, fazendo... aí eu dava aula. Eu trabalhava duas coisas no curso, eu era a organizadora, tipo uma diretora de organização de cursos para os militantes sindicais, para os ativistas. A gente tinha um monte de ativistas, a gente dava curso lá com aula, com horário, respeitando turma.<sup>195</sup>

Em Volta Redonda, inauguramos, no bairro do Retiro, o Centro de Memória Sindical junto com um departamento de formação sindical. Os ativistas começaram a fazer o curso, e no término já tinham uma visão mais ampla, já enxergavam mais longe as questões sindicais e do momento brasileiro; quer dizer, já eram mais alguns levando a discussão para dentro da fábrica. A organização dos operários foi se enraizando e fortificando. (VEIGA e FONSECA, 1990:60)

A representatividade de Juarez junto ao operariado seria potencializada pela atuação desses novos aliados, sobretudo pelo trabalho de organização na base e pela presença do sindicato na formação de lideranças. A base de associados do Sindicato mais do que dobrara entre 1983 e 1986, atingindo cerca de 24 mil trabalhadores sindicalizados, o que favorecia em muito aqueles que detinham o controle sobre a estrutura do sindicato<sup>196</sup>. Vale notar que no mesmo período o SMVR ganharia uma considerável visibilidade nacional<sup>197</sup>.

Para as eleições que seriam realizadas em junho de 1986, o chamado grupo do “primeiro racha” formaria a Chapa 2, autodenominada “Nova Oposição Sindical”. Durante uma campanha eleitoral sindical marcada por agressões mútuas, a oposição adotaria como estratégia uma postura crítica e de “denúncia”, pela imprensa local, em seus boletins de campanha ou mesmo de forma “anônima”, mas sempre num tom de ataque frontal a Juarez, apontando supostos desvios políticos e financeiros na administração do sindicato.

---

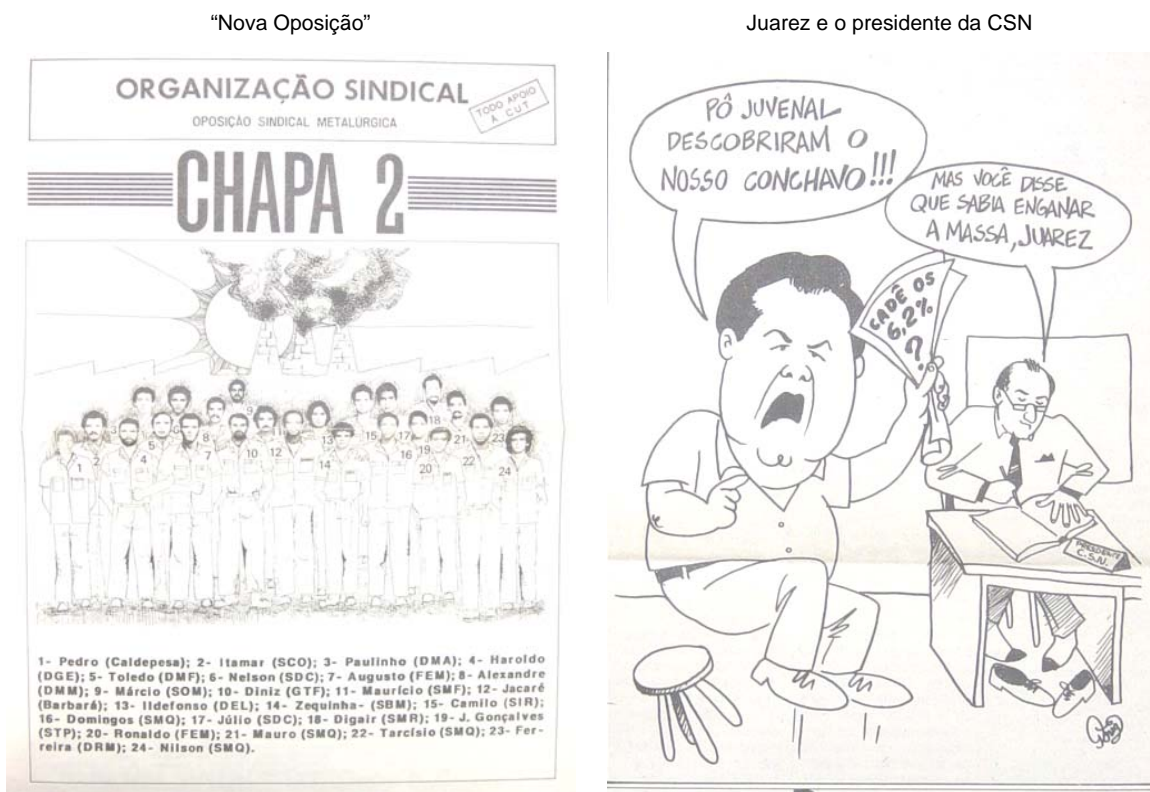
<sup>195</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

<sup>196</sup> Nota-se neste ponto uma das características observadas no Novo Sindicalismo em outras partes do país, ou seja, a utilização da infra-estrutura e dos recursos garantidos pela manutenção da legislação sindical corporativa para o patrocínio das ações dos sindicalistas “combativos” que se instalam em diversos sindicatos a partir de início dos anos 1980, como aponta RODRIGUES (1991).

<sup>197</sup> Tal projeção foi observada a partir da articulação do SMVR a movimentos nacionais como as paralisações dos trabalhadores das estatais de dezembro de 1985 (paralisação por 17h) e outubro de 1986, quando o exército será chamado pela primeira vez a intervir junto aos trabalhadores da CSN para por fim a uma greve (MONTEIRO, 1995:58).

Figura 4

## Boletins da Chapa 2 – 1986



FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP.

Diante dos ataques adversários, a Chapa 1, de Juarez Antunes, adotaria novamente uma estratégia de esvaziamento político do grupo rival, ao qual se referia apenas pela insígnia “meninos”, como mostra o boletim de campanha reproduzido no quadro a seguir.

## Documento 1

**Boletim da Chapa 1 – 1986****SINAL DOS TEMPOS**

Em 1979 Juarez, Vagner, Zé Emídio e outros companheiros estavam na linha de frente da Oposição Sindical. Era um trabalho sério de oposição aos pelegos que durante 9 anos permaneceram no Sindicato.

Em 1979 nós levantamos os trabalhadores, enchemos o Recreio do Trabalhador, empurramos a pelegada que estava no Sindicato, ameaçamos a CSN com uma greve e conquistamos o TURNO DE 6X2. Era um trabalho sério, feito por gente séria.

Em 1980 desenvolvemos uma CAMPANHA para conquistar o Sindicato. Éramos uma Oposição Sindical séria, respeitada. Lutamos, ganhamos as eleições, mas a fraude vergonhosa manteve a pelegada no Sindicato por mais 3 anos.

Em 1982 Juarez foi demitido da CSN. Em 1983 encabeça uma Chapa de Oposição. Alguns bons companheiros, e alguns “meninos” apanhados a laço para COMPLETAR A CHAPA. “Meninos” que ninguém conhecia. Nem nos seus departamentos tinham nome. Embarcaram na Chapa do Juarez, porque a canoa era boa. A Chapa 5 foi eleita. Logo os “meninos” começaram a achar que tinham liderança, que eram gente. QUEBRARAM A CARA NA GREVE DE 1984.

Mas, como todo menino pirracento, não deram por satisfeitos. Falsificaram boletins do Sindicato, pixaram a cidade. Como marginais, partiram para a orgia. A categoria os repeliu.

Uma OPOSIÇÃO SINDICAL de 1979 que tinha NOME, IMPUNHA RESPEITO, chegou no que está hoje. Caiu na degradação, no descrédito, na chacota. Nada mais humilhante!

Hoje, sem espaço no meio da categoria, o resto da antiga OPOSIÇÃO SINDICAL, desprezada pelos operários, parte para os panfletos injuriosos. Utiliza-se de jornaleco de advogado que foi enxotado do Sindicato por ser pelego.

Que tristeza! Espalhar panfletos pelas calçadas desertas na calada da madrugada; deixar seus panfletos em escadas, caixotes, bancos de jardim, sem coragem de entregar nas mãos honradas dos trabalhadores... Que fim triste teve a oposição sindical!

A frustração, o recalque só podiam levar os “meninos travessos” a esse desespero. NUNCA FALAM DE SUAS QUALIDADES, SÓ APONTAM OS DEFEITOS DO JUAREZ.

Hoje, como morcegos, preferem a escuridão da noite, longe dos olhos dos operários, para caluniarem aquele cujo único mal É DEFENDER O TRABALHADOR.

Companheiros, quando o desespero desses “meninos” aumentar, eles vão FALSIFICAR boletins do Sindicato.

Eles fizeram isso depois da greve de 1984.

**Cada um de nós só pode dar aquilo que tem.**

**Ass.: Chapa 1 – Juarez**

FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP.

Apesar de grande parte de sua diretoria naquele momento ser composta por membros da mesma geração dos referidos “meninos”, Juarez utilizava-se dessa nova categoria acusatória, ou melhor, do fator idade ou juventude, como forma de associar a atitudes imaturas e inconseqüentes as denúncias e demais discussões levantadas pela oposição.

Abertas as urnas, os trabalhadores deram 86,3% dos votos à Chapa 1. Essa expressiva votação viria mais uma vez impor um longo período de ostracismo à oposição. Fortalecido em sua base e a partir dos laços estabelecidos com o PDT, Juarez também é lançado candidato a deputado federal constituinte naquele mesmo ano, sendo eleito com mais de 50 mil votos.



Figura 5

Material de campanha e divulgação parlamentar – Juarez Antunes 1986-1988



FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP.

Seja durante a campanha eleitoral ou a atuação parlamentar, como sugerem os títulos do material acima, Juarez Antunes reafirmava sua identidade operária de modo a fortalecer também sua figura pessoal. Assim como em outros boletins do período, a referência a sua filiação partidária (PDT), por exemplo, ficava em segundo plano em face da construção da imagem do “Operário Constituinte”.

Ainda que tenha se mantido à frente das greves que ocorreram na CSN nesse mesmo período, o mandato parlamentar (1986-1988) obrigou Juarez a se licenciar da presidência do sindicato. Em seu lugar assumiu Marcelo Felício, militante escolhido por Juarez para a vice-presidência do SMVR.

O momento de maior mobilização e organização do sindicalismo de Volta Redonda também coincide com um período identificado como de relações mais “democráticas” e “consensuais” por parte da Companhia. MANGABEIRA (1993:91) aponta a relação destas mudanças no plano da gestão da CSN ocorridas entre 1985 e 1987 com o processo de democratização e da reorganização da estrutura administrativa das empresas estatais empreendida com a instalação da Nova República. Mesmo que significativo, esse período teria fim após os dois movimentos observados na CSN em 1987. Já tendo ocorrido uma greve de ocupação de cinco dias pela campanha salarial em abril, a greve geral de agosto seria a gota d’água para que a “repressão” se generalizasse contra os operários da Companhia.

Em 19 de agosto de 1987, às 19h, os metalúrgicos aderem à Greve Geral convocada pela CUT e pela CGT contra o Plano Bresser, de junho daquele ano.

A CSN foi paralisada. Mais uma vez, o Exército é chamado a intervir e ocorrem as primeiras escaramuças entre os soldados e os operários. O movimento é desbaratado pelo Exército, que prende quatro diretores e alguns ativistas sindicais, desalojando os grevistas da Usina Presidente Vargas. Esta data marca, porém, o fim da posição tolerante por parte da direção da CSN, que assume a decisão de demitir todos os líderes e ativistas sindicais em atividade dentro da empresa. São demitidos 58 empregados, sendo 22 deles dirigentes do Sindicato. Esta demissão em massa trará sérias dificuldades à continuidade do trabalho de organização nas bases do Sindicato. (MONTEIRO, 1995:58)

Após essa Greve Geral a perseguição empreendida pela direção da CSN não pouparia sequer os beneficiários de estabilidade por mandato sindical. Pelo contrário, os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos estariam entre seus principais alvos, sendo ameaçados de demissão por um processo administrativo em setembro 1987, cujo requerimento é parcialmente reproduzido no quadro abaixo.

## Documento 2

**Companhia Siderúrgica – processo contra dirigentes sindicais – 1987****COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL**

EXMº SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE VOLTA REDONDA.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, Sociedade de Economia Mista, Escritório e Usina em Volta Redonda – RJ à Rua 21, nº 10, Vila Santa Cecília, por seus Advogados infra-assinados (...) os quais receberão as intimações no endereço supracitado, vem Requerer a V. Exa., na forma do disposto no Artigo 853 e seguintes da CLT, a instauração do necessário INQUÉRITO JUDICIAL para apuração de FALTA GRAVE e conseqüente DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA, contra seus empregados abaixo relacionados, face estarem os mesmos amparados pela estabilidade provisória como Dirigentes Sindicais:

- GILBERTO DE SOUZA CALDAS
- LUIZ ANTÔNIO VIEIRA ALBANO
- VAGNER BARCELOS DE SOUZA
- MARCELO FELÍCIO
- LUIZ MARCOS LOPES
- LUIZ DE OLIVEIRA RODRIGUES
- BARTOLOMEU CITELI DA SILVA
- JOSÉ CARLOS MÁXIMO BARBOSA
- WILSON BAPTISTA
- ELMO MORAES
- ISAQUE FONSECA
- LUIZ LOPES NETO

(...)

Volta Redonda, 17 de setembro de 1987  
Na tarde/noite do dia 19 de agosto de 1987

FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP.

Se aos olhos da Companhia a diretoria do SMVR se mostrava homogênea em seu “movimento político de protesto”, como o referido documento nomeava a Greve Geral,

internamente a ausência de Juarez Antunes já começava a ser percebida, exaltando as expectativas e desejos de poder entre seus aliados.

Na formação de chapa de 86, [...] algumas coisas que vinham acontecendo dentro da diretoria no período, inclusive com as atitudes do Albano, o Albano começou a brigar pela vaga de diretor-secretário, e o Juarez, como eu também não abria mão, não porque era agarrado a cargo, mas aí já era uma briga particular minha com o Albano, o Juarez criou a vaga de vice-presidente e aí botou o Marcelo Felício como vice-presidente. E foi duro! Foram duas reuniões para formar essa chapa. Foram duas reuniões que... daí para lá eu comecei a ficar com o pezinho atrás com o Juarez. E mais tarde, aí com a greve... com a campanha salarial de 88, 87... de 87 para cá o negócio já não estava muito bom.<sup>198</sup>

O primeiro caso foi o da desavença que levaria ao isolamento do Diretor-secretário Luiz Lopes Neto e de outros cinco diretores. A tensa relação entre as lideranças do SMVR seria em parte materializada num pedido de prestação de contas feito ao presidente do sindicato pelo grupo ligado a Lopes. O documento (Documento 7 – ANEXO II), entre outros fatos, levantava a questão do uso político e pessoal da estrutura e das finanças do sindicato.

Aí foi quando nós assinamos um documento, porque já havia algumas coisas dentro da direção, nós assinamos um documento pra pedir que o Juarez tomasse uma posição. Aí nós rachamos com todo mundo e tava com esses oito diretores. Só que aí pegou! Dos oito diretores, eles chegaram para alguns e falaram: - “se vocês ficarem com o Lopes, vocês vão ficar sem salário”. Aí o Carlinho pulou de lado, o Elmo renunciou e teve mais dois que pularam de lado, eu sei que nós ficamos em quatro. Aí foi mais duro para agüentar, mas mesmo assim nós agüentamos até o final. Então o primeiro mandato é que teve mais unidade minha com mais três diretores e com o Juarez, depois o negócio já pegou.<sup>199</sup>

Em face dessas denúncias e principalmente da pressão sofrida por parte dos demais, esses diretores foram isolados e acabaram por renunciar aos seus cargos. Ainda que não exercesse mais qualquer função no sindicato, administrativas etc., Luiz Lopes Neto deixou o SMVR também mediante renúncia, mas somente em fevereiro de 1989.

Não obstante o “endurecimento” da Companhia e as sempre tensas relações na cúpula do sindicato<sup>200</sup>, o ativismo no interior da usina seria aos poucos retomado, sobretudo a partir do trabalho de lideranças intermediárias e da organização de comissões “clandestinas” (MANGABEIRA, 1993:130). Como forma de driblar a proibição de ingresso dos diretores sindicais na CSN, grupos internos passaram a ser organizados por setores da usina e ficaram

---

<sup>198</sup> Luiz Lopes Neto, dezembro de 2005.

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Não podemos perder de vista o fato de que o momento de redemocratização, nos planos local e nacional, vivido em meados dos anos 1980 abriu espaço para diferentes projetos políticos, não só no plano partidário onde PT e PDT dividiam a preferência de sindicalistas e trabalhadores, mas também no interior do próprio movimento sindical Volta Redonda.

conhecidos pelos boletins que editavam: *Arrastão* (FEM), *Areia nos Olhos* (SOM), *Máquinas Quebradas*, *Trem Fantasma* (Maquinistas), entre outros.

Como vimos no item anterior, tinha-se no país um momento de explosão de greves em face dos sucessivos planos econômicos, com congelamento de salários e perdas para o trabalhador. Acrescentam-se ao ano de 1988 as expectativas de direito criadas pela promulgação da nova carta constitucional. Direitos a partir de então garantidos pela constituição de outubro passariam a figurar nas pautas de reivindicações de trabalhadores por todo o país. Assim o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda caminhou para a sua sétima greve tendo em vista um conjunto de reivindicações basicamente relativas a: a) momento econômico vivido, como o pagamento da URP de julho de 1988 (17,68%) e do resíduo inflacionário de junho de 1987 (26,06% - Plano Bresser), inclusive já concedido a outras categorias; b) direitos garantidos pela nova Constituição, como a redução de jornada 6 horas semanais; e c) diminuição do controle repressivo da Companhia, entre outros, a anistia aos trabalhadores demitidos em movimento anteriores (*Jornal do Brasil*, 09/11/1988).

Decidida em assembléia no dia anterior, a greve iniciou na segunda-feira, 7 de novembro de 1988, mas ganharia o noticiário nacional nos dias seguintes. Depois de dada a ordem pelo Presidente da República, homens do Exército<sup>201</sup> e da Polícia Militar que já ocupavam a cidade invadiram a usina naquele 9 de novembro, numa ação que resultou na morte de três operários. Na mesma noite, em uma reunião realizada no Hotel Bela Vista, em Volta Redonda, o general José Luís Lopes, o presidente da CSN, Juvenal Osório, Juarez Antunes e D. Waldyr Calheiros negociariam a saída dos operários para o dia seguinte.

### **A usina se tornou uma praça de guerra**

A ocupação da CSN, primeiro pelos trabalhadores, e depois por tropas do Exército, transformou a usina numa praça de guerra. Os soldados chegaram com armamentos modernos e até carros de combate. Os metalúrgicos, em maior número e armados com tubos de ferro e substâncias explosivas, ocupavam a aciaria LD – um setor estratégico na linha de produção do aço.

Os principais personagens da crise são o General José Luiz Lopes da Silva, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis e de toda a operação; o Coronel Mota, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada; o Presidente da CSN, Juvenal Osório; o ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Juarez Antunes, Deputado Federal pelo PDT e candidato a Prefeito de Volta Redonda; o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Albano; o Bispo D. Waldyr Calheiros, que assumiu o papel de mediador entre os grevistas e os militares; o Juiz Moisés Cohen, da 3ª Vara Cível de Volta Redonda, que

---

<sup>201</sup> Na ação, os “batalhões do Exército presentes na CSN, em um contingente que chega a dois mil soldados, são o 22º Batalhão de Infantaria Motorizada (Barra Mansa), o 1º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Valença), a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada da Vila Militar (Realengo), todos sob o comando do General José Luiz Lopes da Silva”, da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis. (COSTA, 2003:81)

deferiu a ação impetrada pela CSN que foi o instrumento legal para a invasão da usina. (*O Globo*, 10/11/1988)

Mesmo com a desocupação da CSN pelos operários, a greve continuou. Os velórios e enterros dos jovens trabalhadores mortos, Walmir Freitas Monteiro, 27 anos; e Carlos Augusto Barroso, o Guto, 19 anos, transformaram-se em grandes manifestações, chegando a reunir dezenas de milhares de pessoas. A terceira vítima, William Fernandes Leite, 22 anos, foi sepultado em sua cidade natal em Muriaé (MG). No dia 13 de novembro uma missa campal foi realizada em homenagem aos trabalhadores mortos. Dessa vez a Praça Brasil, a principal da cidade, foi tomada novamente pelos trabalhadores.

### **Missa campal por operários reúne 20 mil**

VOLTA REDONDA – Apesar da forte chuva, a missa campal pelos operários mortos na quarta-feira, organizada pela Diocese de Volta Redonda e pelo Sindicato dos Metalúrgicos, reuniu mais de 20 mil pessoas que, emocionadas, acompanharam os discursos dos quatro Bispos convidados por Dom Waldir Calheiros de Novaes. Os Bispos de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli; de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito; de Itaguaí, Dom Vital Wilderink; e de Valença, Dom Amauri Castanho; e o Anfitrião, Dom Waldir Calheiros, repudiaram a ação violenta contra os trabalhadores.

Às 19h30m, começaram a chegar caravanas de praticamente todos os bairros da cidade, com faixas, cartazes e bandeiras negras, em sinal de luto pelos três mortos. Uma cruz de madeira, com quatro metros de altura, foi fincada na frente do coreto, ornada com o uniforme de um dos metalúrgicos mortos.

Apontando para a cruz, Dom Waldir Calheiros disse que o uniforme preso a ela era uma “reliquia que significava a violência a que foram submetidos os trabalhadores”.

– Os três vão ressuscitar na vida de milhares de operários brasileiros – disse o Bispo de Volta Redonda. (*O Globo*, 14/11/1988)

Como adiantado pelo texto acima, destacam-se nesse ato as atitudes e palavras de D. Waldyr Calheiros que, ao associar a violência sofrida pelos trabalhadores ao martírio de Jesus Cristo, celebrava não apenas a morte, mas a luta dos operários de Volta Redonda. O documentário *Memorial da Greve* (Eduardo Coutinho e Sérgio Goldenberg, 1989)<sup>202</sup> registra alguns elementos nesse sentido.

**EDUARDO COUTINHO [narrador]:** Enquanto a greve continuava cada vez mais forte, uma missa campal no dia 13 celebrou a memória dos metalúrgicos mortos [...]

**D. WALDYR CALHEIROS:** Meus irmãos, nós vamos celebrar agora a vida, a paixão e a morte de Cristo. Nós vamos fazer a memória daquele que deu a sua vida para que todos tenham vida. Nós vamos celebrar a memória, a vida, paixão e morte do Willian, do Valmir e do Barroso.

---

<sup>202</sup> O documentário foi produzido pela Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda em associação com o Instituto de Estudos da Religião (ISER).

Saudemos essa presença eucarística de Jesus, o sangue de Jesus que é o sangue que é o sangue de Valmir, o sangue de Jesus que é o sangue de Barroso, o sangue de Jesus que é o sangue de Willian.

Ainda nas imagens registradas pelo documentário sobre o mesmo ato, podemos destacar algumas palavras de ordem pronunciadas por militantes e moradores. Ao final da missa, de mãos dadas a população presente repetia em coro as palavras ditas do palanque por um militante não identificado. *Podem arrancar uma, duas, três, muitas flores, mas não conseguirão acabar com a nossa primavera*<sup>203</sup>. As mãos unidas vão sendo substituídas pelas palmas que acompanham os versos agora cantados. Novamente incitados pelo orador, trabalhadores e moradores de Volta Redonda presentes ao ato entoaram o refrão: *Povo unido, jamais será vencido; Povo unido jamais será vencido...*<sup>204</sup> Mais adiante, foi a vez dos punhos cerrados marcarem o ritmo da palavra de ordem final: *A greve continua, a greve continua, a greve continua...*

No dia 15 de novembro, sexto dia da greve, a população de Volta Redonda foi às urnas e elegeu Juarez Antunes, candidato pelo PDT, prefeito da cidade com 50.012 votos ou 60% dos votos válidos. Ainda que a greve estivesse claramente fundada nas reivindicações dos trabalhadores, os dirigentes do SMVR tinham consciência de possíveis efeitos políticos do movimento àquela altura da campanha eleitoral.

...quando nós decidimos a greve de 88, teve um fato que para muitos pode não ter importância... o Juarez chegou de Brasília... [eu disse a ele] – “olha, a greve não vai ter jeito, já está decidido, a peãozada quer, a diretoria já votou a favor”. E a gente começou... foi depois da assembleia de sexta-feira... pra gente pensar como é que a gente ia fazer pra dar um tombo no Exército. Aí quando teve uma reunião, ele pegou uma folha de papel e mostrou uma cegonha [desenhada], com uma urna no bico da cegonha, saindo aquela montoeira de votos. Ele falou: – “olha o que vocês arrumaram pra mim”. Mas ninguém fez greve nem para ajudá-lo, nem pra derrotá-lo. Era um momento em que... era aquele, não tinha jeito! Aí ele acaba sendo eleito na proporção que foi... não só ele né! Aquela greve ajudou diversas pessoas aí a se elegerem pelo Brasil. Quem soube se utilizar, se elegeu com aquela força.<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup> Destacamos a relação destas palavras com as de Che Guevara: *Podrán cortar todas las flores, pero nunca terminarán con la primavera*. Esta frase se tornou célebre entre os militantes de esquerda nos anos 1960 e 70, fazendo parte da construção da memória de luta dos militantes e moradores de Volta Redonda. É interessante lembrar que sua autoria é apenas atribuída a Ernesto Che Guevara, não havendo qualquer registro escrito da mesma. Fato este, porém, irrelevante haja vista a consolidação deste pensamento, e de seu autor, como parte do imaginário constitutivo da esquerda latino-americana.

<sup>204</sup> Mais uma vez gostaríamos de fazer referência ao imaginário da esquerda Latino-americana. A frase citada remete ao refrão da canção “El pueblo unido” composta pelo chileno Sergio Ortega em junho de 1973, meses antes do golpe militar e do assassinato do presidente Salvador Allende. Mesmo censurada, a canção se tornou uma espécie de hino contra a ditadura militar no Chile. Seu refrão, contudo, espalhou-se também por toda a América Latina, inspirando ainda movimentos de esquerda na Europa.

<sup>205</sup> Marcelo Felício, outubro de 2005.

Ainda que Juarez Antunes tenha atingido um desempenho eleitoral muito semelhante ao de 1986<sup>206</sup>, os desdobramentos da greve de 1988 tiveram um impacto inegável nas urnas. Das 21 cadeiras da Câmara Municipal de Volta Redonda, o PDT conquistaria sete vagas e o PT três<sup>207</sup>. Entre os eleitos estavam os diretores do SMVR Vanderlei Barcelos (PT) e Isaque Fonseca (PDT). Como vimos no item 2.1, falava-se na época de uma repercussão nacional da tragédia de Volta Redonda, uma vez que em importantes capitais do país o PMDB, partido do governo, amargou derrotas significativas para partidos de esquerda, principalmente PT e PDT (MANGABEIRA, 1993:140; GRACIOLLI, 1997:168; SANTANA, 2006:166).

Além de militares, CSN, Sindicato, trabalhadores e Igreja, um outro “protagonista” atuou naquela greve, o *Movimento Popular* (VEIGA e FONSECA, 1990:23). Sindicatos, associações de moradores, entidades religiosas e movimentos populares de estudantes, negros e mulheres se reuniram formando a chamada Frente Popular Sindical, cuja principal ação foi o “Abraço à Usina” realizado no dia 21 de novembro de 1988. Esse ato seria uma resposta da cidade às ameaças, de venda ou desativação da Companhia, feitas e posteriormente desmentidas pelo então Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves (*O Globo*, 16/11/1988 e *Folha de São Paulo*, 19/11/1988). A seqüência de depoimentos a seguir, também registrada pelo documentário *Memorial da Greve*, fornece uma visão geral da articulação entre os movimentos social e operário de Volta Redonda naquele momento.

**Terezinha R. de Jesus (CEB Paraíso):** fizemos uma caminhada aqui no bairro para dizer que “a greve continua” porque o pessoal estava sempre naquele clima de greve, o pessoal saindo para trabalhar, e eles pediram né, nas reuniões lá da CUT quando a gente participava, pediram para fazer um trabalho nos bairros para passar para a população que a greve dentro da CSN continuava, que as mulheres tentassem conversar com os maridos para que não fossem trabalhar lá na CSN.

**Maria Cupertina de Moraes (CEB Santo Agostinho):** Quer dizer, foi uma greve que foi forte. Foi uma greve que não precisava de piquetes nos bairros porque se alguém viesse buscar um companheiro que estava em casa, a própria esposa se encarregava de dizer “ele não está aqui”, a própria esposa esvaziava o pneu da Kombi.

**Eduardo Coutinho [narrador]:** Para quebrar a força da greve, o governo passou a fazer ameaças de outro tipo. O ministro da indústria e comércio, Roberto Cardoso Alves, assustava a população de Volta Redonda com propostas de privatização e até extinção da CSN. No dia 21, 15º. dia de greve, a Frente Popular Sindical formada pelas entidades que apoiavam o movimento respondeu às ameaças convocando toda a população de Volta Redonda para um ato simbólico: o abraço da usina.

**[pergunta]:** E nesse abraço foi gente então... mulheres?

---

<sup>206</sup> Juarez foi eleito Deputado Federal com 50.091 votos.

<sup>207</sup> Em relação à legislatura anterior, PDT e PT aumentaram suas bancadas, respectivamente de 5 para 7 e de 1 para 3 vereadores (cf. COSTA, 2003:227-229).

**Maria Cupertina de Moraes (CEB Santo Agostinho);** Foi criança, foi todo mundo. As famílias foram para lá, foram abraçar a CSN.

**Maria de Lourdes Fonseca (Lurdinha – Movimento de Possesiros/Pela Moradia):** a gente podia ter abraçado mais de duas vezes a CSN pela quantidade de gente que tinha nessa convocação, sabe? Foi uma coisa. Naquele momento, o que você convocasse em termos de mobilização em Volta Redonda você conseguia, porque o povo estava machucado. Foi como entrarem na sua casa e te arrancarem à força da tua casa, dizendo que a casa não é tua e você ter certeza que você quitou a sua casa.

Com o atendimento da maioria das reivindicações por parte do governo e principalmente depois de cumprida a exigência da retirada do exército da CSN, a greve chegaria ao fim após 17 dias. A contraproposta feita pela empresa no dia anterior foi finalmente aprovada por uma assembléia em 23 de novembro.

**VOLTA REDONDA** – A retirada das tropas do Exército que ocupavam a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi decisiva para que os metalúrgicos voltassem ao trabalho às 16h de ontem, depois de 17 dias da mais dramática greve do país dos últimos anos. [...]

A decisão de encerrar a greve foi aprovada em assembléia realizada pela manhã, com a presença de cerca de 5 mil operários. Com isso, o sindicato conseguiu retomar o controle sobre os operários, que, na noite anterior, haviam recusado a contraproposta da CSN, mantendo a paralisação.

A companhia concedeu ao operários um abono de Cz\$ 30 mil, mais um adicional de 8%, a URP de julho (17,68%), readmissão de demitidos em consequência de outras greves e adoção do turno de seis horas, no prazo de 90 dias, durante os quais serão pagas 90 horas extras por mês. Além disso, assegurou que nenhum metalúrgico será punido e que será paga indenização às famílias dos três metalúrgicos mortos durante a ocupação da usina por tropas do Exército.

A assembléia de ontem teve início pouco depois das 8h, com a Praça da CSN tomada por operários. Dessa vez, o sindicato já tinha decidido apoiar o fim da paralisação e tratou de distribuir um boletim relacionando as conquistas já obtidas. “Fomos até onde manda o bom-senso. Dominamos a fera, mas não pudemos matá-la”, advertia a publicação, ao mesmo tempo que deixava clara a posição favorável à aceitação dos pontos acertados com a CSN. (*Jornal do Brasil*, 24/11/1988)

O ano de 1989 iniciou com posse do primeiro prefeito operário de Volta Redonda e depositário de muitas expectativas. Após 52 dias, entretanto, em 21 de fevereiro daquele ano, Juarez Antunes sofreu o acidente de automóvel que tirou sua vida enquanto se dirigia para Brasília<sup>208</sup>. Interrompia-se assim a liderança do principal expoente do ativismo no período ou, simplesmente, a trajetória do trabalhador que a Companhia não permitiu “ser engenheiro”<sup>209</sup>, mas que os trabalhadores fizeram seu líder e os moradores de Volta Redonda Prefeito.

---

<sup>208</sup> O acidente ocorreu em Felizlândia, km 360 da BR 040 (Rio-Brasília), lugarejo próximo a Três Marias (MG). A viagem de Juarez tinha por objetivo a devolução do apartamento funcional a que fazia jus enquanto deputado federal. Alberto Vicente da Cruz, seu motorista, com fratura em duas costelas e cortes no braço, sobreviveu.

<sup>209</sup> Sobre a “birra” de Juarez contra a Companhia, ver VEIGA e FONSECA (1990:220).



A morte de Juarez retirou de cena o poder conciliador de sua liderança, fazendo reacender antigas divergências na base que o apoiava. No plano político, instaurou-se uma crise entre o secretariado de Juarez e o Vice-prefeito Wanildo de Carvalho.

No dia 21/02/1989, uma crise se formou no Palácio 17 de Julho (sede da Prefeitura Municipal) quando a maioria dos integrantes do Secretariado do Prefeito Juarez Antunes, com a participação de Vereadores e sindicalistas passaram a exigir a realização de plebiscito para que o Povo decidisse se aceitava Wanildo de Carvalho<sup>210</sup> (Vice-Prefeito eleito) para o cargo de Prefeito ou se seria realizada nova eleição. (COSTA, 2004:294)

Apesar dessa oposição, Wanildo não só tomou posse naquele mesmo dia, como manteve-se à frente da Prefeitura, isolando seus opositores na Câmara de Vereadores e, posteriormente, promovendo a substituição do secretariado montado por Juarez. O processo de retirada dos aliados de Juarez é relatado pela então Secretária de Educação, Marlene Fernandes.

...nós preparamos a saída né. Mas a gente queria preparar a saída... aí não podia sair. Nós só saímos em março, nós não podíamos sair imediatamente porque pareceria um abandono e a gente não construiu uma opinião para nós né, para a saída. [...] a gente reunia para cada dia pra pensar e articular a nossa saída, e discutir como saímos e se saímos, tinham diversas posições né. Tem alguns que acham, o Colombo era um desses, que a gente não devia sair, deveria negociar. E tem gente que acha hoje que foi um erro o que a gente fez, a gente entregou na mão, de bandeja, um movimento que foi o que foi. Porque a gente poderia ter ficado, alguns, e dado um outro rumo para a história, no jogo de forças. Mas aí, eu era uma das pessoas que já estava vindo embora porque eu já estava sendo, nas finanças, as verbas da merenda seguras, porque estavam com o cara, o secretário de finanças. O secretário de saúde... ele queria sair, ele disse que ia sair. Aí a gente fez um documento contando com a fé e dizendo que a gente não ia ficar porque nós não seríamos coniventes com um governo de corrupção. E denunciemos a corrupção que haveria. E foi exatamente o que a gente denunciou: um governo de corrupção, coisa e tal. Mas a gente passou quase que um mês discutindo.<sup>211</sup>

Para além dos argumentos acima, a tensão envolvida na decisão de deixar o governo indica o quão se tornou intolerável a convivência entre os diferentes atores que encontravam mediação na liderança de Juarez Antunes. Esse clima sobrecarregado vivido em Volta Redonda não se limitava ao processo de sucessão no executivo municipal. Na madrugada do dia 2 de maio de 1989, os moradores e trabalhadores da Cidade do Aço sofreriam uma nova ameaça à sua estabilidade. O monumento em homenagem aos trabalhadores mortos durante a

---

<sup>210</sup> Apesar de encontrar-se no PDT, Wanildo de Carvalho representava forças mais conservadoras existentes em Volta Redonda, tendo pertencido a ARENA.

<sup>211</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

greve de 1988, projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado nas celebrações do dia do trabalho, foi destruído por uma bomba<sup>212</sup>.

No Sindicato dos Metalúrgicos, a ausência do poder, ao mesmo tempo centralizador e conciliador, de Juarez Antunes faria expandir as divergências entre seus antigos aliados que, já no decorrer da greve de 1988, podiam ser considerados lideranças em grande ascensão. O processo de formação da chapa para a disputa das eleições sindicais de 1989 consiste numa fotografia do estado da disputa entre três correntes que naquele momento atuavam no Sindicato dos Metalúrgicos. Ficou decidido que uma “prévia” seria realizada para deliberar qual das lideranças seria o candidato à presidência: Marcelo Felício, Luiz Albano ou Wagner Barcelos.

Marcelo Felício, vice-presidente do sindicato, vinha respondendo pelo SMVR desde de 1986, quando da campanha de Juarez a Deputado Federal, era politicamente ligado ao PDT e, sobretudo, apoiado pelas lideranças mais ligadas a Juarez Antunes, que o apresentavam como seu sucessor natural.

...vem a morte dele [Juarez], aí ficou assim: um bando de moleques já com trinta anos... mais ou menos, já com trinta e poucos anos, mas que até então tinha o Juarez como salvaguarda. Aí começou a aguçar as vaidades. Eu acho que... aí é que foi o grande problema. O Albano queria ser presidente, se achava o tal... – “é um direito”, o Wagner também. [...] Aí o que aconteceu foi o seguinte: foi atropelada a ordem natural das coisas. Porque poderia ter sido qualquer outro, poderia ser o Gelson, poderia ser o Guilherme, poderia ser o Wagner, poderia ser o Albano, o Luizinho, qualquer um. Mas a pessoa que teria que ter na presidência do sindicato naquele momento, era o cara que antes era vice e que tinha assumido o sindicato. Então essa coisa foi quebrada, essa ordem. Aí tanto o Albano quanto o Wagner não suportariam essas vaidades, o que levou imediatamente a um racha no sindicato.<sup>213</sup>

Mais do que um “candidato natural”, Marcelo representava a continuidade de parte do grupo de aliados políticos de Juarez Antunes, como mostra o depoimento de Marlene Fernandes, militante ligada ao grupo.

...nós apoiamos o Marcelo e o Wagner que veio com o apoio da Igreja. O Wagner só entra na gestão do Juarez na segunda gestão [1986-1988], porque na primeira [eleição de 1983] o pai dele foi candidato a presidente e perdeu. Aí o Juarez compõe com eles e não os traz para dentro do sindicato. E ali é travada uma briga pesada ali dentro, tem luta. Eles se unem nas greves, mas o cotidiano é de disputa.

---

<sup>212</sup> Em 14 de março de 1999, numa entrevista publicada pelo *Jornal do Brasil*, o ex-capitão do 1º. Batalhão de Forças Especiais, Dalton Roberto de Melo Franco, revelou em detalhes a participação desta corporação, entre outras ações, na explosão do monumento. As afirmações de Dalton Franco constavam do seu depoimento à Justiça Militar, onde o capitão fora acusado de desvio de munições do Batalhão de Forças Especiais. Constam desse depoimento, as afirmações repetidas ao jornal de que ele teria recusado uma ordem do então coronel e comandante do batalhão, Álvaro de Souza Pinheiro, para explodir o monumento. Findo o processo, Dalton foi banido do Exército brasileiro (Cf. *Jornal do Brasil*, 14, 15 e 16/03/1999).

<sup>213</sup> Marcelo Felício, outubro de 2005.

Nós apoiamos o Marcelo, o pessoal do grupo do Juarez, quer dizer, o Colombo, eu, o Luizinho, apoiamos o Marcelo. Mas o Marcelo não tinha muito pique não. O Marcelo não era do grupo... o Marcelo rachava a Igreja. O Albano saiu para outro lado, o Albano foi candidato e trazia os trabalhadores mais, por incrível que pareça, dentro da fábrica, os mais aguerridos, que na greve de 88 é a turma meio marginal mesmo, daquele time que botava pra quebrar porque não tinha medo de ninguém não. Por incrível que pareça, os comunistas e socialistas não queriam nada, mais espertos... e quem saiu para o confronto foi o grupo que apoiou o Albano, porque o Albano era assim.<sup>214</sup>

Luiz Antônio Vieira Albano, Diretor Administrativo do SMVR havia ganhado grande projeção no segundo mandato de Juarez Antunes e em especial na greve de 1988. Albano era conhecido por se destacar tanto nas negociações quanto na “linha de frente” das greves dos anos 1980, ainda que, por vezes, fosse acusado de fazê-lo em nome de projetos políticos e vantagens pessoais<sup>215</sup>. Seja pelo estilo pessoal considerado agressivo ou pelas posições políticas em voga, Albano também sofria restrições em seu projeto de liderança.

Quando o Juarez morre, eu, como principal articulista do sindicato, tinha botado o Marcelo, como vice, no buraco... quando o Juarez morre, o Colombo e o Luizinho cismam de bancar o Marcelo. Aí eu mandei eles tomarem... “se vocês fazem isso porque ele é do mesmo grupo, vai tomar... Eu podia ser o coordenador das greves, eu podia ser o coordenador das negociações e na hora de ser presidente, eu não podia ser?; eu falei: “eu saio!”. Montei a minha candidatura... “se eu sair e ele manter, o Vagner ganha”. Então, o prejuízo que eu tenho: o Vagner ganhou a eleição na prévia, eu fiquei em segundo e o Marcelo em terceiro.<sup>216</sup>

Vagner Barcelos, militante tradicionalmente vinculado à Igreja Católica e à ACO, era entre os três concorrentes à sucessão de Juarez aquele que apresentava uma ligação mais consistente com organizações políticas e de esquerda. Além de pertencer à corrente “CUT pela base”, como membro do Partido dos Trabalhadores, também fazia parte da corrente Democracia Socialista (DS)<sup>217</sup>.

O embate começou pelo fim de janeiro. Quando o Juarez morre aí vem... [...]. O Marcelo que era o vice dizia o seguinte, ele era muito ligado ao Colombo e a Jessie... ele dizia assim: “Olha, a Jessie e o Colombo são testemunhas de que o Juarez deixou uma carta dizendo que

<sup>214</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

<sup>215</sup> Depoimentos e bibliografia atribuem a Albano a prática de enfrentar quase sempre de forma provocativa policiais e militares durante greves e outros atos. No primeiro dia da greve de 1988, por exemplo, uma discussão entre Albano e um capitão da Polícia Militar que com sua tropa impedia a entrada do carro de som do sindicato na usina, terminaria com tiros para o alto, dados pelo policial, e a reação imediata da massa que invadiu a usina, dispersando os policiais (cf. MONTEIRO, 1995:60). O jornal *O Globo*, em sua edição de 08/11/1988 (Figura 16 – ANEXO III), traz em sua capa uma foto de quase meia página que registra o confronto entre Albano e outros sindicalistas e os Policiais Militares.

<sup>216</sup> Luiz Antonio Vieira Albano, novembro de 2005.

<sup>217</sup> A DS foi uma organização política de orientação trotskista criada em 1979, tendo seu surgimento vinculado ao jornal *Em Tempo*, publicado desde 1977. A organização foi uma das forças políticas de esquerda que atuaram contra a ditadura, participando também da criação do PT. Apesar disso, somente em 1988 a DS teria formalmente abandonado o caráter de “organização política”, para assumir-se oficialmente como tendência interna do PT (cf. SILVA, 1987).

eu deveria ser o sucessor dele. Que eu ia ser o próximo presidente”. O Albano se dizia: “Não, eu tenho o jeito do Juarez, eu tenho a combatividade do Juarez, eu tenho o discurso do Juarez. Eu que sou o herdeiro natural”. E eu dizia: “Olha, o técnico do time morreu. Acabou o time, nós temos que reorganizar esse time. Acabou essa discussão. Agora vamos discutir entre os jogadores aqui quem vai ser o próximo técnico”. E aí teve que ter influência de várias correntes. A CUT teve que entrar no meio, entrar o PDT. Discussão do PDT, discussão do PT, discussão pra tudo quanto é lado, para saber de que forma escolher o próximo presidente. Aí tivemos debates internos, chamavam as lideranças, brigas homéricas dentro do sindicato, acusações absurdas, entendeu? A... mas culminou com uma convenção esdrúxula. Cada um fazia sua campanha dentro das fábricas e se fez uma assembléia na porta da CSN. Em que os três tinham direito a tanto tempo pra poder discursar e aí vamos pra votação na assembléia, entendeu? Bem, houve isso, sorteio lá na hora de quem fala primeiro e quem fala por último. Eu ganhei por maioria...Eu ganhei por maioria de uns 70%, de 70, 80 %. [...] Aí eu ganhei a indicação, mas não ganhei a maioria do sindicato, né, nesses 24 [cargos da diretoria] eu era minoria. O grupo teve muito pouco acréscimo, quem saiu foi só o Juarez, o grupo teve pouco acréscimo.<sup>218</sup>

Observa-se na fala acima, ou na sua crítica aos que pleiteavam a condição de herdeiros de Juarez, uma contraposição entre as forças que apoiavam Vagner (Igreja Católica e PT) e seus adversários<sup>219</sup>. Se Marcelo reivindicava o apoio dos aliados e Albano o carisma de Juarez Antunes, a Vagner só restava a “morte” do líder, ou seja, a desvinculação entre o sindicato e parte das forças políticas que até então o sustentaram.

Realizada a referida convenção, a composição da chapa que representaria a continuidade da diretoria ficou assim definida: Vagner presidente e com a prerrogativa de indicar sete outros nomes para os cargos mais importantes; Albano faria a indicação de 10 cargos e Marcelo preencheria os 6 remanescentes de um total de 23 cargos, além do presidente. Sob essa tensão interna, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda ingressava numa nova etapa de sua trajetória, que vale adiantar, seria marcada por incertezas, demissões e a cada vez mais concreta ameaça de privatização da CSN.

---

<sup>218</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>219</sup> Embora Albano ainda fosse à essa altura filiado ao PDT, era a candidatura de Marcelo Felício que contava com o apoio da grande maioria dos membros do partido em Volta Redonda.

## 2.5. Luizinho e a esquerda: entre traídos e traidores (da classe trabalhadora)

*Eu participei da esquerda radical, clandestina e tudo. Mas eu sempre briguei sem medo nenhum de defender a vida.*

*“– Ah, mas tem que ser macho!  
– Olha, eu não tenho medo de morrer.  
Mas de graça eu não morro!”*

**Luiz de Oliveira Rodrigues**

*[Luizinho] ...é uma figura organizativa e não é uma figura de grande discurso diante das massas não. Mas é importante, sempre foi importante. Esse cara não surge do nada não. Esse cara tem uma trajetória ali dentro do sindicato, uma na vida pessoal de militante, de racha com a Igreja, vai pra organização de esquerda, e uma história pessoal de ter que trabalhar de manhã, de tarde e de noite para sustentar irmão. O pai morreu, ele teve que levar comida pra casa... é um dado pessoal que vale a pena dar uma olhadinha.*

**Marlene Fernandes**

Como vimos no capítulo anterior (item 1.3), a vida na periferia, a morte do pai e o trabalho nas empresas empreiteiras marcaram a juventude de Luiz de Oliveira Rodrigues. Como morador do bairro Paraíso<sup>220</sup>, fronteira entre Volta Redonda e Barra Mansa, ele tomou contato com o movimento social coordenado pela Igreja Católica. Os grupos de reflexão das CEBs e a Pastoral Operária conferiram-lhe uma formação política e uma inserção social militante. Dentro da organização da ação da Igreja, ou da disputa que se estabeleceu principalmente entre ACO e Pastoral Operária, Luizinho encontrava-se alinhado com o trabalho desta última.

*...foi uma briguinha minha porque tinha a JOC e a ACO, Ação Católica Operária. Eu, conversando com o bispo, o bispo no seu curral, nessa idéia de curral, ele não queria nem ACO nem a JOC, ele queria uma Pastoral. Ou seja, ele controlava... porque a JOC é internacional e a ACO é internacional. Ele queria uma ação nos controles dele, na Pastoral dele. Eu defendia a Pastoral porque a Pastoral era mais do peão sabe, daquele local. Eu não digo que estava concordando com isso não, que eu fundei, mas a Pastoral Operária, ela conseguia muito mais que a ACO.*<sup>221</sup>

<sup>220</sup> Por vezes referido como Mangueira, nome de outro bairro periférico e limítrofe, tendo em vista as questões que envolvem as fronteiras político-espaciais e identitárias entre os municípios de Barra Mansa e Volta Redonda naquela área comumente retratada como “periferia leste”.

<sup>221</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

A partir desse trabalho junto à Igreja, e antes de despontar como sindicalista, Luiz Rodrigues surge para o movimento social como parte de um grupo que se afirma como sujeito político na Volta Redonda dos anos 1970, “o morador pobre da periferia” (SOUZA, 1992:200). Seja como morador da periferia ou empregado das empreiteiras, Luizinho tomaria parte do movimento deflagrado pelos trabalhadores da construção civil em 1979.

Nós fizemos... a participação no bairro porque aí eu estou trabalhando... até 25 anos de idade, eu fiquei na CSN, saí fora, voltei para as empreiteiras. Fui viver então essa coisa... eu entrei na CSN em 73 pela segunda vez, a primeira foi na escola técnica que eu fui... carteira assinada em 71, voltei em 73 para a CSN e em 78 eu peço conta e vou para as empreiteiras. Aí eu vou me envolver com a peãozada, greve da Odebrecht, eu vou me envolver com tudo isso: assembléia no sindicato da construção civil, via Pastoral Operária.<sup>222</sup>

A “greve dos peões”<sup>223</sup>, como ficou conhecida, foi um movimento que unia a espontaneidade dos operários ao trabalho de organização popular empreendido pela Igreja. “Periféricos” no trabalho e na cidade, os trabalhadores da construção civil se rebelaram contra as precárias condições de trabalho e moradia, o arrocho salarial e a repressão por parte das empresas e a apatia de sua entidade de classe<sup>224</sup>.

Ainda que fosse marcado pelo tom de revolta, esse movimento, tal qual a Oposição Sindical dos Metalúrgicos, deve ser destacado pela relação entre o mundo do trabalho e a Igreja, onde esta assumia um papel central na organização dos trabalhadores. O apoio dado aos trabalhadores das empreiteiras foi valorizado pela Igreja local não só naquele momento, mas permaneceu como parte importante de sua própria história, como se depreende do trecho a seguir, retirado do Boletim Diocesano, edição comemorativa dos 75 anos da Diocese Barra do Piraí – Volta Redonda.

A “Greve dos Peões” em 1979 é uma amostra do que vinha acontecendo na história. A Igreja Nossa Senhora Aparecida, em Volta Redonda, e a Cúria Diocesana se abrem para que os grevistas possam se organizar, não passar fome e melhor lutar pelos seus direitos.<sup>225</sup>

O contato com os “padres operários” e a experiência da greve das empreiteiras contribuíram para a formação de lideranças que viriam a despontar no Sindicato dos

---

<sup>222</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>223</sup> Iniciada na Norberto Odebrecht em setembro de 1979, a paralisação se generalizou pelas demais empreiteiras que atuavam no Plano D de expansão da CSN. As reivindicações eram de 70% de aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho e habitação. Conforme a “regra” na época, o movimento foi duramente reprimido pela polícia militar.

<sup>224</sup> Além de expor essas motivações para a greve, uma carta (Documento 8 – ANEXO II) distribuída pelo movimento à população utilizava-se do apoio de *D. Waldyr e da sua igreja* para pedir a compreensão dos moradores de Volta Redonda, também convidados a colaborar doando alimentos para o fundo de greve centralizado em uma das igrejas da cidade.

<sup>225</sup> Boletim Diocesano, julho de 1998, p. 6.

Trabalhadores da Construção Civil, como mostra o depoimento de Dejair Martins, Presidente da entidade (1987-1993 e de 1996 até o presente).

Nós, com essa categoria, [...] tínhamos até mais é... uma tradição, porque em 79, por exemplo, houve uma greve dos operários das empreiteiras, que marca... o sindicato também, daqui na época, não correspondeu. E aí teve a policia militar. Os empresários também combateram muito com isso. Porque quem nos deu um certo apoio... até pra organizar... foi a Igreja Católica, os padres... [...]

Nessa época, na realidade né, todos os que surgiram partiram até daí, mas não tinha uma liderança assim: “Ah, fulano. Era fulano”. Era uma vontade do peão, a repressão que o peão tinha e o momento ali. Foi um dos maiores acordos que o trabalhador das empreiteiras teve, foi nessa época. porque nós ganhávamos, acho que, 7 cruzeiros e pouco. Aí foi pra 17 e pouco... só com a pressão dos trabalhadores. Não houve um... uma assim liderança, mas vários padres aí...<sup>226</sup>

Apesar do trabalho nas empreiteiras Odebrecht e Cimento Tupy, entre outras, e da participação do movimento de 1979, a trajetória de Luiz Rodrigues seria um tanto desviada da militância na construção civil para os metalúrgicos a partir de seu maior contato com o grupo de Oposição Sindical que se constituía naquele momento em Volta Redonda.

[Eu participava] da esquerda que era o MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado... outros movimentos que apareciam, eu compunha eles. [...] O MEP aparece aqui no ano de 78. Aí eu vou ter uma relação com eles... aí é a fundação do PT, depois é a CUT. Já em 83, a gente já estava dentro do sindicato, porque veio a eleição, né. Porque eu vou para as empreiteiras em 78. Aí eu vou rodar: fábrica de cimento... a usina nuclear em Angra dos Reis... pela fábrica de cimento, Tekinte, Ultratec, que é uma empreiteira, e depois eu encontro com o Juarez. Eu ajudei o Juarez numa eleição...[1980] porque o Juarez virou um líder sindical importante nessa região... ele era um operário da CSN... ele falou assim: –“você trabalha na fábrica de cimento, lá é construção civil, vem para a CSN que a gente vai montar uma chapa daqui a quatro... três anos (a eleição ali é de três em três anos) e você vai entrar na minha chapa”. Não pedi conta, não pedi para ser demitido, dei motivo para ser demitido e entrei na CSN... outra vez, pela terceira vez.

Aí é que eu te falo, é exatamente o momento que eu falei para você... de agora para frente eu sou metalúrgico por causa do sindicato... eu vou entrar para a briga, entendeu?<sup>227</sup>

Se na eleição sindical de 1980 a composição com Juarez Antunes fora aceita pelos militantes ligados à Igreja Católica, o mesmo não se daria em 1983, quando a Chapa 4, de José Emídio, também entrava na disputa. Mas para Luiz Rodrigues o apoio a Juarez, já lhe valera o reingresso na CSN (1981), leia-se um emprego melhor, bem como uma perspectiva de carreira sindical mais promissora. Dito de outra forma, tratava-se do espaço que não lhe

<sup>226</sup> Dejair Martins de Oliveira, novembro de 2006. Assim como o entrevistado, outros militantes da construção civil que surgiriam a partir da greve e do contato com a Igreja ocupariam nos anos seguintes lugares de destaque no sindicato bem como na CUT Sul Fluminense e no Partido dos Trabalhadores de Volta Redonda, como Ernesto Braga, Zeomar Tessaro, entre outros.

<sup>227</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

fora dado no interior do movimento operário da Igreja, em face da hegemonia da ACO em Volta Redonda.

É em 81... já entrei [na CSN] para fazer esse trabalho. E numa briga com a Igreja. A Igreja não entendia um rapaz casado ficar andando pra lá e pra cá, sabe... ficar saindo de emprego... não entendia. Era a minha briga, eu não pedia nada para ninguém! Eu nunca pedi... digo, para me sustentar... eu nunca apostei que ia fazer atividade e alguém ia me bancar. Eu nunca fiz isso, eu mesmo me bancava. Então, não tinha nada para ficar pro lado da Igreja. Não sei se era medo de perder, ciúme, não sei o que era.

Aí eu abri com a Igreja. Tinha um grupo que era da Ação Católica, que era o Vagner, o José Emídio, é um grupo importante... forte, importante. Eles montam uma chapa e nós montamos a nossa, que não é o grupo da Igreja, era o grupo do Juarez. Aí é que foi o meu racha com a Igreja. A esquerda veio com Juarez e eu fui ser então mais íntimo do pessoal da esquerda. Fui então me organizar dentro do MEP... Então eu me fundi com esse pessoal... para ganhar a eleição com o Juarez.<sup>228</sup>

Como vimos no item anterior, conquistado o Sindicato dos Metalúrgicos, a ampla composição de forças que levaram Juarez Antunes à presidência não custaria a mostrar suas primeiras fricções e fissuras. No chamado “primeiro racha” da diretoria, durante a greve de 1984, militantes tidos como mais radicais se insurgiram contra a liderança de Juarez Antunes.

A gente era molecada... a gente era molecada e você imagina o trabalho que ele tinha. Pô, ele com 50 anos, eu com 29... outro com 20, tudo vinte e pouquinho. Mas a gente era muito encapetado e bem articulado. Aí a gente montou um grupo interno pra fazer o sindicato andar. Então, o sindicato da gente, da formulação, andava... formular a greve, vender a palavra greve, a organização de base, tudo isso nós fizemos. Só que nós achamos que isso, colocando na balança os dois lados... a marcha da greve, da representação interna, tudo isso colocado na balança do nosso lado, pesaria mais do que a representação dele que era menor. Aí você vê que é marinheiro de primeira viagem. Aí montamos a greve... e o Juarez, muito esperto... a gente podia montar. [...] E pra massa, ele estava em tudo. Ele sabia de tudo que passa ali. [...] Eu lembro que uma vez nós montamos uma greve e ele era contra... aí mesmo que ele ia contra. Nós aprendemos a trabalhar com isso... e ele passou a gostar da gente por isso também. Ele era contra... nós montamos uma greve, aí ele... pra mim ele era um gênio da comunicação... aí montamos uma greve... ele estava alheio...

- “Ó Juarez, vai ter greve e tal...”

- Que greve nenhuma... não vamos fazer essa greve não rapaz”.

Chegou o dia... está entrando na CSN o Albano, ele falou: -“dá licença, eu sou o presidente”. (risos) E ele vai, vai mesmo e assume e acabou. O trabalhador vai perguntar quem madrugou, quem montou a greve, quem fez a estratégia, quem está na frente? Vai perguntar porra nenhuma não. “É o Juarez que está mandando”!<sup>229</sup>

Naquele momento, a trajetória política de Luizinho se unia à de outros ativistas que também haviam rompido com a Igreja para ingressar em outra chapa. Mas em pouco tempo, o “Juarez traiu a greve!” se tornava a palavra de ordem que defendia o “racha” necessário para o avanço do movimento sindical.

<sup>228</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>229</sup> Idem.



Era um grupo liderado pelo Braitto, que era trotskista, que vem lá do MDB antigo. O Braitto não está mais na fábrica. O Braitto era um... um cabeça... aparelhista, burocrata, coisa e tal né, ele não era um militante. [Era] daquele do tipo que acordava cedinho para fazer as coisas dele, andava a pé na cidade, uma figura muito interessante ele também. Trotskista... os estudantes da Convergência Socialista ganharam o Braitto. E o Braitto vai articular esse grupo. O Juarez quando foi para o sindicato dos metalúrgicos, ele levou o Braitto, porque o Braitto o apoiou, rachou dentro do PT para apoiar o Juarez. O grupo de operários que rachou com a Igreja dentro do PT e com o Vagner para apoiar o Juarez, quem era? O Braitto, o Luizinho era da Igreja, da Pastoral Operária, veio da Pastoral Operária e rachou, um grupo da Igreja rachou para apoiar o Juarez porque via a legitimidade dele na fábrica, a liderança dele na fábrica. [...] O Braitto era assessor de imprensa, o Juarez botou o Braitto como assessor de imprensa do sindicato. Quem escrevia os boletins do sindicato quando o Juarez tomou posse era o Braitto, ele escrevia o que ele queria. Até que o Juarez percebeu isso (risos). [...] Queria manipular o Juarez, imagina?<sup>230</sup>

Como visto anteriormente (item 2.4), Juarez e seus diretores isolaram politicamente e expulsaram o grupo dissidente do sindicato, ou mesmo da base de trabalhadores<sup>231</sup>. Luizinho, entretanto, mesmo após uma atitude também classificada como “traição”, principal categoria acusatória naquele momento, teve seu retorno ao sindicato aceito por Juarez Antunes, bem como votado e aprovado pela diretoria. Agiu sobremaneira para o sucesso dessa (re)articulação a mediação feita por Luiz Albano, como mostra o depoimento de Luiz Lopes Neto, então Diretor-secretário do SMVR.

O Luizinho fazia parte do grupo de lá. Depois traiu esse grupo, a palavra certa é essa mesmo: traiu esse grupo numa armação feita com o Albano. Foi um documento, que foi o único documento que não deixaram... eu não consegui pegar a cópia dele, onde o Luizinho assina esse documento dizendo que voltava para o sindicato e que largava... traíndo realmente o grupo de lá. Esse documento passou numa reunião, eu fui o único que votei contra a volta do Luizinho para o sindicato. Não por ele voltar, mas justamente pelo sistema que estava sendo usado. Porque ele traiu a gente para ficar com o outro lado, depois traiu o outro lado para poder voltar pro poder. Foi quando ele sentiu que não dava mais para ele voltar para o poder, ele traiu, jogou os outros no buraco.<sup>232</sup>

Diante do fato, o mesmo Lopes ainda tentou articular um possível retorno dos demais diretores e militantes que haviam sido expulsos do sindicato juntamente com Luizinho, mas a manobra teria sido recusada pelos mesmos.

Não sei se você já conversou com o Nilson e com o Maurício, hoje eles reconhecem, o Cerezo não, o Cerezo mantém a posição dele, mas o Nilson e o Maurício reconhecem o erro que eles cometeram. [...] Hoje o Nilson e o Maurício reconhecem. Porque eu chamei os três na minha sala e falei assim: “eu volto vocês para o sindicato outra vez. A única coisa que eu vou querer

<sup>230</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

<sup>231</sup> Não foram poucas as acusações feitas pelo grupo dissidente em seus boletins, congressos da CUT e do PT e na imprensa local quanto à relação entre o “racha” no sindicato e suas demissões pela CSN e demais empresas.

<sup>232</sup> Luiz Lopes Neto, dezembro de 2005.

de vocês é que vocês respeitem a assinatura do Juarez no boletim, porque queira ou não queira, ele é o presidente do sindicato. Então a única coisa que eu vou querer de vocês é isso: que o boletim do sindicato seja distribuído com a assinatura do Juarez. Se vocês concordarem com isso, eu volto vocês”. Porque aí teria o meu voto, teria o voto do Ivo e não teria como o Juarez votar contra: “o Juarez votou a favor da volta do Luizinho e votaria... aí nós pressionaríamos para ele votar para vocês”. Aí na época eles não aceitaram, simplesmente por isso. Hoje o Maurício e o Nilson reconhecem que houve um erro nesse sentido. Se eles tivessem voltado, eles estariam brigando pelo direito deles, pela posição deles, ou pela posição deles, mas lá dentro da diretoria junto com a gente.<sup>233</sup>

No caso de Luizinho, pesaram dois fatores em especial. O primeiro seria a necessidade econômica. Uma oposição naquele momento representaria a perda do cargo de diretor do SMVR, ou mesmo uma possível demissão da CSN, como aconteceu com outros envolvidos no episódio. O segundo, e talvez o mais importante, foi a interferência de Luiz Albano a favor de Luizinho. Àquela altura, Albano já se destacava entre os diretores do SMVR pelo poder de que já dispunha, bem com pela influência sobre Juarez Antunes. Além disso, ele e Luizinho eram amigos de juventude, tendo iniciado juntos a militância política na chamada “periferia leste”, região onde ambos moravam.

O Albano tem uma história... passou pela Igreja, mas não era orgânico...mas passou. Era amigo do Luizinho de adolescência, de menino que não tinha dinheiro para a passagem e pulava a roleta do ônibus, da periferia e vinha pra Vila. Era o Luizinho aqui do Paraíso, e o Albano do bairro Nove de Abril.

O Albano é uma figura, muito brilhante, muito brilhante. A Jessie e o Colombo é que diziam assim: - “o cara mais brilhante que o sindicato tem chama-se Albano, o problema foi pra onde ele foi usar essa inteligência dele”. Ele convencia o Juarez das coisas, quem tinha mais influência, que trazia a posição para cima do Juarez e o convencia era o Albano. Quem mais convencia o Juarez, quem tinha mais influência sobre o Juarez era o Albano, o mais determinante de todos.<sup>234</sup>

Contornado esse episódio, Luiz de Oliveira Rodrigues reassumiria o cargo de Diretor de Assistência de Base<sup>235</sup>, voltando a atuar pelo sindicato na CSN e principalmente na articulação entre os movimentos sindical e social. Apesar dessa reaproximação com Juarez Antunes e da ruptura em relação à oposição “radical” expulsa do sindicato, as possibilidades de ascensão interna ficariam mais limitadas para Luizinho, principalmente a partir de 1986, com a incorporação de outras forças pela diretoria do sindicato. Antigos membros da Oposição Sindical, vale dizer ligados ao campo hegemônico da Igreja, voltariam à disputa pelo poder, mas agora no interior do SMVR em face do realinhamento com Juarez.

---

<sup>233</sup> Luiz Lopes Neto, dezembro de 2005.

<sup>234</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

<sup>235</sup> Ainda que respondesse formalmente pelo cargo de Diretor Tesoureiro a partir do segundo mandato (1986), Luizinho, de fato, continuaria atuando junto ao trabalho de base, como veremos adiante.

Aí em 86 ele [Juarez] se elege, mas aí também nós já fazemos parte desse sindicato. Alguns da oposição já fazem parte. São pessoas que não estavam antes. Eu, Baianinho lá de Barra Mansa, o Carlinhos, Gilberto, Marcelo Felício. São alguns que são parte da chapa em 86. Ganhou com 90% dos votos, entendeu? E aí o Juarez se elege a deputado constituinte, em função da notoriedade, do trabalho que fazia no sindicato.<sup>236</sup>

As greves de 1987 e 1988, serviriam de pano de fundo para o acirramento da disputa interna. Vagner Barcelos e demais representantes da Igreja; Marcelo Felício, vice escolhido por Juarez; e Luiz Albano ganhariam grande projeção, sobretudo na greve de novembro de 1988. Ainda que estivesse de certa forma num “segundo nível” dessa disputa, Luiz Rodrigues teria um papel bastante relevante no movimento de 1988, sobretudo fora do sindicato, na articulação da luta operária com os movimentos sociais de Volta Redonda e na chamada Frente Popular Sindical. Depoimentos de ativistas na época próximos a Luizinho e outras fontes chegam a atribuir a ele a concepção e parte significativa da organização do “Abraço à CSN”<sup>237</sup>, ato em repúdio à intervenção militar e à privatização da CSN realizado em 21 de novembro de 1988.

No sábado, numa das reuniões diárias da Frente Popular e Sindical, Luizinho, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, levou a proposta de se realizar um abraço à usina. Mais tarde, na assembléia, a proposta foi aprovada. Nós achávamos que não ia ser fácil fechar o abraço, já que a usina tem 12 km de perímetro. (VEIGA e FONSECA, 1990:197)

Falando sobre o mesmo episódio, Marlene Fernandes confirma o papel de mediador desempenhado por Luizinho, destacando também algumas características de sua liderança.

...quem fazia a relação do sindicato com o movimento popular era ele, ele era o interlocutor da Igreja. Tanto é que aquela manifestação de abraço à CSN, ele foi fundamental naquilo, ele que articulou a Igreja e o tal do movimento popular. Então, é uma figura organizativa e não é uma figura de grande discurso diante das massas não, mas importante, sempre foi importante.<sup>238</sup>

Apesar desse trabalho, Luizinho permanecia como uma liderança de “segunda ordem” diante do difícil processo de sucessão que se inaugura com a morte de Juarez Antunes. Desde as disputas que antecederam o pleito de 1989, o militante manteve-se filiado ao grupo tido como mais próximo a Juarez, o que significava apoiar Marcelo Felício contra Vagner e a Igreja, mas também não contar com o poder político-sindical do amigo Albano.

---

<sup>236</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>237</sup> Segundo GRACIOLLI (1997:156), esse ato público foi organizado pela Frente Popular Sindical de Volta Redonda, coordenada pelos militantes metalúrgicos Vanderlei, Vagner e Luizinho.

<sup>238</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

O Marcelo foi o cara que eu apoiei na plenária né. Porque era assim: o Juarez morreu e o Marcelo era o vice-presidente e ficou presidente, mas logo depois tinha uma eleição, logo depois. Então, nós fomos escolher quem seria o candidato a presidente. Tinha o Marcelo, o Albano e o Vagner. O Albano era independente e maluco; o Marcelo era independente, mas a gente estava organizado com bastante gente<sup>239</sup>; e o Vagner era do movimento da Igreja. Fomos para a assembléia na porta da CSN: – “vamos ver quem vai ser o presidente”. Aí, todos fecharam em apoiar o presidente [Marcelo], só que não deu certo... não deu certo.<sup>240</sup>

Vagner sagrou-se cabeça de chapa, mas conforme o acordo firmado entre os grupos concorrentes, retratado no item anterior, Luizinho fez jus a uma das seis indicações de cargos feitas por Marcelo Felício, mantendo-se como diretor e ativista do sindicato na chapa que conduziria à presidência do SMVR um militante diretamente ligado à Igreja Católica.

## 2.6. Conclusão

Esse capítulo retratou dois momentos da história política e econômica brasileira, sendo o primeiro compreendido pelo endurecimento e a posterior abertura da ditadura civil-militar (1964-1985) e o segundo ligado ao processo de redemocratização e ao governo do primeiro presidente civil após o período de exceção. Diante de uma confluência de fatores que diz respeito à situação política de resistência à ditadura e de retorno à democracia, percebemos a reorganização de partidos políticos, movimentos sociais e demais forças que se opunham ao regime. Entretanto, mesmo diante do enfraquecimento do poder militar, o recurso à força na repressão dos movimentos sociais, em especial às greves, manteve-se mesmo sob o governo civil de José Sarney.

Em ambos os momentos acima retratados, o sindicalismo brasileiro apresentou-se como um importante personagem. Por sua atuação local ou nacional, o movimento sindical ressurgiu como um importante instrumento político de contestação, seja de patrões ou governantes. Nesse contexto, o sindicalismo construído em torno da cidade-empresa ganha a influência de um momento particular que se estende ao movimento sindical brasileiro como um todo e que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo.

Apoiados na bibliografia sobre o tema, percebemos em Volta Redonda os reflexos do ambiente que se constituiu no plano nacional com a ascensão de uma nova geração de militantes que ocupou os sindicatos e utilizou a infra-estrutura garantida pela legislação sindical para ações de maior enfrentamento, contando também para isso com o suporte

---

<sup>239</sup> O entrevistado refere-se principalmente a aliados de Juarez Antunes, como Isaque Fonseca, Marlene Fernandes, Jessie Jane e Colombo Vieira de Sousa, entre outros.

<sup>240</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

político da Igreja Católica de orientação progressista (RODRIGUES, 1991). Contudo, também ressaltamos que esse movimento já nasceu “tenso”, isto é, apresentava uma série de divisões internas desde sua origem, sobretudo aquelas relacionadas às diferentes reivindicações ou concepções da chamada esquerda. Na virada dos anos 1970 para os 1980, esses grupos, entretanto, apresentavam-se unidos em diferentes arranjos políticos em nome da redemocratização, da reorganização dos partidos políticos (PT, PDT, PCs etc.) e da criação das centrais sindicais.

Em Volta Redonda, a face local da repressão e do autoritarismo – intervenção nos sindicatos e prisão de lideranças (1964), fixação de militares na cidade operária (1966), atribuição de Município de Interesse de Segurança Nacional (1973-1985) – fez com que as “vozes locais” que antes se articulavam em oposição ao poder da Companhia passassem a também se associar à luta contra o regime e pela democracia.

Nesse movimento, a Igreja Católica de orientação progressista teve um papel de articulador central: ora pela presença de D. Waldyr Calheiros na linha de frente do conflito com a Companhia e os militares, ora pelo apoio em termos de estrutura e legitimidade institucional cedido ao movimento social, que vale dizer, nem sempre se encontrava sob o estrito controle da Igreja. De qualquer forma, temos de destacar a figura do “Bispo de Volta Redonda” como um dos principais mediadores espaciais, no sentido dado por SAVAGE (2004), que traduzia as questões nacionais em significados locais (como os baixos salários, a falta de emprego, moradia, saneamento etc.) ao mesmo tempo em que seu confronto com a Companhia, então gerida pelo poder militar, ganhava o cenário nacional de questionamento do regime (como nos episódios dos “7 pecados” e da “prisão” do bispo).

Na reconstrução do momento de ascensão da Oposição Sindical em Volta Redonda, também levamos em conta o momento de expansão da produção e modernização da usina que redundou em mudança das formas de recrutamento e aumento da subcontratação, dividindo os trabalhadores entre funções “estratégicas” e “periféricas”. O “despotismo das chefias” e as péssimas condições de trabalho tornaram-se as principais “fontes de conflito” (MANGABEIRA, 1992), contra as quais um sindicato tido como “assistencialista” e vinculado à Companhia se mantinha inoperante. Associado a demissão ou aposentadoria de operários mais antigos, esse processo contribuiu para o surgimento de uma nova geração de operários no interior da usina e de novas lideranças e demandas para o sindicalismo da cidade-empresa (MOREL e PESSANHA, 2001).

No início dos anos 1980, os militantes ligados à Igreja Católica passaram a dividir espaço com Juarez Antunes. A partir de então, o sindicalismo de Volta Redonda veria a

construção de uma liderança capaz de unir trabalhadores “novos” e “antigos”, “estratégicos” e “periféricos”, além das diferentes forças políticas que se rearticulavam na cidade, no que se chamou de Oposição Sindical. Mais do que por seu carisma pessoal, Juarez Antunes se destacava como uma síntese da relação de “amor” e “ódio” entre os trabalhadores e a CSN. Da mesma forma, a liderança de Juarez unia militantes “independentes”, “radicais” e “católicos”. Já a ascensão da Oposição Sindical no contexto dos anos 1980 e da criação da CUT também conferiu ao sindicalista e ao SMVR um papel de “mediador” político e espacial semelhante ao desempenhado anteriormente por D. Waldyr Calheiros e a Igreja Católica.

Com a criação da CUT (1983) e a projeção do sindicalismo de Volta Redonda com as greves a partir de 1984, não só Juarez, mas outros militantes do SMVR entraram em permanente contato com sindicalistas e demais militantes atuantes em outras regiões do país. No interior do SMVR e do movimento social de Volta Redonda, esse momento do sindicalismo e da política nacional também foi experimentado como um período de constantes disputas e divergências. Não foram poucas as vezes em que o recurso a instâncias e relações externas (das locais às nacionais) foi utilizado para a expressão das disputas entre as lideranças do SMVR. Filiações a diferentes correntes no interior da CUT, bem como a migração entre as siglas PT e PDT apresentavam-se ao mesmo tempo como combustível para a luta interna e oportunidades para projetos políticos e pessoais. Vale lembrar que esse era um momento em que, no plano nacional o retorno à democracia possibilitava a construção de diferentes projetos de sociedade, ainda que estivessem, de uma ou outra forma, relacionados ao campo político da esquerda.

Ao passo que militantes dissidentes são rotulados de “radicais”, “inconseqüentes” ou mesmo de “pelegos” e “assistencialistas” e expulsos do sindicato, Juarez Antunes consolida seu poder ao se associar a importantes lideranças metalúrgicas (Luiz Albano), católicas (Vagner Barcelos) e demais militantes que dentro e fora de Volta Redonda já atuavam na organização dos trabalhadores (Marlene Fernandes, João Nery Campanário, Jessie Jane e Colombo Vieira de Sousa, entre outros). Contornadas algumas questões internas, o sindicalismo da cidade-empresa experimentou um momento de grande organização de suas bases no interior da Companhia e das demais fábricas da região.

Pesou também sobre essa ascensão do sindicalismo de Volta Redonda o contexto mais geral da segunda metade dos anos 1980. Os estudos sobre o período mostram que a orientação sindical mais conflitiva (expressa no número de greves) ganhava espaços sem precedentes. O vigor das greves observado no setor privado no início dos anos 1980 seria transferido para o setor público na segunda metade da mesma década (NORONHA, 1991). Quadro esse

respondido com repressão policial e militar, com destaque para a presença do Exército nos movimentos ocorridos nas empresas estatais.

Diante da indefinição política e do quadro de hiperinflação que acompanharam boa parte do governo Sarney, questões econômicas foram convertidas em ganhos e perdas eleitorais. Em face dos sucessivos planos econômicos, o sindicalismo assumiu a dinâmica de ação apontada por CARDOSO (2003). Na queda de braços entre governo e sindicatos descrita pelo autor, estava em jogo não apenas o sucesso ou fracasso de planos econômicos ou das reivindicações de reposição salarial, mas também eram visados os possíveis impactos sobre o processo eleitoral. Fato bastante noticiado nos casos da vitória majoritária do PMDB em meio ao Plano Cruzado (1986) e do desempenho da esquerda (PT e PDT) em importantes capitais do país em meio à greve de 1988 na CSN.

Lançando mão mais uma vez das trajetórias pessoais, bem como dos sucessivos “rachas” ocorridos nos anos 1980, colocamos em destaque a constante tensão entre as lideranças do SMVR. O intuito foi o de relativizar o poder de influência de ideologias e concepções político-sindicais sobre a ação dos militantes de Volta Redonda nesse período. Dissidências, grupos minoritários, orientações político-ideológicas, “assistencialismo” etc. também foram entendidos como oportunidades apresentadas aos trabalhadores militantes e de cujo sucesso (ou fracasso) dependeu sua sobrevivência sindical, política ou mesmo material.

No caso de Luiz de Oliveira Rodrigues, a atuação no movimento social apresentou-se muito mais do que uma “forma de entrar na sociedade”. Como outros militantes políticos surgidos do encontro entre Igreja e periferia, Luizinho teve uma formação política que o credenciou a fazer parte da Oposição Sindical. É interessante notar que no momento em que sua trajetória cruza com a liderança de Juarez Antunes, o então militante da Pastoral Operária tem sua primeira ruptura com os setores hegemônicos do movimento ligado à Igreja (ACO e família Barcelos de Souza). Antes mesmo do apoio à Chapa 5, a aproximação com Juarez, mais do que uma perspectiva de carreira sindical ou opção ideológica, já representava para Luizinho o emprego na CSN, fator relevante para sua condição de arrimo de família. Uma vez no SMVR, entretanto, os caminhos da esquerda “radical”, ou do trabalho junto à base de trabalhadores, mostraram-se como uma alternativa ao poder de Juarez Antunes. Mas o fracassado “racha” da greve de 1984 e a consolidação da liderança de Juarez Antunes deixaram aos dissidentes apenas o isolamento político e risco de demissão pela Companhia. Luizinho, entretanto, seja pelos laços pessoais com Luiz Albano ou pela necessidade de sobrevivência (manutenção do salário de diretor), ou por ambos, não deixaria escapar-lhe a possibilidade de retorno ao sindicato, ainda que numa posição subordinada, aquela que, vale

dizer, foi reservada a um militante tido como “traidor” tanto pela Igreja quanto por Juarez, sem falar em seus ex-companheiros dissidentes.

De um modo geral, procuramos mostrar que o contexto da redemocratização do país fez surgir projetos alternativos de sociedade, que em Volta Redonda influenciaram a trajetória do tipo de sindicato construído naquela cidade-empresa. De modo quase que contraditório, o fenômeno democrático fez revelar divergências internas que se encontravam submersas em face da resistência a um conjunto de inimigos: o regime autoritário, a Companhia ou mesmo o presidente do SMVR, Waldemar Lustoza.

Sugerimos também que a chave para o entendimento da ação sindical no período coberto por esse capítulo, ou mais precisamente, a análise de sua tensão interna (posicionamento, ações, acordos, conflitos), deve ser buscada tanto nas “oportunidades” (internas e externas) quanto nas “ideologias” (da mesma forma “internas” ou “externas”) abertas aos participantes do projeto inaugurado pela Oposição Sindical e pela conquista do SMVR em 1983. Mesmo que tenham se unido em nome da oposição à ditadura e ao “despotismo” da Companhia, esse conjunto de forças políticas e projetos pessoais mostraram uma série de distinções e conflitos em seu interior, fato que se agravaria na virada para os anos 1990, período que será abordado no próximo capítulo.



### 3

#### **Todos à privatização (1989-93)**

*O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, DECRETA:*

*Art. 1º Ficam incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, para os fins da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, as empresas:*

*I - Companhia Siderúrgica Nacional - CSN;*

*II - Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA;*

*III - Aço Minas Gerais S.A. - Açominas;*

*IV - Companhia Nacional de Álcalis - CNA.*

**Decreto Nº. 426, de 16 de janeiro de 1992**

O contexto internacional da transição entre os anos 1980 e 1990, ou o período de ascensão do chamado neoliberalismo e crise das ideologias socialista e comunista, será o cenário em que desenvolveremos esse capítulo cujo objetivo é reconstruir o ambiente em que se deu o processo de “saneamento” e venda da Companhia Siderúrgica Nacional, enfocando alguns dos principais atores envolvidos.

No plano nacional, abordaremos brevemente a difusão do ideário e das políticas pró-mercado durante o governo de Fernando Collor de Mello para tratarmos em seguida do processo de privatização, em especial do setor siderúrgico, enfocando mudanças e continuidades durante os governos Collor e Itamar Franco.

Em seguida, discutiremos os impactos dessa transformação do ambiente político, econômico e ideológico na ação sindical. Abordaremos a relação entre o surgimento das centrais sindicais CUT e Força Sindical e os diferentes contextos dos anos 1980 e 1990 em que, respectivamente, tiveram suas origens. Ainda que brevemente, o contexto dos anos 1990 também será utilizado para polemizarmos na discussão dos “modelos” e “momentos” do sindicalismo brasileiro.

Sem deixar de considerar essa conjuntura sindical mais ampla, observaremos como a polarização entre CUT e Força Sindical em Volta Redonda esteve relacionada a uma fragmentação interna do SMVR. Pesou sobremaneira sobre essa divisão um conflito entre

lideranças que ganharam projeção nos anos 1980, bem como os processos de reestruturação e privatização observados na CSN no início dos anos 1990.

As transformações experimentadas pelo sindicalismo da cidade-empresa nos anos 1990 serão objeto de análise, assim como um conjunto de atores – locais, regionais ou nacionais – envolvidos na campanha pró-privatização. Ainda que a empresa mantenha seu papel de protagonista, trataremos também do surgimento de outros personagens que juntamente com as lideranças do SMVR entrarão na disputa pela “socialização” não só das “oportunidades”, mas também da “responsabilidade” pela venda da Companhia.

Ao final, lançaremos mão desse ambiente de mudança político-econômica, privatização e disputas políticas sindical e local para o entendimento da ascensão do grupo de sindicalistas que conquistou o poder no SMVR em 1992. O surgimento e a consolidação do Formigueiro serão abordados com ênfase na trajetória de seus líderes Luiz Antônio Vieira Albano e Luiz de Oliveira Rodrigues.

### 3.1. Governos Collor e Itamar: ‘Novos’ Liberais, privatização e setor siderúrgico

*Anos 50, um momento de grandes mudanças na nossa história e de muitas realizações. A presença do Estado foi fundamental para lançar as bases do Brasil moderno, implantar o nosso parque industrial e levar o país a grandes conquistas. Um tempo de muitas emoções para os brasileiros.*

*Anos 90, um momento de grandes mudanças na nossa história. A saída do Estado consolida as bases do Brasil competitivo que quer viver de novo aquelas emoções. A privatização é o passo natural da história.*  
**“Campanha do Elefante” – BNDES (1992)**

Ao final dos anos 1980, o desmonte do bloco soviético ampliaria o espaço para as correntes chamadas neoliberais na economia e na política já em plena atividade na Europa Central e nos Estados Unidos. Em paralelo às mudanças no campo político-ideológico, o panorama econômico de desregulamentação e internacionalização das finanças dos chamados mercados emergentes proporcionou a incorporação de novos atores à dinâmica global, com destaque para países da América Latina, Ásia e ex-socialistas (FIORI, 1997).

As chamadas “reformas de mercado” começaram a pautar as negociações de empréstimos junto a organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Ainda que na prática não constituísse uma condição *sine qua non* para a celebração de acordos ou liberação de recursos negociados, tal paradigma se tornou um *importante instrumento de persuasão das elites técnicas* (ALMEIDA, 1999).

Por esses e por outros motivos cuja discussão extrapola os objetivos desta tese, o tipo de inserção que países como o Brasil tiveram nessa nova ordem global influenciou sobremaneira para a redefinição de papéis desempenhados pelos setores público e privado na produção de bens e serviços.

Já ao final dos anos 80 uma drástica mudança havia ocorrido. Envolvidos em um ambiente recessivo, com a interrupção dos fluxos externos de financiamento, abundantes no período anterior, os governos dos países em desenvolvimento passaram a formular e implementar políticas de cunho mais ortodoxo. O objetivo era controlar o déficit público e a inflação, ao tempo em que se buscava meios de fazer frente ao pagamento das dívidas assumidas junto às instituições financeiras internacionais. Uma drástica mudança na estratégia de desenvolvimento também se operava: empresas estatais passaram a ser vendidas, barreiras tarifárias eliminadas e empresas estrangeiras cortejadas, como forma de se ter acesso a capitais

e mercados, em uma tendência que foi reforçada e acelerada nos anos 90. (VELASCO JR, 1997:46-47)

Paralelamente ao processo de transformação econômica, em 15 de novembro de 1989, os brasileiros voltavam às urnas para eleger um presidente depois de passados 29 anos desde a realização de um pleito direto para o cargo. Na eleição, levada ao segundo turno, sagrou-se vencedor o ex-governador de Alagoas, Fernando Affonso Collor de Mello, sobre o ex-sindicalista e presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva.

O novo panorama da sociedade saída da transição democrática apresentara, assim, algumas novidades, muitos desafios e significativas demandas. As correntes que haviam combatido o regime autoritário enfatizaram o seu discurso na direção de uma retomada das conquistas passadas, sem se darem conta do novo cenário a exigir mais do que o retorno das liberdades democráticas. No vácuo surgido pela ausência de propostas mais adequadas ao momento, o eleitorado inclinou-se pelas críticas agressivas e inconseqüentes do jovem ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás”. (PENNA, 1999:321)

O autor citado caracteriza o contexto em que se deu a eleição “solteira” de 1989 como marcado por fatores que situavam o país no contexto do chamado neoliberalismo. Dentre os quais, são destacados a gradual mudança de atitude em relação ao protecionismo dos tempos do nacionalismo trabalhista e a hegemonia assumida pela mídia no âmbito da produção e difusão culturais (PENNA, *ibid.* p. 331-332).

Ainda que a adoção do sobrenome materno deixasse transparecer uma tentativa de associação simbólica com o avô Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Getúlio Vargas (1930-32), o governo de Fernando Collor (1990-1992) marcaria uma transformação sem precedentes do arranjo Estado-empresas-trabalhadores construído no país desde 1930. Inspirada na transformação político-econômica já em curso nos países centrais desde os anos 1980, a partir de Collor inaugurava-se no Brasil o que poderíamos chamar de a Década Neoliberal<sup>241</sup>, tomando emprestado o termo de CARDOSO (2003). Em 16 de março de 1990, dia seguinte a sua posse, o novo governo anuncia o *Plano Brasil Novo*, um pacote de medidas visando a estabilização econômica e o controle inflacionário. O “Plano Collor” como ficaria popularmente conhecido teve entre seus pilares de sustentação a abertura da economia,

---

<sup>241</sup> Ainda que possam ser consideradas como as primeiras respostas ao contexto internacional ao surgimento das demandas anti-estatistas internas (VELASCO JR, *op. cit.* p. 10), as iniciativas de privatização levadas a cabo pela Comissão Especial de Desestatização (1981-1984), do governo Figueiredo, pelo Conselho Interministerial de Privatização (1985-1988) e pelo Conselho Federal de Desestatização (1988-1989), no governo Sarney, produziram resultados concretos insignificantes. *Sob o último governo militar e a primeira administração democrática, a privatização restringiu-se à venda de empresas privadas que haviam passado ao controle do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e de pouquíssimas subsidiárias de empresas públicas. Nada se assemelhava a um programa amplo de alienação das grandes empresas do Estado.* (ALMEIDA, 1999)

sobretudo através da eliminação de barreiras tarifárias, e o processo de desestatização. Ainda que não obedecessem a critérios que pudessem ser considerados como parte de uma política industrial consistente e conseqüente (DIEESE, 2005), os desdobramentos do Plano Collor tornaram-se o ponto de partida para o perfil que a indústria brasileira assumiria ao longo dos anos 1990. Ao reduzir as alíquotas de importação, a política de “abertura” impôs a necessidade de reestruturação a grande parte do setor industrial, deixado de forma abrupta à competição direta do mercado internacional. A inclusão do Programa Nacional de Desestatização (PND)<sup>242</sup> entre as medidas do Plano Collor, deixa claro o caráter prioritário e imprescindível das privatizações devido a sua ligação direta com o projeto de reforma mais ampla da economia a ser implementado pelo governo.

O governo Collor (1990-1992) trouxe uma alteração rápida e dramática na maneira de tratar o tema da privatização. Ela tornou-se ingrediente importante de um programa de reformas econômicas de mercado, encaradas como indissociáveis da política de estabilização da moeda. As novas regras da privatização faziam parte do conjunto de medidas provisórias enviadas ao Congresso que instituiu o Plano Brasil, mais conhecido como "Plano Collor". Discutidas e aprovadas pelo Congresso elas deram origem à Lei nº 8.031/90 que criou o Programa Nacional de Desestatização – PND. A nova lei definia uma lista inicial de empresas públicas a serem vendidas, concedia ao Executivo a prerrogativa de incluir ou excluir empresas, estabelecia as regras para venda em leilão e transferia ao BNDES a administração do programa. Legislação complementar estabeleceu as moedas de privatização, permitindo a utilização de vários tipos de títulos públicos nos leilões de privatização. Na administração Collor foi iniciada a privatização das empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes. Sua renúncia não impediu a continuidade do programa, apesar da relutância do presidente Itamar Franco (1992-1994). (ALMEIDA, 1999)

O denominado Setor Produtivo Estatal (SPE) seria assim direta e imediatamente atingido pela política econômica governamental de cujo PND era parte. Com a “desestatização” pretendia-se:

- I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

---

<sup>242</sup> Criado pela Medida Provisória 155 de 15 de março de 1990 que, depois de modificada e votada pelo Congresso, deu origem à Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. Ainda que o Executivo tenha se beneficiado do recurso a Medidas Provisórias, forma mais favorável de aprovação de suas propostas, a definição das regras para a privatização dependeu de aprovação pelo Congresso Nacional. É importante notar que durante sua etapa “legislativa”, a privatização contou com a pressão sobre Executivo e Legislativo por parte de associações empresariais favoráveis à venda das empresas públicas ao passo que trabalhadores do setor público e sindicatos contrários à privatização estiveram ausentes, exceto no caso da emenda constitucional destinada a permitir a privatização dos monopólios estatais (ALMEIDA, 1999).

- V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.<sup>243</sup>

Ao mesmo tempo em que implantava a política de privatização, o governo alterou os padrões de gestão das empresas estatais, o que refletiu diretamente em suas políticas de recursos humanos. Em 1991, foram criados a Comissão de Controle das Empresas Estatais (CCE) e o Programa de Gestão das Empresas Estatais (PGEE)<sup>244</sup>, que tinham como objetivo, respectivamente, *compatibilizar decisões setoriais relativas às empresas estatais com a política macroeconômica e promover a eficiência e a competitividade das empresas estatais*. Na prática, isto representava uma estratégia claramente definida de “enxugamento” das empresas estatais a partir de corte de pessoal e salários, diminuição de benefícios sociais, ou “privilégios” segundo o discurso governamental, e a implantação de uma política mais rígida de negociação com os sindicatos. Em muitos casos, esse “pacote” também era assumido como forma de preparar as empresas deficitárias para a privatização.

O *status* privilegiado conferido à redução do Estado e às privatizações no governo Collor não se limitava às questões econômica e administrativa, mas também buscava apoio na imagem retórica de modernidade e juventude construída pelo candidato, mantida pelo Presidente e difundida pela propaganda institucional do governo. Nos anúncios veiculados na televisão entre 1991 e 1992, sob a chancela do PND e do BNDES, podemos perceber traços do estilo midiático imprimido por Collor, sendo que estendidos ao trato da questão das estatais<sup>245</sup>. Seguem algumas imagens de duas dessas peças publicitárias acompanhadas da transcrição na íntegra de suas mensagens.

---

<sup>243</sup> Lei Nº. 8.031, de 12 de abril de 1990.

<sup>244</sup> Criados respectivamente pelos decretos Nº. 31, de 1º de fevereiro de 1991, e Nº. 137, de 27 de maio de 1991.

<sup>245</sup> Para uma análise da sobre a propaganda institucional do governo contra a presença do Estado na economia e em defesa das privatizações, ver MATOS (2001).

Figura 6  
 “Campanha do Elefante” – 1991-1992

“ANOS 50”



*Anos 50...*

[música ao fundo: *A taça do mundo é nossa... com brasileiro, não há quem possa...*]

*...um momento de grandes mudanças na nossa história e de muitas realizações. A presença do Estado foi fundamental para lançar as bases do Brasil moderno, implantar o nosso parque industrial e levar o país a grandes conquistas. Um tempo de muitas emoções para os brasileiros.*

[música interrompida]

Na primeira parte do filme, relativa aos anos 1950, ao som de *A taça do mundo é nossa*<sup>246</sup>, um elefante passeia quase que com orgulho entre os grandes feitos do Estado àquela época, de Brasília a um pátio repleto de Fuscas, passando pela “Miss” Martha Rocha. Em seguida, manchetes de jornais seguem a contemplação: Volta Redonda, indústria automobilística e Petrobrás. Fechando o período, a imagem da Taça Jules Rimet, conquistada

<sup>246</sup> “A Taça do Mundo é Nossa” foi a canção composta por de Wagner Maugeri, Lauro Müller, Maugeri Sobrinho e Victor Dagô, em comemoração ao primeiro título mundial de futebol conquistado pela seleção brasileira, na copa da Suécia em 1958.

pela Seleção Brasileira de Futebol, não deixa dúvidas de que aquele foi um *tempo de muitas emoções para os brasileiros*. A seqüência é interrompida junto com a música de fundo, dando início à segunda parte. Em meio a prédios, carros e pedestres, o narrador entra em cena em um sóbrio terno, mas de aparência jovem. Em curtas palavras, e com o elefante ao fundo, ele anuncia os anos 1990 enquanto o pesado animal literalmente sai de cena. Em mensagens diretas ou subliminares, a promessa de modernidade e felicidade é reafirmada na medida em que o “peso” Estado é aliviado.

Figura 7  
 “Campanha do Elefante” – 1991-1992

“ANOS 90”



*Anos 90, um momento de grandes mudanças na nossa história. A saída do Estado consolida as bases do Brasil competitivo que quer viver de novo aquelas emoções. A privatização é o passo natural da história.*

FONTE: <http://50anos.bndes.gov.br/>. Grifos nossos.

Num outro filme da série, o governo acentua a agressividade mediante ironia, enfatizando a imagem do Estado “elefante”, grande, pesado e atrasado. Tendo como cenário uma repartição burocrática estilizada e como música de fundo um solo instrumental em tom jocoso de *um elefante incomoda muita gente...*, o mesmo personagem é surpreendido pela



presença do “elefante”. O “moderno” burocrata segue com os esclarecimentos sobre os objetivos da “Desestatização”, reafirmando o seu caráter benéfico para a população. Ao final, quando o elefante se retira, ainda ouvimos o som de vidros sendo quebrados.

Figura 8  
“Campanha do Elefante” – 1991-1992

“QUE BICHO É ESSE?”



*Desestatização. Que bicho é esse?*  
[interrupção pelo elefante]  
*O Estado cresceu muito em áreas onde não devia mais atuar, ficou pesado. Desestatizar é reduzir o tamanho do Estado vendendo empresas para a iniciativa privada. Mais leve, o Estado pode oferecer a você saúde, educação, saneamento, habitação, segurança e justiça com mais qualidade. É... um Estado pesado incomoda muita gente.*  
[narrador] *Governo do Brasil, a prioridade é o cidadão.*

FONTE: <http://50anos.bndes.gov.br/>.

Vale recorrer à análise desse plano simbólico para percebermos o investimento realizado não só em prol da aceitação pública da privatização, mas na difusão de um ideário de que o *Estado pesado incomoda muita gente*, como forma de legitimar sua redução como necessária ao desenvolvimento econômico e, principalmente, à justiça social. Em ambos os filmes, a metáfora do “elefante” afirmava a privatização como *passo natural da história*, uma verdade incontestável, tornando “pesado”, “lento” e “atrasado” perante a opinião pública todo aquele que se insurgisse contra a “modernidade” proposta pelo Programa Nacional de Desestatização, ou seja, a venda das empresas estatais.

A definição do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pela Lei Nº. 8.031, como gestor do PND tornaria o quadro técnico desse organismo um ator político fundamental para a condução e formatação que o PND viria a ter. Em sua fase inicial o Programa destinou-se, na prática, à tentativa de redução do déficit orçamentário e da dívida pública governamentais. Entre 1990 e 1992, 18 empresas foram privatizadas em leilões públicos de ações em Bolsa de Valores. Como gestor do PND, o BNDES era responsável pela publicação dos editais de privatização, bem como pelo estabelecimento do preço mínimo das empresas, com base na avaliação de, pelo menos duas, empresas de auditoria independentes.

O setor siderúrgico, cuja transferência para o capital privado já se encontrava em curso desde o governo Sarney<sup>247</sup>, foi o primeiro a ser atingido por essa nova e mais expressiva etapa de privatizações<sup>248</sup>. A Usiminas (Usinas Siderúrgicas Minas Gerais) foi a primeira estatal a ser privatizada nessa etapa, em 24 de outubro de 1991. O setor siderúrgico e a empresa foram intencionalmente escolhidos para inaugurar o PND por reunir uma série de condições que iam ao encontro dos objetivos do Programa e de seus gestores.

A escolha da Usiminas – empresa lucrativa, atualizada tecnologicamente e de porte expressivo. obedeceu a uma lógica dupla. De um lado, fornecia credibilidade ao programa. [...] representava um corte com o passado, a busca de um capital de confiança no mundo dos negócios e um *leading case* de uma nova orientação política [...]. De outro lado, era a oportunidade de se rever o modelo de venda até então adotado, de bloco único, buscando-se superar a precariedade de apoio inerente ao modelo anterior. É claro que a Usiminas também reunia outras condições importantes. Primeiro, estando a Siderbrás em processo de liquidação, as resistências corporativas se reduziam à empresa em si, diferentemente das empresas dos setores petroquímico e de fertilizantes, que tinham a corporação Petrobras por trás. Segundo, era uma empresa em condições de ser privatizada, sem que fosse necessária uma reestruturação financeira prévia. (VELASCO JR, 1999:198)

A Usiminas na época da sua privatização atendia certamente ao interesse de construção de um modelo a ser seguido pelas demais empresas já incluídas no PND. Além disso, após o seu leilão a empresa permaneceu pelos anos seguintes como um caso exemplar de privatização a ser exposto e observado.

A formatação da estrutura do capital votante da Usiminas, após a sua venda, se revelou completamente diferente dos padrões até então vigentes no Brasil. Investidores com interesses, em princípio, divergentes, terminaram por se envolver em uma inédita formatação de

---

<sup>247</sup> As empresas estatais Cosin, Cimetal, Cofavi e Usiba, todas siderúrgicas estatais de pequeno e médio porte, foram privatizadas entre setembro de 1988 e outubro de 1989 (PAULA, 2002:86).

<sup>248</sup> Vale lembrar que a Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbrás), *holding* controladora das empresas siderúrgicas estatais, já havia sido extinta logo no início do governo Collor. Além da Siderbrás, a Medida Provisória Nº. 151, de 15 de março de 1990, versava sobre a extinção ou dissolução de mais 7 sociedades de economia mista controladas pelo governo, além de 3 empresas públicas, 8 fundações e 5 autarquias.

propriedade compartilhada. A venda da Usiminas abriu um novo tipo de horizonte: bancos, empresas privadas de setores diversos, funcionários e fundações previdenciárias das empresas vendidas, fundações de empresas estatais e privadas (em alguns casos, até mesmo estaduais) e empresas estatais passaram a perceber que a convivência, em uma empresa profissionalizada, a exemplo de algumas grandes corporações norte-americanas, não era impossível. Não eram mais imprescindíveis as figuras dos acionistas ou grupos controladores conhecedores do negócio, ou de investidores estratégicos, típicos das empresas brasileiras; verificava-se a dissociação entre a propriedade e a administração do negócio. (VELASCO JR, 1997:26)

Esse novo horizonte aberto pelos leilões acrescenta um outro elemento para a conquista de outros aliados pelo governo. Além de investidores em geral buscados no mercado, a participação dos trabalhadores, prevista pelo texto da Lei Nº. 8.031, ganhava uma forma concreta na extensão da “propriedade compartilhada” aos empregados das estatais. A partir da oferta de ações em condições especiais, o governo parte para uma ofensiva contra a resistência de trabalhadores e sindicatos. Posteriormente, outros segmentos, comumente ligados àqueles, também seriam conquistados a “compartilhar” das privatizações.

...a oposição ao programa foi golpeada em duas frentes. De um lado, obteve-se a participação dos funcionários das empresas nas desestatizações, diluindo a consistência da oposição dos sindicatos e, de uma certa maneira, dos segmentos de esquerda. Esta participação foi induzida, uma vez que tiveram acesso a uma participação de até 10% do capital votante, em condições privilegiadas (30% do preço mínimo de leilão, como regra geral). Aos funcionários foi, também, assegurada a participação no Conselho de Administração das empresas, independentemente da quantidade de ações que viessem a adquirir, passando, assim, a ter acesso, mesmo que de forma minoritária, a uma arena decisória sobre as questões das empresas. De outro lado, as participações da Companhia Vale do Rio Doce e a expressiva, e inesperada, participação das fundações de previdência estatais cumpriram um papel de atenuar as críticas dos segmentos estatistas. Com relação às fundações, apesar da intensa polêmica que cercou sua participação nas primeiras desestatizações (Usiminas e Mafersa), estas terminaram por se consolidar, ao longo do programa, como importantes parceiras dos investidores privados, nos desenhos dos controles acionários compartilhados. (VELASCO JR, *ibid.* p. 29)<sup>249</sup>

Uma vez que atraía os interesses de governos estaduais, empresas estatais, fundos de pensão e dos próprios empregados das empresas “privatizáveis”, o processo conseguia a adesão de diversos setores da sociedade, que seriam convidados a dividir possíveis benefícios, mas também arcar com o ônus da defesa da privatização, medida não tão aceita àquela época. Mesmo que o direito de compra e participação na gestão das estatais tenha sido garantido pela lei aos seus trabalhadores, há que se destacar também o papel fundamental do BNDES e de seus técnicos no trabalho de convencimento desses trabalhadores acerca das supostas

---

<sup>249</sup> A participação de trabalhadores e fundos de pensão coadunava-se com a perspectiva de um “capitalismo democrático”, defendido por setores estatistas e de esquerda à época. O mesmo autor lembra que a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) chegou a deter o maior percentual do controle da Acesita (15%), empresa privatizada em outubro de 1992, seguida pela participação dos empregados (12,4%) (VELASCO JR, 1999:200).

vantagens em participar dos leilões e de, conseqüentemente, apoiar o processo de privatização.

Apesar da presença dos trabalhadores ter sido vetada na Comissão Diretora [do PND], o BNDES manteve contatos freqüentes com os sindicatos e trabalhadores das empresas, ao longo do processo, de modo a viabilizá-lo com um mínimo de conflito.

O contato com os trabalhadores das empresas e sindicatos foi realizado nas próprias unidades produtivas e no BNDES. Nesses encontros, o banco divulgou o processo de privatização e incentivou a formação de Clubes de Investimento para a compra das ações pelos empregados, explicando como a compra de ações poderia ser realizada e suas vantagens. Além disso, o órgão criou programas de apoio aos empregados desligados em conseqüência da privatização e, em alguns casos, assegurou a participação dos empregados nos Conselhos de Administração das empresas.(FERRAZ, 2001:5)

Apesar de necessário, esse trabalho do BNDES e a adesão dos empregados das estatais não seriam suficientes para que fosse rompida a resistência às privatizações. O governo também atuaria no nível mais amplo da sociedade e da classe trabalhadora em conjunto com outros importantes aliados para fazer frente aos setores opostos à venda das estatais, como os partidos de esquerda e os sindicatos, em especial aqueles ligado à CUT. Mas para isso Collor já contava com o apoio, desde a campanha eleitoral, de um setor do sindicalismo brasileiro em ascensão naquele momento e, principalmente, reconhecidamente afinado com seu discurso “modernizante”: o chamado “sindicalismo de resultados”.

Desde a segunda metade dos anos 1980, seus principais expoentes, Luiz Antônio de Medeiros e Antônio Rogério Magri<sup>250</sup>, já vinham desenvolvendo uma interlocução com diferentes esferas de poder (Presidência da República, Congresso Nacional, burocracia estatal etc.) como forma de fortalecimento de seu poder no mercado sindical (CARDOSO, 2003 e 1999)<sup>251</sup>. Em troca desse apoio, Magri foi nomeado Ministro do Trabalho de Collor. Já Medeiros contaria com esse laço para a estruturação de seu projeto político-sindical: a Força Sindical, criada em 10 de março de 1991<sup>252</sup>.

---

<sup>250</sup> Respectivamente presidentes na época do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1987-1997) e do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (1978-1990), ambos filiados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (ver nota sobre CGTs no item 2.2).

<sup>251</sup> A aproximação de Medeiros e Magri com o poder remonta aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte quando os mesmos rompem com os demais sindicalistas e os partidos de esquerda, passando a negociar a legislação sindical com o chamado “centrão”. Já no governo Sarney, também seria notória a oposição ao sindicalismo cutista quando da participação de Medeiros e Magri nas tentativas de pacto propostas pelo presidente. Em grande parte por essa proximidade, em 6 de agosto de 1988, Medeiros teria o pedido de registro da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) oficialmente reconhecido por um decreto do próprio presidente Sarney, o que segundo a legislação seria atribuição do Ministério do Trabalho (CARDOSO, 1999:186).

<sup>252</sup> GIANNOTTI (2002:83) destaca a importância dessa relação afinada com o Ministério do Trabalho para a expansão da recém-criada Força Sindical. *De 1990 a 1992, o Ministério do Trabalho concedeu treze cartas sindicais a entidades vinculadas à CUT, contra 132 sindicatos sintonizados com o sindicalismo de resultados.*

Antes de comentar a participação das centrais e outras entidades sindicais no processo de privatização, gostaria de adotar a sugestão de ALMEIDA (1999) de que a “política da privatização” ocorreu em dois planos: o primeiro, no qual foram definidas as regras do jogo (as relações entre Executivo e Congresso) e o segundo, onde se efetuou a venda das empresas (os leilões). Partindo desse ponto, podemos perceber que, diferente dos grupos de interesse favoráveis à venda das estatais que participaram ativamente da fase “legislativa” do processo de privatização, a ação dos sindicatos só se daria depois de iniciado o jogo e definidas as suas regras, em geral com manifestações públicas nos leilões<sup>253</sup> ou contestando procedimentos, como edital, avaliações etc.

As batalhas contra a privatização começaram no momento seguinte, quando o programa foi posto em andamento. A oposição incluía partidos políticos de esquerda, trabalhadores de empresas estatais e sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores – CUT. Os sindicatos leais à Força Sindical apoiaram a privatização, especialmente depois que a Lei nº 8.031 garantiu aos trabalhadores e empregados nas empresas estatais uma porcentagem das ações leiloadas. A oposição adotou duas estratégias para bloquear os leilões de privatização: protestos públicos e recursos judiciais. Manifestações de rua, às vezes violentas, nas imediações do edifício da Bolsa de Valores onde as vendas se realizavam, ocorreram em quase todos os leilões. Embora importantes como demonstração de descontentamento, jamais conseguiram impedir uma privatização. (ALMEIDA, *ibid.*)

Mesmo com todo o conturbado processo que levaria Collor à renúncia e com a posse de Itamar Franco, ideologicamente não tão identificado com as políticas liberalizantes, o processo de privatização não foi interrompido. Pelo contrário, o PND seguiu sua linha original, mantendo quase que exatamente a lista de empresas privatizáveis, as regras e o cronograma inicial<sup>254</sup>, mesmo que a oposição política e sindical à privatização ganhasse um novo fôlego com a saída de Collor. De qualquer forma, além das manifestações públicas, o recurso ao judiciário continuou a se apresentar como principal, senão única, estratégia de obstrução da venda das estatais.

---

<sup>253</sup> Para barrar a política de privatizações do governo Collor, em sintonia com o FMI e o imperialismo, a CUT se associa à campanha contra a privatização da Usiminas. Para construir a mais ampla unidade e bloquear a privatização, a CUT adere à preparação de uma ampla manifestação de massa, de caráter nacional, em 24 de setembro, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde o governo pretende fazer o leilão da Usiminas, conforme convocação já feita pela Prefeitura de Ipatinga e outras entidades (Resoluções do 4º. CONCUR, 1991).

<sup>254</sup> Foram excluídas as empresas Nitrofértil, Cobra e Loydrás e incluída a Nuclep. Quanto às regras gerais, o governo Itamar introduziu apenas a necessidade de parte do pagamento ser feito em moeda corrente, em um percentual a ser definido caso a caso pelo governo, o que também interferia, ao final, na definição de preço mínimo a ser pago pelos compradores. Quanto ao cronograma, os leilões da CSN e da Ultrafértil, empresa de fertilizantes do grupo Petrobrás, marcados respectivamente para novembro de 1992 e fevereiro de 1993, foram suspensos por terem seus preços mínimos questionados. No caso da Ultrafértil, governo solicitou uma terceira avaliação, vale dizer conforme previa a legislação do PND. Não apresentando essa terceira avaliação grande diferença em relação às anteriores, a empresa foi privatizada em junho de 1993. Já o preço da CSN foi mantido e a Companhia vendida em abril de 1993 (cf. VELASCO JR, 1997).

A descentralização do sistema judicial e os vários instrumentos legais de recurso outorgados a organizações e aos cidadãos pela Constituição de 1988 alimentaram a convicção de que a ida à Justiça seria um meio promissor de deter a ação governamental. [...] Além disso, os partidos de oposição e os sindicatos também recorreram ao Supremo Tribunal Federal para revogar o PND, em 1991, alegando conflito com a Constituição. (ALMEIDA, 1999)

Seja para sindicatos e oposição, ou para o próprio presidente Itamar, em vista das regras já estabelecidas e do ambiente institucional em que se deu, a privatização das empresas estatais possibilitou a interferência quase que somente em sua fase final, os leilões. Para os trabalhadores e sindicatos, em especial, essa agenda favoreceu em muito os defensores das estratégias de participação, em detrimento das tentativas de contestação, adiamento etc., principalmente por se tratar de um processo já em avançado curso.

O governo Itamar frustrou aqueles que esperavam senão a suspensão do PND, pelo menos uma considerável revisão de suas diretrizes<sup>255</sup>. Durante seu mandato (1992-1994) mais 16 empresas foram vendidas, superando em muito os valores observados no governo Collor quanto ao patrimônio negociado. Também foi registrado um maior número de trabalhadores demitidos durante o processo, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 6  
Privatizações por mandato presidencial – 1981-1994

Mandato	Nº. de empresas	Total em US\$ milhões	Nº. de demitidos
João B. Figueiredo	20	188,51	4.864
José Sarney	18	548,30	22.707
Fernando Collor de Mello	18	3.397,80	43.469
Itamar Franco	16	11.800,00	50.157

FONTE: Almeida (1996:219), apud GARCIA (2004:113).

Essa nova etapa da privatização brasileira incluiu as empresas remanescentes do setor siderúrgicos, vale dizer as maiores, inclusive a Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo de todo um período da industrialização e das relações entre Estado, capital e trabalho no país. Em linhas gerais, o andamento dado ao PND durante o governo Itamar caracterizou-se (I) pela contestação pública e judicial dos leilões, que apesar de provocar a extensão dos processos por meses ou anos, não impediu um caso sequer; e (II) por uma divisão do controle acionário das empresas estatais, entre diferentes grupos de interesse e setores econômicos,

<sup>255</sup> Já no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a privatização não só seguiu seu curso como a aprovação de alterações na Lei nº. 8.031 e na Constituição de 1988 permitiu a extensão do programa aos setores produtivo e de serviços até então considerados monopólios estatais como gás e petróleo, eletricidade, telecomunicações e navegação de cabotagem.

fundamentada pela idéia de “administração compartilhada”. Essas duas características podem ser observadas nos processos relativos às empresas siderúrgicas tratado pela tabela abaixo.

Tabela 7  
Privatização da Siderurgia Brasileira – 1991-1993

Empresas	Capacidade e (milhões de ton.)	Data do Leilão	Ações na Justiça	Duração do processo (meses)	Nº. de compradores	Principais compradores em relação ao capital votante
Usiminas (MG)	4.200	10/1991	24	14	17.827	Bozano Simonsen (7,6%), Outros bancos (20,6%), CVRD (15%), Previ (15%), Outros Fundos de Pensão (11,1%), Distribuidores (4,4%)
Cosinor (PE)	100	11/1991	18	15	-	Gerdau
Piratini	236	02/1992	4	18	1.106	Gerdau
CST	3.000	07/1992	0	23	6.086	Bozano Simonsen (25,4%), Unibanco (20%), CVRD (15%)
Acesita	850	10/1992	13	19	13.191	Previ (15%), Outros Fundos de Pensão (21,1%), Bancos (18,6%)
CSN	4.600	04/1993	26	15	30.504	Empregados (11,9), CVRD (9,4%), Vicunha (9,2%), Bamerindus (9,1%), Bradesco (7,7%), Outros Bancos (18,8%) e Fundos de Pensão (2,7%)
Cosipa	3.900	08/1993	3	19	13.682	Usiminas (49,7%), Bozano (12,4%), Distribuidores (12,4%)
Açominas	2.400	09/1993	3	20	5.281	Mendes Jr. (31,7%), Villares (6,2%), Bancos do Estado de Minas Gerais (7,4%), CVRD (5%)

FONTE: BNDES. Elaborado a partir de PAULA (2002) FERRAZ (2001) e BIONDI (1999).

A privatização e a possibilidade de “administração compartilhada” das estatais também se tornariam mais um dos elementos do debate sindical em voga nos anos 1990, realimentando as diferenças entre aquelas que se apresentavam como as duas principais concepções de sindicalismo do período, CUT e Força Sindical, como veremos no próximo item.

### 3.2. Sindicalismo e os anos 1990: Força Sindical e CUT

*A CUT é uma central sindical classista, democrática, autônoma, unitária, de massas e pela base. Fundamentada nessa concepção, fruto do acúmulo de experiências obtidas nas lutas e nos avanços teóricos de nossas resoluções, o desafio estratégico hoje consiste em avançar na consolidação da Central, articulando reivindicações imediatas com as de interesse histórico da classe trabalhadora. Assim a CUT, ao afirmar seu objetivo de superação do capitalismo e pelo socialismo, assume o papel estratégico de agente fundamental na construção de um projeto de sociedade democrática, organizando autônoma e independentemente os trabalhadores, condição sine qua non para se chegar ao socialismo.*

**Resoluções do 4º. Congresso Nacional da CUT**  
Setembro de 1991

*...o objetivo do partido é o poder político, e o do sindicato é a redivisão de renda, melhores condições de trabalho, garantia no emprego, redução da jornada de trabalho, e vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível. O sindicato deve trabalhar com todos os partidos políticos [...] Eu tenho que ser pragmático, ter autonomia em relação à Igreja, ao Estado, ao patronato e aos partidos políticos [...] As pessoas podem ser socialistas, vender um projeto socialista, mas não como sindicato.*

**Luiz Antônio de Medeiros**

(*Jornal da Tarde*, 27/04/1988. apud CARDOSO, 1999:46)

Como indicamos no item anterior, a realidade política e econômica da década de 1990 trouxe um conjunto de transformações para o mercado de trabalho que tornaria no mínimo problemática a ação do sindicalismo brasileiro. Independentemente das escolhas políticas dos governos instaurados com a redemocratização, havia em curso, e em escala mundial, um processo de transformação dos setores industrial e de serviços, alimentado pela difusão do que ficaria conhecido como empresas “enxutas”, “flexíveis” e organizadas “em rede” (PIORE e SABEL, 1984; WOMACK, JONES e ROOS, 1992; CORIAT, 1994; HARVEY, 1992; CASTELLS 1999, entre outros)<sup>256</sup>. A formação de cadeias produtivas espacialmente dispersas atinge os trabalhadores de forma quantitativa e qualitativa, ou seja, em sua segurança e identidade.

<sup>256</sup> Para o impacto dessas transformações sobre o “mundo do trabalho” levando em conta as especificidades do caso brasileiro, ver HIRATA (1993), MARTINS e RAMALHO (1994), CASTRO (1995), ARBIX e ZILBOVICIUS (1997), entre outros.



Se o chamado fenômeno da globalização pode representar, para muitas empresas, um alto ganho de produtividade e, por extensão, aumento da competitividade de seus produtos, levando, normalmente, a uma redução significativa do emprego entre os próprios trabalhadores, rompendo, na prática, com a unidade de interesse destes e levando a uma fragmentação sem precedentes (JÁCOME RODRIGUES, 1999:83-84).

Essa atmosfera de fragmentação da classe trabalhadora e de perda de postos de trabalho contrasta com o Novo Sindicalismo ou, mais precisamente, com o momento anterior do sindicalismo brasileiro iniciado pelas greves dos metalúrgicos do ABC paulista de 1978 e 1979, cujos desdobramentos se ampliaram para todo movimento sindical brasileiro durante nos anos 1980. Quase 20 anos depois, as práticas ligadas à tradição sindical que se constituiu no ambiente de lutas pela redemocratização do país dos anos 1970 e 1980 seriam no mínimo problematizadas, senão revistas, diante dos dilemas colocados pela década de 1990.

O movimento sindical passa pelas dificuldades de lidar com situações de trabalho frente as quais políticas e estratégias de ação sindical parecem impotentes e incapazes de deter a destruição de direitos e se relacionar com uma força de trabalho de características diversas daquelas encontradas no pátio das grandes empresas (RAMALHO, 1999:24. apud JÁCOME RODRIGUES, op. cit. p. 90-91)

Além da necessidade de mudança observada pelos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ou mesmo antes que estas transformações fossem percebidas nos domínios dessa central, outro movimento costuma ser apontado pela bibliografia como um efeito mais visível da conjuntura dos anos 1990 sobre a ação sindical. Trata-se da consolidação da proposta do “Sindicalismo de Resultados” com o surgimento da Força Sindical no cenário do sindicalismo brasileiro.

A Força Sindical (doravante FS) foi criada em 1991 por um grupo de sindicalistas reunidos em torno das idéias de Luiz Antônio de Medeiros, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP). O trabalho de RODRIGUES e CARDOSO (1993) apresenta um quadro geral das orientações políticas, ideológicas e práticas compartilhadas pelos sindicalistas fundadores desta central. Desde seu surgimento, a FS marcava sua posição no campo sindical como uma alternativa às entidades intersindicais existentes, como as duas CGTs<sup>257</sup>, mas, principalmente, apresentando-se como portadora de uma perspectiva de ação diretamente contrária às propostas da CUT<sup>258</sup>. Seguindo a orientação de tal pesquisa, podemos

---

<sup>257</sup> Tratam-se nessa época da Confederação Geral do Trabalho, presidida por Magri, e da Central Geral dos Trabalhadores, comandada por Joaquim dos Santos Andrade (Cf. nota sobre CGTs no item 2.2). Nos anos 1990, ambas as entidades seriam enfraquecidas pela migração de grande parte dos sindicatos de suas bases para a FS, no caso da Confederação, e para a CUT, no caso Central (RODRIGUES, 1991:39).

<sup>258</sup> RODRIGUES e CARDOSO (op. cit.) baseiam suas análises numa pesquisa de perfil de delegados e dirigentes sindicais que participaram do congresso de fundação da FS, realizado entre 8 e 10 de março de 1991, na cidade

traçar um primeiro quadro comparativo entre CUT e FS tomando por base a virada para os anos 1990.

Quanto à *composição sócio-profissional*, a CUT seria mais heterogênea, congregando desde trabalhadores rurais com renda e escolaridade baixas, bem como assalariados com rendimentos intermediários e escolaridade elevada. Já a imensa maioria dos representados pela FS estaria entre os trabalhadores urbanos do setor privado, em especial nos ramos industrial e de comércio. Contudo, a principal causa da diferença, do ponto de vista dos autores, entre os programas e as formas de ação das duas centrais, ou mesmo as principais divergências entre suas orientações, seria atribuída a uma grande influência das *circunstâncias político-institucionais, econômicas e ideológicas* em que tiveram o seu surgimento.

Conforme já tratamos anteriormente (item 2.2), quanto ao ambiente *político*, a criação da CUT refletiu a resistência de parcela significativa da sociedade a um regime político militar-autoritário.

As condições políticas (mas também as econômicas e valorativas) eram bastante favoráveis ao desenvolvimento de um sindicalismo de confronto, fundado nas concepções de luta de classe, na idéia de um conflito irreversível entre o capital e o trabalho, em que os termos “entendimento”, “cooperação” e “participação” soavam como traição à classe trabalhadora. (RODRIGUES e CARDOSO, 1993:156)

O controle do Estado pelas forças armadas teria feito com que as classes assalariadas, mesmo que partícipes do desenvolvimento econômico registrado na década de 1970, não tivessem um maior reconhecimento como atores sociais a não ser pelo conflito. Na base da proposta cutista esteve assim uma luta mais ampla pela democracia, cujo horizonte no longo prazo seria o socialismo. Por outro lado, a FS nasce em um ambiente político de maior abertura. O processo de redemocratização já contava com as garantias discutidas durante a Assembléia Nacional Constituinte e consolidadas pela Carta de 1988. Muitas das bandeiras políticas anteriores, senão conquistadas, ganharam o segundo plano ou mesmo entraram em declínio, assim como o “socialismo real”, dentro de um programa de lutas prioritárias para os trabalhadores.

Quanto à situação da *economia* e do *mercado de trabalho*, os anos 1970 e 1980, grosso modo, ao associarem o baixo nível de desemprego à escalada da inflação, favoreceram uma ação mais agressiva dos sindicatos. Este contexto significou para a atuação sindical uma

---

de São Paulo. Para o confronto com o modelo cutista, os autores utilizam-se de uma pesquisa semelhante (RODRIGUES, 1990) realizada em relação aos participantes do III CONCURT realizado em Belo Horizonte, entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988.

maior capacidade de mobilização dos trabalhadores para um enfrentamento com as empresas em torno da luta por reposição das perdas salariais. Já o panorama econômico que a FS encontrou foi o da recessão e do desemprego, juntamente com as mudanças no relacionamento das empresas com seus empregados, o que comprometeria a eficácia das táticas mais conflituosas de ação.

No plano *ideológico-sindical*, no início dos anos 1980, a contestação do “despotismo” nas fábricas e dos governos militares legitimava, se não plenamente, ainda com grande força, a democracia direta, as posições mais à esquerda e a identificação com o ideal de superação do capitalismo por uma sociedade mais justa, a socialista. Quando entra em cena a FS, quase uma década depois, as experiências do socialismo ou mesmo dos Estados do Bem-estar encontram-se no vigor de suas crises, o que fazia avançar as ideologias liberais. Isto constituiu um espaço para uma defesa sem precedentes no meio sindical de propostas ligadas ao liberalismo econômico e à democracia representativa, que de certo modo foram canalizadas pelo discurso da nova central, em oposição à democracia direta e, por extensão, à ação de massas.

Ao contrário da liderança de Lula, em fins dos anos 70, que assumiu certos traços carismáticos, a de Medeiros assemelha-se mais à do *boss* sindical norte-americano, chefe político e organizador hábil no controle da máquina sindical e pragmático nas negociações com o patronato e com as autoridades. Essas características da liderança de Medeiros parecem bem adequadas para uma central como a Força Sindical, nascida no pós-socialismo, com um fraco teor de ideologia, que não tem o fervor contestatório que cercou o nascimento da CUT e que coloca o diálogo e a negociação antes da greve. Em suma, uma liderança em consonância com o perfil que a central deseja consolidar e com a maioria dos sindicatos que acorreram ao congresso de fundação da Força Sindical (RODRIGUES e CARDOSO, 1993:164-165).

Ainda que esta tipologia tenha persistido nos anos seguintes, mormente de forma retórica, o próprio passar do tempo fez as distinções iniciais entre CUT e FS perderem muito de sua clareza ou mesmo consistência. O decorrer dos anos 1990 revelou como as estratégias dos sindicatos, inclusive aqueles filiados à CUT, teriam se modificado em função de uma dinâmica mais geral ligada às *transformações do mundo do trabalho* e do processo de *reestruturação produtiva*. Ao ser atingida por esse movimento, a base de representados passaria a reivindicar de seus líderes um abandono das práticas mais conflituosas, como as que marcaram o Novo Sindicalismo. A defesa do emprego tornar-se-ia urgente, assim como um maior *realismo* no que se refere às pautas de negociação. Como corolário disto, observamos uma acentuada diminuição da *ideologização* e da *politização* da prática sindical (JÁCOME RODRIGUES, 1999).

Em outras palavras, sem deixar de lado os temas mais gerais da agenda política, social e econômica, [a prática sindical] volta-se cada vez mais para aquelas questões que estão mais estritamente relacionadas com a organização e a gestão do trabalho no interior da empresa. Esse é, sem dúvida, o sentido mais geral dos acordos que têm sido negociados, por exemplo, nesta segunda metade dos anos 90 entre o sindicato dos metalúrgicos do ABC e as empresas desta região, em especial as indústrias automobilísticas.[...]

...essas mudanças, de algum modo, foram possíveis em face do processo de reestruturação industrial que trouxe para o centro da agenda sindical a questão do emprego. Este tema terminou por se transformar na raiz da estratégia sindical, nos dias de hoje, e também em um dos elementos mais importantes da crise por que passa a instituição sindical no mundo contemporâneo (JÁCOME RODRIGUES, 1999:90).

Se tomarmos o exemplo do autor, a Indústria Automobilística, os acordos da Câmara Setorial Automotiva de 1992 e 1993 já apontavam uma postura mais negociadora assumida pela CUT e pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC)<sup>259</sup>. A reestruturação por que passaram as montadoras sediadas naquela região fez o movimento conhecer uma grave crise devido às ameaças de demissões em larga escala ocorridas a partir de 1997. A campanha promovida pelo SMABC contra as demissões anunciadas pela *Volkswagen* naquele ano, como mostra a reportagem do jornal regional *Diário do Grande ABC*, é tão “simbólica” quanto reveladora da mudança profunda ocorrida no interior das preocupações do movimento sindical: onde se escrevia *democracia* em 1979, lia-se *emprego* em 1997.

A história se repete. Na manifestação de ontem, cuja concentração ocorreu no Paço Municipal de São Bernardo, os metalúrgicos escreveram com seus próprios corpos a palavra emprego. Essa foi a forma que a categoria encontrou para protestar contra as demissões que as montadoras da região estão premeditando.

Há pouco mais de 18 anos, mais precisamente no dia 23 de março de 1979, os trabalhadores utilizaram o mesmo espaço para protestar da mesma forma. Naquela época, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC se utilizava do estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, para realizar suas assembleias. Mas naquele março histórico os trabalhadores encontraram o estádio ocupado por policiais militares.

Com a sede do sindicato fechada pela ditadura, os metalúrgicos foram ao Paço Municipal e, num ato de protesto, decidiram escrever a palavra *democracia* também com os corpos. Porém a frase não foi concluída, uma vez que a polícia afastou os trabalhadores com bombas de gás e a violência só não alcançou proporções maiores graças a interferência do então prefeito, Tito Costa. (*Diário do Grande ABC*, 12/12/1997).

Tomando por base essa transição entre as “bandeiras” da *democracia* (e de salários), dos anos 1970 e 1980, e a do *emprego*, dos anos 1990, é importante destacarmos a aproximação indicada entre práticas e estratégias adotadas por CUT e FS ao longo dos anos. O contexto de redução de postos de trabalho e difusão de novas formas de gestão e produção, fez com que, mesmo entre os sindicatos organicamente ligados à CUT, práticas comuns à

---

<sup>259</sup> Para uma análise mais detalhada sobre a Câmara Setorial Automobilística e a atuação dos sindicatos neste fórum, ver ARBIX (1996 e 1997) e CARDOSO e COMIN (1995).

ação “combativa” dos sindicatos nos anos 1980, como organização no interior das empresas ou estabelecimento de relações com setores mais amplos da sociedade, perdessem espaço para as estratégias de manutenção e conquista de filiados. Ao longo da década de 1990, as ações ligadas à prestação de serviços, atividades de lazer etc. tiveram seu crescimento registrado entre as práticas sindicais cutistas (CARDOSO, 2003; RAMALHO e SANTANA, 2001a).

Por último, queremos reforçar que não defendemos aqui a idéia de uma simples e reificada contraposição entre os “modelos” CUT e FS. Em vez disso, buscamos dar um maior destaque a: I) os momentos e contextos em que essas duas concepções sindicais foram concebidas; e II) o clima de polarização em que se deram os primeiros anos de convivência, ou concorrência, entre as duas principais centrais sindicais atuantes no país nos últimos tempos. E foi exatamente nesse ambiente bipolar em que ocorreu grande parte do processo de privatização das empresas estatais, como indicamos no item 3.1.

Veremos no próximo item como o processo de formação dessa polarização entre CUT e FS em Volta Redonda teve origem em uma série de cisões no interior do SMVR, que também seriam sustentadas e redimensionadas pelo processo de reestruturação, ou “saneamento”, e posterior privatização da CSN.

### 3.3. A CUT sob mira: Volta Redonda, Vagner e Lima Netto

*Vagner Barcelos possuía um estilo totalmente diferente de Juarez Antunes. Não falava alto, possuía um discurso mais politizado [...] e raramente demonstrava nervosismo.*

*Com posições firmes e estudadas, sabia dialogar em alto nível nas mesas de negociação e usar a linguagem dos operários durante as assembléias da categoria.*

**FERREIRA (2005:220-221)**

*O trabalho foi continuando, mas aí vem a era Collor, vem o governo Collor também. Logo depois, nós tínhamos a eleição em julho, eu assumo dia 10 de setembro, acho que foi logo depois em 90 que o Collor assume. O sindicato rachado e o Collor assumindo. Rachado porque o Albano e o Luizinho não concordavam comigo, com o meu jeito de agir. O direito natural era deles...*

*O Marcelo e o Bartolomeu tentando ver pra que lado a diretoria do sindicato ia tender pra ver, pra ver que lado ficava. Mas na maioria das sessões votavam com a gente, votavam comigo...*

*O Marcelo não concordava muito com o Albano. Mesmo porque ele não podia concordar, porque já era uma grande liderança, né. Ele tinha disputado a presidência. Então ele também não podia ter simplesmente que se aliar, entendeu?*

**Vagner Barcelos**

*Cheguei a dar uma declaração no jornal assim: “ se quebrar a empresa, eu vou botar uma bandeirinha lá no alto, no topo do alto forno, dizendo assim: aqui jaz a CSN quebrada pela CUT”. Eu era agressivo, eu fui mesmo. Porque tinha que ser. Senão acabassem as greves não tinha saída pra essa empresa.*

**Roberto Procópio de Lima Netto**

Nas eleições sindicais realizadas em julho 1989, sagrou-se vencedora a Chapa 1, também chamada “Força Socialista”, encabeçada por Vagner Barcelos de Souza. Concorreram naquele pleito mais três chapas: a Chapa 2, apoiada pela CGT, que trazia como cabeça Martins Azevedo, mas que também integrava Luiz Lopes Neto e outros diretores afastados entre 1988 e 1989; a Chapa 3, formada por antigos diretores ligados a Waldemar Lustoza; e a Chapa 4, liderada por Carlos Alexandre Honorato, o “Cerezo”, também ligado à CUT, mais precisamente à corrente Causa Operária<sup>260</sup> (MANGABEIRA, 1993 e GRACIOLLI, 1999).

<sup>260</sup> Em 1989, Cerezo e outros militantes da corrente Luta Metalúrgica haviam aderido à congênere Causa Operária (CO), cujo nome formal seria Organização Quarta Internacional (OQI), onde permaneceram até 1994 (*Vanguarda Operária*, abril de 2000). Já os remanescentes da Convergência Socialista (CS) optam por apoiar a chapa de Vagner Barcelos (GRACIOLLI, 1999:68). Em certa medida, essa divergência no campo das correntes minoritárias e de orientação trotskista da CUT de Volta Redonda também foi alimentada, nos planos discursivo e

Ainda que na disputa com seus adversários “externos” Vagner tenha conquistado a marca impressionante de 12.792 votos, ou 85,42% dos votos válidos<sup>261</sup>, no interior da diretoria, o novo presidente teria sua atuação limitada pelo poder “de fato” assumido por Marcelo Felício e Luiz Albano, fato observado desde o processo de formação da Chapa 1 (cf. item 2.4).

Houve uma composição momentânea para não se perder a direção do sindicato, onde houve uma disputa, quem tivesse a melhor perspectiva é... na massa, sairia candidato a presidente, compondo com os outros, que eu achei um erro. Até disse na época pro Marcelo: “não participa disso, porque isso é uma balela”. E aí foi feita uma assembléia na porta da CSN, que não tinha operário. Só tinha gente de fora trazida pela Igreja. E aí votaram no, no Vagner. Quando votaram no Vagner, o Vagner saiu encabeçando a chapa compondo com o Marcelo e com o Albano. O Albano foi o que melhor apresentou perspectivas diante daquela eleição, ele disse o seguinte: “eu tô participando com o Vagner presidente e o Vagner nessa composição vai ser a Rainha da Inglaterra. Vai reinar, mas não vai governar”. E não governou mesmo não. O sindicato rachou todinho a partir daí. (risos). O maior racha que teve...<sup>262</sup>

Vagner Barcelos, ao apontar a fragilidade em que o sindicato era colocado em face do “racha” interno, também destaca como tal disputa foi alimentada pela percepção que os atores tinham das oportunidades abertas pela condição de líder máximo dos metalúrgicos. O poder político adquirido pelo sindicalismo em Volta Redonda, ou mesmo a trajetória política de Juarez Antunes, faziam constar dos projetos pessoais de muitos sindicalistas a carreira política, e por que não, a Prefeitura Municipal.

Na diretoria do sindicato, um grande racha. Aí foi difícil, foi muito difícil, foi a época mais difícil da minha vida. Porque era igual... mais ou menos parecido... a minha diretoria era diretoria parecida com a diretoria do Flamengo. Lá todo mundo acha que é presidente. [...] Ali cada um dali acha que é presidente. Um acha que é presidente, o outro ali... todos são presidentes. Cada um tem a melhor solução. E tava em disputa o próprio mandato, tava em disputa a hegemonia em Volta Redonda, quem é que vai ganhar a próxima eleição de Volta Redonda. Porque o Wanildo<sup>263</sup> tava acabado. Quem é que vai assumir o legado do Juarez, quem é que vai assumir o papel do Juarez. Essa era a história, entendeu?<sup>264</sup>

Como pano de fundo dessa disputa sindical e política, observava-se naquele momento a Companhia Siderúrgica Nacional no auge de sua crise administrativa e financeira, tendo sido constatada sua falência técnica, ou seja, sua dívida havia alcançado o mesmo volume do

---

prático, pelas diferentes posições tomadas pelas tendências homólogas do PT com relação à formação da “Frente Popular – PT/PSB” para as eleições gerais de 1989, onde CS se colocava a favor e CO contra tal coligação.

<sup>261</sup> Muitos sindicalistas de Volta Redonda até hoje ressaltam a vitória de Vagner por ter sido superada apenas pela marca obtida por Juarez Antunes em 1986 (16.598 votos ou 86,3%).

<sup>262</sup> João Nery Campanário, novembro de 2005.

<sup>263</sup> Wanildo de Carvalho, prefeito de Volta Redonda (1989-1992), vice e sucessor de Juarez Antunes no governo municipal.

<sup>264</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

capital da empresa (MANGABEIRA, 1993:213). Propostas de fechamento ou venda da Companhia já vinham sendo colocadas desde o governo Sarney. Contudo, foi com o início do governo de Fernando Collor e a implantação de seu projeto liberalizante de “reforma do Estado” que a privatização ganharia o *status* de prioridade. Diferente do que ocorreu com a Usiminas, o momento delicado vivido pela CSN impôs uma medida anterior, a mesma adotada em outras empresas estatais deficitárias: o chamado “saneamento”.

O processo de privatização permitiu o fortalecimento da siderurgia nacional, com importantes benefícios para as empresas, do ponto de vista comercial, administrativo e financeiro. Quanto aos aspectos financeiros, cabe ressaltar que o plano de saneamento foi importante para a recuperação dessas empresas, as quais sofreram alterações em suas estruturas de endividamento antes de serem transferidas ao setor privado. Salienta-se também que elas passaram a destinar ao mercado interno maior parcela da produção, a preços mais competitivos que os praticados nas exportações. Previamente à privatização, cessou o controle de preços<sup>265</sup>. (BNDES, 2001:5)

Em 18 de abril de 1990, o engenheiro Roberto Procópio de Lima Netto<sup>266</sup> assumia a presidência da CSN tendo como missão recuperar a empresa antes de sua venda ao capital privado. O Ministério da Infra-estrutura já havia elaborado um “Plano de Ação” que não deixa dúvida sobre a missão a ser cumprida pelo novo presidente da estatal. Segue o “plano” assim como o próprio Lima Netto o descreveu.

O Ministro Ozires Silva apresentara ao Presidente Collor uma Exposição de Motivos com um Plano de Ação para a CSN dividido em três etapas, que vou resumir a seguir:

*Etapa 1 (primeiros 30 dias) – Ações de Impacto*

Nesta etapa estava prevista a adoção de dez providências imediatas, sendo as principais:

- Demissão imediata de cerca de 4.000 empregados.
- Suspensão dos contratos com firmas prestadoras de serviço, objetivando reduzir até 2.000 empregados.
- Desativação da mina de carvão e do lavador de Capivari para venda posterior.
- Desativação da FEM – Fábrica de Estruturas Metálicas.
- Avaliação da mina minério de ferro de Casa de Pedra, visando à alienação.
- Revisão dos critérios para contratação da distribuição e transporte de produtos siderúrgicos.

---

<sup>265</sup> O setor siderúrgico como um todo também experimentou no mesmo período um processo de “liberalização” por parte do governo, cujas principais medidas foram a redução do controle sobre preços do aço e a diminuição das alíquotas de importação de produtos siderúrgicos e de tecnologia.

<sup>266</sup> Nascido em Belo Horizonte – MG, em 1940, Lima Netto formou-se engenheiro civil Universidade Federal Mineira (1962), possui mestrado em Engenharia Mecânica e Doutorado em Planejamento de Sistemas Econômicos ambos pela Stanford University. Atuou como diretor executivo em agências financeiras estatais nos anos 1970 e 80 como BNDES, FINAME e Investimentos Brasileiros S.A. (IBRASA). Como Diretor-superintendente desta última, foi coordenador e negociador de um grupo de executivos que se dedicavam a aquisição e recuperação de pequenas e médias empresas em dificuldades financeiras. Essas informações constam do Projeto de Resolução Nº 587/2000, de autoria do Deputado Albano Reis (PDT), que concedeu a Lima Netto o Título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro, aprovado em 23 de novembro de 2000. Nos últimos anos, entretanto, Lima Netto vinha atuando como executivo nas empresas do Grupo Monteiro Aranha.



*Etapa 2 (30 a 60 dias) – Equacionamento Financeiro*

Nessa etapa estavam previstas quatro medidas que resumirei a seguir:

- Obtenção de recursos no montante de 150 milhões de dólares, para cobrir os custos das indenizações trabalhistas e as duas primeiras folhas de pagamento.
- Viabilização da operação de *relending* de 600 milhões de dólares.
- Adequação do perfil da dívida, com sua renegociação.
- Negociação com o Sindicato visando a transformar parte do passivo trabalhista em participação acionária, conseguir acordo para maiores reduções de pessoal, além das anteriormente mencionadas e negociar futuras participações acionárias dos empregados com a capitalização de parte dos futuros aumentos de salário.

*Etapa 3 (médio prazo) – Plano de Recuperação*

Nessa etapa estava prevista a contratação de uma empresa de consultoria, para avaliar o trabalho realizado nos primeiros 90 dias. Estava também previsto o fechamento da empresa, caso ações propostas não tivessem sucesso.

(LIMA NETTO, 1993:35-36)

Segundo Lima Netto, ainda que esse “Plano de Ação” só lhe tenha sido entregue no mesmo dia em que tomou posse, o governo já havia se comprometido com as duas condições que ele fizera para aceitar o cargo. A execução do Plano, entretanto, seria marcada por alguns percalços.

Quando eu entrei na CSN eu fiz duas, duas reivindicações pra aceitar. Eu fui o terceiro a ser convidado, os dois antes de mim não toparam. Uma que eu faria a maioria da diretoria. Porque esse negócio de botar... cada político indica um diretor... depois vão ficar trabalhando por político, não pela empresa lá dentro, não é pra salvar a empresa. Isso é o comum. Então numa empresa pra ser salva não funciona. E a outra que eles diziam, eu não conhecia a CSN, eles diziam que eu precisaria de 600 milhões dólares pra começar o processo de recuperação da empresa. Me prometeram os dois, foram as duas únicas... Depois a gente... realmente eu fiz a maioria da diretoria, só não fiz um diretor, que depois me deu trabalho<sup>267</sup>. Mas não, nunca recebi um tostão do governo. Nunca recebi. A CSN foi salva ainda como estatal, deu lucro ainda como estatal, sem receber um tostão do governo. 600 milhões do governo? Zero. [...] O que eu vim a saber depois: a Zélia, na época do Funaro, tinha sido do quinto escalão do Funaro, do quinto escalão... [...] e exatamente da área da siderurgia. E no passado, os planos eram o seguinte: cada siderúrgica fazia um lindo plano de recuperação, aí saía o dinheiro e desistiam dos planos. E depois arranjavam outro fundo para arranjar outro plano. Então a Zélia já estava escaldada disso e simplesmente não dava o dinheiro. O Ozires era um ministro meio fraco. Eu, graças a deus, não precisei do dinheiro do governo.<sup>268</sup>

Ainda que redirecionado para a execução com recursos próprios e que algumas ações tenham sido revistas, como o fechamento da FEM<sup>269</sup> e a venda da mina de Casa de Pedra

<sup>267</sup> O entrevistado se refere ao Diretor de Operações Sebastião Faria que, como veremos adiante, assumiria a CSN após a demissão de Lima Netto, passando a defender posições mais críticas quanto ao leilão da Companhia.

<sup>268</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

<sup>269</sup> A FEM não foi fechada naquele momento. Em janeiro de 1998, então subsidiária da CSN foi desmembrada entre os setores manutenção e construção de estruturas. A primeira parte foi absorvida pela CSN a segunda vendida ao grupo Inepar, seu concorrente no mercado de estruturas metálicas, dando origem a *Inepar-FEM Equipamentos e Montagem S.A.*. Dos antes 2.659 empregados, 1.347 foram transferidos para a nova empresa e

(MG)<sup>270</sup>, o “plano” foi levado a cabo, sobretudo no que tocava ao seu objetivo primordial de “recuperação” ou “saneamento” da Companhia.

Como parte das “ações de impacto” previstas, contratos de distribuição e transporte de aço foram revistos e novas concorrências abertas, resultando na economia no mínimo de 38% nesses custos. Dívidas foram readequadas e novos contratos de fornecimento estabelecidos. Quanto às demissões, a mina de carvão e o lavador de Capivari, ambos em Santa Catarina, foram desativados ainda em 1990, resultando na demissão de quase 2.000 trabalhadores<sup>271</sup>. Na Usina Presidente Vargas, o contingente de 23.200 empregados seria reduzido, em termos absolutos, para 16.350 em 1992 (SENGE-VR, 1997)<sup>272</sup>.

Já nos primeiros meses, diante das medidas drásticas e impopulares de sua gestão, Lima Netto foi assumindo um estilo peculiar que incluía seu envolvimento pessoal no plano das relações entre empregados e Companhia.

Eu não podia demitir, nem deixar de demitir. [...] Decidimos fazer uma lista dos demissíveis e mandá-los para casa, com seus salários, até que a empresa tivesse recursos para consumir o desligamento. Esse processo ficou conhecido em Volta Redonda como o episódio da “cartinha”. Quem recebesse uma cartinha de licença sabia, e eu afirmava isso abertamente, que estaria demitido, definitivamente, em alguns meses. Os outros poderiam trabalhar tranquilos, sabendo que não estavam na lista. (LIMA NETTO, 1993:66)

Em maio de 1990, cerca de 2.000 trabalhadores receberam as tais “cartinhas”. A reação do sindicato foi imediata. Ao tomar conhecimento do plano de Lima Netto, o SMVR convocou uma greve geral para 14 de maio, um dia antes da data prevista para divulgação da lista. O presidente da CSN partiu para o contra-ataque escrevendo boletins para os operários e deixando Volta Redonda, como já acenara que faria em caso de qualquer tipo de ocupação, ou

---

os demais absorvidos pela CSN. Em dezembro do mesmo ano, a *Inepar-FEM* foi fechada após a transferência de suas operações para a unidade do grupo em Araraquara (SP).

Já a parte remanescente da FEM, a manutenção, foi extinta pela CSN em 2002 após a contratação das empresas terceirizadas *ABB*, *Sankyu* e *Ormec* para a realização desses serviços. Cerca de 2 mil trabalhadores foram demitidos, sendo poucos desses recontratados pelas firmas terceirizadas (FERRAZ, 2005:309-317).

<sup>270</sup> A mina de Casa de Pedra até hoje (2007) faz parte do patrimônio e das operações da CSN.

<sup>271</sup> A desativação da Lavador de Capivari S.A., localizada em Tubarão (SC), levou à perda de mais de 500 empregos, trazendo profundos impactos para o bairro operário de Capivari, originário da vila operária construída pela CSN em 1945. Já Carbonífera Próspera S.A. (operadora da mina de carvão), também subsidiária da CSN e localizada em Criciúma (SC), fechada no mesmo ano pôs fim a mais 1.000 empregos diretos, sendo privatizada em agosto de 1991 (DE LUCA, 2001). O autor aponta que o setor carbonífero catarinense (incluindo atividades direta ou indiretamente envolvidas, como porto, ferrovia etc.) foi diretamente atingido pela abertura à concorrência internacional no início dos anos 1990, resultando na redução de mais de 50% do efetivo de trabalhadores. Pesaram também sob o compute geral do desemprego do setor a redução dos subsídios por parte do Governo, a perda de mercado para outros energéticos, principalmente óleo combustível, além do alto custo do carvão das jazidas catarinenses (DE LUCA, *ibid.* p. 178-179).

<sup>272</sup> Deve-se descontar dessa massa 700 aposentadorias e 800 transferências para a Fundação General Edmundo Macedo Soares (Fungems), entidade que assumiu a administração do hospital da CSN (HSN), da ETPC e da área de seleção e treinamento de pessoal. Além disso, foram reduzidos outros 1.500 postos de trabalho das empresas prestadoras de serviços (cf. LIMA NETTO, 1993).

como dito por Lima Netto, *Sindicato na usina, Presidente no Rio* (LIMA NETTO, op. cit. p. 67).

Diante das promessas de greve com ocupação da Usina por parte do Sindicato dos Metalúrgicos, o presidente Lima Netto destacou que ele e os demais diretores iriam para o Rio, só voltando quando a Empresa estivesse desocupada, prometendo que não chamaria força policial para tirar ninguém. (COSTA, 2004:124)

A paralisação seguiu até o dia seguinte, sendo interrompida diante da abertura de negociação entre sindicato e empresa. Em uma reunião entre diretores do SMVR e Lima Netto no Rio de Janeiro, a empresa acenou com a possibilidade de revisão dos eventuais casos de demissões injustas, mas deixou ao encargo do sindicato a identificação dos mesmos, dividindo a impopularidade da medida com os sindicalistas. Estes, por sua vez, apoiados pelos movimentos sociais de Volta Redonda e juntamente com os trabalhadores “licenciados” ocuparam com barracas a avenida em frente ao Escritório Central da Companhia, na Vila Santa Cecília, no chamado “Acampamento da Resistência”<sup>273</sup>.

Após 28 dias, algumas revisões e outras prorrogações da “licença”, o sindicato anuncia o fim do acampamento e uma nova etapa da luta pela readmissão desses trabalhadores, o que incluía o recurso ao judiciário, por intermédio de uma Ação Popular, e a busca de apoio no Congresso Nacional junto a parlamentares “nacionalistas”<sup>274</sup>. Meses depois, os funcionários sob licença remunerada seriam demitidos. Só no primeiro ano do programa implementado por Lima Netto, o efetivo da CSN foi reduzido em 4.100 trabalhadores, segundo dados da própria empresa<sup>275</sup>.

De certo modo, esse era o prelúdio de uma batalha anunciada, que também já indicava um pouco das “armas” que seriam utilizadas. De um lado Vagner Barcelos, associando Lima Netto ao Governo Collor, aproveitando-se do clima de desconfiança gerado pelas demissões e da insatisfação com a política de congelamento salarial do governo, como indica o trecho destacado abaixo.

### Quem é intransigente?

Nos últimos dias a sinistra Zélia e seus amigos colloridos tem atacado a CUT nos jornais colocando-a como única responsável por não ter sido assinado o pacto proposto pelo Governo. Dizem que a **CUT é intransigente**, mas o que nós colocamos é uma pergunta: **como sentar numa mesa de negociação enquanto mais de 150 mil companheiros eram jogados no olho da rua?** Na verdade o Governo e patrões só queriam **acabar com as greves** que pipocam por todo o país exigindo os 166% de reposição e o fim das demissões.

<sup>273</sup> Boletim 9 de Novembro, 01/06/1990.

<sup>274</sup> Boletim 9 de Novembro, 19/06/1990.

<sup>275</sup> Apud. SENGE, 1997.

Continuamos perguntando. Como falar em pacto se na semana passada o Jornal O Dia pesquisava preços e denunciava que a cesta básica de 21 produtos tinha tido uma **alta de 12,7%** enquanto os nossos salários são os **mesmos de 1º. De abril?** Portanto não há como **fazer trégua** ou assinar pacto com um Governo que teima em penalizar os trabalhadores pelos erros da ditadura e da nova república. **Sem estabilidade** no emprego e sem reposição das nossas perdas salariais **não há pacto nem trégua**. Nós trabalhadores só aceitamos pactos se o pescoço de nossos companheiros não estiver na força. **Com demissão não tem trégua.**

VENTO A NOSSO FAVOR  
QUEM FAZ SOMOS NÓS.

(Boletim 9 de novembro, 25/06/1990. Grifos no original.)

Do outro lado, Lima Netto lançava mão do aparato institucional de uma empresa estatal, bem como do envolvimento pessoal direto no que chamou de “relações trabalhistas”. A partir de seu *sistema de informações e pesquisas periódicas sobre a satisfação dos empregados* (LIMA NETTO, 1993:155), o presidente da CSN se aparelhava não só para contra-atacar Vagner e a CUT, mas sobretudo para capitanear a proximidade com os trabalhadores ao seu favor. Parte dessa estratégia depreende-se da política de informação e comunicação adotada em sua gestão.

Olha aqui, lá dentro, como estatal, tinha o chamado SNI. Eles que faziam pesquisa pra mim, eu não sei como. (risos). Eu fazia todo o sistema de comunicação, coisa da minha cabeça. Mas... nunca tinha sido minha especialidade, nunca foi recursos humanos. Então eu tinha que estudar essa porcaria. Então, o que eu fazia? No meu boletim, primeira coisa que... o primeiro choque que teve lá, foi quando eu comecei a falar em “grana”!

– “Mas o presidente não pode falar em grana, é recurso.

– Mas vem cá, o operário entende que é grana”.

Então eu comecei a escrever uma boa parte dos boletins. Eu queria passar a mensagem para o operário. Não adianta nada falar em recurso, tem que falar em grana.

Nas palestras eu falava... eu pegava um tema do dia, por exemplo, o mercado ou... pegava o tema falava 10 a 15 minutos no máximo. E abria pra perguntas e respondia as perguntas.

Eu fiz uma outra coisa, eu peguei o meu irmão<sup>276</sup> e botei ele como ouvidor, eu acho que talvez eu tenha sido um dos primeiros a fazer isso, dentro da fábrica. Aliás a chefia toda ficou puta. Mas olha aqui, eu nunca vou dar uma ordem passando por cima da chefia. A ordem vai ser pro meu diretor [...], tudo bem. Agora informação não, informação eu vou pegar lá no chão da fábrica.<sup>277</sup>

Conforme o indicado, Lima Netto também buscou estabelecer um canal direto com os empregados por intermédio de reuniões periódicas, o que também não deixava de ser uma importante estratégia de coerção sobre os trabalhadores, fazendo prevalecer suas diretrizes a despeito da oposição do sindicato.

<sup>276</sup> Sobre o irmão, Lima Netto afirmou: *ele foi da FIAT, era o presidente da CIPA da FIAT, entendeu? 20 anos de FIAT, então ele tinha jeito, ele tem jeito pra essas coisas* (Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005).

<sup>277</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

Então eu cheguei à conclusão de que duas coisas eram fundamentais na CSN. Claro, a parte financeira eu tinha total confiança mesmo no diretor, parte comercial e tal. Eles estavam trabalhando, eu estava sabendo do que estava acontecendo, mas eu me dediquei, como presidente, eu me dediquei a duas coisas: relacionamento trabalhista pra acabar com as greves e a implantação do sistema de qualidade total. [...] É claro que como presidente eu sabia de tudo... não dos detalhes, mas sabia. Desses dois, eu entrei no detalhe, eu assumi pra mim: implantar a qualidade total e as relações trabalhistas. Eu comecei a falar com empregado. Já que não era possível falar com a CUT, porque a CUT era radical, eu comecei a falar com o empregado, eu comecei a fazer reuniões dos chefes de turno de 150 pessoas. Fazia dez reuniões por mês... [...] eu não queria botar mais gente. Depois que eu peguei um pouco de coragem, eu comecei a fazer reuniões de duas mil pessoas. Aí juntava mais gente, tinha que fazer menos reuniões. E com isso a turma começou a ficar do meu lado, começou a sentir o que a gente estava fazendo. Nessas alturas, a gente já começou a pagar fornecedor, a gente começou a fazer um trabalho sério. Então eles sentiram que a turma começou a ficar do meu lado.<sup>278</sup>

Se um dos objetivos de Lima Netto era “acabar com as greves”, isto não foi possível ao menos num primeiro momento devido ao clima geral de insatisfação dos trabalhadores com a política salarial do governo, fato agravado pelas demissões. Há que se considerar também o histórico ainda recente das greves dos anos 1980. Como vimos anteriormente (item 2.4), apesar do enfrentamento com a Companhia e o exército, a radicalização do movimento produziu consideráveis resultados econômicos e políticos para os trabalhadores e o sindicalismo de Volta Redonda.

Em meio a hostilidades mútuas, Vagner e Lima Netto seguiram para a campanha salarial de 1990, momento em que categoria e CSN conheceriam a mais longa greve de sua história. Como outros sindicatos naquele momento, os metalúrgicos de Volta Redonda reivindicavam um reajuste salarial com base no IPC-IBGE (166,9%)<sup>279</sup>. Além disso, a pauta incluía também 10% de produtividade, a readmissão dos demitidos e cancelamento das “cartinhas”, além de uma série de pagamentos atrasados devidos pela Companhia, como resultados de acordos anteriores, ações na justiça e “Girafa”<sup>280</sup>.

Governo Collor, demissões em massa, pagamentos atrasados e um presidente da CSN obstinado em seu propósito e função: preparar a empresa para a privatização. Estes eram os elementos que se apresentavam aos trabalhadores na campanha salarial de 1990. Ao iniciarem a campanha daquele ano, estes decidiram adiar a data base, de 1º de maio para 30 de junho, uma vez que entendiam a situação difícil da empresa. Todavia, seria inaceitável abrir mão do

<sup>278</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

<sup>279</sup> GRACIOLLI (1999:87-90) aponta como os metalúrgicos do Rio de Janeiro e de São Paulo apesar de reivindicarem o percentual de 166,9%, referente ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de março (84,32%) e abril (44,80%), esbarraram tanto na resistência das entidades da classe patronal, FIRJAN e FIESP, que recomendaram ajustes entre 20 e 59%, quanto nos Tribunais Regionais e Superior do Trabalho que já vinham negando a concessão do IPC de março (84,32%), suprimido pelo Plano Collor, como índice de reposição salarial.

<sup>280</sup> Como é chamada, desde que foi instituída nos anos 1950, a gratificação ou 14º. salário pago a pela empresa a título de participação nos resultados (COSTA, 2004:49 e MOREL, 1989).

montante que a CSN devia a cada um dos seus empregados. Em outubro de 1989, após uma campanha onde não aconteceu greve, os metalúrgicos haviam conseguido um reajuste de 52%, que começou a ser pago em novembro. Como a data base era em maio, havia uma diferença a ser acertada relativa a tal reajuste para um período de seis meses (de maio a outubro) que a CSN não pagou. Um outro atraso era referente aos 26% decorrentes das perdas do Plano Bresser, que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedeu em novembro de 1989. A empresa começou a pagar esse valor, mas não o incorporou aos salários. Ou seja, a CSN descumpriu o acordo salarial do ano anterior e uma decisão do TST. (GRACIOLLI, 1999:86)

No total, a empresa devia em média o equivalente a 6 salários para cada funcionário, o que produzia entre os trabalhadores um clima bastante favorável à maior radicalização do movimento. Embora estivesse no horizonte da categoria, a greve desde o seu início não era um consenso no interior da diretoria do SMVR.

E aí vem a greve, a greve, a primeira greve do governo Collor. Que foi o grande divisor de águas, foi o divisor mesmo, real. Que é o seguinte, a empresa sabia que o sindicato tava rachado. Isso era uma era notório, era visto, entendeu? A empresa começou a se aproximar de alguns diretores. E batendo em mim, direto, batendo em mim, batendo na minha figura, entendeu? Batendo, batendo, batendo. Veio a decisão da greve. Eu dizia, o meu grupo dizia: “Não vamos fazer greve, não tá na hora”. É... esse discurso de que o governo Collor é pé de barro... [...] discute daqui, discute dali, faz plenária, faz reunião, faz não sei o que, mas a reunião de diretoria é que conta. Fui eu, o Albano e Vanderlei. O Albano não sei porque razão, porque ele já tava no outro grupo. Eu, Albano, Vanderlei, e mais o Carlinhos, fomos contra a greve. Mas como a maioria venceu, vamos fazer a greve. A greve começou, não tinha hora pra terminar. Uma greve que era dura, era a primeira greve de uma siderúrgica no governo Collor. Então, eu sabia que eles tinham a determinação de acabar com a empresa, de demitir, de fazer tudo isso, entendeu?<sup>281</sup>

Na reunião que decidiu a posição do sindicato pela greve, apesar do voto contrário do grupo ligado a Vagner, prevaleceu a vontade da maioria dos diretores, entre estes Bartolomeu Citeli, então ligado à Articulação Sindical, e Luiz de Oliveira Rodrigues. Votada e aprovada em uma assembléia que reuniu, segundo o sindicato<sup>282</sup>, mais de 10 mil trabalhadores, a greve teve início no dia 11 de julho de 1990. Ao cair da noite, os operários ocuparam a usina pela segunda vez naquele ano.

No decorrer da greve, algumas posições entre diretores e ativistas também foram se redefinindo, o que contribuía para um maior isolamento de Vagner. Albano e Luizinho, designados pelo próprio sindicato, passariam a atuar como interlocutores informais entre o sindicato e a diretoria da CSN. A ocupação da usina e, principalmente, a realização de assembléias de massa na Praça Juarez Antunes, fizeram com que fossem reacesos os ânimos de setores mais “radicais” que, apesar de minoritários, encontravam-se atuantes no interior da

---

<sup>281</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>282</sup> Boletim 9 de Novembro, 12/07/1990.

empresa, protegidos pela estabilidade garantida aos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), com destaque para os membros da Luta Metalúrgica<sup>283</sup>.

...procuramos falar nas assembléias e fizemos a proposta que para a greve se expandir, deveria ocupar a Rodovia Presidente Dutra para transmitir para outros trabalhadores a nossa luta, e também que juntássemos à greve da Ford que estava ocorrendo naquele momento, e dos eletricitistas. Esta proposta recebeu o apoio dos trabalhadores.<sup>284</sup>

Lima Neto, repetindo a estratégia anterior, dirige-se para a cidade do Rio de Janeiro, recusando negociar a não ser pela via judicial, com a instauração do dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Além disso, o Presidente da CSN apressou-se em anunciar que os dias parados seriam descontados. Diferente da maior parte dos embates dos anos 1980, a extensão do movimento e a ocupação da empresa pelos grevistas não redundaram em recurso às forças policiais ou ao Exército por parte da Companhia.

A condução da greve ficou em nossas mãos. Ao contrário do que acontecia no passado, quando Brasília entrava para atrapalhar, essa greve ficou sob nossa responsabilidade. Ouvi dos Ministros Ozires e Magri alguns conselhos, mas as decisões foram sempre minhas.

Apenas uma vez o Governo tentou interferir. O Ministro Ozires me ligou, informando que, em uma reunião com o Presidente, presentes ele, o Ministro Magri e alguns militares em cargos importantes no Governo, ficaria decidido que eu deveria pedir reintegração de posse e chamar a Polícia Militar para desocupar a fábrica.

Informei o Ministro Ozires que eu adotara uma atitude de evitar confrontos e que, respeitosamente, pedia que ele voltasse a falar com o Presidente sobre isso.

Mais ainda, relatei-lhe uma conversa que tivera com o Governador Moreira Franco, poucos dias antes. Foi o primeiro contato que tive com ele. Sabendo da movimentação grevista em Volta Redonda, ele me telefonara para sugerir que eu não pedisse intervenção da Polícia Militar porque ele não iria mandá-la. Combinei então com o Ministro Ozires que pediríamos a reintegração de posse, por uma questão de princípios, mas que não insistiríamos na presença da PM, até porque ela não viria. (LIMA NETTO, 1993:94)

Para além da estratégia de gestão de Lima Netto, havia um momento político não mais favorável a uma solução militar para a greve. Seja pelo retrospecto das conseqüências políticas da greve de 1988, ou mesmo pela postura de maior independência do governo Collor em relação aos setores militares. Diferente das greves anteriores, em vez do uso da força, *a direção da CSN buscou isolar o movimento dos trabalhadores fundamentalmente plantando na mídia informações segundo as quais o Sindicato estaria pondo em risco a própria continuidade da siderurgia* (GRACIOLLI, 1999:94). Essa batalha de informação ficou bastante evidente no episódio que envolveu a manutenção dos equipamentos da Companhia

<sup>283</sup> Então ligados à Causa Operária/Organização Quarta Internacional.

<sup>284</sup> Carlos Alexandre Honorato, “Cerezo” (*Vanguarda Operária*, abril de 2000). É interessante notar também, nessa mesma publicação, as críticas feitas pelo grupo aos antigos aliados da Convergência Socialista, seja em relação à condução da greve de 1990 ou a atuação na gestão do sindicato.

durante a greve. Conforme as características do processo produtivo do aço<sup>285</sup>, o sindicato previa a paralisação das áreas de aciaria, laminação e da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM). Em regime de revezamento, trabalhadores autorizados pelo sindicato mantiveram em funcionamento reduzido setores considerados essenciais da usina, como coqueria, gasômetro, fábrica de oxigênio, altos fornos, sinterização, energia, água e altos-fornos.

Um fator importante em qualquer greve siderúrgica é a operação e manutenção dos equipamentos que não podem parar. Os altos-fornos são o principal exemplo. Se eles forem totalmente desaquecidos, quebram. É um prejuízo de tal monta que pode até fechar uma empresa. No caso da CSN, com a situação precária em que se encontrava, esse fechamento certamente ocorreria se os altos-fornos fossem danificados.

Existem várias opções técnicas, desde a continuação normal de operação, com o despejo de gusa no poço, ao seu abafamento. A solução intermediária seria uma operação que o mantivesse sem produzir por alguns dias, mas esta decisão implicaria sua volta ao funcionamento passado esse prazo.

Não teríamos espaço no poço para jogar todo o gusa do forno nº. 3, o maior. O nº. 2 estava parado, em reforma, e o nº. 1 era pequeno, e o poço suportaria sua operação continuada.

O sindicato queria a alternativa temporária, que nos deixava na mão deles. Tínhamos que tomar uma decisão rápida, para não perdermos nossas opções. (LIMA NETTO, 1993:95)

Diante das opções “técnicas” possíveis, a direção da CSN optou pelo “abafamento”<sup>286</sup> do equipamento no dia 16 de julho, contrariando a orientação de trabalhadores e sindicalistas de colocar o alto-forno 3 em repouso por 30 horas (“solução intermediária”). Enquanto a direção da empresa, em boletins internos e na imprensa, buscava responsabilizar os grevistas pelos possíveis danos aos equipamentos, o sindicato reafirmava em seus boletins que o repouso do alto-forno seria a única medida pela qual se responsabilizava, denunciando a estratégia da empresa. Em que pese sobre nossa avaliação um conhecimento incipiente sobre o processo produtivo da siderurgia, podemos observar as possíveis conseqüências políticas das diferentes soluções técnicas levadas em conta pelos dois lados da disputa. Diante do “repouso”, a necessidade irremediável de retorno à operação em poucas horas elevaria o poder de barganha do sindicato. Já o “abafamento”, ou mesmo eventuais danos e prejuízos à empresa, seriam, e foram, facilmente capitaneados pelo discurso de Lima Netto de crítica ao “radicalismo” de Vagner e da CUT.

Às 05:05 horas de 16/07 foi concluído, com êxito, o abafamento do alto forno nº 3 e a direção da empresa anuncia um prejuízo já acumulado de US\$ 27 milhões, representando um sexto do

---

<sup>285</sup> Uma breve descrição do processo produtivo siderúrgico encontra-se no Quadro 4 – ANEXO I.

<sup>286</sup> Para seu funcionamento, um alto-forno é carregado a partir do seu topo por sucessivas quantidades de coque e minério de ferro (cf. Quadro 4 – ANEXO I). O “abafamento” significa reduzir sua “carga” de minério, aumentando a de coque de modo a manter o calor interno sem produzir ferro-gusa. Essa delicada manobra implica um considerável risco de danos ao equipamento.



faturamento mensal. Informa que o abafamento do alto forno nº 3, a 1.550° C poderá mantê-lo aquecido por seis meses, através de uma carga de 500 toneladas de carvão coque destilado que foi colocado em seu interior. (COSTA, 2004:101)

No mesmo dia, a disputa tinha seu primeiro capítulo no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ainda que a audiência de conciliação tenha sido adiada para o dia seguinte por falha processual, numa conversa informal mediada pela autoridade judiciária, a empresa apresentou sua primeira proposta: 17,3% de reajuste, valendo-se da alegação de dificuldades financeiras. O Ministro Marcelo Pimentel orientou o sindicato desocupar a usina, mantendo-se apenas os responsáveis pela manutenção dos serviços essenciais, o que ocorreria no dia seguinte. O sindicato também reduziria sua reivindicação de 166,9% para 80%. Após duas rodadas de negociações, em 17 e 19 de julho, e diante da impossibilidade de acordo, o TST decidiu que o caso seguisse para o dissídio coletivo, a ser julgado no mês seguinte<sup>287</sup>.

Como em outros momentos do sindicalismo de Volta Redonda, o movimento de 1990 conciliava um envolvimento com as questões nacionais, sobretudo a crítica ao governo Collor, e um considerável enraizamento nos movimentos sociais locais. Como forma de pressionar governo e empresa, o sindicato convocou para o dia 25 de julho uma paralisação geral da cidade de Volta Redonda. Apesar de já apresentar alguns sinais de enfraquecimento em face das demissões e da relativa derrota na paralisação de maio, Vagner e o Sindicato dos Metalúrgicos se encontravam motivados pela adesão dos trabalhadores empurrados para o movimento pela conjuntura recessiva da época. Uma reportagem do *Jornal do Brasil* levanta uma hipótese sobre a adesão dos trabalhadores ao movimento grevista, atribuindo-a a uma “última cartada”, diante da frágil situação econômica da categoria.

Alguns dirigentes sindicais dizem que a radicalização dos metalúrgicos pode ser explicada pelo que se convencionou chamar de *consciência da barriga*. Com os baixos salários pagos pela empresa e o impasse nas negociações, mesmo funcionários antigos na CSN e pouco afeitos à prática sindical, aderiram ao movimento. Eles participam das assembleias na Praça Juarez Antunes, distribuem os panfletos do sindicato em seus bairros e ajudam nas operações “pente fino”, destinadas a retirar das dependências da usina funcionários não autorizados pelo sindicato. (*Jornal do Brasil*, 22/07/1990)

Além dessa forma de “consciência”, a paralisação realizada no dia 25 de julho contou com o apoio de comerciários<sup>288</sup>, outras categorias profissionais e movimentos sociais da

---

<sup>287</sup> Boletins 9 de Novembro 16, 17 e 18/07/1990 e COSTA (op. cit. p. 101-102).

<sup>288</sup> Apesar do apoio do Sindicato dos Comerciários, algumas fontes atribuem o fechamento do comércio local ao receio de confrontos e saques na cidade. A Associação Comercial, Industrial e Agro-Pastoril de Volta Redonda (ACIAP-VR), entidade patronal, orientou seus associados a não participar do protesto (COSTA, op. cit. p. 104).

cidade, sendo considerada um sucesso pelo sindicato<sup>289</sup>. Os trabalhadores rodoviários deram apoio por nota escrita ao protesto, mas apenas reduziram a circulação de ônibus.

Ainda que não fosse tão evidente como nos anos 1980, o SMVR mantinha alguma influência sobre trabalhadores e moradores da cidade, não só pela base social a partir da qual suas lideranças se constituíram, mas também pela bem articulada relação com os movimentos sociais, fator importante para a adesão da população da cidade às causas dos metalúrgicos. Além da participação nos atos, trabalhadores e moradores também contribuíram para um fundo de greve<sup>290</sup>. Alguns comerciantes e supermercados locais passaram a facilitar a venda de alimentos aos grevistas, por cheques pré-datados ou notas promissórias, após um acordo negociado pelo sindicato.

Na medida em que a greve se estendia, o confronto com a empresa ganhava cada vez mais o noticiário local e nacional, onde Lima Netto acentuava seu discurso taxativo sobre os “reais” interesses políticos por detrás daquele movimento. O presidente da CSN redige um artigo, publicado pelo *Jornal do Brasil* em 20/07/1990, em que reproduzia trechos dos discursos de militantes cutistas e de um deputado<sup>291</sup>, em sua maioria de fora de Volta Redonda, que incluíam entre os “objetivos” da greve *derrubar o presidente Collor e seu Plano*, ou até mesmo *construir uma sociedade socialista* (LIMA NETTO, 1993:98-99). De fato, o apoio retórico desses ativistas fornecia mais combustível para a estratégia de Lima Netto, da qual o ataque público à CUT fazia parte. Mas o desgaste público da greve<sup>292</sup> não teve como origem apenas o presidente da CSN. Vagner e o sindicalismo cutista já vinham sendo duramente criticados pela grande imprensa. Sobre uma entrevista do Presidente do SMVR publicada no *Jornal do Brasil* antes do início da greve, a coluna de Márcio Moreira Alves comentava:

Vagner desperdiçou a sua chance. Declarou-se trotskista, opção ideológica tão excêntrica como se optasse pelo antropofagismo, propôs uma coleta na cidade para importar uma das estátuas de Lênin que andam sendo derrubadas na Europa do Leste, um investimento de

---

<sup>289</sup> Boletim 9 de Novembro, 26/07/1990.

<sup>290</sup> Os metalúrgicos de Volta Redonda também contaram com doações de alimentos por parte de sindicatos (Metalúrgicos de São José dos Campos, de Niterói e do Rio de Janeiro) e de prefeituras (São Fidélis - RJ e Ipatinga - MG) (Boletim 9 de Novembro, 05/08/1990 e *O Dia*, 06/08/1990).

<sup>291</sup> Segundo o autor, foram eles: engenheiro Ferla (CSN) e Toquinho, Vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ambos ligados à Convergência Socialista; Edgar dos Santos; do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; Jaime Santiago, Presidente da CUT estadual; Carlos Santana, Presidente do Sindicato dos Ferroviários; Lisâneas Maciel, Deputado do PDT; e Jorge Monção, ativista sindical e único militante ligado ao SMVR (LIMA NETTO, op. cit. p. 98-99).

<sup>292</sup> A esse respeito, o conjunto de artigos de jornais e citações apresentado por COSTA (2004:100-113) fornece uma boa dimensão da repercussão negativa da greve na mídia regional e estadual. Além disso, a seleção feita pelo autor, bem como suas ponderações, evidencia uma possível “leitura” sobre a greve feita por determinados setores da sociedade de Volta Redonda.

duvidoso retorno e, finalmente, disse que o resultado da greve não lhe interessa. O que lhe interessava era desmascarar o governo Collor. Essa declaração, além de ser uma gigantesca besteira, é uma falta de respeito para com o sofrimento dos seus companheiros de trabalho e uma demonstração de desinteresse pela CSN, demonstração frontalmente contraditória com a sua condição de líder sindical.<sup>293</sup>

Ao que tudo indica, o tom geral dos editoriais e matérias dos jornais coadunava-se com os interesses de Lima Netto e do governo. Mas para além da “batalha” particular entre sindicato e empresa, não podemos perder de vista o fato de que naquele ano seriam realizadas eleições para governador, senador e deputados estadual e federal. Com base nas experiências anteriores, aliados e adversários políticos do governo federal encontravam-se no mínimo atentos para os possíveis desdobramentos eleitorais daquela greve<sup>294</sup>.

Ao contrário do que propunham o presidente da CSN e a imprensa, depoimentos e bibliografia<sup>295</sup> apontam o isolamento que a liderança de Vagner Barcelos vivia naquele momento, tanto no interior da diretoria do SMVR quanto no que toca à relação com a Central Única dos Trabalhadores,

A minha diretoria resolveu negociar paralelamente com a empresa. Albano e Luizinho assumiram a negociação com o Roberto Procópio de Lima Netto. Como eu não tinha canal, eu tinha que deixar eles negociar. O Campanário<sup>296</sup> acompanhando eles, entendeu? E a greve se estendendo. E eu indo até a CUT, pedindo ajuda à CUT dizendo: “me ajuda lá porque a coisa tá feia”... e a greve se entendendo mais... 18, 19, 20 dias [...] no 23º dia que o Meneguelli deu as botas aqui. Mas veio, ele era o presidente da CUT, veio aqui e saiu, foi embora.<sup>297</sup>

A direção nacional da CUT e Jair Meneguelli, seu então presidente, ainda que passados quase 20 dias da deflagração do movimento, chegaram a solicitar uma audiência com o presidente Collor para tratar da greve e da oposição da central à privatização da CSN, encontro que acabou não se concretizando<sup>298</sup>.

---

<sup>293</sup> *Jornal do Brasil*, 16/08/1990 (apud. COSTA, 2004:110).

<sup>294</sup> De um modo geral, vários políticos em campanha, adversários ou aliados da base do Governo Collor, se apresentaram como possíveis mediadores do conflito. O então deputado federal e candidato à reeleição, César Maia (PDT) e o também candidato ao legislativo federal Alúzio Mercadante (PT) auxiliaram o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Engenheiros na elaboração de um plano alternativo de saneamento financeiro da CSN que foi apresentado pelos parlamentares à Comissão Econômica do Congresso Nacional e ao Tribunal Superior do Trabalho. Já o deputado federal e candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ronaldo Cezar Coelho (PSDB), depois de ter inicialmente declarado que os sindicalistas provocavam uma *intervenção do Exército, pois procuram outra tragédia com objetivo eleitoral*, tentaria sem sucesso intermediar um acordo final para a greve tendo como interlocutores Lima Netto e o Bispo D. Waldyr Calheiros (COSTA, op. cit. p. 105-106).

<sup>295</sup> Cf. GRACIOLLI, 1999.

<sup>296</sup> João Nery Campanário, advogado do SMVR desde 1983 e antigo aliado de Juarez Antunes (cf. item 2.4), acompanhou os diretores expulsos em 1991 na formação do Formigueiro, passando desde então a advogar para grupo.

<sup>297</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>298</sup> Boletim 9 de Novembro, 31/07/1990 e GRACIOLLI (op. cit. p. 102-103).

No dia 8 de agosto, o dissídio coletivo foi julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Por sete votos a dois, os ministros consideraram a greve abusiva e ilegal, concedendo um reajuste que variava entre 3,4% e 105,5% de acordo com o padrão salarial<sup>299</sup>, de modo que quanto menor o salário, maior a correção. A sentença também definiu que os atrasados devidos seriam pagos em 5, 10 e 12 meses, respeitando três diferentes faixas salariais<sup>300</sup>. Foram indeferidas as reivindicações de: estabilidade de dois meses, adicional de periculosidade, reintegração dos demitidos e novo plano de cargos e salários<sup>301</sup>. A decisão contrária ao sindicato, deu margem para que Lima Netto mantivesse sua intenção inicial de descontar os dias parados, além do não pagamento integral de décimo terceiro salário, férias e “girafa” daquele ano<sup>302</sup>. Os trabalhadores ainda mantiveram a greve até o dia 11 de agosto, quando sob a ameaça de demissão por justa causa uma assembléia com cerca de 3 mil trabalhadores pôs fim ao movimento<sup>303</sup>. No dia 22 do mesmo mês, alegando atitudes abusivas durante a greve, a empresa demite por justa causa mais de 50 trabalhadores, incluindo 8 diretores do sindicato e mais 12 membros de CIPA<sup>304</sup>.

Diante da reconhecida derrota do sindicato e da política de “saneamento” implementada por Lima Netto, as campanhas salariais subseqüentes (1991 e 1992) seriam marcadas não apenas pela ausência de movimentos paredistas, mas sobretudo pelo agravamento das dissidências que já vinham se apresentando dentro do Sindicato dos Metalúrgicos.

Aí a greve ultrapassou os 30 dias. Isso num conluio da diretoria do sindicato, de uma parte da diretoria do sindicato com a direção da empresa, houve conluio. O Campanário que foi pra assembléia dizer: “Não, a greve, se passou 30 dias, vocês não vão perder nada não, é direito adquirido”. Isso falado na assembléia, cara, em plena assembléia falando isso e a peãozada inocente. E aquela desculpa de que a coisa não tinha mais jeito. Eu resolvi terminar a greve terminei. Terminei, mas foi uma derrota fragorosa, uma derrota desgraçada. Porque os operários, além de não conquistar qualquer acordo, perderam, porque ultrapassou 30 dias de greve, aí perderam férias, prêmio, perderam uma série de coisas. Quer dizer, eu estava perdendo a liderança, eu tinha forte liderança com os metalúrgicos, entendeu? Eu e o meu grupo, tínhamos forte liderança, mas tava perdendo o controle do sindicato e o controle da direção do movimento.<sup>305</sup>

---

<sup>299</sup> A empresa possuía em seu quadro 56 diferentes “padrões” que representavam salários variando, antes do aumento, entre Cr\$ 7.847,48 (padrão 20) e Cr\$ 121.301,33 (padrão 76) (cf. Boletim 9 de Novembro, 10/08/1990).

<sup>300</sup> Respectivamente, os padrões 20 a 31, 32 a 45 e 46 a 76 (cf. Boletins 9 de Novembro, 9 e 10/08/1990).

<sup>301</sup> LIMA NETTO (1993:101).

<sup>302</sup> Boletim 9 de Novembro, 16/10/1990 e LIMA NETTO (op. cit.).

<sup>303</sup> GRACIOLLI (1999:105).

<sup>304</sup> Vale destacar entre esses a presença de ativistas já citados como Bartolomeu Citeli, Marcelo Felício (diretores) e dos membros do Luta Metalúrgica Carlos Alexandre Honorato, Nilson Carneiro Sales e José Maurício Baptista (cipistas) (*Jornal do Vale*, 25/08/1990, apud COSTA, 2004:112).

<sup>305</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

A aproximação entre os sindicalistas Albano e Luizinho e os diretores da CSN, sugerida pelo depoimento de Vagner, constituiria a base para a formação do grupo intitulado Formigueiro<sup>306</sup>, principal precursor das transformações pelas quais o sindicato passaria nos anos seguintes.

Enquanto você fazia pra enfrentar a empresa, os caras estavam fazendo pra conluir com a empresa. A tal ponto que um dia eu fiz uma gravação. Eu liguei... eu sabia que a diretoria do meu sindicato tava negociando com a empresa, sem eu saber. Sempre foi assim, sincronizado. Eu liguei pro diretor da empresa... liguei e gravei a conversar com o diretor da empresa. Gravei: “Olha, fulano tá aí? Beltrano tá aí?”. O diretor confirmou tudo, a sacanagem que os caras tavam fazendo. Chamei uma assembléia e expulsei-os do sindicato com essa gravação. Dei o direito de palavra deles, avisei a eles que eu ia fazer isso, botei no boletim, chamei a assembléia, botei eles pra falar, mas botei a gravação também. Falei assim: “olha, está havendo isso dentro do sindicato. Estão me traindo dentro do sindicato. Tão traindo vocês dentro do sindicato”. E na assembléia, eu tive autorização da assembléia pra expulsá-los, expulsei os seis: Albano, Luizinho, é... uma turma grande eu expulsei. Eu expulsei do sindicato.<sup>307</sup>

Em meio a esse clima de cisão interna, o acordo salarial de 1991 ocorreria em duas etapas: a primeira em abril e a segunda em novembro. Em ambos momentos as propostas da empresa foram aprovadas pelos trabalhadores em assembléia e contra a orientação do sindicato, ou mais precisamente, em oposição a Vagner e CUT. Em novembro, o sindicato consultou a categoria sobre a “conveniência” de uma greve para aquela campanha, hipótese também rejeitada pelos operários<sup>308</sup>. Já na campanha salarial de 1992, a empresa passa a negociar diretamente com o Formigueiro, no caso da CSN, ao passo que endurecia mais ainda o relacionamento com Vagner e a CUT<sup>309</sup>.

A CSN, porque tem bases em mais de um estado, fábrica no Rio e minas em Minas Gerais, e pratica a mesma tabela salarial, não pode ter seus dissídios julgados em Tribunal Regional. Poderia ocorrer que a decisão do Rio diferisse da de Minas. Nosso dissídio vai para o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. A nível nacional, os metalúrgicos são representados pela Força Sindical<sup>310</sup>. Era usual a Força dar procuração para o Sindicato local. Porém, em 1992,

---

<sup>306</sup> Albano, Luizinho e mais 6 diretores tiveram sua expulsão da diretoria do SMVR aprovada pelos trabalhadores em uma assembléia realizada no dia 14 de agosto de 1991 (Boletim 9 de Novembro, 14 e 15/08/1991). A partir de então, o grupo auto-intitulado Formigueiro começa a se organizar visando a mediação das negociações entre trabalhadores e Lima Netto, a preparação da chapa para as eleições sindicais de 1992 e a defesa da privatização da CSN com a participação dos trabalhadores no processo. Voltaremos ao processo de formação do Formigueiro no item 3.5.

<sup>307</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>308</sup> Cf. GRACIOLLI (1999:115). Vale assinalar que em maio do mesmo ano, apesar da ampla propaganda do sindicato, os metalúrgicos da CSN/FEM já haviam se recusado, também por voto em assembléia, a participar de uma greve geral convocada pela CUT (Boletim 9 de novembro, 24/05/1991).

<sup>309</sup> De um modo geral, a empresa seguiu estritamente a lei salarial em vigor na época. Para maiores detalhes sobre a pauta e as propostas das campanhas salariais de 1991 e 1992, ver GRACIOLLI (ibid. p. 109-124).

<sup>310</sup> O autor refere-se à Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) que desde sua criação (1988) era presidida por Luiz Antônio de Medeiros, fundador da FS. A aproximação entre Lima Netto e Medeiros já era observada desde 1990, quando Medeiros era ligado à CGT. Com a criação da Força Sindical e o

por causa da briga com o Formigueiro, eles deram procuração para Luisinho, líder do Formigueiro. [...]

A FEM, subsidiária da CSN, sempre acompanhou, em linhas gerais, o acordo feito com a empresa principal. No entanto, ao contrário da CSN, seu dissídio deveria ser julgado no Rio, e Vagner resolveu brigar por aí. Bancamos a briga, demos os aumentos na CSN e mantivemos os salários congelados na FEM até decisão judicial, que sempre demora um pouco. Aí, os empregados da FEM pressionaram o Vagner, e uma comissão deles assinou um acordo provisório, via Formigueiro. Após a eleição [sindical] o acordo foi regularizado. (LIMA NETTO, 1993:170)

Vagner Barcelos aponta as dificuldades em que o sindicato se via diante dessa aproximação entre diretores já expulsos e a direção da Companhia, momento em que também entraria em cena o apoio político e material da Força Sindical ao Formigueiro.

Aí eles tiraram a roupa de CUT e vestiram a roupa da Força Sindical. [...] A empresa se aliou diretamente a eles. Eu fazia campanha salarial e a empresa dizia: “eu dou 14% pra Força Sindical, mas não dou, dou zero pro Vagner”. E dava os 14% e pagava os 14%. O que eu vou fazer? Entendeu? Vou dizer que não, porque não vai dar pra mim, não vai dar pra eles? E assim os caras iam ampliando o trabalho deles. A minha liderança foi colocada pra fora da fábrica e eles tinham acesso direto à fábrica. Eles tinham acesso à reunião escondida com a chefia das empresas. As empresas se reuniam com eles que tinham sido expulsos.<sup>311</sup>

O acordo celebrado entre o Formigueiro e a CSN, foi aprovado por uma assembléia convocada pelo grupo e realizada em 19 de maio<sup>312</sup> e, posteriormente, rejeitado pelos trabalhadores em um plebiscito convocado pelo sindicato<sup>313</sup>. A campanha caminhou então para o TST, onde os metalúrgicos foram representados pelo Formigueiro e seu advogado, João Nery Campanário, conforme relatado pelo boletim do sindicato.

---

surgimento do Formigueiro, a proposta de negociação à revelia do sindicato ganhou sustentação, sendo concretizada em 1992.

<sup>311</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>312</sup> A assembléia, que ocorreu no Recreio do Trabalhador, clube dos funcionários da CSN, contou com a participação de 3000 trabalhadores, que responderam à convocação do Formigueiro contra a orientação do sindicato (cf. FERREIRA, 2005:253).

<sup>313</sup> Realizado nos dias 28 e 29/05 (Boletim 9 de Novembro, 28/05/1992).

### PARCERIA DO DEMÔNIO

Dentro do auditório do TST, os juízes se acomodavam e o plenário era ocupado pelos advogados da CSN, do formigueiro e da Farsa Sindical, e, nós representando os metalúrgicos de Volta Redonda. [...]

Iniciados os trabalhadores às 09:20 horas, o juiz presidente, Guimarães Falcão, colocou em discussão se a CNTM do Medeiros representava os metalúrgicos da CSN.

Contra o Dr. Ulisses Borges Riedel, advogado do nosso Sindicato em Brasília, se juntaram Campanário e Dr. Agostinho, chefe do Departamento Jurídico de Procópio. Foram 2 contra 1, defendendo que o plebiscito de 7.576 trabalhadores da CSN e da FEM de nada valeu. O “Dr.” formiguento mentiu mais ainda quando reafirmou que os trabalhadores que foram na assembléia do Recreio fizeram tudo de livre e espontânea vontade.

Depois de duas horas de debates, os juízes completaram o teatro votando sete a zero pela “aceitação do acordo dos formiguentos”.

A parceria do demônio estava clara. Formos garfados na frente de todo mundo. Toda vez que os juízes ficaram em dúvida, Campanário botava a mão no ombro do advogado da CSN e os juízes entravam na parceria contra os trabalhadores da CSN.

Deixaram de lado a URP de 89, os 84%, do Plano Collor e garfaram os atrasados da insalubridade de milhares de metalúrgicos. Deu tudo errado por culpa dessa parceria do diabo entre a Farsa Sindical e o nº. 1 do Collor na CSN – Dr. Procópio. Quando chegamos em Volta Redonda, à noite, garrafas de whisk rolavam nas mesas do Celso do Carmo e do Hotel Bela Vista<sup>314</sup>. Comemoravam com churrasco e bebidas a PARCERIA da demissão de 7.000 trabalhadores de 89 até agora, a perseguição e a insegurança do arigó.

De garganta seca, milhares de metalúrgicos não se intimidaram. Assistem a farra dos parceiros traidores da categoria e esperam a hora de dar o troco. E, tenham certeza... Vai ter troco!<sup>315</sup>

No embate pela “representação dos metalúrgicos de Volta Redonda”, prevaleceu o acordo e o reconhecimento da liderança do Formigueiro a despeito dos argumentos e ataques de Vagner. Mas os sinais do enfraquecimento do sindicato não se limitaram à reafirmação da relação entre a CSN e o Formigueiro. Nesse período, em que também aconteceriam as eleições sindicais, a liderança de Vagner seria questionada também no interior do sindicato e da própria Central Única dos Trabalhadores. No processo de formação da chapa que representaria a continuidade da diretoria da CUT, setores ligados à Articulação Sindical, capitaneados por Bartolomeu Citeli da Silva e Jadir Baptista de Araújo<sup>316</sup>, manifestaram seu veto a aliança com setores que apoiavam Vagner<sup>317</sup>, o que na prática inviabilizava a candidatura deste último à reeleição. Divididas, as forças que davam sustentação ao sindicato

---

<sup>314</sup> Ambos em Volta Redonda, o Celso do Carmo é um restaurante localizado na Vila Santa Cecília e o Hotel Bela Vista, de propriedade da CSN, fica no bairro homônimo Bela Vista, uma das partes altas e nobres da cidade.

<sup>315</sup> Boletim 9 de Novembro, 02/06/1992, grifos no original.

<sup>316</sup> Ainda que fosse ligado ao PDT, Bartolomeu Citeli, então diretor financeiro do sindicato, também se encontrava sob influência da Articulação Sindical, também conhecida como campo majoritário da CUT, que tinha no diretor de base Jadir Baptista seu principal representante em Volta Redonda.

<sup>317</sup> Membro da corrente CUT pela base, Vagner contava também com apoio de militantes da Convergência Socialista e do Pcdob (cf. GRACIOLLI, 1999:125).

convocaram uma convenção para que os metalúrgicos decidissem sobre a composição final da chapa<sup>318</sup>.

Realizada no dia 14 de junho de 1992, a convenção contou com um número reduzido de participantes (989)<sup>319</sup>. Vagner Barcelos sairia vitorioso, o que lhe garantiu a posição de presidente na chapa. Além disso, a distribuição dos cargos teria a proporcionalidade dos votos obtidos pelos dois grupos: 60% para o de Vagner e 40% para o de Bartolomeu.

Marcada para os dias 21, 22 e 23 de julho, as eleições sindicais tiveram um total de quatro chapas inscritas. A Chapa 1, encabeçada por Vagner e composta pelos diferentes setores da CUT, na proporção que indicamos acima. A Chapa 2 trazia à frente o ex-presidente Waldemar Lustoza Pinto. A Chapa 3, era organizada pelos militantes do Luta Metalúrgica, também ligados à CUT, trazendo mais uma vez Carlos Alexandre Honorato, o “Cerezo”, como cabeça. A Chapa 4 era formada pelos integrantes do Formigueiro, tendo Luiz de Oliveira Rodrigues como candidato a presidente e o apoio da Força Sindical<sup>320</sup>.

A campanha eleitoral sindical teve a proposta de privatização da CSN como principal ponto dos discursos concorrentes. Para as principais chapas, 1 e 4, isto constituía um verdadeiro divisor de águas uma vez que estas se mostravam, respectivamente, como contrária e favorável à venda da Companhia. Apuradas as urnas, Luiz Rodrigues seria eleito o novo presidente do SMVR com 48,8% dos votos, consolidando um importante passo para a chamada política de “parceria”, que tinha a privatização da Companhia em seu horizonte.

Antes de abordar os possíveis aspectos que levaram o Formigueiro à presidência do sindicato, o que será feito com maior detalhe no item 3.5, nos deteremos mais um pouco naquilo que, paralelamente, segundo alguns dos personagens envolvidos, teria feito com que militantes ligados à CUT perdessem um domínio de nove anos sobre o sindicalismo de Volta Redonda.

Diferente do que apontavam os boletins que se seguiram à convenção da Chapa 1, onde a “vitória da unidade” era celebrada pelos militantes cutistas<sup>321</sup>, a luta interna se agravava, o que acabou por comprometer a própria à campanha eleitoral sindical. Iniciava-se

---

<sup>318</sup> Sobre as posições e os argumentos defendidos pelas chapas na Convenção da CUT, ver Boletim 9 de Novembro, 03/06/1992 (Documento 9 – ANEXO III).

<sup>319</sup> O Boletim 9 de Novembro edição extra de 17/06/1992 aponta a presença de 989 metalúrgicos *credenciados*, sendo que destes 922 votaram. A Chapa 1, de Vagner, obteve 556 votos; a Chapa 2, de Bartolomeu, 365; havendo um único voto em branco.

<sup>320</sup> Vale destacar algumas presenças e ausências nas principais chapas em disputa. Como já apontado, apesar de derrotados na convenção da Chapa 1, Bartolomeu Citeli e Jadir Baptista compunham a mesma. Já Marcelo Felício, ex-presidente do SMVR, não figurava nessa ou em nenhuma outra chapa. O mesmo acontecendo com Luiz Antônio Vieira Albano que também não figurava, como seria esperado, na chapa do Formigueiro.

<sup>321</sup> Boletim 9 de Novembro, 16 e 17/06/1992.



assim uma nova cisão *de esquerda*<sup>322</sup>, o que também contribuiu para o caminho do Formigueiro rumo ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Nós fizemos uma convenção, mas o Bartolomeu, ligado ao pessoal, ao perder a convenção não trabalhou pra eleição também, entendeu? Ficaram em casa... Jadir, Bartolomeu, Marcelo... a turma todinha que era deles, não foram pra porta de fábrica fazer campanha, não foram pra dentro da fábrica fazer campanha, não foram, largaram. Eles deixaram de fazer a parte deles que era a CSN. Pra você ter uma idéia, a eleição em Barra Mansa eu ganhei. Em Barra Mansa nós ganhamos, a minha chapa ganhou com 90% dos votos. Barra Mansa e Resende. Perdemos em Volta Redonda, entendeu? Por causa desse racha dentro da diretoria. Eles achavam, a idéia deles é que: primeiro, que eu era um condutor de derrotas. É a idéia desse pessoal da CUT, esse pessoal do Bartolomeu, do Jadir. Eu era um condutor de derrotas.<sup>323</sup>

Ainda que Vagner tenha vencido a convenção, Bartolomeu e Jadir já vinham ganhando poder no interior do sindicato desde a saída da dissidência do Formigueiro, quando passaram a conduzir negociações nas empresas<sup>324</sup>. Além disso, suas pretensões político-sindicais eram alimentadas pelo fato de Jadir Baptista<sup>325</sup> apresentar-se como um importante elo de ligação entre Volta Redonda e o chamado campo majoritário da CUT nacional<sup>326</sup>. Esse contato, que envolvia relações com lideranças cutistas de outros estados, nem sempre seria revertido em apoio a Vagner ou mesmo às ações do sindicato.

[Em 1992] ...tinha uma convenção entre o Vagner e o Bartolomeu. Lançamos o Bartolomeu: “Avisa o formigueiro: vem aí o tamanduá”<sup>327</sup>, era o Bartolomeu. Veio o Vicentinho, todo mundo para cá e nós lançamos o Bartolomeu.

Nessa convenção, a Convergência veio com o Vagner, não estava com a gente, estava com o Vagner contra nós. Teve a convenção, e o grupo nosso da Articulação... a Articulação ficou purinha, contra a Causa Operária, contra a Convergência e o grupo da DS... Todo mundo contra nós... na época, o PCdoB tinha dois caras fechados também, tudo contra nós.

Nós não perdemos por muito não, mas perdemos a convenção para o Vagner. [...]

Aí tem a convenção e o Vagner é o cabeça de chapa, tirou o cabeça de chapa que é o Vagner. Aí vamos fazer a composição, na composição pegou essa coisa toda...<sup>328</sup>

<sup>322</sup> Tomando emprestado a afirmação da chapa de Vagner no Boletim de campanha: *O nosso Sindicato é de esquerda e não podemos permitir que seja ocupado pela direita.*

<sup>323</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>324</sup> Boletim 9 de Novembro, 15/08/1991.

<sup>325</sup> Natural de Piraí e radicado em Niterói (RJ), Jadir Baptista de Araújo após curso um técnico de mecânico ajustador no SENAI-RJ e uma complementação na ETPC teve seu primeiro ingresso na CSN no início dos anos 1970, onde permaneceria apenas por poucos meses. Posteriormente, ao trabalhar como metalúrgico no Rio de Janeiro (Arsenal de Marinha e Cobra) e em São Bernardo do Campo (Volkswagen), teve contato com a organização de comissões de fábrica e com o processo de criação do PT e da CUT, onde se alinhava aos setores que dariam origem à corrente Articulação Sindical. Jadir retornaria à CSN em meados dos anos 1980 ingressando no setor de manutenção. Nesse período, ele passa a atuar na formação de comissões de fábricas no interior da usina, também se elegendo para CIPA.

<sup>326</sup> O sindicalista atribui o desenvolvimento da relação com a corrente Articulação Sindical especialmente ao período em que trabalhou na planta Anchieta da Volkswagen. *Era o pessoal de São Bernardo... o contato meu direto é São Paulo-Rio, e não Rio-São Paulo* (Jadir Baptista, dezembro de 2005).

<sup>327</sup> Slogan presente na propaganda da chapa do grupo, também denominada CUT-Tamanduá.

<sup>328</sup> Jadir Baptista de Araújo, dezembro de 2005.

Vagner Barcelos, por seu turno, aponta que não só esse “racha” da CUT de Volta Redonda, mas o próprio posicionamento de seu grupo dentro da central, de oposição à Articulação, também limitou sua pretensão em obter suporte político e material junto à CUT nacional.

Eles [Jadir e Bartolomeu] estavam ligados ao campo majoritário, à Articulação. Não iam [apoiar] DS, CUT pela base [...] Eles tinham apoio da CUT nacional. Tiveram grana a doidado na campanha aqui da convenção. Eles tiveram muita grana, você tá entendendo? [...] Mais do que eu tive pra eleição, mas muito mais! Aí eu te digo: eu como não tinha... o que eu tinha que fazer? Eu tive que ser contra a privatização.<sup>329</sup>

Sem tal apoio, o discurso contrário à privatização seria, segundo o sindicalista, um dos poucos recursos que lhe restavam para se contrapor à chapa do Formigueiro. Numa espécie de balanço final do processo, que também leva em conta os aspectos políticos e econômicos sob os quais se deu a mudança no Sindicato dos Metalúrgicos, o sindicalista reafirma a falta de colaboração da CUT nacional quando procurada pelo mesmo, reconhecendo também o isolamento de sua liderança dentro e fora de Volta Redonda.

...a derrota do movimento sindical, não era uma derrota localizada, eu também tinha compreensão disso. A derrota tava começando lá em 88, com, com a greve dos mineiros lá na Inglaterra. [...] Segundo, quer dizer... a leitura errônea do próprio movimento da direção do movimento na época da era Collor. [...] Terceiro, essa divisão dentro do sindicato, essa divisão foi terrível. Quarto a falta de direção da CUT. A CUT, quer dizer, essa briga de interesses... era uma coisa latente dentro da CUT e dentro do próprio PT.

Eu lembro que numa das reuniões da Confederação Nacional dos Metalúrgicos<sup>330</sup>... eram duas da tarde... o Lima Neto me ligou: “Vagner, me desculpe, eu te encontrei...”. Ele não tinha costume de ligar:

– “É, eu te encontrei aí, eu tô te ligando pelo seguinte: eu estou te dando a última chance. Se você quiser discutir a privatização comigo, eu vou discutir contigo. Nós vamos discutir os termos. Você sabe que eu tenho que privatizar mesmo. Eu largo do pessoal da Força Sindical, do Formigueiro, e vou discutir com você. Decide aí, você tem até 5 horas, porque eu tenho que dar uma resposta pra isso hoje.

– Tá bom”.

Fui pra reunião da CUT. Falei: “Olha, aconteceu isso, isso, isso. Os caras fizeram uma definição. Trata-se da primeira siderúrgica do Brasil a ser privatizada. Eu acho que a CUT, vocês que são dos metalúrgicos, tinham que ajudar nessa situação”. “Ah tá, bota na pauta aí”. Reunião se estende, se estende... e o cara insistindo pra falar comigo. Naquela época eu não tinha celular, assim à vontade. Eu dizendo: “E a pauta? E a reunião?”. “Ah, Vagner... (palavras da direção da CUT) decide logo, o que você decidir, tá decidido!”. Essa irresponsabilidade, essa falta de programação existia desde a época. Como a própria CUT vem pra uma convenção da chapa, dessa chapa que vai disputar, apoiando a outra. Vem o Meneguelli, vem o Vicentinho, que era o presidente na época da CUT, dizer que um membro

<sup>329</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

<sup>330</sup> O entrevistado refere-se à Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT), entidade não vinculada à estrutura sindical oficial e mantida pela CUT. A CNM-CUT foi criada em 1992, sendo originária do antigo Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT, fundado em 1989 por sindicatos e federações de trabalhadores metalúrgicos filiados à central.

da CUT é condutor de derrotas, entendeu? Como vem esse tipo de coisa pra cá. Quer dizer... esse manuseio da máquina, utilização da máquina, ela é forte dentro da CUT há muito tempo, entendeu?<sup>331</sup>

Mesmo que a CUT nacional não tenha promovido uma discussão mais clara quanto à privatização da CSN, ou que a liderança de Vagner não representasse uma unanimidade no interior da central, o ambiente de polarização entre CUT e FS se reproduzia em Volta Redonda na controvérsia entre contrários e favoráveis à venda da Companhia. De qualquer modo, como vimos anteriormente, do embate final entre a CUT “anti-privatização”, “radical” e “condutora de derrotas” e o Formigueiro pró-privatização, parceria e Força Sindical, sairia vencedora a segunda alternativa. Com a CUT e outros setores como a Igreja Católica e os movimentos sociais afastados do SMVR, outros atores surgiriam no cenário político e sindical de Volta Redonda. Estariam abertos os portões da Cidade do Aço para a chamada campanha “privatista”, tema a ser tratado no próximo item.

---

<sup>331</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

### **3.4. A cidade e a campanha ‘privatista’**

***Baltazar é eleito prefeito de VR**  
Projeções mostram que candidato da Frente Popular derrotou Nelson  
Gonçalves Filho na eleição para a prefeitura de Volta Redonda*

*Metalúrgico pedirá ao governo para manter Lima Netto na CSN*

*Região Sul do Estado ganha um jornal diário*  
**Diário do Vale – Ano 1 – Nº. 0**  
**5 de outubro de 1992**

Embora tenha sido oficialmente incluída no Programa Nacional de Desestatização pelo Decreto Nº. 426, de 16 de janeiro de 1992, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional já havia sido anunciada para trabalhadores e sindicalistas de Volta Redonda por ocasião da posse de Roberto Procópio de Lima Netto na presidência da Companhia, em 18 de abril de 1990. Desde então, o presidente da CSN envolveu-se não apenas com o reajuste administrativo da empresa, mas também empreendeu uma verdadeira campanha em favor de sua privatização. Além das reuniões periódicas com o presidente (item 3.3), os empregados da estatal foram alvo de um processo de massificação da propaganda pró-privatização. A chamada TV Usina, que consistia em vídeos apresentados em refeitórios e demais áreas coletivas da planta da CSN, apresentava toda sorte de “vantagens” para os trabalhadores e para a cidade que seriam alcançadas com a venda da Companhia, donde se destacavam a manutenção do emprego e a possibilidade de obtenção de lucro com a compra de ações. Da mesma forma, a política deliberada de Lima Netto em defesa da privatização não se restringiu aos trabalhadores individuais. As famílias operárias, em especial as esposas, e demais moradores de Volta Redonda também receberam uma atenção particular por parte da estratégia de convencimento conduzida pelo presidente da CSN.

É claro que a Sra. já ouviu esta palavra: privatização. Eu também posso imaginar as dúvidas que podem estar passando pela sua cabeça: - Vai ser bom ou ruim para a CSN? E os empregados, como ficam? E a cidade?... E por aí vai. [...] Uma boa coisa da privatização, no nosso caso, é a democratização do capital da Empresa. Nós propusemos ao BNDES um plano excelente para a CSN: por esse plano, os empregados podem adquirir 20% das ações. [...] As ações são financiadas pelo BNDES. Durante os primeiros 3 anos, o empregado não paga nada. É o chamado prazo de carência. Após esses 3 anos, o empregado passa a pagar as ações em 7

anos, com financiamento do BNDES. Bom, até aí, tudo bem. Mas ele vai pagar isso com o que? Vai pagar com os dividendos, ou rendimentos das ações. Do bolso mesmo, do salário, ele não tira NADA para as suas ações.

Uma CSN privada poderá criar novas frentes de trabalho, entrando em novas áreas que, hoje, por força de limitações governamentais, ela não pode implantar. Isso tudo gera emprego. E quem vai trabalhar nessas frentes é o pessoal daqui, que já tem experiência e treinamento. Tudo isso vai melhorar também a cidade. Com uma atividade econômica mais forte, a cidade terá condições de administrar melhor seus problemas, diminuir a violência e crescer sob o ponto de vista humano. Em suma: com todos os benefícios que advirão da privatização, poderemos fazer de Volta Redonda uma cidade feliz.

Por isso vim até a Sra.: para lhe trazer informações que a tranquilizem sobre o processo que atravessamos. Afinal, a Sra., como esposa de nosso empregado, é a principal interessada em saber como essas novas situações afetam o seu marido e a sua família. Mas pode ficar descansada. Eu estou cumprindo o meu compromisso de sanear e melhorar a CSN. E vou continuar cumprindo, durante e depois do processo de privatização. Portanto acho que mereço a sua confiança neste momento. Vamos confiar, pois e acreditar que a privatização é a saída para que a CSN e Volta Redonda tenham um futuro melhor, o futuro que realmente merecem. Que Deus nos ajude.<sup>332</sup>

Vale notar a intenção de Lima Netto em restabelecer, ao menos no plano do discurso, os laços entre a cidade e a Companhia. A “família” e a “cidade feliz” voltariam à cena em Volta Redonda, mas como potenciais aliados de Lima Netto. De forma quase paradoxal, esses elementos discursivos seriam apropriados ou reinventados em um outro contexto, tomando emprestada a idéia de GOMES (2005), ou seja, o “convite à felicidade” dos anos 1950 e 1960 seria reeditado não mais em nome de um retorno ao “paternalismo industrial”, mas em prol da privatização da CSN.

A aproximação entre o Formigueiro e o presidente da CSN fez do grupo de sindicalistas o primeiro e fundamental “parceiro” de Lima Netto na campanha pela privatização da Companhia. A campanha eleitoral sindical, por sua vez, converteu-se rapidamente em uma polarização entre os contrários e os favoráveis à venda da CSN. Mas o apoio declarado de Lima Netto, bem como toda a mobilização entre os operários promovida pela chapa encabeçada por Luiz Rodrigues (como veremos no item 3.5), não se apresentou em princípio como garantia de vitória para aqueles sindicalistas. Pesquisas de opinião promovidas por ambos os lados em disputa davam a vitória de Vagner Barcelos<sup>333</sup>. Mais uma vez, depoimentos e bibliografia<sup>334</sup> são quase unânimes em apontar um determinado episódio como responsável pela “virada” da chapa apoiada pela Força Sindical.

---

<sup>332</sup> Carta enviada pelo Presidente da CSN às famílias dos trabalhadores em 10 de fevereiro de 1992 (apud GRACIOLLI, 2000:16).

<sup>333</sup> Cf. LIMA NETTO (1993:171). Os números citados por GRACIOLLI (1999:132), atribuídos pelo autor à *empresa de pesquisa ASSERT*, conferiam 39% dos votos totais à Chapa 1, de Vagner, contra os 12% do Formigueiro.

<sup>334</sup> GRACIOLLI (ibid. 136-137).

Aí veio a eleição sindical. Isso aí foi em setembro [julho] de 92. E a gente fez uma pesquisa... a eleição normalmente são três dias, por causa do problema de turnos, então era terça, quarta e quinta. A gente fez uma pesquisa e chegou à conclusão de que a CUT ia ganhar. Claro que na eleição, como todo presidente, eu fiquei um pouco afastado. Mesmo que eu tivesse torcendo pra um grupo menos radical ganhar, mas eu fiquei afastado porque senão... Mas quando eu vi que ia perder de qualquer jeito, afastado ou não. Eu fiz uma reunião na praça da SOM<sup>335</sup>, que é uma praça né. E falei que meu candidato era Força Sindical, botei o candidato ao lado, falei porque, expliquei que a CSN não agüentava ficar com essa guerra trabalhista patati, patatá... e que esse problema era dos empregos deles, eu tinha emprego. Foi bem assim, foi bem rasgado mesmo. E a Força Sindical fora da CSN perdeu. Quer dizer, a CUT fora da CSN teve 96% dos votos. Na CSN foi 2 a 1 pra Força Sindical. Só que como a empresa era muito maior ela ganhou... dentro da CSN.<sup>336</sup>

Ao passo que Lima Netto define sua intervenção como estratégica para a eleição do Formigueiro, Vagner Barcelos fornece sua versão para o mesmo fato, também chamado de “a proposta indecente de Lima Netto”<sup>337</sup>, relatando em mais detalhes as condições em que teria ocorrido a “formalização” do apoio da direção da Companhia a Luiz de Oliveira Rodrigues.

Eu ia ganhar a eleição, eu ia ganhar, eu tinha pesquisa... eu ia ganhar a eleição no sindicato. Mas teve um fator importante. Na véspera da eleição, dois dias antes, dois dias antes das eleições. Eu tinha uma pesquisa que me dava 70 quase 80 % dos votos. Mas o presidente da empresa, o Lima Neto, reuniu uma assembléia, juntou, parou a empresa toda, trouxe pro centro da fábrica, chamou o pessoal da Força Sindical, porque antes eles não tinham esse nome Força Sindical, eles se chamavam Formigueiro. Chamou o pessoal do Formigueiro e disse: “Oh, é... eu vou dar dois salários (ou duas girafas) pra vocês se a chapa do Formigueiro ganhar. Se a outra ganhar eu vou demitir duas mil pessoas. Eu vou demitir dois mil. Amanhã se ganhar, eu demito 2 mil, tá bom? É isso e tá feito!”<sup>338</sup>

Mesmo que consideremos a pressão inquestionável da conjuntura de demissões e dos recursos de “convencimento” de que lançou mão o presidente da Companhia em favor da Chapa 4, algumas inferências devem ser feitas a partir do contraste entre os números apontados pela pesquisa de intenção de votos (situação A) e o resultado final da eleição (situação B) conforme indicamos nas tabelas e gráficos a seguir.

---

<sup>335</sup> A Superintendência de Oficinas Mecânicas (SOM) é um departamento da CSN que abriga um grande pátio no interior da Usina Presidente Vargas. Esse local, devido ao espaço e a posição central, foi muito utilizado para reuniões e assembléias durante greves e mobilizações de massa, especialmente nos anos 1980.

<sup>336</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

<sup>337</sup> Boletim 9 de Novembro, 21/07/1992.

<sup>338</sup> Vagner Barcelos, novembro de 2005.

Tabela 8  
Eleições Sindicais 1992 – Pesquisa Assert (situação A)

Chapa/%	TOTAL	CSN	Fornasa	Cibrás	SBM	Barbará	TOTAL
Chapa 1 Vagner CUT	39	39	78	14	22	60	
Chapa 2 Lustoza	3	3	4	5	2	0	
Chapa 3 Cerezo	8	11	0	0	0	5	
Chapa 4 Luizinho FS	12	16	0	0	2	0	
Indecisos	27	18	11	76	71	35	
Nulo	11	13	7	5	3	0	
Amostra	500	374	27	21	58	20	

FONTE: elaborado a partir de ASSERT (apud GRACIOLLI, 1999:132).

Tabela 9  
Eleições Sindicais 1992 – Resultado Final (situação B)

Chapa/%	TOTAL	CSN/FEM e Aposentados	Empresas Privadas	TOTAL
Chapa 1 Vagner CUT	6769	4498	2271	
Chapa 2 Lustoza	858	-	-	
Chapa 3 Cerezo	884	-	-	
Chapa 4 Luizinho FS	8249	8105	144	
Branco	136	-	-	
Nulo	404	-	-	
Total	17300	-	-	

FONTE: elaborado a partir de Boletim 9 de Novembro e *Jornal do Vale* (apud GRACIOLLI, op. cit. p. 138).

O primeiro fato diz respeito à desproporção entre o número de “indecisos” e “nulo” apontado em A (38%) e o de “nulo” e “branco” em B (3%). Apenas essa diferença (35%) já sustentaria a hipótese de que os votos dados ao Formigueiro não teriam “migrado” de Vagner. Aliás, o percentual atribuído ao candidato da CUT em A e B manteve-se inalterado em 39% (ver gráficos pizza, em especial). O segundo ponto a ser considerado é a não discriminação em A da intenção de voto entre os aposentados, dando margem à possibilidade de uma subrepresentação desse grupo na amostra da pesquisa. Essa hipótese pode ser reforçada pelo

fato de que as entrevistas foram realizadas *nas imediações das fábricas e as amostras foram desenhadas proporcionalmente ao número de sindicalizados por empresa*<sup>339</sup>, situações que não contemplariam os aposentados, grupo que, segundo depoimentos, o Formigueiro e a idéia de privatização contavam com um considerável apoio<sup>340</sup>.

De qualquer forma, os impactos do processo de privatização não se restringiram ao Sindicato dos Metalúrgicos. Em outubro do mesmo ano de 1992, o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE-VR) também experimentaria em seu processo eleitoral sindical uma polarização semelhante à ocorrida no SMVR. A chapa da situação, contrária à privatização e ligada à CUT (“Independência e Dignidade”) obteve 45,13% dos votos válidos, sendo vencida pela chapa “Participação” atingiu os 54,87%<sup>341</sup>.

Com posicionamentos mais flexíveis quanto à venda da CSN e liderada por João Thomaz Ferreira da Costa, a Chapa 2 dos Engenheiros também ganhara, por motivos presumíveis, a preferência e o auxílio de Lima Netto, ainda que, segundo o próprio, não se tenha repetido o grau de interferência observado no Sindicato dos Metalúrgicos.

**L. Netto:** ...ao João Thomaz eu dei apoio.

**Sérgio:** Mas assim... como é que foi esse? Nos moldes dos metalúrgicos? Boletim, reunião, palanque?

**L. Netto:** Não. Não me lembro. Não estou escondendo o jogo, não me lembro.

**Sérgio:** Mas era também uma pessoa próxima e tinha um apoio, não?

**L. Netto:** É, bem menos próximo. O João Thomaz era bem menos próximo. Eu não me lembro. Mas não cheguei a fazer comícios não. Eu posso ter feito uma palestra para os engenheiros, não sei não. Eu realmente não me lembro.<sup>342</sup>

Em parte, esse “esquecimento”<sup>343</sup> indica a menor importância do Sindicato dos Engenheiros naquele contexto, quando comparado ao Sindicato dos Metalúrgicos. De qualquer forma, ter em ambos sindicatos diretorias favoráveis à privatização foi inquestionavelmente um fator determinante para o convencimento dos trabalhadores quanto à venda da CSN. Entretanto, esses não foram os únicos co-participantes da campanha pela privatização da estatal, o que também indica que não seria a esfera das relações entre

<sup>339</sup> Extraído da nota sobre os critérios da pesquisa ASSERT (GRACIOLLI, 1999:10).

<sup>340</sup> Outro fato que também poderia ser explicado pela hipótese da subrepresentação do voto dos aposentados foi a variação entre A e B que tiveram as chapas 2 e 3, respectivamente de 3% para 5% e de 8% para 5%. Segundo depoimentos, a Chapa 2 (subavaliada em A), do ex-presidente Waldemar Lustoza, teria sua base entre os trabalhadores mas antigos, principalmente aposentados. De modo oposto, a Chapa 3 (sobreevaliada em A), encabeçada pelos ativistas da Luta Metalúrgica, tinham sua representação ligada aos trabalhadores da CSN, sendo bastante limitada sua aceitação entre os aposentados.

<sup>341</sup> Ainda que inicialmente contrários à privatização da CSN, integrantes da chapa derrotada da CUT, uma vez fora do sindicato, levariam adiante o projeto de criação de um clube de investimentos, o Independente, tendo em vista a participação no leilão da CSN (cf. Boletim O Independente – SENGE-VR, 06 e 16/11/1992).

<sup>342</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

<sup>343</sup> No sentido dado por POLLAK (1989).



trabalhadores e gestores da Companhia o único campo em que se daria o embate entre as forças pró e contra privatização presentes em Volta Redonda. Para Lima Netto, a influência da Companhia poderia ser convertida em poder político local.

A rápida recuperação da CSN surpreendeu a comunidade, e mesmo os politicamente contrários reconheciam nossa competência. Julguei então que se lançássemos um elemento que participara do plano de saneamento da empresa como candidato a Prefeito, ele teria boas possibilidades de ser eleito. [...] O *slogan* da campanha foi: “Volta Redonda Feliz”. A escolha do candidato deu-se de forma democrática. Ele tinha que ser um empregado da CSN, de nível de gerência, para que o eleitor o identificasse com o sucesso da empresa. (LIMA NETTO, 1993:178)

A escolha recaiu sobre Jessé de Hollanda Cordeiro<sup>344</sup>, diretor da Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC). Mas essa primeira incursão no campo da política não teria os resultados esperados pelo presidente da CSN.

Depois de ganhar o sindicato... você sabe que a mitologia nos dá grandes lições de psicologia né. Então, (risos) nesse caso eu me lembro da lição de Ícaro, né. Ícaro que ganhou as asas e depois chegou muito perto do sol e... Depois que a gente ganhou o sindicato, eu estava tão cheio de gás que eu resolvi ganhar a prefeitura.

E botei o Jessé como candidato, nunca também tinha sido político, pra concorrer. E levou uma surra, levou uma surra sobre o Baltazar. Que era absolutamente assim contra [a privatização]. Naquela época, eu não conhecia o Neto<sup>345</sup>. Sugeriram que eu apoiasse o Neto. Eu tinha uma sensação... eu tinha essa sensação de... se eu tivesse apoiado o Neto, eu ganhava. Eu quis fazer candidato próprio. [...]

O Neto ele era um grande prefeito, era um grande cara. Eu devia ter apoiado o Neto naquela época em vez de botar o Jessé. Porque ele já era político, e estava dentro da política, tinha essa diferença.<sup>346</sup>

Mesmo que o poder de influência da Companhia sobre a vida social e política da cidade apresentasse um considerável vigor nos anos 1990, isto não se traduziu num apoio imediato ao projeto político-eleitoral patrocinado por Lima Netto. O resultado das urnas em 1992 consagraria Paulo César Baltazar<sup>347</sup>, candidato da Frente Popular (PT-PSB-PCdoB-PV), enquanto que Jessé de Hollanda ficaria em 4º. Lugar, como mostra a tabela a seguir.

---

<sup>344</sup> Professor e funcionário da Companhia, Jessé de Hollanda Cordeiro ocupou entre outros cargos, a presidência da Fundação Educacional de Volta Redonda – FEVRE (1977-1979) e foi Secretário de Municipal de Governo durante a gestão de Benevenuto dos Santos Neto (1982-1985), último entre os prefeitos nomeados pela Presidência da República, haja vista a condição de Município de Interesse da Segurança Nacional.

<sup>345</sup> Antônio Francisco Neto, comerciante e ex-presidente dos Clubes Comercial e Volta Redonda Futebol Clube, foi Deputado Estadual (1987-1990 – PL, 1991-1994 PFL e 1995-1996 – PSB) e sucessor de Paulo Baltazar, exercendo o cargo de prefeito de Volta Redonda por dois mandatos (1997-2000 – PSB e 2001-2004 – PMDB).

<sup>346</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

<sup>347</sup> Médico e professor, Paulo César Baltazar da Nóbrega, como outros médicos de Volta Redonda, ganhou projeção política atuando junto a comunidades carentes da cidade. Principal nome do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na região, foi vereador na legislatura anterior (1989-1993). Após o mandato de prefeito (1993-1996), seria eleito Deputado Federal (PSB) por mais duas legislaturas (1999-2002 e 2003-2006).

Tabela 10  
**Eleições Municipais 1992 – Votação para Prefeito – Volta Redonda**

CANDIDATO - PARTIDO / COLIGAÇÃO	Votos	%
Paulo César Baltazar da Nóbrega - FRENTE POPULAR (PT-PSB-PCdoB-PV)	44.041	31,07
Nelson dos Santos Gonçalves Filho - PSDB	34.544	24,37
Marino Clinger Toledo Netto - PDT	18.006	12,70
Jessé de Hollanda Cordeiro - FRENTE SOCIAL TRABALHISTA (PST-PFL-PDS-PES <sup>348</sup> )	17.615	12,43

FONTE: COSTA (2004:231-232).

No mesmo pleito, o resultado da eleição para a Câmara Municipal mostrou um equilíbrio de forças sobretudo entre a Frente Popular (PT-PSB-PCdoB-PV), o PSDB e a Frente Social Trabalhista (PST-PFL-PDS-PES) que elegeram três vereadores cada. Já o PDT, partido do então prefeito, reduziu significativamente sua base parlamentar de sete para dois vereadores, o que demonstra o desgaste político sofrido pelo governo Wanildo de Carvalho.

Nós éramos os azarões do processo todo né (risos). Era PSB e PT, basicamente. Tinha o PCdoB também, que não tinha ninguém assim, liderança maior, mas participou muito tempo com a gente. Aliás, esse conjunto aqui que me colocou, exigiu que eu fosse candidato a prefeito né. E eu não tinha nenhuma pretensão assim inicial. Então essa coisa surgiu, em função inclusive do desgaste das outras forças políticas... na questão social... e da ação que essas forças políticas tiveram no processo de se contrapor ao processo [de privatização] que foi realmente muito doloroso pra sociedade. Nós tivemos um governo em que o sindicalista Juarez morreu né, Juarez morreu. Entrou seu vice, que é uma pessoa que fez um governo muito ruim, do ponto de vista até ético né. E nós juntamos essas forças e ganhamos a eleição... contra, o que parecia impossível... [...]

Eu concorri com o Nelson Gonçalves<sup>349</sup>, que era tido como da elite empresarial da cidade que pai dele havia sido prefeito. Concorri com Jessé Holanda de Cordeiro que era o representante explícito da CSN, da máquina da CSN. Concorri com o candidato do Brizola, que era o Doutor Clinger, que havia sido prefeito e tal. E nós, PT e PSB. Então, foi uma vitória bonita porque nós, contra todas as expectativas da maioria das pessoas né, pelo menos dos entendidos, nós vencemos a eleição... no último mês. No último mês, é que nós ultrapassamos o candidato favorito, que era o Nelson Gonçalves... dos empresários, era alguém dos empresários, era o que se dizia naquela época né.<sup>350</sup>

Não podemos perder de vista a conjuntura nacional que naquele momento via-se diante dos escândalos envolvendo o presidente Collor e o seu ex-tesoureiro de campanha Paulo César Farias que levaram a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que daria origem ao processo de *impeachment* e a posterior renúncia do presidente.

<sup>348</sup> O Partido Ecológico Social (PES) disputou as eleições municipais do ano de 1992, sob registro provisório, sendo extinto em seguida.

<sup>349</sup> O entrevistado refere-se a Nelson dos Santos Gonçalves Filho, médico e filho do também médico e prefeito de Volta Redonda Nelson dos Santos Gonçalves (1960-1963 – PSD e 1973-1977 – ARENA). Nas eleições subsequentes, Nelson Gonçalves Filho foi eleito deputado estadual, cargo em que permanece por 4 legislaturas (1995-1998 e 1999-2002 – PSDB; 2003-2006 PSB; e 2007- PMDB).

<sup>350</sup> Paulo César Baltazar, dezembro de 2005.

Em Volta Redonda, como em outras partes do país, a vitória da Frente Popular renovava as expectativas de grande parte dos setores ligados à chamada esquerda, sobretudo pela esperança de que parte dos setores organizados do movimento social seria incorporada à administração pública municipal, o que não afastava de todo o clima de insegurança em que os setores progressistas e os moradores da cidade se encontravam naquele momento. Como um dos principais porta-vozes desses segmentos, Dom Waldyr Calheiros celebrou da vitória de Frente Popular, mas não dispensou a oportunidade para fazer suas ponderações e manter-se vigilante em relação às posições políticas tomadas, sejam elas de “aliados” ou de “adversários”.

### **Bispo vê maturidade da população na vitória de Baltazar**

A eleição de 3 de outubro foi avaliada pelo bispo da Diocese de Volta Redonda-Barra do Piraí, Dom Waldyr Calheiros de Novais, como um crescimento da maturidade do eleitor. Esta avaliação ficou bem definida com a vitória do candidato da Frente Popular à prefeitura de Volta Redonda, Paulo César Baltazar da Nóbrega.

Atribuindo parte dessa vitória aos movimentos populares da região, Dom Waldyr acredita que o próximo prefeito deverá manter-se comprometido com o povo. A importância de que a Frente Popular “não tome ares de quem manda sou eu”, deve também, segundo o bispo, se uma opção constante nas novas decisões da prefeitura.

Embora defenda a identificação da Igreja com os movimentos populares e uma participação ativa da população na política – incentivada pelas Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) – o bispo diocesano é contra a participação direta do clero na política partidária, como ocorreu em Barra do Piraí, com a candidatura do Padre Gildo Gomes, que ficou em segundo lugar na disputa pela prefeitura de Barra do Piraí”.

- “O papel do clero e da Igreja não é o de ocupar cargos políticos. Devemos funcionar como agentes formadores da conscientização do cidadão. O direito à cidadania deve ser respeitado e conhecido por todos. Os fatos que antecederam as eleições de 3 de outubro, por exemplo, demonstraram, por parte do presidente da CSN, Roberto Procópio Lima Netto, um grande desrespeito à cidadania” – avalia. Dom Waldyr reprova o fato de Lima Netto ter se envolvido no processo eleitoral. “O presidente da empresa quis transformar o Escritório Central numa casa-grande e a cidade numa fazenda”, critica.

A política nacional foi também avaliada por Dom Waldyr, que ressalta sua insegurança. “Toda mudança preocupa, pois alguns governantes que não querem se comprometer podem nos levar a insegurança. Por isso, precisamos saber quem está realmente comprometido com as lutas do povo”, frisou o bispo.<sup>351</sup>

Como apenas ensaiado no curtíssimo governo de Juarez Antunes, algumas lideranças políticas vinculadas ao movimento social passariam mais uma vez a figurar no primeiro escalão do executivo municipal. Entre secretarias e autarquias, 19 cargos foram divididos entre membros dos principais partidos da esquerda de Volta Redonda: PSB (10), PT (7), PV e PCdoB (um cada).

---

<sup>351</sup> *Diário do Vale*, 05/10/1992.

O prefeito eleito de Volta Redonda Paulo César Baltazar da Nóbrega (PSB) anunciou na manhã de ontem os nomes que comporão o seu secretariado. A maior parte já era conhecida, como Marcelino Conti [PSB] (Governo), Cida Diogo [PT] (Saúde), a vice-prefeita Glória Amorim [PT] (Ação Social) e Solange Weihabe [PT] (Educação). As secretarias foram divididas entre os partidos que formam a Frente Popular - PT, PSB, PV e Pcdob. No entanto, o PSB e o PT ficaram com a maioria delas, e também com as fundações e autarquias. Ao anunciar o secretariado Baltazar fez questão de ressaltar que todos são de sua confiança pessoal e “formam o time de Volta Redonda que vai governar a cidade, apesar de serem de partidos diferentes”.<sup>352</sup>

No que toca à posição anti-privatização desses setores, o controle da prefeitura municipal ainda proporcionou algumas formas de resistência ao leilão da CSN que se aproximava, como veremos mais adiante.

Por outro lado, apesar da derrota no campo político, Lima Netto e a campanha pela privatização da CSN ganharam um importantíssimo canal para a propagação de suas idéias com a fundação do primeiro jornal diário de Volta Redonda: o Diário do Vale (DV).

O Lima Netto, dentro da estratégia dele, tinha várias coisas pra fazer. Uma era atacar lá o sindicato, era anular aquela coisa do sindicato, neutralizar aquela postura. Outra é ele pessoalmente entrar na usina e colocar a nova cara. E outra era na comunidade ter um veículo forte, entre as diversas coisas. Então ele veio pra comunidade justo pra fazer isso. Conversou com todo mundo e identificou com muita, com muita sapiência, no Aurélio [editor do DV] a pessoa capaz de representar esse papel... e foi o que aconteceu... e de maneira muito bem feita.<sup>353</sup>

O trabalho de LANNES (2001) aponta o surgimento de um jornal diário em Volta Redonda e, principalmente, o destaque dado pelo Diário do Vale à cobertura do processo de privatização da CSN, como elementos fundamentais para o debate que se estabeleceu em Volta Redonda. O autor destaca ainda a abrangência em pouco tempo atingida pelo jornal entre metalúrgicos e moradores da cidade. Foram analisadas 168 edições que circularam entre a fundação do jornal, em outubro de 1992, e a realização do leilão de venda da Companhia, em abril de 1993. Entre seus resultados, a pesquisa aponta que o tema CSN ocupou em média 9,3% do espaço total de textos publicados no período, mas atingindo o pico de 15,6% em abril, mês em que a Companhia foi ao leilão (LANNES, op. cit. p. 128). Quanto ao conteúdo dessas matérias, a privatização da CSN constituiu maioria absoluta, como mostram os gráficos abaixo.

---

<sup>352</sup> *Diário do Vale*, 21 e 22/11/1992.

<sup>353</sup> Vicente Melo, dezembro de 2005.

Tabela 11 e Gráficos 1 e 2  
**Diário do Vale – Matérias Publicadas (outubro de 1992 a abril de 1993)**

Seções	Sobre a CSN	Sobre privatização	1. Matérias Publicadas	2. Espaço/centimetragem
Manchetes	81	64		
Chamadas	135	88		
Matérias Internas	427	305		
Matérias Assinadas	72	49		
Coluna Mosaico	526	304		
Coluna Social	81	29		
Editais e Publicidade	58	10		
<b>Totais</b>	<b>1.380</b>	<b>849</b>		

FONTE: LANNES (2001:127).

À frente do empreendimento, estavam dois personagens já atuantes e conhecidos no campo jornalístico local: Aurélio Paiva, que viria a assumir o Diário do Vale logo em seguida, e Luiz Alfredo Vieira, um dos mais experientes jornalistas da região, como destaca a reportagem abaixo, publicada na edição de lançamento do jornal.

#### **Quem faz o Diário do Vale**

*Equipe de 19 profissionais garante a melhor cobertura da região*

Para concretizar seu projeto de fazer um jornal inovador e de qualidade, o **Diário do Vale** conta com uma equipe formada por alguns dos mais competentes profissionais da região. No comando da redação está o jornalista Aurélio Paiva, que além de sócio da empresa, é o editor do **Diário**. Auxiliando o editor, os jornalistas Fátima Brandt e Fernando Pedrosa respondem, respectivamente pelas chefias de redação e reportagem. O jornal conta ainda, na sua direção, com o experiente jornalista Luís Alfredo Vieira.

[...]

#### *A equipe*

**Aurélio Paiva (editor)** – Iniciou a carreira aos 17 anos, no jornal **Opção**, onde se destacou como repórter investigativo. Nesse período, integrou-se como membro da seita Moon, desvendando o método utilizado pelo grupo religioso para atrair adeptos. Esta reportagem especial lhe valeu destaque no programa Fantástico da **TV Globo**, e na revista Isto É. Foi editor dos jornais **Opção**, **A Folha da Cidade**, **Primeira Página** e **Jornal do Vale**, todos de Volta Redonda. Chefiou a equipe da **Rádio Stereosul**.

**Luiz Alfredo Vieira (diretor)** – Foi repórter de **O Estado de São Paulo**, fundador dos jornais **Opção** e **Folha da Cidade**. Ao fundar **Opção**, em 1976, inaugurou um projeto pioneiro de jornalismo em Volta Redonda, implantando na cidade, pela primeira vez, a filosofia de um jornalismo independente. Mais tarde, passou a se dedicar à atividade empresarial, retornando, agora, ao trabalho também na área de jornalismo. (*Diário do Vale*, 05/10/1992, grifos no original).

Aurélio Paiva, nasceu em 1961 em Volta Redonda. Sua trajetória assemelha-se a de outros “filhos de Volta Redonda”. Como outros personagens deste estudo, a história de sua família também se confunde com as possibilidades e limitações geradas pela complexa relação entre a cidade e a usina.

Eu nasci em Volta Redonda, filho de metalúrgico, nasci dentro do acampamento central. Eu brinco dizendo que eu nasci no alto-forno 3, porque meu bairro... o bairro onde eu nasci fica exatamente onde está ali a área de expansão do alto-forno 3. [...] Enquanto a gente morava lá, a CSN construiu o bairro Nossa Senhora das Graças... [...]

Quando meu pai morreu, eu tive que me mudar. A gente morava de graça, só que quando a pessoa deixava de ser operário, tinha que sair de lá. Aí a gente foi morar com a minha avó num bairro de periferia, chamado São Geraldo, fui morar eu, minha mãe, minha irmã e minha avó, mudamos para lá, isso eu tinha sete anos. A partir daí, o cordão umbilical com a CSN se rompeu. [...]

Com 17 anos, cismeí de entrar em jornalismo e entrei no jornal Opção. [...] Naquela época, quando eu tinha 17 anos, hoje eu estou com 44, ele era o maior jornal da cidade. O Luiz Alfredo era o dono do jornal, que hoje é o dono do Jornal Aqui, foi o meu primeiro patrão, que me deu o primeiro livro de jornalismo, com dezessete anos eu não fazia jornalismo, eu fazia técnico em química, meu sonho era ser cientista.<sup>354</sup>

Mais do que aponta o entrevistado, sua nova carreira também estaria vinculada à Companhia e sua cidade-empresa, só que em um outro contexto. Para Aurélio Paiva, assim como para o jornalismo de Volta Redonda, os anos 1990 e a privatização da CSN surgiram como um momento de grandes oportunidades.

No final de 1991, eu fui ser editor do Jornal do Vale. O Jornal do Vale era um tri-semanário que nessa época... era o maior jornal da cidade, já era um tri-semanário. [...] Eu tinha um projeto muito legal, eu tinha o sonho desse jornal diário e tentava fazer com que o dono investisse o dinheiro para fazer o diário... Eu senti que não tinha futuro até que fui convidado pelo pai e pelo tio do Luiz Alfredo, o Luiz Alfredo estava em Belo Horizonte, a abrir um jornal diário, foi quando surgiu o Diário do Vale. O Luiz Alfredo no início ele ficou 15 dias, ou 10 dias, mas ele desistiu, achou que o projeto não ia pra frente e voltou para Belo Horizonte. [...] Na verdade, no contrato social constava que a parte financeira ficava com os sócios que tinham 80% e eu ficava com a parte técnica... então eu tinha só 20% do jornal. [...] Bom, primeiro nós conseguimos quebrar o Jornal do Vale que em seis meses fechou as portas, o outro semanário do qual eu saí. Começamos com esse diário, que arrebentou, foi muito bem acolhido na cidade, surgiu uma espécie de orgulho na região em relação ao jornal, de ter um jornal diário, legal, com agência, telefoto, não tinha ainda... com notícia local. Nós não tínhamos gráfica ainda, imprimíamos no Rio. Ainda assim... uma mulher grávida foi assassinada às 8 da noite e saiu no dia seguinte. Não se conhecia isso.<sup>355</sup>

Luiz Alfredo Vieira, ex-patrão e sócio de Aurélio no Diário do Vale, também era portador de outros interesses relacionados à CSN e a sua privatização. Aurélio Paiva indica

<sup>354</sup> Aurélio Paiva, dezembro de 2005.

<sup>355</sup> Idem.

esses e outros elementos que envolveram a criação e a fase inicial daquele que se tornaria o principal jornal do Sul Fluminense.

O Diário do Vale nasceu muito em função da privatização. Esses dois empresários [sócios do DV], por exemplo, eram empresários do ramo siderúrgico, esses que foram meus sócios iniciais. Era o pai do Luiz Alfredo, que se chama Luiz Vieira, que foi um grande empresário setor de distribuição de aço e o irmão dele, Maurício Vieira, que foi um grande empresário do ramo de transporte de aço, que era a Transbras, que era uma das maiores empresas do transporte de aço do Brasil.<sup>356</sup>

A sintonia entre a linha editorial do Diário do Vale e os interesses na venda da Companhia era tamanha que é muito comum de se ouvir em Volta Redonda que o jornal havia sido criado com esse propósito, ou mesmo que seu real proprietário seria o então presidente da CSN, Roberto Procópio de Lima Netto.

A gente ajudou muito o Aurélio pra, pra, pra pegar o Diário do Vale. Ajudou muito o Aurélio. Ele é dono, né. O pessoal me perguntava: “você é dono do Diário do Vale?”. Nunca fui. Depois que eu saí da política não tem nenhum interesse, ali em Volta Redonda, mas na época era importante. Porque era importante para a CSN, Diário do Vale em mãos de amigo. Mas quem mais capitaneou aquilo foi o Xavier. Mas era só o Aurélio mesmo. Uns acham que era meu por trás (risos). O pessoal falava: “ah, isso aí é do Lima Netto!”; nunca foi... conversa fiada. Não tem sentido. Não é minha... agora, interessava, quando interessava a CSN. Em 91... principal jornal da cidade, aquela época brava, época brava. [...] Ele, ele fazia coisas a favor... a favor da gente, mas fazia coisa contra também. Nós nunca engessamos ele não pô... [...] você deve ter pego muita coisa contra lá.<sup>357</sup>

Além de a empresa ser o principal anunciante do jornal nos meses iniciais, Aurélio Paiva destaca a amizade desenvolvida entre ele e Lima Netto desde quando o empresário assumira a presidência da CSN, o que teria coincidido com a mudança de perspectiva que ele, como jornalista e futuro empresário, experimentava na época.

E eu tinha uma relação de amizade com o Lima Netto. Além de eu ter uma relação de amizade, essa relação na verdade só surgiu em função do paralelo... lembra que eu te falei do Alvin Toffler...<sup>358</sup> eu era esquerdista estatista. Eu achava que uma empresa como a CSN gerando emprego já estava de bom tamanho, mesmo que desse prejuízo não havia problema para o Estado porque era estratégico, esse tipo de coisa. Quando eu li o Alvin Toffler, eu mudei, eu comecei a mudar muito de idéia em relação a isso... e comecei... foi a queda do muro de Berlim, as novas tecnologias, aquela coisa acontecendo... e foi quando eu conheci o Lima Netto. Ele um executivo experiente, um homem de mercado, digamos, o que seria pra mim antes o exemplo da direita, a encarnação da direita. Com a queda dessa dicotomia, eu conhecendo um novo universo, eu comecei a acompanhá-lo muito, nós começamos a conversar muito, eu como jornalista, nós trocávamos muitas idéias. Mudei o meu conceito sobre a empresa estatal e passei a ser um ferrenho defensor do processo de privatização já que

<sup>356</sup> Aurélio Paiva, dezembro de 2005.

<sup>357</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

<sup>358</sup> TOFFLER, Alvin, *A Terceira Onda*. Record, SP, 1995.

a CSN já estava ficando sem pagar o salário do funcionário em dia. Você chegava nas lojas, [antes] os funcionários da CSN que sempre tiveram orgulho de dizer que eram da CSN e eram recebidos de tapete vermelho, [depois] você tinha aviso na loja: “Não financiamos para empregado da CSN”. As empresas em torno, umas quebrando porque a CSN não pagava e outras bilionárias porque a roubalheira era grande. Porque na verdade estatal era só a empresa, o lucro já era privatizado há muito tempo. [...]

Diante dessa visão do que estava acontecendo na minha cidade no país e no mundo, foi que eu, como “cristão novo”, conheci o Lima Netto, o “profeta do capitalismo”, e embora não totalmente não convertido, eu cedi a alguns dogmas da “religião privatista” e passei a defender ela realmente em editoriais, defendendo o que a privatização tinha, e muito mesmo.<sup>359</sup>

Mais do que uma simples justificativa de uma posição pró-privatização, depreende-se do depoimento acima o momento de transformação que a cidade e a CSN atravessavam, bem como o quão favorável era esse ambiente para a difusão do ideário de “modernidade” e “progresso” em voga no início dos anos 1990<sup>360</sup>.

Apesar da linha editorial claramente “privatista” e do empenho de seu editor na defesa da venda da CSN, o jornal não deixou de ceder seu espaço para os atores locais que mostravam posições diferentes, inclusive aqueles tidos como reconhecidamente contrários à privatização da CSN, como também apontou o trabalho de LANNES (2001).

O *Diário do Vale*, embora tivesse abertamente uma posição favorável à privatização, abriu suas páginas para que as correntes contrárias também tivessem espaço e oportunidades para se expor. Assim, correntes contrárias como o bispo dom Waldyr Calheiros, o ex-presidente da CSN, Sebastião Faria; e o então prefeito Paulo César Baltazar, entre outras personalidades locais, foram sistematicamente ouvidas para se colocarem a respeito dos fatos, e a elas também foram abertos espaços nas páginas dos artigos opinativos para que expusessem as suas opiniões e razões sobre o assunto. (LANNES, *ibid.* p. 118-119)

O *Diário do Vale* se tornaria assim um canal reconhecido pelas correntes em disputa durante o processo de privatização da CSN. Uma vez veiculadas no DV, as “vozes” favoráveis ou contrárias à privatização ganhavam um caráter “oficial”, como aponta Luiz de Oliveira Rodrigues.

...o *Diário do Vale* conseguiu se colocar como jornal oficial do processo. Vejo isso de forma até positiva. A maioria dizia: “o que a CUT falou não é oficial, o que o Baltazar falou, não é oficial, o que o bispo falou não é oficial”. [...] O que o sindicato está falando é oficial, o que a CSN está falando é oficial e o que o governo está falando é oficial e tudo isso estava no *Diário do Vale*. Era essa leitura que o trabalhador fazia. Ou seja, na minha opinião, o *Diário do Vale* serviu para resolver as dúvidas do que era e do que não era oficial em toda a história e em todos os boatos que iam e vinham. Esta foi a sua serventia.<sup>361</sup>

<sup>359</sup> Aurélio Paiva, dezembro de 2005.

<sup>360</sup> Esse ideário, comumente associado ao governo de Fernando Collor, está representado na “Campanha do elefante” abordada no item 3.1.

<sup>361</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, entrevista a LANNES (*ibid.* p. 191).



A importância do jornal também é destacada por aqueles que fizeram oposição à venda da CSN. A linha editorial pró-privatização e o maior volume de informação favorável da Companhia não impediram que as páginas do jornal também fossem abertas, ainda que com menor intensidade, aos setores contrários à privatização.

**Baltazar** – O Diário do Vale tem um papel importante, até pela capacidade de seus proprietários de produzirem um jornal competente. Ele até podia ter uma linha editorial que defendia a privatização, mas ele abria algum espaço para as posições contrárias também. O Diário não era um jornal de fazer apenas a linha da privatização. As opiniões divergentes também obtiveram espaço durante todo o processo. O debate de posições era sempre proporcionado.

**J. Lannes** – [...] O senhor pode afirmar que teve acesso a espaços iguais àqueles que eram a favor do processo?

**Baltazar** – Eu não diria que iguais. Provavelmente não foram iguais. Mas, não faltou espaço para que a gente pudesse colocar as nossas posições. As notícias, por exemplo, sobre o embate isso foi sempre colocado, assim como todas as posições divergentes. Até porque havia a expectativa daqueles que eram privatistas, pelo volume de trabalho colocado em relação à privatização, de que um candidato, eu, que era candidato do PSB, PT e que era contra a privatização, seria prejudicado por manter essa posição.<sup>362</sup>

Para além do embate entre as posições e os interesses envolvidos no contexto de criação do jornal, a cobertura do processo de privatização foi utilizada como meio para que o Diário do Vale ganhasse visibilidade e credibilidade, não só entre participantes do jogo, mas entre os leitores em geral. Em poucos meses, o DV se consolidaria como principal jornal da cidade.

A despeito dos desdobramentos locais da privatização, novos elementos e personagens entraram em cena ao final de 1992, alterando o curso já avançado do processo de venda da Companhia. No plano nacional, a privatização como um todo ganhou um ritmo mais reticente após a posse de Itamar Franco na Presidência da República. Como apontamos anteriormente (item 3.1), o Programa Nacional de Desestatização (PND) não foi interrompido, ainda que tenha sofrido algumas modificações e leilões tenham sido adiados. Em geral, as alterações propostas e implementadas durante este período diziam respeito à porcentagem de dinheiro vivo exigido nos leilões, à participação dos empregados e de outros fundos de pensão<sup>363</sup>. Posteriormente, também seriam discutidos pontos como a ampliação da participação do capital estrangeiro e a definição de setores estratégicos não-privatizáveis<sup>364</sup>. Em parte, o

<sup>362</sup> Paulo César Baltazar, entrevista a LANNES (2001:202).

<sup>363</sup> Durante o governo Itamar Franco, a hipótese de utilização de “moedas sociais”, como FGTS e PIS/Pasep, na privatização chegou a ser cogitada pelo BNDES. Tal proposta, entretanto, nunca avançou, sendo completamente abandonada no governo Fernando Henrique Cardoso, *para alegria de grupos empresariais* (BIONDI, 1999:22).

<sup>364</sup> Ainda que discutidas caso a caso nas privatizações realizadas durante o governo Itamar, essas alterações seriam consolidadas apenas no Decreto Nº. 1.204, de 29 de julho de 1994.

caminhar da privatização também sofria as conseqüências da heterogeneidade política conferida pelas circunstâncias em que se dera o governo Itamar Franco.

Na equipe econômica do governo, o mais próximo às posições de Itamar Franco era o ministro Paulino Cícero<sup>365</sup>, o que respeitava à defesa de revisões no PND. Na outra ponta, Gustavo Krause, Paulo Haddad e Antônio Barros de Castro<sup>366</sup> eram defensores mais aguerridos da realização imediata das privatizações. Este último cumpria, inclusive, o papel de argumentar junto a parlamentares da Frente Nacionalista no sentido de mostrar-lhes a conveniência de se privatizar logo a CSN. (GRACIOLLI, 1999:173)

Em 3 de dezembro de 1992, o Presidente determinou ao BNDES que o preço de venda da CSN, fixado em US\$ 1,588 bilhão, fosse reavaliado, abrindo espaço para o adiamento do leilão de venda da Companhia, inicialmente marcado para o dia 22 daquele mesmo mês. Tal medida também visava a incorporação das novas regras em discussão.

Na medida em que a data definida para o leilão da CSN se aproximava, uma variada gama de interesses ia se agrupando com vistas à participação na privatização. O Sindicato dos Metalúrgicos, já sob a direção de Luiz Rodrigues, iniciou uma campanha junto a organismos governamentais, no Rio de Janeiro e em Brasília, para que fosse ampliada a fração de ações com desconto destinada aos empregados da estatal. O SMVR também conquistou o apoio do então Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, interessado em trocar a dívida da União com o Banerj por ações no leilão da CSN. O sindicato lança então a proposta de que o governo financiasse até 33% das ações, a serem compradas pelo preço mínimo, que seriam somadas a outros 10% adquiridos pelo banco. Um acordo seria assinado, agregando ainda as ações já pertencentes a Caixa Beneficente dos Empregados da CSN (CBS)<sup>367</sup> (9,23%), garantindo o controle da Companhia para os trabalhadores<sup>368</sup>.

A CUT-VR, por sua vez, encontrava-se dividida entre os militantes contrários à privatização, que se manifestavam principalmente através de atos públicos, cada vez mais esvaziados, e um setor antes ligado ao Sindicato dos Engenheiros, que havia fundado o Clube de Investimentos Independente, aceitando participar do leilão de venda da Companhia. Terminado o prazo para a “reserva” de ações, quando empregados e aposentados da CSN deveriam manifestar seu interesse na participação de um ou outro clube de investimentos, o

---

<sup>365</sup> Ministro das Minas e Energia.

<sup>366</sup> Respectivamente, Ministros da Economia, do Planejamento e Presidente do BNDES.

<sup>367</sup> A Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional (CBS) foi fundada em 17 de julho de 1960, tendo a CSN como principal patrocinadora e controladora. Em fevereiro de 1966, a Caixa passa a funcionar efetivamente com o início das contribuições regulares de empregados e patrocinadores e a oferta do primeiro plano de benefícios aos associados ([www.cbsprev.com.br](http://www.cbsprev.com.br)).

<sup>368</sup> *Diário do Vale*, 12/12/1992.

Clube de Investimentos CSN contava com 28 mil sócios e o Clube de Investimentos Independente reunia 5.600 adesões.<sup>369</sup>

Um editorial de Aurélio Paiva fornece uma imagem um pouco mais ampla desses dois grupos de atores “concorrentes”, indicando a complexidade dos acordos e disputas que envolveram a face local do processo de privatização. Aliás, o texto a seguir também consiste numa boa amostra do tom com que a privatização era tratada nos editoriais do Diário do Vale ou, principalmente, a crítica voraz que parte das “esquerdas” e dos “adversários” do processo recebiam por suas táticas não muito claras ou eficazes.

### **Esquerda, direita, um, dois...**

Nem a queda do Muro de Berlim causou tanta perplexidade quanto o que vem ocorrendo atualmente em Volta Redonda. Imaginem só: o empresário Roberto Lima Netto, neoliberal de carteirinha, defende o controle da CSN pelos empregados, apoiado pelo governador Leonel Brizola. Lima Netto fala em capitalismo popular. Brizola, mais comedido, fala em capitalismo democrático. A CUT é contra.

Tem mais. Ontem houve ato público em Volta Redonda. Sabem quantos metalúrgicos da CSN compareceram? Nas duas mãos há dedos de sobra para contar. Tudo bem, estavam lá os representantes do chamado movimento popular e democrático, que não concordam nem com o capitalismo popular de Lima Netto e nem com o capitalismo democrático de Brizola. Como disse o representante da CUT regional, Jadir [Baptista de] Araújo, tudo não passa de uma armação do grupo Monteiro Aranha, possivelmente com a cumplicidade de 30 mil metalúrgicos e aposentados, que estariam, secretamente, urdindo um plano para tomar a estatal.

O mais espantoso foi o discurso da representante do Modecom [...], o Movimento de Defesa da Economia Nacional, [...], representando também a ABI, disse com todas as letras que é preciso abrir um Inquérito Policial Militar na CSN. Isso mesmo: um IPM, em uma entidade civil, coisa que só ocorreu nos negros períodos da ditadura militar. [...]

O leitor não deve imaginar que está ficando tonto, e por isso vendo as coisas girar. É o inverso: fica-se tonto porque as coisas giram muito rapidamente em Volta Redonda. [...] Neoliberal defendendo capitalismo popular e representante de movimento popular implorando IPM: quem é de direita e quem é de esquerda? Para Brizola, a primeira posição é de esquerda (Brizola é de direita?). Para outras lideranças de esquerda a segunda posição é de esquerda (serão estas lideranças de direita?).

Querem mais? O Clube de Investimento CSN é financiado pelo Banerj, um banco estatal. Já o Clube de Investimentos da CUT é financiado pelo grande banco Arbi, um grande conglomerado financeiro privado, exemplo máximo da exploração capitalista, na concepção marxista que predomina na própria CUT. Para emendar, o Clube de Investimentos da CUT estava negociando a transferência de parte das ações dos empregados para esse “agente do imperialismo”, como diriam.

Como se vê, não é fácil nem criticar. Se a crítica for liberal purista, tem que criticar o Lima Netto. Se for marxista-socialista, tem que criticar a CUT. Melhor não tentar entender para não ficar mais tonto com o passo marcado da marcha dos acontecimentos na cidade que, como uma tropa sem rumo, vai repetindo alternadamente o ritmo “esquerda, direita, um, dois...” sem que se saiba quem está à direita e quem está à esquerda. Ou melhor, não se sabe se de fato existem estas duas posições definidas.

Aurélio Paiva é editor do DIÁRIO DO VALE<sup>370</sup>

<sup>369</sup> *Diário do Vale*, 18/12/1992.

<sup>370</sup> *Idem*, 15/12/1992.

A desarticulação dos setores contrários à privatização e a suposta indefinição de “lados” apontada no editorial acima, além de favorecer o discurso pró-privatização, era tratada com ironia, de modo a desmerecer qualquer atitude ou opinião tida como adversária da venda da Companhia. Como também se observa no texto de Aurélio Paiva, diferentes interesses econômicos e políticos tiveram seus olhares dirigidos para Volta Redonda e para o processo de privatização da CSN. Em 13 de dezembro de 1992, um dia depois de apresentada a proposta do SMVR ao Presidente Itamar, o *Jornal do Brasil* publicou uma entrevista em que o então Presidente do PSDB do Rio de Janeiro e proprietário do Banco Multiplic, Ronaldo César Coelho, criticava a venda do controle acionário da CSN aos empregados, também denunciando que o objetivo da operação seria a transferência das ações a diretores da empresa, o que já vinha previamente acontecendo em Volta Redonda.

...não é justo que os empregados comprem as ações com desconto e já comecem a fazer negócios com estes papéis, sem contar que o pagamento ainda será financiado pelo BNDES com carência de dois anos e juros de 6,5%.<sup>371</sup>

Ainda que o fato se referisse a operações que supostamente vinham acontecendo no clube de investimentos ligado aos engenheiros militantes da CUT, a maior parte da suspeição sobre a lisura do processo de participação dos trabalhadores recaiu sobre Lima Netto. No dia 15 de dezembro, o governo anunciava a suspensão do programa de privatização por três meses para que os processos em curso fossem adaptados às novas regras<sup>372</sup>. No dia seguinte, seria confirmada a destituição de Lima Netto da presidência da Companhia.

### **A polêmica figura que saneou a CSN e dividiu opiniões**

Ele chegou a ser chamado de Juarez Antunes com PhD. Em comum, Roberto Lima Netto e Juarez Antunes tiveram uma liderança forte entre os metalúrgicos e uma incrível capacidade de dividir as opiniões: quem gostava de Juarez, gostava intensamente; quem odiava; idem. O mesmo ocorre com Lima Netto. O consenso com relação ao presidente da CSN, porém, foi a importância do trabalho que fez para a recuperação da empresa. [...] A CSN, filho feio entre as siderúrgicas, enfeitada pelo mercado, virou uma empresa cobiçada pelos grupos econômicos. Por ironia, Lima Netto cairá, entre outras coisas, porque tornou a CSN viável e cobiçada a ponto de sucumbir às pressões desses grupos sobre o governo.<sup>373</sup>

Para além das palavras enaltecidas do amigo e editor do *Diário do Vale*, Lima Netto, pela sua trajetória entre as elites técnicas estatais (BNDES) e privadas (Monteiro Aranha), possuía um perfil empresarial bastante adequado ao momento de “enxugamento” ou

<sup>371</sup> Ronaldo César Coelho (*Jornal do Brasil*, 13/12/1992).

<sup>372</sup> Decreto Nº. 712, de 23 de Dezembro de 1992. O leilão da CSN foi adiado de 22 de dezembro para 5 de abril de 1993.

<sup>373</sup> Aurélio Paiva, *Diário do Vale*, 17/12/1992.

“saneamento” enfrentado pela CSN, cumprindo também um importante papel no processo de privatização da Companhia. Não obstante, seu afastamento foi oficializado na reunião do conselho administrativo da Companhia em 28 de dezembro de 1992, mesma ocasião em que foi confirmado o nome do Engenheiro Sebastião Faria de Souza, Diretor de Operações durante a gestão de Lima Netto e considerado alguém de confiança do Presidente Itamar Franco. Sebastião Faria viria a ser o primeiro, e também o único, engenheiro funcionário de carreira da CSN a atingir o posto de presidente da Companhia<sup>374</sup>.

### **O novo presidente da CSN**

Para hoje está marcada a realização da Assembléia dos Acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional que vai eleger o novo Presidente da empresa. O nome anunciado é o engenheiro Sebastião Faria de Souza, mineiro de Porto das Flores, nascido no dia 19 de janeiro de 1940. Ele se formou na Escola de Engenharia de Juiz de Fora, no anos de 63, fala, lê e escreve regularmente tanto o inglês como o italiano. Foi admitido na CSN no ano de 1964, ocupando diversos cargos, como superintendente de desenvolvimento técnico da manutenção, adjunto do diretor administrativo, superintendente geral e diretor de operações. É casado com Nadéia Alves de Souza e tem 3 filhos: Cristiane, formada em medicina, Guilherme, engenheiro e, Frederico, estudante universitário.<sup>375</sup>

Ainda que tenha assumido a presidência da empresa para cumprir a finalidade determinada pelo governo, a privatização, Faria encontrou algumas dificuldades durante os quase quatro meses em que esteve à frente da CSN, sobretudo após divergir da avaliação e do preço mínimo estabelecido para a Companhia. Ao analisar os relatórios dos dois consórcios que avaliaram a CSN, Faria apontou:

- 1) havia uma diferença de mais de 25% entre os preços mínimos de venda calculados pelos Consórcios [o que segundo as regras em vigor exigiria uma terceira avaliação].
- 2) tanto o Consórcio A quanto o Consórcio B haviam subestimado a projeção da produção de aço da CSN, a ponto de projetar para anos futuros, níveis de produção inferiores aos alcançados pela CSN em 1992, mesmo sem os vultuosos investimentos que os referidos Consórcios consideraram indispensáveis.
- 3) o custo de produção adotado nas projeções são superiores aos níveis já alcançados pela CSN, antes, portanto, dos investimentos previstos pelos Consultores para melhoria de eficiência da Usina.
- 4) ficamos surpresos também com a adoção da taxa de desconto do fluxo de caixa projetado da Empresa, de 15% ao ano, que dá um prazo de retorno do investimento inferior a 5 anos.<sup>376</sup>

Dentre os questionamentos apontados, o único considerado relevante pelo governo seria o da diferença entre avaliações. Dos relatórios enviados a Faria pelo BNDES, constavam os valores de US\$ 1.380.745 mil e US\$ 1.730.700 mil, com a referida diferença superior a

---

<sup>374</sup> *Diário do Vale*, 24/04/1993.

<sup>375</sup> *Idem*, 28/12/1992.

<sup>376</sup> Carta de Sebastião Faria à Comissão Diretora do PND, 11/03/1993.

25% entre os valores. No entanto, o presidente da CSN seria surpreendido dias após sua carta pela informação que lhe teria sido enviado apenas um relatório preliminar sobre a avaliação de um dos consórcios, cujo preço final seria de US\$ 1.436.471 mil.

Se fiquei surpreso com a informação de alteração do preço mínimo de venda de US\$ 1,380 milhão para US\$ 1,462 milhão, fiquei perplexo quando constatei que a paginação do Relatório então encaminhado não coincidia com aquele que eu havia recebido anteriormente. A página 71 do Relatório anterior passou a ser a página 70 do novo Relatório, com os mesmos dizeres, mas números diferentes.<sup>377</sup>

Mesmo que não entremos em detalhes sobre os argumentos de Faria, o fato é que apesar de seu empenho no sentido de um novo adiamento do leilão da CSN, seu “poder de veto”, no sentido adotado por ALMEIDA (1999), era quase que inexistente diante do poder conferido à Comissão Diretora do PND, então presidida por André Franco Montoro Filho, e das próprias intenções do Presidente da República. Mais do que isso, a Comissão Diretora conseguiria ainda, junto ao Presidente Itamar, a antecipação do leilão de 5 de abril para o dia 2 do mesmo mês.<sup>378</sup>

Ao passo que o processo de privatização da CSN caminhava para seu desfecho, os setores contrários à privatização seguiram se manifestando contra o leilão da empresa. Mas vale lembrar que parte da resistência à venda da Companhia encontrava-se agora ocupada do poder e da administração municipal de Volta Redonda. Pouco menos de duas semanas antes do leilão da Companhia, o ex-diretor do SMVR e então presidente do PT de Volta Redonda, Vanderlei Barcelos de Souza, utilizou o espaço do editorial do *Diário do Vale* em defesa do governo municipal da “Frente Popular” (PT-PSB).

É infinito estabelecer uma análise de três meses da administração, esquecendo-se, voluntária ou involuntariamente, que os grandes problemas são, na verdade, antigos problemas. Alguns de caráter e competência estadual ou nacional, como o desemprego e a violência, onde o Executivo Municipal pode e deve exercer um papel reivindicador, articulador e de luta política, mas com poderes limitados. Outros de competência direta da administração municipal, como o funcionalismo público e os serviços da prefeitura, cujo estado de degradação é uma herança dos governos anteriores. São situações criadas e aprofundadas durante anos e mais anos, contra o que três meses de mandato são quase nada, ou nada mesmo.<sup>379</sup>

Depreende-se do trecho destacado que a prefeitura e o partido, alternativas de sobrevivência política procurada por alguns militantes, apresentava preocupações e questões próprias das quais se ocuparam importantes lideranças sindicais dos anos 1980. Por outro

<sup>377</sup> Carta de Sebastião Faria à Comissão Diretora do PND, 11/03/1993.

<sup>378</sup> *Diário do Vale*, 06/03/1992.

<sup>379</sup> Vanderlei Barcelos, *Diário do Vale*, 22/03/1993.

lado, o espaço político conquistado pela vitória da “Frente Popular” também servia de estímulo para as já conhecidas, e em parte desgastadas, formas de ação. Em meio ao embate com os defensores da privatização, esse envolvimento do poder público municipal e a suposta falta de mobilização dos contrários ao leilão da CSN ganhavam a primeira página do Diário do Vale (Figuras 11 e 12 – ANEXO III).

### **Protesto fecha rodovia, mas não mobiliza cidade**

*População não aderiu, comércio ficou aberto e nem ponto facultativo conseguiu mobilizar funcionários*

O protesto para tentar o adiamento do leilão da CSN fechou a Rodovia Lúcio Meira, na altura do Borba Gato e na entrada do Nove de Abril, por mais de duas horas. O trânsito ficou engarrafado por cerca de quatro quilômetros. O piquete foi realizado por um caminhão da prefeitura de Volta Redonda. Os metalúrgicos não participaram das manifestações e não foram sequer à praça Juarez Antunes, onde o protesto foi encerrado, quando saíam da empresa às 18 horas. O prefeito Paulo César Baltazar (PSB) decretou ponto facultativo nas repartições públicas e chefes de departamento verificavam se os funcionários iam aos piquetes. Ainda assim, o protesto não conseguiu mobilizar a população e se limitou a algumas centenas de pessoas. O comércio também não aderiu e não deixou as portas semi-fechadas, ao contrário do que havia previsto o presidente da Associação Comercial Gileno de Mendonça. As lideranças anunciadas – entre elas o governador Brizola e o presidente da CUT, Jair Meneguelli, também não compareceram.<sup>380</sup>

Mas o protesto público não seria a única nem muito menos a mais significativa frente de questionamento da privatização aberta pelos setores contrários. Diante da suspeição quanto ao preço fixado para a venda da Companhia, o prefeito Paulo César Baltazar encontrou em Sebastião Faria, no presidente do Sindicato dos Engenheiros, João Thomaz, e no Bispo Dom Waldyr Calheiros<sup>381</sup> fortes aliados para que o adiamento do leilão fosse pleiteado junto ao governo federal. Ainda que o objetivo inicial não fosse atingido, Paulo Baltazar atuou consideravelmente para que o chamado “passivo ambiental”, a dívida da CSN por danos ao meio ambiente, fosse considerado na avaliação da empresa, bem como para que fosse incluído um item no edital de privatização quanto à responsabilidade dos novos proprietários sobre tal dívida.

---

<sup>380</sup> *Diário do Vale*, 23/03/1993.

<sup>381</sup> Além da presença em manifestações públicas e nas audiências com o Presidente da República e parlamentares ou dos editoriais críticos à privatização publicados no *Diário do Vale* (cf. *Diário do Vale*, 30/03/1993), Dom Waldyr dedicou nesse período grande parte do apoio institucional da Igreja aos movimentos de posseiros do Sul Fluminense. Sob o título “Onde moras?”, a Campanha da Fraternidade da CNBB daquele ano teve como tema a moradia. Importantes celebrações do calendário da diocese de Volta Redonda foram realizadas em áreas de posse e com a presença do bispo. O lançamento da própria campanha, por exemplo, ocorreu na Fazenda da Barra I, no município de Resende, em 13 de fevereiro de 1993, mesmo dia em que terminava o prazo dado pela justiça para a desocupação do local (*Diário do Vale*, 15/02/1993). Já em 4 de abril do mesmo ano, as celebrações da semana santa foram abertas por uma missa no “Morro da Conquista”, uma das áreas de posse de Volta Redonda (*Diário do Vale*, 05/04/1993).

...insistentemente eu estive em Brasília, eu estava na parte do grupo que não concordava com o processo de privatização. Não conseguimos convencer o governo, que naquele tempo era o Itamar, de que era possível ter outro processo em função disso né. A única coisa que nós ganhamos, aí eu já estava na prefeitura de Volta Redonda, foi a questão do passivo ambiental. O déficit ambiental da CSN... da CSN com a questão ambiental. Uma atividade poluidora, toda siderúrgica é, e ela não tinha no edital nenhuma preocupação com o passado, tinha até com o futuro, alguma coisa com o futuro, com o passado não. E foi a única ação popular que teve êxito na bolsa de valores. E a CSN depois, assinou um acordo e tal, que não pagou no meu governo, mas pagou no governo seguinte, a respeito do passivo: o Programa Ambiental Compensatório que nós conseguimos assinar.<sup>382</sup>

Mesmo que a questão tenha se arrastado por alguns anos na justiça e o estado do Rio de Janeiro tenha ficado com boa parcela da dívida paga, podemos considerar que a questão ambiental constituiu um dos poucos fatores incluído na agenda da privatização da CSN em grande medida graças à atuação de setores considerados contrários ao processo<sup>383</sup>.

No dia 2 de abril, a uma semana de completar 52 anos de sua fundação, a Companhia Siderúrgica Nacional foi a leilão. O controle acionário pertencente ao Governo Federal foi posto à venda da seguinte forma:

10% de ações com 70% de desconto para os trabalhadores;  
10% de ações ao preço mínimo, também para os trabalhadores;  
6% de ações ao preço mínimo para o público em geral;  
65% de ações em leilão na Bolsa de Valores.<sup>384</sup>

Do total de ações colocado à venda, 73% foram arrematados, o que fez com que a operação fosse finalizada apenas na semana seguinte. O vencedor do leilão foi o consórcio de investidores formado por Docenave, Bamerindus, Grupo Vicunha, Emesa e Clube de Investimentos CSN, que tinha o ex-presidente Lima Netto como seu principal articulador.

---

<sup>382</sup> Paulo César Baltazar, dezembro de 2005.

<sup>383</sup> Como um dos últimos atos de resistência à privatização, o prefeito Baltazar ainda tentou por decreto municipal tomar diversas áreas e prédios da CSN. A medida no entanto mostrou-se completamente ineficaz e juridicamente insustentável (cf. *Diário do Vale*, 31/03/1993).

<sup>384</sup> Os cerca de 9% restantes já eram de propriedade da CBS.



O leilão da CSN

Tabela 12  
Novos controladores da CSN

Acionistas do capital ordinário	anterior	posterior
Siderbrás/Tesouro	90,8%	0,0%
Empregados		11,9%
Caixa Benef. Empregados CSN – CBS	9,2%	9,8%
Docenave (Vale do Rio Doce)		9,4%
Grupo Vicunha		9,2%
Bamerindus		9,1%
Bradesco		7,7%
Privatinvest		6,3%
Outras Instituições Financeiras		12,5%
Outras Ent. Prev. Privada		2,7%
Outros		11,1%

FONTE: BIONDI (1999:71)

Figuras 9 e 10

Lima Netto e o leilão no Diário do Vale



Diário do Vale, 03/04/1993



Diário do Vale, 03/04/1993

Apesar de ter conseguido uma reserva de compra para até 20% das ações, o Clube de Investimentos CSN, cuja adesão final ficou em torno dos 30 mil membros, adquiriu somente 11,9% das ações da Companhia. De qualquer modo, isso conferiu aos trabalhadores dois assentos no conselho de administração da CSN.

Uma matéria do *Diário do Vale* do dia seguinte ao leilão, assinada por Aurélio Paiva, além de consagrar Lima Netto como o grande vencedor do processo, dá uma visão geral dos bastidores da privatização da CSN, apontando alguns dos passos e das estratégias adotadas pelos diferentes atores em disputa.

## A volta por cima de Lima Netto

AURÉLIO PAIVA

Esta nem Lee Iacocca<sup>385</sup> poderia imaginar. Quando foi demitido da presidência da CSN em dezembro pelo presidente Itamar Franco, a impressão geral era de que a carreira de Roberto Procópio Lima Netto frente à empresa acabara. Mesmo quem, na época, ainda acreditava que a CSN fosse a leilão, não poderia prever uma vitória do ex-presidente depois que, fora da empresa, perdeu a importante participação da CBS em 10% das ações para Sebastião Faria. Além disso, dois dos maiores interessados na CSN na época - o banco alemão Dresdner e a Andrade Gutierrez - haviam desistido da empresa. [...]

O governador Leonel Brizola tentou formar um consórcio entre o governo do estado e os fundos de pensão. Na segunda-feira, reuniu os fundos em seu gabinete para tentar adquirir o controle da CSN. Descobriu, decepcionado, que todo o estoque as chamadas moedas podres dos fundos que reuniu mal chegavam a 8%. Mas: que o estoque destas moedas do Banerj estava imobilizado, lastreando operações do banco. Tentou “melar” o leilão, mas já era tarde.

Um grupo de bancos - liderado pelo Banco Magliano e pelo Unibanco - também tentava formar um consórcio, desta vez em torno do presidente da CSN, Sebastião Faria, que tem a seu favor os 10% das ações da CBS e tentava emplacar um representante dos empregados mais afinado com ele, mas o Sindicato dos Metalúrgicos impediu que esta última medida se concretizasse entrando na Justiça e conseguindo liminar. Isto deixou os bancos do grupo inseguros quanto ao sucesso da operação.

Outro forte candidato era o banco Bozano Simonsen. Seu grupo incluía o Banco Nacional, a Caraíba Metais e a Vale do Rio Doce. Esta última empresa, uma estatal, foi, porém, desaconselhada pelo governo a participar do grupo do Bozano Simonsen. A preocupação do governo era de que o Bozano, que já participa do controle da Usiminas e da CST, criasse um oligopólio da produção de aço no país. Ontem, o Banco Nacional debandou.

Enquanto os outros grupos se esvaziavam, o de Lima Netto crescia. Até o Banco Arbi, que inicialmente apoiava o Independente Clube de Investimentos - ligado à CUT - se uniu ao grupo. Em determinado momento, o consórcio passou inclusive a selecionar quem queria entrar no grupo, que congregou uma série de bancos de primeira linha.[...]

Quando o grupo formado por Lima Netto entrou forte no leilão, os demais bateram em retirada. Descobriram que não teriam cacife na competição para conseguir o controle da CSN. O martelo bateu rápido: o consórcio de Lima Netto arrebatou 73% dos lotes disponíveis. Ninguém mais se arriscou a entrar. Os lotes restantes terão que ser vendidos na segunda-feira, mas só podem ser comprados por quem adquiriu algum lote anteriormente. O controle da CSN pelo grupo de Lima Netto é majoritário. Demitido pelo governo, Lima Netto deverá retornar à presidência da CSN pelas mãos da iniciativa privada.<sup>386</sup>

Lima Netto, apesar da “liderança” apontada, e também de um acordo prévio que lhe garantia a presidência da CSN caso o consórcio saísse vencedor, passou a sofrer pressões, sobretudo de adversários políticos, para que não fosse escolhido presidente. Na reunião do conselho de administração da empresa realizada com essa finalidade, em 23 de abril de 1993, Lima Netto foi eleito. Apesar de não ter o voto do representante da CBS, a candidatura de

<sup>385</sup> A referência no texto deve-se à citação de LIMA NETTO (1993:15) atribuída ao então Ministro da Infra-estrutura por ocasião do convite para a presidência da CSN em 1990: *estou precisando encontrar o Lee Iacocca brasileiro para salvar a CSN. Você aceita o desafio?* Lido Anthony "Lee" Iacocca, industrial americano, ganhou notoriedade empresarial no início dos anos 1980 pela recuperação da Chrysler, então ameaçada de falência. O sucesso como administrador abriu-lhe o mercado editorial, onde também se tornou um grande autor na área de negócios, com livros traduzidos e publicados em diversos países. *To solve big problems you have to be willing to do unpopular things*, está entre suas máximas ([www.iacoccafoundation.org](http://www.iacoccafoundation.org)).

<sup>386</sup> *Diário do Vale*, 03/04/1993.

Lima Netto teve o pleno apoio dos representantes dos investidores privados<sup>387</sup>. No mesmo dia, ao deixar a presidência da Companhia, Sebastião Faria fez um relato emocionado sobre a saúde financeira da empresa, concluído, segundo o próprio, com um desabafo.

Aos novos donos da CSN e aos novos dirigentes, votos de pleno êxito na condução dos negócios da Companhia. Estou certo que nas mãos da iniciativa privada ela vai continuar dando sua contribuição, cada vez mais valiosa, para o nosso país. Logo nos primeiros contatos com a CSN, Vossas Senhorias vão ter a agradável surpresa de verificar que a empresa estatal brasileira não tem nada a ver com aquela falsa imagem passada pela “Campanha do Elefante”. A propósito, quero registrar aqui um desabafo. Como cidadão brasileiro, eu ficava revoltado e humilhado com aquela campanha asquerosa e mentirosa com que o BNDES nos bombardeou meses a fio pela televisão, e que em boa hora o Presidente Itamar Franco mandou sustar. Pena que ele não tenha mandado apurar as responsabilidades dos autores da campanha tão impatriótica.

No momento em que passo a direção da CSN aos novos controladores, sinto-me tranqüilo. Ao longo dos 29 anos em que dediquei ao serviço da empresa, estive muito envolvido com ela. A CSN, para mim, é assim como uma filha às portas do altar. Assim, como um pai, ao casar sua filha, se preocupa com o seu futuro, eu tinha também os meus cuidados com essa filha tão querida que é a CSN. Agora, no entanto, ao conhecer o genro, personificado na figura dos novos controladores, passo a ser apenas aquele pai tranqüilo e feliz, que augura para sua filha um futuro dos mais brilhante.

Muito obrigado.

Sebastião Faria de Souza<sup>388</sup>

Apesar do sentimento expresso no relato de Sebastião Faria, um misto entre a perda e o orgulho ferido, a maior parte dos trabalhadores mostrou-se convencida da participação no leilão de venda da CSN. Podemos destacar que essa adesão ao processo de privatização teve como pano de fundo não apenas a ascensão e consolidação da liderança do Formigueiro na eleição sindical de 1992, mas também o momento de “pacificação” das relações entre a Companhia e seus empregados. Depois do “enxugamento” observado entre 1990 e 1991, a ameaça de demissões encontrava-se relativamente afastada pela empresa, o que consistia num ambiente mais favorável à discussão das políticas de “parceria” e “administração compartilhada”. A estabilidade da mão-de-obra da CSN entre 1991 e 1993 pode ser comprovada pela redução das dispensas ao nível da “rotatividade normal” (700)<sup>389</sup>, como mostram os gráficos a seguir.

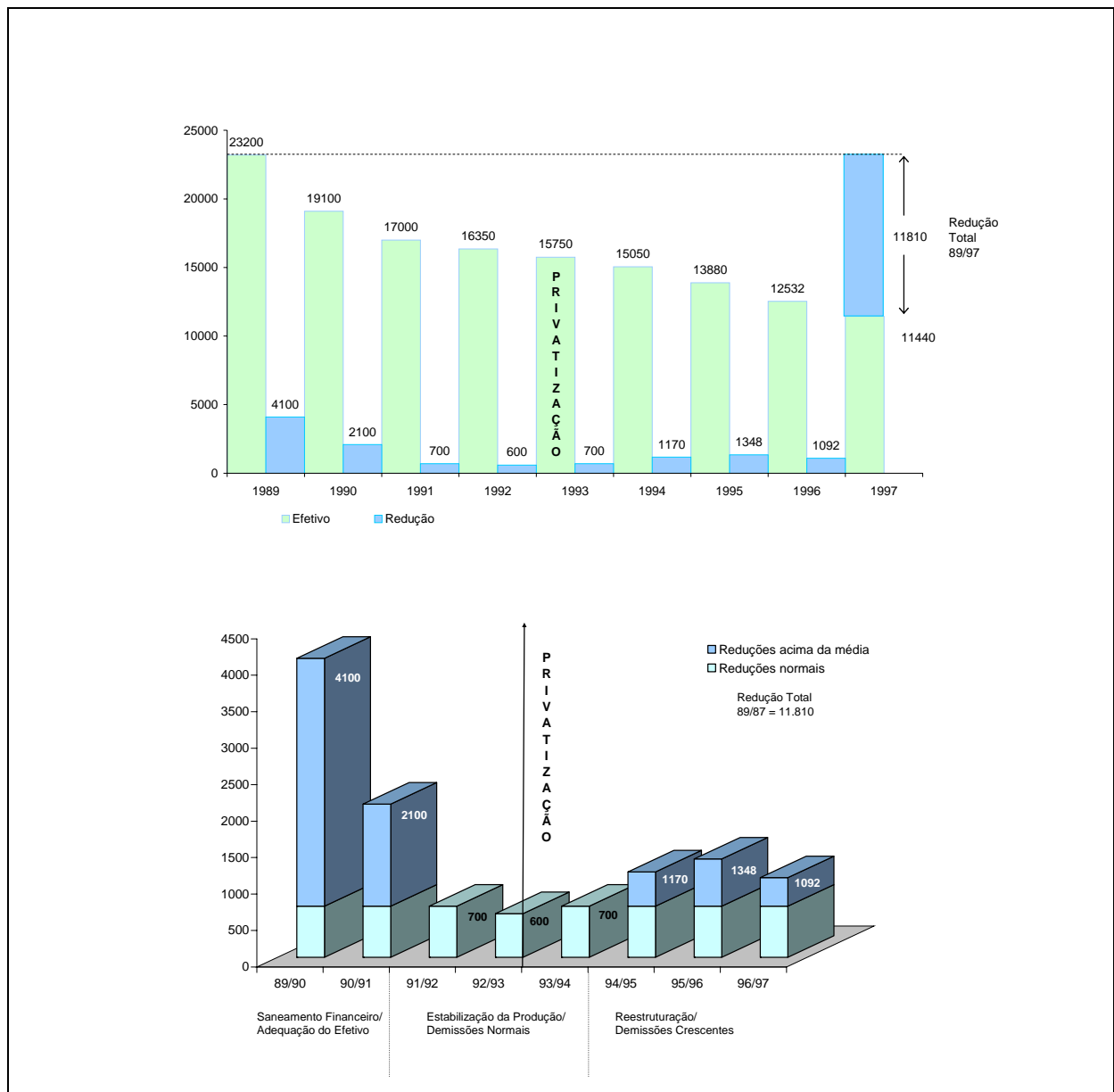
---

<sup>387</sup> *Diário do Vale*, 24/04/1993.

<sup>388</sup> Trecho final do discurso de transmissão do cargo de presidente da CSN, em 13/04/1993.

<sup>389</sup> Número atribuído principalmente a aposentadorias por tempo de serviço (cf. SENGE-VR, op. cit. p. 18).

Gráficos 3 e 4  
**Redução de Efetivo na CSN – 1989-1997**



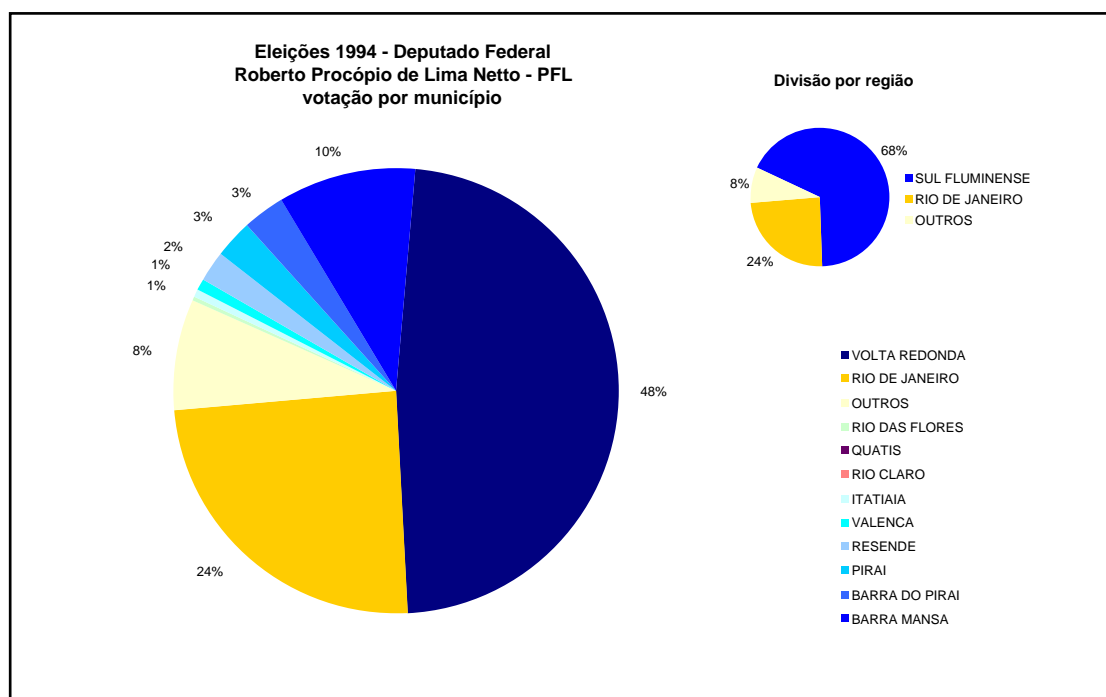
FONTE: SENGE-VR (1997:19-20)

Outro indicador dessa relativa consonância entre os trabalhadores e a Companhia seria o apoio dado por Volta Redonda às pretensões políticas de Lima Netto<sup>390</sup>. Candidato ao cargo de deputado federal em 1994, o ex-presidente da CSN foi eleito com uma expressiva votação

<sup>390</sup> Menos de um ano após reassumir a presidência da CSN, Roberto Procópio de Lima Netto renunciaria ao cargo para lançar-se candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Diante do baixo índice de intenções de votos, que não superava os 2%, o PFL optou por repetir no Rio a aliança do plano nacional com o PSDB, apoiando o então candidato Marcelo Alencar.

em Volta Redonda (48%) e nas demais cidades do Sul Fluminense (20%), totalizando 68% do seu eleitorado<sup>391</sup>, conforme representado nos gráficos da figura abaixo.

Gráficos 5 e 6

**Eleições 1994 – Deputado Federal**

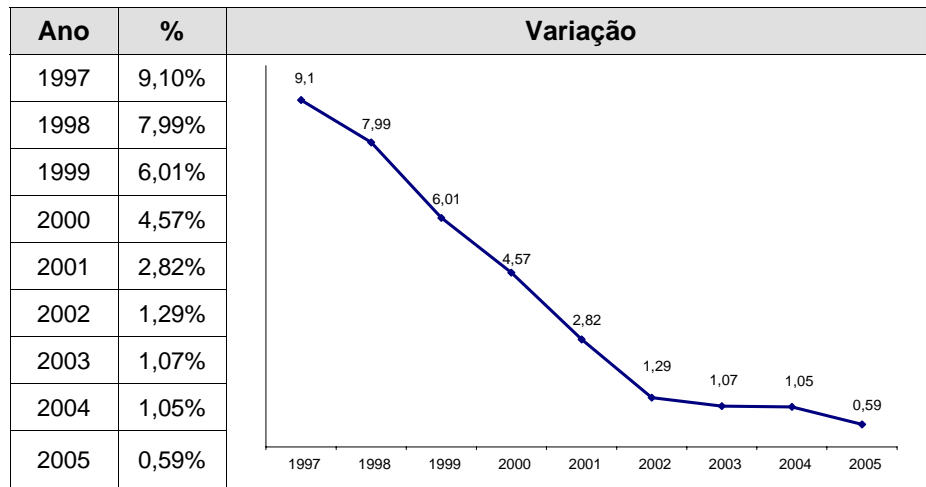
FONTE: TSE

Por outro lado, a suposta harmonia entre CSN e trabalhadores não se estenderia para muito além de meados dos anos 1990, assim como o “sonho” de enriquecimento daqueles que aproveitaram a reserva de ações destinada aos empregados da Companhia. Uma vez liberada a negociação dessas cotas fora do Clube de Investimentos, as ações foram rapidamente vendidas. A participação dos trabalhadores no controle acionário da CSN cairia em poucos anos, como mostra o gráfico e a tabela do quadro a seguir, levando inclusive à perda de uma das vagas do conselho administrativo da empresa em 1998<sup>392</sup>.

<sup>391</sup> Lima Netto obteve em números absolutos 47.076 votos, sendo destes 22.517 em Volta Redonda e 9.224 nos demais municípios do Sul Fluminense.

<sup>392</sup> De acordo com as regras da privatização, com a posse de mais de 9% das ações, os trabalhadores garantiram duas cadeiras no Conselho de Administração da CSN. Entre 5% e 9%, a representação seria reduzida a uma cadeira; e com menos de 5%, os trabalhadores perderiam esse direito. Porém, o edital do leilão da CSN garantiu aos empregados uma cadeira no Conselho, independentemente da posse de ações ou sequer da existência do Clube de Investimentos (SENGE, 1997:10).

Quadro 2 e Gráfico 7

**Participação dos trabalhadores no capital da CSN**

FONTE: Elaborado a partir de CSN INVEST *Relatório de Atividades* (2004) e SENG (1997:10)

Mais do que uma experiência de “administração compartilhada” ou um investimento em ações, para parte dos empregados da CSN, a participação na privatização da Companhia significaria a aquisição da casa própria. Essa possibilidade foi aberta com a construção do conjunto habitacional Villa Rica. Apoiado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, o empreendimento foi patrocinado pela CBS, tendo como garantia a troca antecipada das ações pelas casas. Mas as expectativas criadas pelos trabalhadores quanto a esse velho “sonho” também seriam em parte frustradas devido às condições daquelas moradias.

As casas foram construídas em aterros sobre terrenos pantanosos que cederam, causando as rachaduras nas paredes. A maioria dos mutuários é de empregados da CSN que adquiriram os imóveis com a venda das ações da empresa por ocasião da privatização da siderúrgica. Embora um engenheiro contratado pela Caixa afirmasse que o material empregado na construção fosse o exigido para imóveis de padrão médio popular, os laudos particulares feitos por técnicos contratados pela associação de moradores afirmam que as casas não passam do padrão inferior popular.<sup>393</sup>

Como indicado ao longo desse item, o contexto da privatização da CSN representou não apenas um momento de austeridade para os trabalhadores da Companhia, mas também um ambiente de oportunidades, ainda que limitadas, para os diferentes atores que se envolveram de forma direta ou indireta no processo. No próximo item, analisaremos a relação desse ambiente com a ascensão do grupo de militantes que assumiu o controle do SMVR em 1992, o Formigueiro.

<sup>393</sup> *Diário do Vale*, 25/06/2003.

### 3.5. Do Formigueiro à privatização: Albano e Luizinho

*Mataram uma formiga, mas não mataram o formigueiro.*  
**“Batatais”**

*Oito meses depois, eu estava fazendo assembléia no lugar do sindicato, sabia? O sindicato chamava assembléia, eu chamava assembléia e ia mais gente na minha assembléia do que na do sindicato. O que é isso? Não é o Luizinho, era uma proposta que, historicamente, ela estava no lugar certo. Teve erros, erros... então teve também, nem tudo é perfeito.*

**Luiz de Oliveira Rodrigues**

*Aí meu irmãozinho, eu já saí dessa... e fui montar uma empresa de consultoria pra mim... Quando o Luizinho assume o sindicato, a minha visão era outra. Antes fazia sentido eu no sindicato, mas depois o troço que foi não interessa. Vou pra fora...*

**Luiz Antônio Vieira Albano**

Se a amizade, a juventude e a vida na periferia aproximaram Luizinho e Albano, as contingências políticas, por diversas vezes, os colocaram ora juntos ora em lados diferentes. Na divisão ocasionada pela sucessão de Juarez Antunes, Luiz Rodrigues apoiou Marcelo Felício e Albano se lançou candidato. Como vimos no item 3.3, também na ocasião dos preparativos da greve de 1990, Albano se colocou contrário à deflagração do movimento, o que já indicava, segundo os depoimentos, o início de sua aproximação com Lima Netto, ao passo que Luizinho tinha sido *um dos diretores que mais se empenhou pela aprovação da greve* que seria a mais longa paralisação ocorrida na CSN (GRACIOLLI, 1999:92).

Desde que Lima Netto assumira o comando da CSN, Albano já se mostrava como um interlocutor entre o sindicato e o presidente da Companhia, mas suas estratégias e seus objetivos seriam transformados ao longo do exercício dessa função. Lima Netto, ao relatar o tom de “ameaça” com que foi recebido em seus primeiros contatos com Sindicato dos Metalúrgicos, destaca o papel inicial de Albano.

Na reunião que tivera pela manhã com o Sindicato recebi uma ameaça sutil. Sugeriram-me que, já que eu não conhecia a história da CSN, deveria me ilustrar um pouco, vendo o vídeo, que eles gentilmente me cederam, sobre os “sangrentos episódios da greve de novembro de 88”<sup>394</sup>.

Tive outra reunião, na tarde desse mesmo dia, com o Sindicato. Então, como não passara recibo da primeira ameaça, ou talvez achando que não a entendera por ser muito sutil,

<sup>394</sup> Tratava-se do documentário *Memorial da Greve* de Eduardo Coutinho e Sérgio Goldenberg (1989).

resolveram ser mas explícitos. Luiz Albano, Diretor do Sindicato, sugeriu-me que deveria tomar muito cuidado ao andar pela usina, porque ela era muito perigosa para quem não a conhecia bem.

– Isto é uma ameaça? – perguntei.

– Não, sabemos que o senhor não tem medo de ameaças.

– Pelo contrário, tenho medo sim. Porém, se o meu medo for maior que o meu senso de dever, peço demissão. (LIMA NETTO, 1993:29)

Mesmo que atuasse como porta-voz do sindicato, Luiz Albano já se encontrava insatisfeito com a disputa interna onde o poder de Vagner Barcelos vinha prevalecendo. Segundo Albano, desde essa época ele já procurava o que classificou como uma “alternativa para sua vida”.

...o Vagner ganhou a eleição na prévia, eu fiquei em segundo e o Marcelo em terceiro. Aí eu já perdi o tesão! Eu tinha casado em dezembro de 88, o Juarez tinha ido ao meu casamento na Itália com a Silene<sup>395</sup>. Aí depois acabou... perdi a eleição para presidente e já tinha mais tesão, já vou cuidar da minha vida, até porque eu já tinha dois mandatos pelo sindicato. – “Ah não! Você não pode, tem que ficar!”, unidade, aquela história de doido. Mas eu perdi o tesão, perdi o tesão geral e comecei a pensar em uma alternativa para minha vida. Fui candidato a deputado federal [1990], o Vagner lançou o Vanderlei, perdemos os dois. [...] Esse mandato [sindical] ia até 92 e como eu perdi o tesão, eu falei: “vamos embora para a Itália”, minha mulher é italiana, “vamos embora para a Itália”, cuidar dos negócios da família da minha mulher na Itália. Ficou o pessoal aqui... mas o sindicato já estava num processo de quê? A CSN num processo de privatização, entra o Collor, a privatização e internamente uma briga que não tinha... era porrada todo dia, porrada física, no sindicato. “Porra, eu não vou ficar nessa merda!”. Meus filhos nasceram... aí começa o Vagner me dar porrada... começa não, esse negócio de porrada nossa vem desde 79. Aí começa o rolo, eu falei: “porra, tudo bem”. Fui embora para a Itália... aí eu fui embora para a Itália.<sup>396</sup>

Diante da perda de espaço e liderança no SMVR, a busca de uma “alternativa” para Albano começa a se distanciar do campo sindical. De qualquer modo, entre 1990 e início de 1991 Albano se manteve no cargo de diretor do sindicato ao mesmo tempo em que se aproximava de Lima Netto, numa posição ainda não claramente definida, como indica uma reportagem publicada pelo *Jornal Opção* e, logo em seguida, desmentida pelo sindicato.

### CAMPANHA DIFAMATÓRIA

Foi publicado no último *Jornal Opção* que o nosso companheiro **Albano** é favorável à privatização da **CSN** e da **FEM**. A oposição formada por grupelhos, anda espalhando a notícia dentro da Usina, andando com este jornalzinho da direita debaixo do braço.

<sup>395</sup> Militante italiana ligada à Igreja Católica, chegou a Volta Redonda nos 1980 como parte do quadro técnico da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) que atuou junto ao SMVR no trabalho de organização e formação de lideranças.

<sup>396</sup> Luiz Antônio Vieira Albano, novembro de 2005.



A diretoria esclarece que o companheiro **Albano** é contra a **privatização** das estatais. Defende publicamente isto. Não passa de uma sórdida campanha de desmoralização de nossa entidade promovida pelos **divisionistas**. Sem qualquer cabimento.<sup>397</sup>

Mesmo que também participasse das negociações informais com Lima Netto, Luizinho não gozava no interior do sindicato do mesmo poder conquistado por Albano desde os tempos de Juarez. Luizinho, pelo contrário, ainda não havia consolidado sua posição entre os demais sindicalistas, apesar de seu papel de importante articulador junto aos movimentos sociais. No interior do sindicato, pesava muito sobre sua liderança o estigma de “traidor”. Da Igreja, para Juarez; de Juarez para a esquerda radical; da esquerda para Juarez novamente etc. Sua presença era sempre vista com desconfiança sobretudo pelo grupo ligado a Vagner Barcelos, a principal liderança do SMVR ao final dos anos 1980.

O Luizinho que tinha saído [e voltado] na época do Juarez. Voltou, eu acho até que num processo, pelo que eles falam, porque eu não participei daquilo... num processo de subordinação porque ele teve que fazer uma autocrítica, era uma exigência deles. Ele aceitou fazer isso para voltar para o sindicato já achando que o grupo lá do Braitto era inconveniente. Além disso, vêm as questões, eu acho, de sobrevivência: uma família enorme, dezesseis irmãos passando fome, se sustentando com o seu trabalho... faz o caminho de volta. Aí vem a condição real daqueles trabalhadores. Fez o caminho de volta... ele era elaborador, sempre foi. Quando o Juarez morre, ele vai divergir do Vagner. Tem uma luta dentro do sindicato, Albano... o Marcelo eu acho que um pouco também... fica difícil localizar o Marcelo porque o Marcelo nunca é linha de frente da briga, mas o Albano e o Luizinho vão divergir do Vagner e o Vagner faz o processo de isolamento deles.<sup>398</sup>

Ocorrido no contexto de transformações políticas e econômicas de início da década de 1990, o referido isolamento e a perda de espaço no sindicato também colocavam para Luizinho a necessidade de busca de “alternativas para sua vida”, incluindo-se nisso não apenas sua sobrevivência político-sindical, mas também material.

Foi em 90, exatamente em 90. Eu tinha isso na minha cabeça... que era a minha relação com a esquerda organizada, com o PT... o que é que eu via? Minha missão dentro do movimento social, eu nunca achei que tinha acabado. Mas aquela direção para mim... eu estava perdido, eu não estava concordando, não estava sentindo aquele negócio. Porque havia uma abertura e a esquerda lutava contra a ditadura. Tinha que lutar pela democracia, vamos contra a ditadura. É diferente. Era a hora de construir a democracia, não era “abaixo a ditadura” mais, era “que democracia nós queremos?”.

A eleição do Collor para mim foi um troço assim... um estouro na minha cabeça. “Esse povo votou no Collor”. Eu conversando com um amigo, ele falou assim: “esse povo é a cara do Collor”. E eu falei: “é mesmo! Esse povo é a cara do Collor”. [...] Eu pensei assim: “isso é um rio que está passando, eu não posso impedir esse rio”. [...] E vinha para dentro do sindicato. A

<sup>397</sup> Boletim 9 de Novembro, 20/03/1990, grifos no original. Vale notar que as categorias acusatórias “grupelhos” e “divisionistas” são dirigidas aos militantes da Causa Operária e da Convergência Socialista que atacavam Albano e o sindicato naquele momento (idem, 21/03/1990).

<sup>398</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

empresa chama, as empresas chamam para... “processo, vamos negociar processo”. E qual era o nosso lema? “Somos um sindicato de massa e de conflito”, assim mesmo. A nossa pauta de reivindicação era entregue lá no 16º andar da CSN ou no 3º. andar de qualquer empresa aí, ou escritorzinho, mas já estava em estado de greve. Aquilo era um conflito permanente. Era um sindicato de massa e de conflito. Eu falei: “não é mais. Não é mais esse sindicato. De massa ele tem que ser, mas de conflito não é mais”. Eu entendia outra coisa, não sabia o que era.

Eu vinha para cá:

- Pessoal, nós temos que negociar processo. Os trabalhadores estão reclamando hora-extra, reclamando isso... tem que dar hora-extra para os caras e receber os atrasados e a gente bota na justiça para todo mundo.
- Não, isso é peleguismo!
- Pessoal...
- Não, isso é peleguismo”.

No duro era isso aí que a gente passava. Eu não tinha lugar para cair duro e já estava no sindicato há um bom tempo, eu não via muito como sobreviver fora. Eu chegava ali mesmo e falava para eles: “eu vou virar homem e vou sair do meio de vocês”. E o pessoal quase todo lá:

- e a gente não é homem?
- Não, sou eu que não sou homem.

Foi para sobreviver que eu tinha que fazer isso. Um dia eu cheguei e falei: “eu acho que não tem lugar para ir não, mas eu vou voltar para a CSN, vou bater marreta lá dentro. Pessoal, não quero mas nada não. Não quero fundo de garantia, não quero nada, pode deixar tudo para vocês”. Cheguei na CSN, não deixaram entrar, entendeu? Eu falei: puta merda, hein? Não tem jeito”.<sup>399</sup>

Na avaliação que faz da trajetória do sindicalismo de Volta Redonda, Luizinho atribui sua mudança de posição a um amadurecimento necessário ao movimento. Por outro lado, para quem buscava “sobreviver”, política e materialmente, no sindicalismo do início dos anos 1990, a oposição à ação sindical “de conflito” se apresentava naquele momento, no país e em Volta Redonda, como uma possibilidade promissora.

Por isso é que eles vão para Força Sindical. A opção pela Força Sindical, me parece, não foi uma opção... de divergências sindicais, mas de espaço. Porque era aquilo que você tinha né, porque senão não se concretizava nenhum processo de privatização. Um movimento sindical fragilizado, uma greve... a briga também veio numa greve de 30 dias em que o Vagner arrumou e o movimento saiu no chão. Porque eles insistiram na derrota, insistiram nas derrotas, elaborando mal, divergências lá dentro e se deu o racha a essa altura do campeonato. Se dá o racha, eles saem do sindicato e vão lançar uma outra coisa. E aí vão se aliando... numa proposta até meio equivocada... quem tinha a melhor proposta? Enquanto que o Vagner só negava a privatização: - “não, não, não, não...”, não entrou no processo de discussão, o Vagner... os setores de esquerda em Volta Redonda não fizeram isso não.<sup>400</sup>

A adesão ao ideário da Força Sindical (FS), num primeiro momento, representava para Luizinho uma alternativa para a condição subordinada em que se encontrava no SMVR. Com o avanço do processo de privatização, todavia, o estreitamento das relações com a central se apresentou como uma possibilidade de ascensão político-sindical sem precedentes em sua

<sup>399</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>400</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

trajetória. Na medida em que o poder de Lima Netto vai se afirmando e a liderança de Vagner enfraquecendo, tem início a formação da aliança que daria origem ao Formigueiro.

Um setor do pessoal começou a sentir que eu estava sendo sincero e que a empresa estava recuperando. E a CUT numa posição muito extrema. Esse desenho aí, você tem que saber um pouco dele. Eles tiveram... começaram a ter idéias. O Albano desde que eu cheguei lá, o presidente anterior que foi o Juvenal, que tinha sido do BNDES, eu entrando ele falou: – “Olha, o Albano é um cara confiável. Se ele fala que faz, ele faz. Se ele fala que não faz, ele não vai fazer. Mas tem que falar aberto, mais claramente”. Então eu tinha o Albano como um cara confiável. Me deu um trabalho desgraçado. Porque eles eram contra mim e ele era muito agressivo, né, o cara é...

Mas então... aí o Albano me procurou... mas eu mantinha relacionamento, mesmo com a CUT, o Vagner me procurava, eu falava. O Albano me procurou... com idéia deles de montar essa... – “Tô dentro! Topo mesmo sem cena”. Então, eles foram em frente. Agora eu não sei te dar mais detalhes. Mas eu acho, meu sentimento, eu acho que eles sentiram que a coisa estava virando, que realmente o pessoal estava acreditando em mim. Então, eles viram a oportunidade.<sup>401</sup>

Como se depreende da fala acima, Albano já possuía um considerável trânsito entre os diretores da CSN. De *inimigo, agressivo e contra*, em pouco tempo Albano se tornaria *um dos melhores amigos* de Lima Netto em Volta Redonda (LIMA NETTO, op. cit. p. 29). A partir do momento que em que esse contato começa a ganhar autonomia em relação ao sindicato, a aproximação com a diretoria da CSN, em princípio não declarada abertamente, tornaria insustentável a permanência de Luizinho, Albano e um grupo de seis outros militantes no sindicato. Em agosto de 1991, Vagner Barcelos grava uma conversa telefônica sua com o Gerente Administrativo da empresa, Luiz Xavier, em que este confirmada a presença de integrantes do grupo em seu escritório, bem como os objetivos do encontro<sup>402</sup>. Apresentado numa assembléia realizada em 14 de agosto, o conteúdo da gravação serviu de argumento para que Vagner pedisse a expulsão dos diretores envolvidos. O episódio tornou público o que já era latente: uma nova, e provavelmente a mais significativa, dissidência na direção do sindicato. Colocado em votação, a assembléia aprovou o pedido e decidiu pela expulsão do grupo de diretores dissidentes. Luizinho, único a fazer uso da palavra em defesa do grupo<sup>403</sup>, narra sua visão e experiência sobre o episódio.

Falaram, voltou a palavra para o presidente e ele falou: – “ele está aqui embaixo, não sei se ele quer falar não, você quer falar?”; eu falei “quero”.

Aí eu falei. Foi muito legal, foi a melhor experiência que eu tive na minha vida com a massa. Porque... um cara me jogou uma pedra, não quero falar quem é, porque não interessa... esse

<sup>401</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

<sup>402</sup> Albano, Luizinho e outros diretores negociavam com a empresa, à revelia de Vagner, uma revisão do acordo de abril de 1991. Um novo acordo seria aprovado pela categoria contra a orientação do sindicato em novembro daquele ano (ver item 3.3).

<sup>403</sup> Cf. GRACIOLLI (1999:113).

cara me jogou uma pedra, mas exatamente para insinuar à massa que podia jogar pedra. Quando ele jogou a pedra, começaram a jogar pedra. Eu estava tão seguro de mim, tão tranquilo que eu parei... e o presidente na época, para incentivar a jogar mais, ele: “gente, não faz isso não, não faça isso gente. Deixem o rapaz falar”. Aí eu falei: “me dá o microfone aqui”. Eu estava muito tranquilo: “Olha..., o circo está montado. Vocês devem estar vendo isso, o circo está montado. Agora, vocês que estão jogando pedra: joguem! Vocês acham que estão certos”. Olha, no olho dos caras bicho... eu vi que os caras... foi a maior comunicação que eu tive com a massa até hoje, no olho, sabe? Foi aquele negócio que a pedra pesou na mão de cada um. Eu só falei numa boa: “se vocês quiserem me dar um voto de confiança, vocês estão falando com uma pessoa que quer ficar próximo a vocês e não quer trair vocês, é só isso que eu quero falar... E outra, não é abuso, mas eu vou descer aqui e passar no meio de vocês”. Quando eu desci cara, veio um e falou: – “pelo amor de deus! Não faça isso!”. A massa fez assim... [gesticula, sinalizando a abertura do caminho]. Acabei de passar, [houve] a votação e eu expulso.<sup>404</sup>

Diante do pano de fundo do processo de privatização da CSN, essa dissidência seria um verdadeiro divisor de águas. O Formigueiro, nome dado ao grupo, começaria então a se constituir como uma força política visando à conquista do sindicato. Mas o que seria apenas mais uma disputa entre dois grupos que almejavam o poder no sindicato, integrou-se a um debate mais amplo onde outras “polarizações” entre “bandeiras” seriam incorporadas. Nesse contexto, a competição pelo controle do SMVR também se daria entre favoráveis e contrários à venda da Companhia, bem como CUT e FS se enfrentariam pela primeira vez em Volta Redonda.

A Força Sindical foi o seguinte... assim, sabe... eu sacaneava lá na direção da nossa diretoria, ninguém me contava nada... não tinha como eu voltar para a empresa, não me aceitavam, e eu tinha que pensar na sobrevivência. [...]

Aí teve um dia que eu tive coragem e falei: “vou embora, vou deixar tudo mesmo!”; deixei tudo mesmo e fui embora, “porque eu não ia ficar enxugando gelo aqui”. Fui embora e fiquei um mês, mais ou menos. Aí um vereador, Isaque Fonseca<sup>405</sup>, me chama para ser chefe de gabinete dele. Eu fui, deixei de lado, mas as pessoas começam a me procurar, me procurar, me procurar e nós montamos o Formigueiro. O Formigueiro é o grupo que vai então buscar as alianças, e encontra da Força Sindical, e vai disputar...<sup>406</sup>

Vale chamar atenção não só para as possíveis “causas” que teriam levado os militantes de Volta Redonda à conquista do apoio da FS, mas também para os meios pelos quais a entidade foi atingida. O contato entre o Formigueiro e a central se daria a partir de laços desenvolvidos por Luizinho dentro do campo em que atuava, o movimento sindical “combativo”, cujas raízes remontam às oposições sindicais dos anos 1980.

<sup>404</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>405</sup> Vereador de Volta Redonda (1989-1992) e ex-diretor do SMVR (ver item 2.4).

<sup>406</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

Teve o congresso [de fundação da Força Sindical] e por sorte chega à Volta Redonda um papel, um material dizendo que aquilo ali eram as resoluções do congresso da Força Sindical. Peguei aquilo pra olhar e olhei logo a direção né. Na direção eu acho o José Ibrahim, de Osasco, era meu chapa, participamos juntos da fundação da CUT [...]; Lúcio Belantani, que foi um puta camarada da Ford, presidiu a confederação [...] e vim a encontrar o Alemão, que era uma referência para mim. [...] Então, eu vejo os três caras lá: “essa central não pode ser tão vagabunda se esses três caras estão aqui”. Aí comecei a pensar diferente, falei: “pô, o Lúcio lá, Alemão, José Ibrahim”, pensei diferente. Aí o que eu faço? Eu dou um fio para o Lúcio.<sup>407</sup>

Apesar do clima de polarização, sobretudo no plano discursivo, entre as duas centrais sindicais, o surgimento da FS apresentava-se como um possível caminho para setores e militantes que viviam um processo de isolamento político no interior da CUT. Já a FS via nesses setores, até então tido como “combativos”, importantes aliados para a consolidação de seu projeto político-sindical.

Lúcio Belantani<sup>408</sup>, ex-militante do Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP), foi adversário de Luiz Antônio de Medeiros nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP) em 1987. Essa mesma eleição sindical, entretanto, teria desencadeado uma disputa no interior da CUT que culminaria no seu isolamento<sup>409</sup>. Semelhante aos militantes de Volta Redonda, isso teria feito com que o sindicalista vislumbrasse na adesão à FS uma alternativa de sobrevivência político-sindical.

Segundo Luizinho, o contato inicial e a sua posterior adesão à proposta da FS teria relação com uma identificação, não só com o passado desses outros sindicalistas, mas também

---

<sup>407</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, outubro de 2005. José Ibrahim fez parte do grupo de estudantes-operários engajados no movimento de oposição sindical metalúrgica de Osasco (SP) nos anos 1960. Eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1967, Ibrahim foi líder da greve na Cobrasma de 1968, movimento que ficaria conhecido, juntamente com a greve de Contagem (MG, 1967), como precursor, ou *embrião*, do movimento que ganharia maior expressão ao final dos anos 1970 (cf. WEFFORT, 1972). Após a intervenção do governo no sindicato e sua cassação, integrou organizações guerrilheiras, sendo exilado e voltando para o país com a anistia. (COUTO, 2003). Enilson Simões de Moura, o Alemão, foi metalúrgico e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Um dos líderes das greves de 1979 e 1980, foi preso assim como Lula e outros diretores do sindicato, em 1980. Ao final da década, já empregado da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) fundou o Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo (SINDBAST), entidade de que seria presidente. Alemão e Ibrahim fizeram parte da direção da Força Sindical até 1997, quando romperiam com Luiz Antônio de Medeiros para fundar uma nova central, a Social Democracia Sindical. Para o empreendimento, os sindicalistas contaram com o apoio das relações desenvolvidas com as principais lideranças do PSDB, partido detentor dos executivos federal e estadual (SP) naquela época.

<sup>408</sup> Metalúrgico da Ford (Ipiranga) e militante do SMSP, Lúcio Belantani foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1960 e 1970. Nos anos 1980, integrou o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP) ou Oposição Sindical Metalúrgica (OSM), participando da criação do PT e da CUT, onde também fazia parte da corrente Articulação Sindical. Nesse mesmo período, foi eleito presidente da Comissão de Fábrica da Ford-Ipiranga.

<sup>409</sup> Ainda que Belantani fosse ligado à Articulação Sindical, sua chapa (Nº. 2) representava uma composição entre PC do B, PCB, PDT e MR-8, o que contribuiu para que os militantes petistas lançassem uma chapa própria (Nº. 3). Diante dessa divisão, somente após a desistência da Chapa 3, já no segundo turno das eleições, foi que a CUT teria reconhecido a Chapa 2 como representante da central. Mesmo assim, a CUT manteve uma posição *pouco empenhada* na campanha em que Belantani seria derrotado pela Chapa 1, de Luiz Antônio de Medeiros (CARDOSO, 1999:143).

pelo fato de todos eles terem enfrentado semelhantes barreiras impostas pela perda de espaço no interior da CUT.

Eu tinha muito contato com eles na articulação da formação da CUT, montou a CUT, depois foi esporádico e depois não tive mais contato, sumiram né. Talvez eles estivessem passando a mesma faze que eu. Eles aparecem já na Força Sindical e são pessoas totalmente convencidas de um novo cenário... e muito focados no que tinha que fazer. Mas eu... falei: “então eu vou ligar para esse cara”. Quando eu encontro com ele [Belantani], a gente começa a conversar coisas que eu sentia, que ele sentia, o que era realmente... aí eu parti para lá, eu fui lá... e falei: “a alternativa está aqui”.<sup>410</sup>

Apesar dessa semelhança entre sua trajetória e a de alguns dos fundadores da FS, Luizinho aponta a resistência que ele e Albano inicialmente tiveram à central, não negando, inclusive, o constrangimento dos primeiros contatos com os seus líderes.

Já tinha uma Kombi com o emblema da Força Sindical, e ele [Belantani] falou: – “vou levar vocês para conversar com o Medeiros”. Descemos com ele, enfiados naquela Kombi, eu e o Albano. A gente com uma vergonha de entrar naquela Kombi (risos)... “ah, vamos assim mesmo!” (risos)... com o emblema da força (risos)... “meu deus do céu! Olha só!”. Você sabe o que é uma mocinha direita que foi apresentada na zona... “olha, você vai trabalhar aqui...”.<sup>411</sup>

Se o estabelecimento de laços com a Força Sindical e a defesa da privatização deu ao grupo novas armas para o enfrentamento com os setores que dominavam a CUT em Volta Redonda, essas posições também afastariam Luizinho dos setores mais moderados da esquerda e de parte dos laços pessoais que até então lhe conferiam algum capital político, ou mesmo que o auxiliavam na sua “sobrevivência” fora do sindicato, como no caso do então vereador Isaque Fonseca.

Eu voltei convencido. Eu cheguei:

– Isaque, meu irmão, eu ouvi isso, isso e isso, e o mundo vai ser assim, eu pensei isso... e eu vou caminhar por aqui.

– Você está maluco!

Ele chamou a Sandra Mayrink Veiga<sup>412</sup>, que era a namorada dele, que ele respeitava muito, e era mentora dele. – “Luizinho...”. Eu falei: “não, eu me convenci”. E ele era o homem que deu o meu emprego... se eu sair dali, eu não vou ter outro lugar para entrar. Mas eu estava convencido. Eu não via mais nada, só via aquilo, não via nem a fome, não via dificuldade nenhuma, eu só via aquilo.

Ele falou: – “eu quero você no Rio amanhã, porque nós vamos conversar com o deputado federal Fernando Lopes”. Você sabe quem é, né? O deputado federal, foi secretário de governo do Brizola, do Garotinho... era o ideólogo do PDT. [...]

<sup>410</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, outubro de 2005.

<sup>411</sup> Idem, julho de 2004.

<sup>412</sup> Sandra Mayrink Veiga, historiadora ligada à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), atuou junto ao SMVR no trabalho de organização e formação de lideranças nos anos 1980.

Os dois, não satisfeitos, não querendo me perder também, me levam para casa do Cunca Bocaiúva. Você já ouviu falar? Filho do Bocaiúva Cunha, um dos capas do PDT, e o Cunca era um dos intelectuais da época. Me levaram para casa do Cunca Bocaiúva, fomos nós quatro. Comes e bebes, madrugada adentro. Aí você sabe o que é um intelectual desenhando uma conjuntura que lhe interessa. Mas foi só eu esperar ele acabar de falar, eu falei: “meu irmão, tá fora, tá fora!”. Eu sei que chegou uma hora que ela [Sandra] olhou para ele [Isaque], e eu fui ao banheiro, e ela falou assim: “foi para direita, não tem jeito!”. A gente foi para a casa, para casa da Sandra Mayrink Veiga, na Gávea, deitamos umas quatro da manhã, levantamos às oito... viemos embora, sem conversar de lá [Rio] até aqui [Volta Redonda]. Aí, chegam e dizem que “o cara foi para a direita e se reuniu com a Força Sindical”.<sup>413</sup>

Apesar da ruptura com antigos amigos e aliados políticos, Luizinho e Albano ressurgem para o movimento sindical amparados material e discursivamente pela FS e com um canal direto de diálogo com o presidente da CSN. Na medida em que ganham expressão política, os sindicalistas passam a trabalhar em duas frentes interligadas: a volta ao Sindicato dos Metalúrgicos e a defesa da privatização da CSN.

...o Albano e o Luizinho sentaram com a empresa... mas isso de forma subordinada, de forma subordinada. Mas que tinha uma contribuição do presidente também... aí é a Marlene interpretando, está escrito na minha dissertação de mestrado isso. Na verdade, eu falo que o Procópio, que ele é o populista à direita do espaço vazio que o Juarez deixou. Ele não faz o processo de privatização sem aliança com os trabalhadores, como eu te falei. Ele não consegue fazer passar esse processo sem fazer concessão. Tanto é que se você for olhar os acordos sindicais da época do Luizinho, o trabalhador não perde não. Ele conseguiu negociar, no processo de gestão dele, negociar alguma coisa, o processo de demissão... e consegue negociar porque a CSN ainda precisa do movimento sindical para consolidar isso, precisa disso.<sup>414</sup>

Mais do que uma reversão da privatização, o que estava em jogo era a “socialização” das perdas e das oportunidades que surgiam com o processo. Ao mesmo tempo em que Lima Netto buscava, ao seu modo, uma reinvenção dos laços entre a Companhia e seus trabalhadores, como vimos no item 3.3, o Formigueiro também procurou numa interpretação própria do passado as bases para a sua empreitada político-sindical. Na comunicação do grupo direcionada aos trabalhadores, há inúmeras referências a um retorno a um sindicalismo “como nos tempos do Juarez” que seria proporcionado pelos remanescentes do “grupo do Juarez”: Albano, Luizinho e João Nery Campanário. Além disso, segundo os sindicalistas, a própria idéia que deu origem ao nome “Formigueiro” remonta aos anos 1980, período bastante combativo e de mobilização.

---

<sup>413</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>414</sup> Marlene Fernandes, outubro de 2005.

...o grupo que eu fundei, chamado formigueiro, foi uma das coisas mais legítimas que tinha... depois que eu deixei de lado e tal é que eu pensei: aquilo tinha força! Porque é o seguinte... a história do mendigo, você sabe? [...] Tinha um mendigo que freqüentava as assembleias e a gente dava uma auto-estima pra ele, sabe... o Batatais. O Juarez morreu e tinha marcado uma assembleia, nós mantivemos a assembleia. Nós chegamos na assembleia, tinha muita gente cara, todo mundo parado assim, olhando. [...]

Aí chega o Batatais:

– “é rapaz! Mataram uma formiga, mas não mataram o formigueiro”!

Quer dizer, (risos) isso aí é o Formigueiro. Mataram uma formiga, mas não mataram o formigueiro. Então a turma... a coisa tinha força e tal.<sup>415</sup>

Batatais, o autor da frase, dependendo da fonte consultada, era um mendigo, um militante, um desconhecido ou simplesmente um *rapaz que vivia lá no meio da gente*<sup>416</sup>. Sua frase, aparentemente aleatória, entretanto, deve ser colocada em relação com uma memória coletiva arraigada entre militantes e moradores de Volta Redonda. Essa espécie de “mito fundante” da idéia do Formigueiro, tornava o mais anônimo dos personagens de Volta Redonda portador dos sentimentos dos operários naquele momento<sup>417</sup>. Um primeiro registro da frase “mataram uma formiga, mas não mataram o formigueiro” foi encontrado num panfleto distribuído pelo sindicato na ocasião da morte de Juarez Antunes, em 1989 (Figura 14 – ANEXO III).

O termo “formigueiro”, entretanto, remete também a duas outras idéias bastante recorrentes no jargão de metalúrgicos e moradores de Volta Redonda. Uma primeira referência pode ser encontrada nos depoimentos sobre os primeiros anos da CSN, quando a multidão de operários reunida na construção e operação Companhia, ou a própria cidade de Volta Redonda, são descritas como “formigueiro” ou “colméia”, entre outras analogias (MOREL, 1989:88). Outra referência bastante comum, já nos anos 1980, diz respeito não apenas à massa de trabalhadores, mas ao trabalho político desses na organização do movimento sindical. Referências ao “trabalho de formiguinha” empreendido por trabalhadores e sindicalistas foram recorrentes durante todo o período inaugurado pela vitória de Juarez Antunes em 1983. Até pouco antes da configuração da dissidência do Formigueiro, essas mesmas idéias eram fartamente encontradas nos boletins da gestão de Vagner

<sup>415</sup> Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

<sup>416</sup> Marcelo Felício, outubro de 2005.

<sup>417</sup> A morte de Juarez Antunes, além de desencadear conturbados processos de sucessão na Prefeitura Municipal e no SMVR (item 2.4), gerou inúmeros outros fatos que teriam sido utilizados com o acirramento das disputas política e sindical. Nesse contexto, as dúvidas sobre as circunstâncias de sua morte alimentaram diferentes versões para o fato que variavam desde o assassinato a um suposto plano de exílio em Cuba (MONTEIRO, 1995:68). De qualquer forma, os antigos aliados de Juarez contribuíram em muito para a mitificação de sua figura. Seu carro acidentado, por exemplo, foi exposto em diferentes locais públicos de Volta Redonda e cidades vizinhas. Segundo depoimentos, o automóvel se apresentava em Volta Redonda bem mais danificado do que estaria após o acidente.



Barcelos<sup>418</sup>. Além disso, não podemos perder de vista todo um imaginário de esquerda que alimentava os projetos e o ideário dos militantes de Volta Redonda, como vimos no item 2.4, especialmente com relação a célebre frase de Che Guevara, *Podrán cortar todas las flores, pero nunca terminarán con la primavera*, tão “traduzida” em Volta Redonda nos anos 1980.

Mas o projeto de retomada do sindicato e defesa da privatização ainda carecia de uma liderança que pudesse representar esse sentimento coletivo dos trabalhadores. Luiz Albano, apesar da reconhecida liderança, há muito já enfrentava restrições ao seu nome junto a vários setores do movimento social de Volta Redonda.

Eu sou uma pessoa de Volta Redonda que é o seguinte: a Igreja foi fazer... um show, após a greve de 88 e eu fiz um boletim para a Igreja assim: “padre não tem filho (eu sempre tive uma briga muito forte com a Igreja) padre não tem filho registrado, rezando ou não a missa, tem o pão e o vinho garantidos”. A Igreja me adora meu irmão, a Igreja me adora! [...] Sempre me coloquei de igual e isso nem sempre é muito bom para eles, eu nunca fiz por menos! Aí a Igreja fez um filme, a Igreja chamou o Sérgio Rezende<sup>419</sup> para fazer um filme, lembra? O Sérgio falou assim: – “Albano, eu nunca vi... o ódio contra você é muito grande!”.<sup>420</sup>

Mesmo que Albano estivesse diretamente envolvido na defesa da privatização, a rejeição a sua figura constituía um risco que não poderia ser assumido pelos interesses que se direcionavam para Volta Redonda naquele momento. Da mesma forma, seu nome não deveria encabeçar a proposta do Formigueiro.

...o Albano era muito marcado, o Albano não tinha condições de ganhar o sindicato, ele traz o Luizinho. Ele faz essa jogada, até muito inteligente, traz o Luizinho, monta a chapa dele... ele falava que estar lá na chapa em qualquer lugar [...] pra ele isso não importava, o que importava era o processo. Aí ele vem trazendo o Luizinho.<sup>421</sup>

Percebida pelos dois lados em disputa, a rejeição a Albano seria contornada pelo Formigueiro com o lançamento de Luizinho à frente de sua chapa. Contudo, tal fato foi bastante utilizado pelos militantes da CUT durante a campanha eleitoral sindical de 1992, como indica o trecho destacado abaixo.

### **TÁTICA**

Os formiguentos adotaram uma tática para se beneficiar nas eleições sindicais de julho. Vão espalhar que o Albano (roubano) não pertence mais ao grupo Formigueiro (Farsa Sindical).

<sup>418</sup> “Formiguinha” ou “abelha” eram utilizados em referência ao trabalhador ou militante do chão de fábrica, normalmente chamados a contribuir com o movimento coletivo organizado pelo sindicato. *A SBM vai virar formigueiro; O Sindicato faz o movimento de fora para dentro e as formiguinhas de dentro para fora*. (Boletim 9 de Novembro, 10/12/1990); *Uma abelha só não faz pressão* (Boletim 9 de Novembro, 14 e 15/02/1990).

<sup>419</sup> Albano refere-se a Sérgio Goldemberg que, juntamente com Eduardo Coutinho e equipe, à época filmavam depoimentos para *Memorial da Greve* (1989).

<sup>420</sup> Luiz Antônio Vieira Albano, novembro de 2005.

<sup>421</sup> Marcelo Felício, outubro de 2005.

**Tudo de mentirinha...** Para tentar enganar os metalúrgicos mais uma vez. Em outras palavras, Albano para os Formigueiros é igual ao Wanildo para qualquer candidato a Prefeito. Ninguém quer o apoio.<sup>422</sup>

Para quebrar essa resistência, Luiz de Oliveira Rodrigues apresentava-se como um nome capaz de colocar a experiência de organização coletiva dos trabalhadores de Volta Redonda, bem como grande parte de um capital relacional e pessoal adquirido ao longo de sua trajetória, ao serviço de um projeto econômico e de poder cujos interesses envolvidos extrapolavam em muito os limites da conquista do Sindicato dos Metalúrgicos.

*Nem peleguismo nem selvageria, simplesmente sindicalismo real* foi o lema Formigueiro e as propostas de “parceria” e participação no leilão da CSN, os principais itens da sua plataforma.

Dentre as atividades do Formigueiro estavam não apenas a articulação de uma oposição à diretoria do Sindicato mas principalmente a discussão da necessidade de os trabalhadores participarem da privatização. Desde o início, constitui-se uma Comissão de Participação dos Trabalhadores no Processo de Privatização da CSN<sup>423</sup>, com representação de todos os segmentos de empregados da empresa, da qual fazia parte o engenheiro Sylvio Nóbrega Coutinho, atual [1995] presidente da CSN. [...] o Formigueiro organiza debates sobre privatização que reúnem grupos de trabalhadores, economistas e o presidente do Banerj. São realizados três seminários: o primeiro em Floriano, contando com 350 pessoas, o segundo em Mendes, com mais de 750 e o terceiro em Volta Redonda, com mais de 1 mil trabalhadores. O Formigueiro organiza, além disso, viagens de metalúrgicos de Volta Redonda a Ipatinga, para que estes conheçam de perto a já privatizada Usiminas. Após as viagens, se realizam encontros de avaliação, nos quais se discutem os pontos positivos e negativos dos futuros debates. (MONTEIRO, 1995:77-78)

Em grande parte, a campanha do Formigueiro se confundia com o próprio trabalho de convencimento dos empregados da CSN à participação na venda da Companhia. Reuniões e negociações com políticos e representantes da burocracia estatal e de agentes econômicos tornaram-se fato freqüente, assim como era comum nos encontros promovidos pelo grupo a presença dos técnicos do BNDES e do à época presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), Antônio Carlos Brandão (ver Figura 13 – ANEXO III)<sup>424</sup>.

---

<sup>422</sup> Boletim 9 de Novembro, 02/06/1992, grifos no original.

<sup>423</sup> ...no dia 3 de abril deste ano [1992], realizamos junto aos companheiros do Formigueiro o 1º. Encontro dos Trabalhadores da CSN e FEM sobre Privatização. Foi aí que elegemos uma comissão que contemplava representações do chão ao teto da empresa. Dois companheiros de cada categoria profissional ou cargo na empresa entraram para a comissão e ela ficou assim: os companheiros Claudinei e Alberto (o Betinho) representando os metalúrgicos da CSN; Camilo e Petrônio pela FEM; Berlindo e Celso pelos técnicos da CSN, Reignald e Pinheiro aposentados, Paraguaçu e Coutinho pelos engenheiros e Luizinho e Albano pelo Formigueiro. (Boletim Democratizando o Capital Nº. 1, editado e distribuído pela Comissão, 15/09/1992).

<sup>424</sup> Apesar de ter deixado o cargo de presidente do BANERJ em dezembro de 1992, Brandão foi designado pelo governador Leonel Brizola como coordenador da participação do Estado do Rio de Janeiro na privatização da CSN.

Desde a formação do Formigueiro, Luiz Rodrigues, e também Albano, já ganhavam projeção fora de Volta Redonda, passando a interagir diretamente com os diferentes níveis de poder e interesses envolvidos no processo de privatização da CSN. Também fizeram parte da agenda dos sindicalistas de Volta Redonda naquele momento o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o próprio Presidente da República, Itamar Franco. Toda essa visibilidade não só traria novas possibilidades para as carreiras desses sindicalistas, mas também faria recair sobre os mesmos parte do “mérito”, ou da “culpa”, da privatização.

**É que o Albano era o mais corajoso. Deixa eu te contar um caso: você sabe quem é o responsável pela privatização da CSN? Albano.** Deixa eu te contar porque. Eu fui demitido pelo Itamar em 29 de dezembro de 92, já no recorde de produtividade da empresa, como eu te falei. Não está mais em mim, botou o Faria que não queria privatizar. [...]

O Albano... eu já estava fora da CSN... a Usiminas privatizada, a Usiminas é o grande competidor. [...] Bom, tinha que ser privatizado, porque senão eu não ia ter condições de competir com a Usiminas. Aí foram... a Força Sindical estava convencida disso.. foi o Medeiros, presidente nacional da Força Sindical, foi o Luizinho presidente Força Sindical lá [Volta Redonda] e **o Albano que não era nada, ele era assessor do Luizinho**, falar com o Itamar, convencer o Itamar a privatizar. Aí chega os três lá, aquele respeito místico com o presidente. O Medeiros fecha a boca, o Luizinho fecha a boca. – “Não, presidente”. O Albano foi firme: – “Olha aqui presidente. O senhor... estão dizendo por aí que o senhor privatizou a Usiminas e pra, pra proteger a Usiminas não quer privatizar a CSN...”. o Albano que privatizou a CSN. **Porque dali foi que o Itamar, que nunca quis privatizar, resolveu privatizar a CSN** pra não ser acusado de estar protegendo a Usiminas (risos). Isso você tem que ouvir do Albano, porque ele que foi o interlocutor, porque ele era... eu estou contando porque eu ouvi.<sup>425</sup>

Independentemente do papel que Albano teve na privatização da CSN<sup>426</sup>, temos que lembrar, como foi visto no item 3.1, que Itamar Franco pouco alterou a agenda de privatização posta em curso pelo governo Collor. Além disso, Lima Netto foi o responsável por viabilizar economicamente a empresa para sua posterior privatização. Responsabilizar apenas Albano, Luizinho ou a Força Sindical, isentando outros atores e, principalmente, amenizando o seu próprio papel no processo, parece-nos uma saída conciliatória para o seu passado. Na medida em que também estava em jogo o que chamaríamos de “socialização” não só das oportunidades, mas também do ônus do processo, o discurso do ex-presidente da Companhia, como ele mesmo destaca, pode ser “ouvido” entre os envolvidos na privatização, encontrando eco também na voz dos metalúrgicos em sua identificação dos “culpados” pela privatização.

<sup>425</sup> Roberto Procópio de Lima Netto, novembro de 2005.

<sup>426</sup> Em uma foto do Arquivo do *Jornal Opção* (MONTEIRO, 1995:79) (Figura 17 – ANEXO III), podemos notar a presença de Luiz Albano entre aqueles que “bateram o martelo” no ato que simbolicamente concretizava o leilão da CSN na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 2 de abril de 1993.

Isso não significa dizer que os sindicalistas do Formigueiro não tenham voluntariamente assumido parte desse ônus ou, sobretudo, utilizado o processo em benefício próprio. Com Luizinho no comando do Sindicato dos Metalúrgicos, o trabalho de convencimento dos operários sobre a privatização foi intensificado. Utilizando a estrutura da entidade, todo um aparato foi montado de modo a converter em propaganda pró-privatização cada passo dado pelo sindicato. Assumindo-se como parte dos diversos segmentos envolvidos ou interessados na privatização da Companhia, Luizinho e o sindicato também contariam com um espaço privilegiado no Diário do Vale para a divulgação de suas ações.

#### **Sindicato cria sistema de informação, por telefone, sobre privatização da CSN**

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos da região Sul Fluminense intensificou as reuniões que vem realizando com os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para esclarecer dúvidas sobre o processo de privatização da empresa [...]. Desde a semana passada as reuniões têm sido diárias, com participação de cem empregados em média. Além disso, foi criado o “Informe Privatização”, através do qual os trabalhadores podem se informar com diretores que ficam de plantão de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas, na sede da entidade. Também está funcionando o “Ligue Privatização” (44-1113). Durante as reuniões, que acontecem nos serviços de ponto da CSN durante o horário de almoço, os metalúrgicos discutem ainda sobre o Clube de Investimento CSN, que já está com o estatuto registrado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A intenção do sindicato é realizar, até a data do leilão reuniões em todos os setores da empresa. O presidente do sindicato, Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho, conta que esta campanha de esclarecimento começou antes dos sindicalistas assumirem a diretoria da entidade. Ele lembrou que quando pertencia ao grupo “Formigueiro” levou os metalúrgicos para conhecer a Usiminas, logo depois que a empresa foi privatizada.<sup>427</sup>

Vale atentar para o tom positivo com que a massificação da propaganda privatista realizada pelo sindicato foi tratada na matéria acima. Assim como a privatização, o próprio Luizinho foi um personagem quase que diário nas capas e matérias do jornal entre 1992 e 1993 (ver Figura 15 – ANEXO III). Tal exposição foi convertida em poder político-sindical, haja vista não só a eleição para o SMVR, mas sua carreira posterior. Já Luiz Albano, apesar de não ter integrado a chapa vitoriosa do Formigueiro, também seria beneficiado por aquele contexto em sua carreira, segundo o próprio, empresarial no setor de energia e infra-estrutura.

Aí meu irmãozinho, eu já saí... e fui montar uma empresa de consultoria pra mim... Quando o Luizinho assume o sindicato, a minha visão era outra. Antes fazia sentido eu no sindicato, mas depois o troço que foi não interessa. Vou pra fora... [...]  
Era uma empresa de consultoria. [...] Eu tinha feito um estudo lá sobre infra-estrutura e começo a acertar minhas coisas... Era eu e eu. Eu e eu... Não entro como chapa, nada, não entro não. Vou seguir minha vida. [...] Eu vim para a área de infra-estrutura, depois teve a privatização das ferrovias, eu me juntei a um grupo para fornecer equipamentos. Hoje, estou

---

<sup>427</sup> *Diário do Vale*, 30/11/1992.

muito mais focado na área de geração de energia alternativa: TCH, eólica, biomassa, lixo, nesse mercado de energia e infra-estrutura.<sup>428</sup>

Segundo outros “personagens” entrevistados, Albano teria se utilizado do *know-how*, bem como dos recursos materiais e das relações político-pessoais adquiridos com o processo de privatização da CSN para atuar principalmente na venda de outras empresas estatais, lançando-se assim numa nova carreira<sup>429</sup>. Mais do que no caso de Albano, a participação dos trabalhadores (Clube de Investimentos CSN) no consórcio articulado por Lima Netto fez com que Luiz Rodrigues fosse reconhecido, nos planos e noticiários nacional e local, como um dos protagonistas do processo de privatização da CSN. Somado à consolidação de sua liderança entre os metalúrgicos de Volta Redonda, este fato se tornaria seu visto de entrada em outros níveis de organização sindical e política do país.

O trânsito entre as forças políticas que chegaram ao poder federal em 1994 levaria Luizinho à aproximação com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), participando ativamente na campanha de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Segundo os jornais da época, o empenho do sindicalista de Volta Redonda seria reconhecido pelo presidente eleito.

#### INFORME ECONÔMICO

MIRIAM LAGE

##### *Par delicatesse*

O presidente eleito, Fernando Henrique, fez uma delicadeza especial com Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense. Ligou pessoalmente, convidando-o para a cerimônia de posse. Luizinho, quando FHC estava com 17% nas pesquisas eleitorais, levou-o a Volta Redonda, abrindo seus contatos com o povão.<sup>430</sup>

No plano sindical, a celebração de acordos considerados bons, sobretudo se comparados aos do período de Vagner Barcelos, contribuiu para que Luizinho fosse reeleito presidente do SMVR em 1995 com 57% dos votos, derrotando Jadir Baptista de Araújo, candidato da CUT (ver manchetes nas Figuras 18 e 19 – ANEXO III). A partir do segundo mandato à frente do SMVR, a carreira de Luiz Rodrigues ganharia uma maior projeção nacional. Em fevereiro de 1996, o sindicalista foi indicado como representante da Força Sindical para o Conselho Administrativo do BNDES (*Folha de São Paulo*, 15/02/1996). Noticiado pela imprensa nacional, o fato seria não só celebrado por seus aliados, mas também utilizado para o fortalecimento de sua liderança e do próprio sindicato junto à base.

---

<sup>428</sup> Luiz Antônio Vieira Albano, novembro de 2005.

<sup>429</sup> Dependendo do grau de proximidade, ou de rejeição, do entrevistado em relação a Luiz Albano, o ex-sindicalista teria se tornado “executivo de multinacional”, “consultor” ou “lobista”.

<sup>430</sup> *Jornal do Brasil*, 23/12/1994.

**Luizinho é o representante dos trabalhadores brasileiros no BNDES**

O presidente do nosso Sindicato, Luizinho, tomou posse ontem, quarta-feira, em Brasília, como Conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como já havíamos informado, o convite foi feito pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que deu posse a Luizinho. Com isso, está garantida a visão dos trabalhadores na liberação de recursos para empreendimentos que criem novos empregos na nossa e em outras regiões do País. Luizinho destacou que não está lá por mérito pessoal e sim pela capacidade de decisão, responsabilidade e consciência dos metalúrgicos que representa.

<sup>431</sup>

No âmbito da central Força Sindical, em 1997, Luiz de Oliveira Rodrigues foi convidado para o cargo de vice-presidente da chapa que reelegeu Luiz Antônio de Medeiros presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica (CNTM). Medeiros seria eleito deputado federal (PFL) em 1998 e Luizinho conduzido à presidência da CNTM em 1999, cargo em que se manteve até dezembro de 2005.

**3.6. Conclusão**

Na passagem dos anos 1980 para os 1990 enquanto o mundo experimentava a ascensão do neoliberalismo ou das chamadas “reformas de mercado” e o refluxo das ideologias socialista e comunista, no Brasil, o governo de Fernando Collor dava início à chamada “década neoliberal” (CARDOSO, 2003). Com o Plano Collor, a abertura econômica e a venda de empresas estatais foram apresentadas como parte da política de combate à inflação implementada pelo governo.

Em grande medida, a forma como foi conduzida a venda das estatais desarmou as oposições seja pelas regras estabelecidas, que permitiram intervenção apenas ao final do processo, ou pela conquista de aliados em diversos segmentos da sociedade. A chamada “propriedade compartilhada” capitaneou setores específicos, com cujo apoio político seria interessante o governo contar. Além dos setores produtivo e financeiro, governos estaduais, fundos de pensão, sindicatos e empregados das estatais, todos foram de certo convidados a dividir ônus e bônus da privatização.

Nesse contexto, e com o objetivo claro de preparar a CSN para a privatização, Roberto Procópio de Lima Netto assumiu a presidência da Companhia. Seu perfil empresarial coadunava-se com o ideal de “modernidade” reivindicado pelo governo àquela altura, para o qual o “elefante” estatal deveria perder seu “peso”. Mais do que isso, o presidente da CSN

---

<sup>431</sup> Boletim 9 de Novembro, 15/02/1996.

cumpriria também um importante papel no processo de privatização, integrando ao mesmo tempo os grupos “vendedor” e “comprador” da empresa.

Não apenas em Volta Redonda, mas em outras regiões do país, as demissões em massa e o risco do desemprego foram questões que ganhavam prioridade entre as preocupações dos trabalhadores já no início da década de 1990. No setor público, isso estaria diretamente relacionado às privatizações, o que tornou a discussão sobre a presença do Estado na economia mais um dos elementos que, junto com outras mudanças de ordem política, econômica e ideológica, compunham o dilema experimentado pelo sindicalismo. Nesse contexto, levamos em conta o clima de polarização entre duas concepções de sindicalismo que ocorre durante os anos 1990. Enfatizamos, contudo, os diferentes momentos e contextos em que surgiram e se desenvolveram as práticas sindicais ligadas às centrais CUT e Força Sindical (FS).

Essa atmosfera mais geral de acirramento entre as duas centrais sindicais se refletiu em Volta Redonda. Entretanto, dois fatores atuaram como ingredientes essenciais para a competição sindical que se estabeleceu na Cidade do Aço: as cisões internas ocorridas no SMVR e o processo de reestruturação e privatização da CSN. A observância dessas duas dinâmicas que ocorreram em paralelo foi tomada por base para o entendimento (I) dos desdobramentos locais da mudança observada no contexto mais geral do sindicalismo, nomeadamente o surgimento do “sindicalismo de resultados” e da Força Sindical, fato ao qual de certo modo é associada fase do sindicalismo da Cidade do Aço inaugurada partir de 1992, e (II) das transformações que dizem respeito à mudança nas relações entre cidade, empresa e trabalhadores (sindicato), onde, vale enfatizar, percebemos uma considerável manutenção da Companhia como pólo dominante de influência sobre a cidade e, principalmente, sobre um modelo de sindicalismo fundamentado na experiência da cidade-empresa.

Mais do que um simples duelo entre os campos de influência CUT e FS, ou mesmo um embate entre partidos políticos (PT, PDT), correntes sindicais (Articulação Sindical, Democracia Socialista) ou demais filiações (Igreja Católica), entre outros grupos, o sindicalismo de Volta Redonda enfrentou nos anos 1990 uma fragmentação interna que envolveu a desarticulação das diversas forças que haviam se aglutinado na década anterior, seja para conquistar o SMVR ou contra ditadura, pelas questões urbanas etc.

Após inúmeras cisões e rearranjos, que como vimos remontam aos anos 1980, restou um movimento fragmentado, mas que na medida do possível se rearticulou em dois grupos: um liderado por Vagner Barcelos e apoiado pela Igreja Católica, mas encarando barreiras

difícilmente superáveis no interior da CUT, e outro capitaneado por Luizinho e Albano, apoiados pela FS e preferido pelo então presidente da Companhia.

Ao passo que o Formigueiro teve o apoio de uma FS interessada em ampliar seu campo de influência associando sua marca a um dos mais tradicionais sindicatos do país, Vagner, ainda que tivesse seu nome associado à CUT, fato aliás lembrado de forma insistente e pejorativa por Lima Netto e demais defensores da privatização, não foi, ou nunca havia sido, uma unanimidade dentro da central. Desse modo, o suporte dado pela CUT ao sindicalista ficou muito aquém do empenho da FS em conquistar e eleger o Formigueiro. Ou como afirmou o próprio Vagner, tal apoio sequer seria semelhante ao empenho destinado a outros membros de sua diretoria, vinculados ao setor hegemônico da CUT. Mais do que o poder político e econômico que a FS já apresentava desde o seu surgimento, nacional e local, Vagner Barcelos se deparou com outra “oposição”: os próprios militantes da CUT. O espaço aberto pela expulsão dos dissidentes do Formigueiro fez com que Bartolomeu Citeli e Jadir Baptista alimentassem projetos próprios de poder que não necessariamente incluíam a liderança de Vagner, principalmente por serem patrocinados por suas ligações com o chamado campo majoritário da CUT, a Articulação Sindical.

Por outro lado, não deixamos de considerar o desgaste sofrido pelo movimento sindical de Volta Redonda, processo que remonta ao impacto dos acontecimentos da greve de 1988. Além disso, a clara estratégia de confronto com o SMVR posta em prática por Lima Netto terminou por conduzir o sindicato a sucessivas derrotas, cujo ápice foi a fracassada greve de 31 dias de 1991. Conjunturais ou não, toda a sorte de perdas para os trabalhadores era imediatamente creditada pelo presidente e demais aliados da Companhia a “erros”, “radicalismos” e “objetivos político-partidários” de Vagner Barcelos e sua central, a CUT, ou mesmo de seu partido, o PT.

Mas não só o sindicalismo de Volta Redonda experimentou problemas de articulação durante os anos 1990. Outra parte significativa dos setores sociais que tiveram ascensão na década anterior também foi atingida pela burocratização de suas lideranças, sobretudo aquelas que passaram a se ocupar da carreira política. A aglutinação desse grupo no âmbito da “Frente Popular” (PT, PSB e PCdoB), levaria à conquista do poder público municipal por Paulo César Baltazar (PSB) em 1992, bem como abriu frentes de ação e resistência contra a privatização da CSN, como se observou mais ao final do processo. Não obstante, as ações promovidas, sobretudo via poder público, demonstraram um considerável distanciamento entre tais setores e os trabalhadores da Companhia. Apontamos a partir disto o desgaste sofrido pelo



movimento social, ou por certas formas de pressão como as manifestações e os protestos públicos, de modo semelhante ao que vinha ocorrendo com o sindicalismo de Volta Redonda.

No plano sindical, além de relativizarmos a idéia de ruptura que envolveu a contraposição entre CUT e FS, ou mesmo a divisão entre favoráveis e contrários à privatização da CSN, colocamos em destaque o papel da dinâmica interna entre as lideranças do SMVR na mudança de rumo ocorrida no SMVR em 1992. Sob esse ponto de vista, a trajetória da entidade problematizaria uma análise fundada apenas na idéia de polarização que constituiu os primeiros embates entre as duas centrais CUT e FS.

Um olhar mas atento sobre trajetória político-sindical de Luizinho e Albano, assim como de outros integrantes da Força Sindical em seu nascimento (José Ibrahim, Lúcio Belantani, Alemão), mostra que a experiência “combativa” ou “de esquerda” de que os sindicalistas de Volta Redonda eram portadores não era algo inédito no interior da Força Sindical naquele momento. Na Cidade do Aço, a adesão à FS e a defesa da privatização se apresentaram como uma alternativa de sobrevivência político-sindical para um grupo dissidente que, vale dizer, àquela altura já se encontrava em processo de aproximação com Lima Netto e outros setores favoráveis à privatização, motivação essa da própria dissidência e expulsão do sindicato.

Fora do SMVR, Luizinho e Albano, em diversas oportunidades, utilizaram ao seu favor a condição de “herdeiros” do “sindicalismo do tempo do Juarez”, ou melhor, evocaram uma tradição ou experiência passada, ou uma releitura da mesma, que pudesse ser incorporada ao seu discurso pró-privatização, sob as idéias de “parceria” e “sindicalismo real”. Como também apontamos, o próprio nome Formigueiro constitui um exemplo de como elementos de uma memória coletiva dos trabalhadores, uma “cultura de reivindicação” (MOREL, 1989) ou um imaginário local (FERNANDES, 2001) foram utilizados em favor de projetos (pessoais e coletivos) que se desenharam em meio ao processo de privatização da Companhia.

Vale lembrar que Lima Netto também lançou mão de subsídios que poderíamos classificar como caros à memória local da cidade-empresa (idéias de “família”, “cidade feliz”). Em seus objetivos, o presidente da CSN fartamente utilizou a comunicação direta (Boletim de Serviço, TV Usina), o contato pessoal (reuniões periódicas) ou mesmo o apelo às mulheres dos operários. Mesmo tendo a sua disposição o poder do Estado, tais estratégias foram importantes num momento em que era desaconselhável o uso da força contra a organização sindical, o que poderia ser revertido em favor dos setores contrários à privatização, haja vista as experiências anteriores (a greve de 1988, em especial).

Seja pelo Formigueiro ou por Lima Netto, observamos uma reinvenção do passado em que a história local e sindical de Volta Redonda é apropriada pelo discurso pró-privatização. Mas sindicato e empresa não estiveram sozinhos nesse processo, ou apenas os interesses e projetos de seus mandatários seriam suficientes no nível local para a dar à venda da CSN o curso que retratamos. A chamada campanha privatista, uniu (ou pôs em disputa) dentro e fora de Volta Redonda setores direta ou indiretamente envolvidos ou interessados na venda da CSN. O momento abriria também uma gama de possibilidades para projetos de natureza variada (econômica, política, sindical etc.), que também seriam experimentadas como “oportunidades” no nível pessoal.

Um primeiro exemplo desse entrelaçamento entre contexto e trajetórias individuais, seria o do próprio presidente da CSN. Com o processo de “saneamento” e privatização, Lima Netto teve não só seu nome projetado como executivo de sucesso, mas também se tornou um mediador imprescindível (pelas informações e contatos privilegiados) entre os interessados na privatização. Além do retorno econômico e empresarial, as articulações e os contatos envolvidos no processo também lhe conferiram credenciais para a atuação no campo político, carreira ensaiada nos níveis municipal (apoio a Jessé Holanda) e estadual (pré-candidatura ao governo do Rio de Janeiro) e por fim concretizada com sua eleição a deputado federal.

Já no nível local, destacamos o surgimento do Diário do Vale como um outro exemplo entre as trajetórias empresariais, ou pessoais, que reorientaram seu curso a partir da interação com os interesses envolvidos processo de privatização da CSN. Para além da função cumprida pelo jornal na chamada campanha privatista, o projeto de Aurélio Paiva não só sobreviveria àquele contexto, mas acabaria por dar origem ao mais importante veículo impresso do Sul Fluminense e também o de maior tiragem do interior do estado do Rio de Janeiro.

No plano sindical, o contexto da privatização da CSN e, principalmente, a fragmentação interna do SMVR se apresentaram como uma oportunidade ímpar para que a FS, àquela altura em busca de afirmação de seu projeto, estendesse sua área de influência para um sindicato da importância do SMVR. Contudo, descemos ao nível dos projetos e das trajetórias pessoais para destacarmos os diferentes rumos ou desdobramentos que teve a combinação entre a experiência operária e sindical de Volta Redonda e os caminhos abertos ou as limitações impostas pelo contexto dos anos 1990, nomeadamente, o processo de privatização da CSN.

Para Luiz de Oliveira Rodrigues, a adesão à FS e a defesa da privatização possibilitaram a conquista do SMVR, projeto que, relembramos, jamais fora concebido (ou permitido) durante o seu variado “trânsito” pelos diferentes segmentos abrigados no interior

da Igreja, da esquerda ou do próprio SMVR. Posteriormente, o líder metalúrgico também alcançaria posições na estrutura sindical brasileira controladas pela FS. Mas trilhar os passos desenhados pela central, ou mesmo ascender na carreira sindical não seria o único caminho possível para os líderes do Formigueiro e “responsáveis”, ou “culpados”, pela privatização da CSN.

Para Luiz Antônio Vieira Albano, o mesmo encontro entre a experiência sindical dos anos 1980 e o momento da privatização teria proporcionado as bases para uma carreira empresarial. Pela série de fatores que abordamos (disputas internas, “rejeição”), a vida sindical há muito já não vinha contemplando seus projetos político-pessoais (presidência do sindicato, carreira política). No caso de Albano, tal questão só teria sido conciliada após uma superação da condição operária (sindical), seja como “consultor”, “executivo” ou “lobista”.

Com alguma semelhança, Luizinho, apesar de ter permanecido no campo sindical, teve sua carreira redimensionada em face da projeção do SMVR com a privatização da CSN e das relações com a Força Sindical e com outros setores em ascensão nos anos 1990, como o PSDB. Ao mesmo tempo que consolidava sua liderança entre os metalúrgicos (reeleição 1995), a trajetória do sindicalista ganharia outros projetos para fora de Volta Redonda, mas também ligados ao sindicalismo (conselho do BNDES, 1996; vice-presidente CNTM, 1997 e presidente, 1999).

## Considerações Finais

A análise da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda demonstrou como as transformações políticas e econômicas das últimas décadas foram experimentadas por um tipo específico de movimento sindical, aquele historicamente vinculado a uma empresa, a Companhia Siderúrgica Nacional e a um tipo particular de dominação, a cidade-empresa. Assim como o movimento sindical brasileiro como um todo, o SMVR teve seus rumos influenciados pelas mudanças observadas no país. Em meio a tais transformações, observamos a configuração de diferentes momentos das relações entre a CSN e os trabalhadores e moradores da Cidade do Aço.

Os resultados da pesquisa nos levam a reafirmar que a CSN, apesar da variação em suas estratégias empresariais, do *paternalismo industrial* dos anos 1940 e 1950 ao “saneamento” dos anos 1990, passando pelos enfrentamentos dos anos 1980, manteve sua posição como pólo dominante de influência sobre a vida e a ação sindical da cidade de Volta Redonda.

Nas primeiras décadas de existência da CSN, o modelo de relações trabalhistas implementado preconizava os laços corporativos, ou afetivos, entre trabalhadores e empresa, bem como a forte presença do Estado nos espaços intra e extrafabril. Como parte da construção de um modelo corporativo e “exemplar” de relações trabalhistas, o SMVR nasceu como um sindicato-empresa, fator que marcaria não só primeiros anos, mas toda a sua trajetória. Esses fatores, entretanto, não significaram uma relação de “harmonia” entre CSN, operários e moradores da Cidade do Aço. Com a mesma ambigüidade que a tensão entre “dádiva” e “superexploração” caracterizou as relações de trabalho entre os chamados pioneiros da CSN, a ocupação da periferia por operários demitidos, a segregação espacial e o déficit habitacional apresentaram-se como parte constitutiva da cidade-empresa.

Uma vez que nem todos “foram parte” do projeto da Cidade do Aço, sejam estes empregados ou não da CSN, relações paternalistas e precarização de trabalho, cidade operária e periferia, “incluídos” e “excluídos” interagem entre si. Dentro e fora da cidade operária, comunidades se constituíram e ganharam expressão cultural e política a despeito do controle da Companhia. Contudo, essas “vozes locais” buscaram sua representação num campo político quase sempre definido sob a influência predominante da Companhia.

Nesse contexto, o desenvolvimento de um conjunto de instituições, dentro ou fora do controle da CSN, oferecia a trabalhadores e moradores, homens e mulheres de Volta Redonda

alternativas de inserção social que também se converteriam em instrumentos para a luta política. Destacamos essas como as bases sociais para a ascensão do sindicalismo e da agitação política que seriam observadas em Volta Redonda nas décadas seguintes.

Na interação com esse “filtro” local, as diferentes conjunturas políticas e econômicas deram origem a variadas relações de diálogo e conflito que se estenderam do interior da usina à cidade, reconfigurando as relações entre trabalhadores, atores sociais locais e a Companhia. No período pós-1964, a repressão e o autoritarismo próprios daquele regime uniu em Volta Redonda as “vozes locais”, antes articuladas em oposição ao poder da Companhia, e o movimento pela democracia observado na sociedade brasileira como um todo. Como observado em outras regiões do país, a Igreja Católica de orientação progressista exerceu a função de organizador dos movimentos sociais, seja pela participação direta de seus membros ou pela cessão de sua de estrutura e legitimidade institucional ao movimento social. Da mesma forma, o sindicalismo ressurgiria nos anos 1970 como um importante instrumento político de contestação não só dos patrões mas da própria ordem política.

Na reconstrução do momento de ascensão da Oposição Sindical em Volta Redonda, entretanto, também levamos em conta a expansão da produção e modernização da usina e o surgimento de uma nova geração de operários. Estes dois fatores deram origem não apenas a novas lideranças, mas também a um conjunto de demandas a serem respondidas pelo sindicalismo da cidade-empresa. Foi esse o contexto local a partir do qual o SMVR partilhou do momento experimentado pelo movimento sindical brasileiro, o Novo Sindicalismo. Ainda que carismática, a liderança de Juarez Antunes sintetizou a relação de “amor” e “ódio” entre trabalhadores e CSN, bem como foi um denominador comum para as forças políticas e sociais que compunham os movimentos social e sindical naquele momento. A despeito das questões internas, o sindicalismo da cidade-empresa experimentou um momento de grande organização de suas bases durante os anos 1980.

Não restam dúvidas de que pesou sobre o momento de ascensão do sindicalismo de Volta Redonda a conjuntura político-econômica nacional de transição para a democracia, com destaque para a reorganização do campo político de esquerda e a criação da CUT. Já na segunda metade dos anos 1980, as greves e as concepções sindicais orientadas para o conflito ganhavam espaço, o que, conseqüentemente, foi respondido com repressão policial e militar por parte de patrões e Estado. A politização dos movimentos do período fez com que questões econômicas fossem convertidas em fatos políticos ou eleitorais. No interior do SMVR e do movimento social de Volta Redonda, entretanto, esse momento de ascensão também foi experimentado como um período de constantes disputas e divergências.

A greve de 1988 e seus desdobramentos constituem uma síntese desse processo. No plano externo, candidatos dos partidos de esquerda, inclua-se Juarez Antunes e demais sindicalistas, foram eleitoralmente beneficiados não apenas pelas mortes ocorridas em Volta Redonda, mas pelo próprio momento de consolidação do sindicalismo como força política no país. Já no plano interno do SMVR, as greves dos anos 1980 e a transferência de seu principal líder para o campo político-partidário fizeram com que outros projetos de liderança surgissem e ganhassem força entre os diretores do sindicato.

Levando em conta as trajetórias de lideranças sindicais, bem como os sucessivos “rachas” ocorridos nos anos 1980, colocamos em destaque a constante tensão entre os diretores e militantes do SMVR. Tivemos com isso o objetivo de (I) desmistificar qualquer suposição de “harmonia” na caracterização do momento de ascensão e consolidação da Oposição Sindical e (II) relativizar o poder de influência de ideologias e concepções político-sindicais sobre a ação dos militantes de Volta Redonda no mesmo período.

Mostramos assim o contexto da redemocratização do país como um ambiente propício ao surgimento de projetos alternativos de sociedade, que de modo contraditório, fez revelar no interior do SMVR divergências que se encontravam submersas em face da resistência a um conjunto comum de inimigos que iam do poder da Companhia ao regime autoritário passando pelas lideranças sindicais tidas como “pelegas”.

A partir desse ponto, sugerimos que a chave para o entendimento dos movimentos social e sindical de Volta Redonda também se encontra na análise de sua tensão interna (posicionamentos, ações, acordos, conflitos). Da mesma forma, defendemos como objeto de análise as “oportunidades” abertas (dentro e fora do sindicato) aos participantes do projeto político-sindical dos anos 1980 em detrimento de um poder suposto ou *a priori* de “ideologias” e “influências” de origens internas ou externas ao movimento. Sob essa perspectiva, o período “áureo” do sindicalismo de Volta Redonda inaugurado pela conquista do SMVR pela Oposição Sindical em 1983 uniu forças políticas e projetos pessoais que, não obstante seu caminhar consoante, apresentavam distinções que se tornariam cada vez mais irreconciliáveis ao fim da década de 1980.

Nos anos 1990, o processo de privatização da CSN afetou sobremaneira a organização sindical de modo que mudanças relativas à produção observadas no período ou mesmo a redução do efetivo de trabalhadores ficassem em segundo plano. De um modo geral, o contexto da privatização das estatais se apresentou como um momento em que amplos setores da sociedade seriam “convidados” a dividir ônus e bônus do processo. No caso da CSN,

trabalhadores e sindicalistas também figuraram entre os “vencedores”, ou “culpados”, pela transferência da Companhia ao capital privado.

Na medida em que conquistava aliados em diferentes segmentos da sociedade nos níveis nacional e local, a campanha pela privatização da CSN também isolava os já enfraquecidos setores contrários, cuja margem de interferência no processo encontrava-se em muito limitada. Ainda que as diversas forças do movimento social de Volta Redonda, sobretudo aquelas que haviam se destacado nos anos 1980, se fizessem representar no movimento contrário à venda da Companhia, Igreja e a esquerda partidária, para citar seus principais expoentes, já não tinham a mesma influência sobre os trabalhadores da CSN, bem como também se encontravam ocupados de outras prioridades, como outros movimentos e a administração pública.

Nesse contexto, o fortalecimento do poder da empresa foi capitaneado em nome da sua própria venda. Roberto Procópio de Lima Netto lançou mão de todo o predomínio material e simbólico da Companhia no cumprimento de sua dupla função de gestor, ou “saneador”, da CSN e de mediador entre os principais interessados na sua privatização. Para tanto, Lima Netto reinventaria retoricamente o “paternalismo” do passado no trato com os trabalhadores ao mesmo tempo em que fortalecia seu trânsito entre os setores financeiro e empresarial, aglutinando os diferentes setores compuseram o grupo vencedor do leilão da CSN.

No mesmo período, o campo sindical brasileiro encontrava-se sob uma polarização entre duas concepções de sindicalismo. Enfatizamos, contudo, os diferentes momentos e contextos em que surgiram e se desenvolveram as práticas sindicais ligadas às centrais CUT e Força Sindical (FS). Em Volta Redonda, as cisões internas ocorridas no SMVR e o processo de reestruturação e privatização da CSN se apresentaram como uma oportunidade ímpar para que a FS estendesse sua influência a um sindicato de peso no cenário nacional, como o SMVR. Colocamos em destaque o papel da dinâmica interna entre as lideranças do SMVR na mudança de rumo ocorrida no sindicato em 1992, superando uma análise fundada apenas na contraposição entre CUT e FS, ou mesmo na divisão entre favoráveis e contrários à privatização da CSN.

Para o sindicalismo da Cidade do Aço, a adesão à FS, assim como a aproximação com Lima Netto e outros setores favoráveis à privatização, apresentou-se como uma alternativa de sobrevivência político-sindical para um conjunto de militantes que teve seus espaços e projetos político-pessoais em muito limitados no SMVR e no movimento social de Volta Redonda. Vale lembrar que os líderes do Formigueiro tiveram suas lideranças projetadas nos

anos 1980 a partir da ascensão da Oposição Sindical, ou do Novo Sindicalismo na Cidade do Aço. Nos anos 1990, ainda que rompidos com a CUT, Luiz de Oliveira Rodrigues e Luiz Antônio Vieira Albano utilizaram ao seu favor a condição de “herdeiros” de uma experiência “combativa” ou “de esquerda”, algo aliás não tão original no interior da FS, como mostrado pelos próprios canais de ingresso dos militantes de Volta Redonda na central.

Neste ponto podemos tomar o pensamento de GOMES (2005), para destacar que o Formigueiro, como indicado pela própria relação do nome com uma memória coletiva local, buscou reverter em seu favor elementos simbólicos e identitários caros aos trabalhadores e moradores da Cidade do Aço, fazendo com isso prevalecer sua *versão*, ou reinvenção, da voz operária das décadas anteriores no *contexto discursivo* dos anos 1990 e da privatização da CSN. Ainda que tenha contribuído para o sucesso do empreendimento do grupo (I) as divisões internas na CUT e o desgaste do movimento sindical observados ao final dos anos 1980 e (II) a interferência direta de Lima Netto, no uso do poder da Companhia, na cidade e no SMVR, destacamos as próprias trajetórias anteriores e as carreiras posteriores de Luizinho e Albano como parte constitutiva do rumo tomado pelo SMVR nos anos 1990.

Se tomarmos esses dois personagens, assim como poderíamos fazê-lo a partir das trajetórias de Juarez Antunes e de outros militantes das décadas anteriores, podemos entender a dinâmica política interna do SMVR, bem como a própria trajetória e os percalços desse sindicato, como formada por uma série de disputas e acordos que envolvem não apenas projetos coletivos concorrentes, mas também projetos pessoais de superação da própria condição operária, seja pela ascensão na carreira político-sindical (Luizinho) ou mesmo empresarial (Albano). Destacamos como essa dimensão de fenômenos operou de forma a atualizar ou mesmo transformar os efeitos das conjunturas sócio-político-econômicas que atuam sobre o movimento sindical.

Com o advento da privatização, sindicato e Companhia dividiram espaço, dentro e fora de Volta Redonda, com aqueles direta ou indiretamente envolvidos ou interessados na venda da CSN. Além de se impor como um desafio ao sindicalismo de cidade-empresa, os anos 1990 se mostraram então como um momento de “oportunidades”, isto é, aberto a diferentes projetos e carreiras seja nos planos político, empresarial ou sindical.

Quase uma década e meia após o leilão da CSN, concretizadas ou frustradas as “oportunidades” abertas naquele contexto, ainda é difícil se falar em uma perda do poder de influência da Companhia sobre a cidade. Decorridos mais de 60 anos de sua fundação e mesmo que a empresa tenha diminuído sua presença no cotidiano dos trabalhadores e moradores de Volta Redonda, a CSN se mantém como principal base operária do SMVR,



influenciando sobremaneira os rumos do sindicalismo do Sul Fluminense. Como observado nos diferentes momentos da trajetória do SMVR abordados nessa tese, a “onipresença da usina”, mesmo que sofrendo variações ao longo dos anos, vem fazendo perdurar na organização dos Metalúrgicos de Volta Redonda as características de um sindicato-empresa ou do que tratamos por modelo de sindicalismo de cidade-empresa.

## Referências Bibliográficas

### *Livros, teses e artigos*

**AGIER**, Michel e **CASTRO**, Nadya A.

1995. “Projeto operário, projetos de operários”. In: AGIER, M., CASTRO, N. A. e GUIMARÃES, A. S. *Imagens e Identidades do Trabalho*. São Paulo: Hucitec. pp. 113-148.

**ALMEIDA**, Maria Hermínia Tavares de.

1999. “Negociando a Reforma: A Privatização de Empresas Públicas no Brasil”. *Dados*. Rio de Janeiro, v.42 n.3.

**ALVES**, Marco Aurélio Bruno.

2006. *Estudo do comportamento da demanda do aço laminado plano nos mercados interno e externo*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção.

**ALVIM**, Rosilene.

1997. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia.

**AMADO**, Janaína e **FERREIRA**, Marieta de Moraes (org.).

1996. *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.

**AMADO**, Janaína e **FERREIRA**, Marieta de Moraes.

1996b. “Apresentação”. In: *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.

**ANTUNES**, Ricardo.

1991. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente.

1995. *Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

**ARBIX**, Glauco.

1996. *Uma aposta no futuro: a experiência da Câmara Setorial Automobilística*. São Paulo: Scritta.

1997. “A Câmara Banida”. In: ARBIX e ZILBOVICIUS (org.). *De JK a FHC, a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta.

**ARBIX**, Glauco e **ZILBOVICIUS**, Mauro (org.).

1997. *De JK a FHC. A reinvenção dos carros*. São Paulo: Ed. Scritta.

**BATALHA**, Cláudio M., **SILVA**, Fernando T.da e **FORTES**, Alexandre (org.).

2004. *Culturas de classe*. Campinas: UNICAMP.

**BEDÊ**, Waldyr Amaral.

2004. *Volta Redonda na Era Vargas (1941- 1964)*. Volta Redonda: SMC/PMVR.

**BENTHAM**, J.

1987. “Panóptico: memorial sobre um novo princípio para a construir casas de inspeção e, principalmente prisões” [1791]. *Revista Brasileira de História*. V.7, n. 14.

**BEOZZO**, José Oscar.

2001. *Padres Conciliares Brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia 1959-1965*. Tese de Doutorado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

**BIONDI**, Aluysio.

1999. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

**BOLTANSKI**, Luc e **CHIAPELLO**, Eve.

1999. *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard.

**BOURDIEU**, Pierre.

1996. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. pp. 183-192.
2000. “A gênese dos conceitos de *habitus* e campo”. In: *O poder Simbólico*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp. 59-73.

**BRAGANÇA**, Maria Perpétua.

2006. *Comunidade Eclesial de Base São Sebastião, Retiro, Volta Redonda – RJ (1952-2005)*. Volta Redonda: s/ ed.

**BRESCIANI**, Luis Paulo.

2004. “Instituições e agenda do desenvolvimento regional: reflexões sobre a política sindical no Grande ABC”. XXVIII Encontro anual da ANPOCS. Seminário Temático Trabalho, Sindicato e os Desafios do Desenvolvimento. Caxambu – MG.

**CANOSA**, Lourdes Pais.

1987. “Um estudo sobre Trabalho e Discriminação de Operárias de uma Seção da Companhia Siderúrgica Nacional”. Mestrado em Ciências Sociais, Depto. de Ciências Sociais, IFCS/UFRJ, mimeo.

**CARDOSO**, Adalberto Moreira.

1999. *A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
2003. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

**CARDOSO**, Adalberto M. e **COMIN**, Álvaro A.

1995. “Câmaras Setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações entre capital e trabalho no Brasil”. In: CASTRO, Nadya A. (org.). *A máquina e o equilibrista: tecnologia e trabalho na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra. pp. 387-427.

**CASTEL**, Robert.

1997. *Metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes.

**CASTRO**, Nadya Araújo de (org.).

1995. *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

**COMIN**, Álvaro A.

1994. “A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil”. In: OLIVEIRA, Carlos A. B. de. et al. *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta. pp. 359-401.

**CORIAT, Benjamim.**

1994. *Pensar pelo Averso*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Revan.

**COSTA, Alkindar.**

2004. *Volta Redonda: ontem e hoje*. Edição comemorativa – 50 anos [CD-ROM]. Volta Redonda, s/ ed.

**COSTA, Célia M. L., PANDOLFI, Dulce C. e SERBIN, Kenneth (org.).**

2001. *O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

**COUTO, Ari Marcelo Macedo.**

2003. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2003.

**DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo.**

1987. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

**DE LUCA, Francisco Javier.**

2001. *Modelo cluster eco-industrial de desenvolvimento regional: o pólo da mineração do Carvão no sul de Santa Catarina*. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina.

**DIAS, Sérgio Tadeu Bringel.**

2003. *Espaço Urbano: concessão ou conquista? Os núcleos de posse de Volta Redonda (1970 - 1985)*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra. Vassouras.

**DINIZ, Eli.**

1983. “O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. Tomo III. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel.

**ENGELS, Friedrich.**

1985. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Martins Fontes.

**FERNANDES, Marlene.**

2001. *Volta Redonda: imaginários, memória e identidades*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**FERRAZ, Alexandre Sampaio.**

2001. “Sindicatos e privatização no Brasil: um estudo do setor siderúrgico”. *VII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho – ABET*. Salvador, mimeo.

**FERREIRA, Denilson Queiroz Gomes.**

2005. *Privatização da CSN: Resistência e Adaptação do Sindicato dos Metalúrgicos sob a Perspectiva de Dependência de Recursos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração - COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**FIORI, José Luís.**

1997. “Globalização, hegemonia e império”. Em: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (org.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.

**FONTES, Paulo.**

1997. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume.
2004. “Migração nordestina e experiências operárias”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVIA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe*. Campinas: UNICAMP.

**FORTES, Alexandre.**

2005. “Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira”. In: FORTES, A. (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Argos.

**FOUCAULT, Michel.**

1977. *Vigiar e punir :historia da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
1996. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
2004. *Microfísica do Poder* [1979]. São Paulo: Graal, 19ª. ed.

**FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon.**

2005. *A comissão enxuta: ação política na fábrica do consórcio modular em Resende*. Bauru: Edusc.

**FRENCH, John D.**

2001. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

**GARCIA, Carlos Henrique Menezes.**

2004. *O trabalho em rota de colisão privatização, luta operária e estratégias sindicais na siderurgia brasileira*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

**GEERTZ, Clifford.**

1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

**GIANNOTTI, Vito.**

2002. *Força Sindical: a Central Neoliberal*. Rio de Janeiro: Mauad.

**GOFMAN, Erving.**

1974. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.

**GOMES, Angela Maria de Castro.**

2005. *A invenção do trabalhismo*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV.

**GORZ, André.**

1987. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

**GRACIOLLI, E. J.**

1997. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia.
1999. *Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda – 1989-1993)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia – IFCH – Universidade Estadual de Campinas.
2000. “Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda – 1989-1993)”. XXIV Encontro anual da ANPOCS. GT Sindicalismo e Política. Petrópolis – RJ.

**GUILLEN**, Isabel Cristina Martins.

2001. *Seca e migração no nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica*. Trabalhos para discussão. Nº. 111. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

**HARVEY**, David.

1989. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

**HIRATA**, Helena (org.).

1993. *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: EDUSP.

**HOBSBAWM**, Eric J.

1987. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

**HOBSBAWM**, E. e **RANGER**, T. (org.).

1984. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

**HYMAN**, Richard.

1996. “Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Ano 2, Nº. 4. Cidade do México: Alast.

**JÁCOME RODRIGUES**, Iram.

- 1997a. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta.  
1997b. “Comissões de fábrica e reestruturação produtiva”. In: ARBIX e ZILBOVICIUS (org.). *De jk a fhc: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta.  
1999. “A trajetória do Novo Sindicalismo”. In: *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes p.73-94.  
2002. “Relações de trabalho e ação sindical no ABC paulista nos anos 1990”. In: *Indústria automotiva: a nova geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A. p. 273-299.  
2004. “Sindicalismo e Desenvolvimento Regional: a experiência dos Metalúrgicos do ABC”. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG.

**LANNES**, Joaquim Sucena.

2001. *A Influência do Discurso Jornalístico no Processo de Privatização da CSN - Estudo de Caso do Jornal Diário do Vale do Município de Volta Redonda (RJ)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**LANNES**, Joaquim Sucena; **TONG**, Paulo; e **AMARO**, Regiane Aparecida Amaro.

2002. “A mudança do perfil do jornalismo do Sul Fluminense após o processo de privatização da CSN”. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM). Salvador – BA.

**LASK**, Tomke Christiane.

1991. *Ordem e progresso: a estrutura de poder na “cidade operária” da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941 – 1964)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**LEITE**, Márcia de Paula.

2003. *Trabalho e Sociedade em Transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

**LEITE LOPES**, José Sérgio.

1978. *O vapor do diabo: trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

1988. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero - UNB - MCT/CNPq.

**LEITE LOPES**, José Sérgio e **ALVIM**, Rosilene.

1999. “Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance”, *Estudos Avançados*, 13 (37). 105-124.

**LEITE LOPES**, José Sérgio e **MARESCA**, Sylvain.

1992. “A morte da ‘alegria do povo’”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n°. 20, ano 7. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará. pp. 113-134.

**LIMA**, Roberto Guião de Souza.

2004. *Volta Redonda do Café e do Leite: 140 anos de História*. Volta Redonda: Nogueira Artes Gráficas.

**LIMA NETO**, Roberto Procópio de.

1993. *A volta por cima: a história da salvação da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: Record.

**LOPES**, Alberto Costa.

2003. *A Aventura da Forma: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: E-Papers.

**LUXTON**, Meg e **CORMAN**, June.

2001. *Getting By in Hard Times: Gendered Labour at Home and on the Job*. Toronto: UT Press.

**MACHADO DA SILVA**, Luiz Antônio.

1998. “Trabalhadores do Brasil: virem-se”. *Revista Insight/Inteligência*, Ano 1, N°. 5 (p.58-65). Rio de Janeiro.

**MANGABEIRA**, Wilma.

1993. *Os dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará.

**MARTINHO**, Francisco Carlos Palomanes.

2001. “O estatismo sindical e a transição democrática: um estudo sobre o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1974-1985)”. In: RAMALHO e SANTANA (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A. pp. 45-78.

**MARTINS**, Heloisa de Souza.

1994. *Igreja e Movimento Operário No ABC: 1954-1975*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul.

**MARTINS**, Heloisa de Souza e **RAMALHO**, José Ricardo.

1994. *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC/CEDI/NETS.

**MATOS**, Heloiza.

2001. “A imagem pública do empresariado nacional no debate sobre a privatização brasileira (1985- 1998)”. In: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação (INTERCOM). Campo Grande – MS.

**MATTOS**, Marcelo Badaró (coord.).

2003. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*. Rio de Janeiro, FAPERJ/APERJ.

**MEDEIROS**, Simone Alves de.

2004. *A cidade que educa: A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta Redonda (1940-1973)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

**MILLS**, C. Wright.

1965. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

**MONTEIRO**, Geraldo Tadeu Moreira.

1995. *Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros*. Rio de Janeiro: FSB Comunicações.

**MOREL**, Regina Lúcia M.

1989. *A ferro e fogo. Construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese de doutoramento em Sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia da FFLCH – Universidade de São Paulo.

2001. “A construção da ‘família siderúrgica’”. In: RAMALHO e SANTANA (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A. pp. 45-78.

**NORONHA**, Eduardo.

1991. “A exploração das greves na década de 80”. In: BOITO JR (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

**OFFE**, Claus.

1995. “Trabalho: categoria sociológica chave?” In: *Capitalismo desorganizado*. S.Paulo, Ed. Brasiliense (p. 167-197).

**PARK**, Robert.

1967. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

**PAULA**, Germano M.

2002. “Cadeia produtiva de siderurgia”. Nota técnica setorial do Estudo de Competitividade por Cadeias Integradas: um esforço coordenado de criação de estratégias compartilhadas. Brasília: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Instituto de Economia da UNICAMP.

**PENNA**, Lincoln de Abreu.

1999. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

**PEREIRA**, Sérgio Martins.

2001. *Estratégias e trajetórias de lideranças sindicais na década de 1990: os metalúrgicos do Sul Fluminense*. X Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Fortaleza: UFCE.

2003. *Trajетórias individuais e ação sindical no pólo automotivo do Sul Fluminense*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2004. “Pesquisando em Volta Redonda: cidade, biografias ou sindicalismo?” (comunicação). In: *XI Encontro Regional da ANPUH – Democracia e Conflito*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.



2006. “Os sindicalistas da indústria automobilística”. In: RAMALHO E SANTANA. (org.). *Trabalho e Desenvolvimento Regional*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 175-197.
- PERROT, Michelle.**  
2001. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PESSANHA, Elina Gonçalves**  
1985. *Vida Operária e Política: os trabalhadores na construção naval de Niterói*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.
- PESSANHA, Elina. G. F. ; MOREL, Regina. L. M.**  
1991. “Gerações Operárias: Rupturas e Continuidade Na Experiência de Metalúrgicos no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 68-83.
- PIMENTA, Solange Maria Pimenta.**  
1989. *A estratégia da gestão: fabricando aço e construindo. O caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese de mestrado em administração, apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- PINHO, M. e SILVEIRA, A. L.**  
1998. “Os efeitos da privatização sobre a estrutura industrial da siderurgia brasileira”. *Economia e Sociedade*. Nº. 10. Campinas: IE/UNICAMP.
- PIORE, Michael J. e SABEL, Charles F.**  
1984. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books.
- PIQUET, Rosélia.**  
1998. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- POLANYI, Karl.**  
1980. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda.
- POLLAK, Michael**  
1989. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos históricos*, N.3, Rio de Janeiro, CPDOC. p. 3-13.  
1992. “Memória e identidade social”. In: *Estudos históricos*, N. 10. Rio de Janeiro, CPDOC. p. 200-215.
- PONTES, Ana Paula de Castro.**  
2002. *"Isso é coisa de homem": trabalhadoras numa profissão tradicionalmente masculina*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RAMALHO, José Ricardo**  
1989. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. São Paulo: Paz e Terra.
- RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio.**  
2001a. “Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos 1990: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro”. In: RAMALHO e SANTANA (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A.  
2004. *Sociologia do Trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

**RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (org.)**

- 2001b. *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: DP&A.
2006. *Trabalho e Desenvolvimento Regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad.

**REIS FILHO, Daniel Aarão.**

2005. “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições” In: FORTES, A. (org.). *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Argos.

**RIFKIN, Jeremy.**

1995. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron.

**RODRIGUES, Leôncio Martins.**

1990. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra.
1991. “As Centrais Sindicais no Brasil”. In: BOITO JR (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra.
1999. *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Edusp.

**RODRIGUES, Leôncio M. e CARDOSO, Adalberto M.**

1993. *Força Sindical: uma análise sócio-política*. São Paulo: Paz e Terra.

**SANTANA, Marco Aurélio**

1999. “Política e História em disputa: o ‘Novo Sindicalismo’ e a idéia da ruptura com o passado”. In: JÁCOME RODRIGUES (org.). *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes pp. 133-161.
2001. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (Parte III e conclusão). São Paulo: Boitempo. pp. 179-300.
2003. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”. In: FERREIRA e DELGADO (org.). *Brasil Republicano Vol. 4 – O Tempo Da Ditadura*. Civilização Brasileira pp. 283-313.
2006. “Trabalhadores e Política no Sul Fluminense: a experiência de Volta Redonda nos anos 1980”. In: RAMALHO e SANTANA (org.). *Trabalho e Desenvolvimento Regional: efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad.

**SANTOS, Fernando S. D. e MUAZE, Mariana de Aguiar F.**

2002. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15.

**SAVAGE, Mike.**

2004. “Classe e História do trabalho”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVIA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe*. Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP.

**SCHUTZ, Alfred.**

1979. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

**SILVA, Antônio Ozaí da.**

1987. *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Proposta Editorial.

**SILVA, Luís Inácio da.**

1981. *Lula: entrevistas e discursos*. 2ª. ed. Guarulhos: O Repórter de Guarulhos.

**SIMMEL**, Georg.

1967. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

**SOARES**, Paulo Célio.

2001. *CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja - O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ.

**SORJ**, Bila.

2000. “Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, Nº. 43 (p. 25-34).

**SOUSA**, Jessie Jane Vieira de.

1989. “Arigó, o pássaro que veio de longe”. In: *Revista Arigó*. Volta Redonda: Centro de Memória Sindical dos Metalúrgicos de Volta Redonda.
1992. *Valentim, o guardião da memória circulista (1947-1958)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
2002. *Círculos Operários: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

**SOUZA**, Cláudia Virgínia Cabral de.

1992. *Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**THOMPSON**, Edward P.

1987. *A formação da classe operária inglesa*. Volumes I e II. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

**TIEZZI**, Ricardo.

2005. *A usina da injustiça: como um só homem está destruindo uma cidade inteira*. São Paulo: Geração Editorial.

**VEIGA**, Sandra Mayrink e **FONSECA**, Isaque.

1990. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis, Vozes.

**VELASCO JR**, Licínio.

1997. “A Economia Política das Políticas Públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94”. *Textos para Discussão*, Nº. 54. Rio de Janeiro: DEPEC/BNDES.
1999. “Privatização: Mitos e Falsas Percepções”. In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. A *Economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

**VELHO**, Gilberto.

1981. “Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas”. In: *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
1994. “Memória, identidade e projeto”. In: *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

**WEBER**, Max.

1987. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5ª ed. São Paulo: Pioneira.

**WEFFORT**, Francisco C.

1972. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968 (*Caderno CEBRAP 5*). São Paulo: CEBRAP.
1978. “Os sindicatos na política (Brasil:1955-1964)”. *Ensaio de Opinião*, nº 2-5. São Paulo: mimeo.

**WIRTH**, Louis.

1967. “O urbanismo como modo de vida”. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

**WOMACK, J.P.; JONES, D.T.; ROOS, D.**

1992. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

**ZILBOVICIUS**, Mauro.

1997. “Modelos de produção e produção de modelos”. In: *De JK a FHC, a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta.

*Jornais*

<i>Diário do Vale</i>	(1992-2007)
<i>Folha de São Paulo</i>	(1988-1989; 1994-1998)
<i>Jornal do Brasil</i>	(1988-1989; 1994-2006)
<i>O Estado de São Paulo</i>	(1988)
<i>O Globo</i>	(1988-1989)

*Boletins e Jornais Sindicais**9 de Novembro*

Boletim oficial do Sindicato dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico, de material eletrônico e de informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Itatiaia e Quatis (1989-2006).

*Democratizando o Capital.*

Órgão Informativo da Comissão dos Trabalhadores da CSN/FEM para a participação no processo de privatização da empresa. Boletim Nº. 1, 15/09/1992.

**Impressos de campanha eleitoral sindical**

1983. Chapas 1, 4 e 5.  
1986. Chapas 1 e 3.

*Jornal Vanguarda Operária*

Órgão oficial da Liga Quarta-Internacionalista do Brasil – Seção da Liga pela Quarta Internacional. Nº. 9, abril de 2000 “Lições da greve de 1990 na CSN e da luta contra a privatização: terror do estado burguês contra a luta operária”.

*O Independente*

Boletim do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (1990-1992).

***SENGE-VR Informa***

Boletim do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (1992-2004).

***Decretos e Leis***

**Poderes Executivo e Legislativo Federal**

Decreto-Lei Nº. 2.054 de 4 de março de 1940

Cria a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional.

Decreto-Lei Nº. 3.002 de 30 de janeiro de 1941

Cria a Companhia Siderúrgica Nacional.

Ato Institucional Nº. 5, de 13 de dezembro de 1968

Entre outras medidas, declara o recesso do Congresso Nacional, cassou mandatos executivos e parlamentares e suspendeu direitos políticos e civis.

Decreto-Lei Nº. 1.273, de 29 de maio de 1973

Declara Volta Redonda Município de Interesse de Segurança Nacional.

Lei Nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979

Concede anistia (*Lei de Anistia*).

Decreto-Lei Nº. 2.283, de 27 de fevereiro de 1986

Institui o Plano Cruzado e cria o “gatilho salarial” e o seguro-desemprego.

Decreto-Lei Nº. 2.335, de 12 de junho de 1987

Institui o Plano Bresser e cria a Unidade Referência de Preços (URP).

Lei Nº. 8.031, de 12 de abril de 1990

Cria o Programa Nacional de Desestatização.

Decreto Nº. 99.463, de 16 de agosto de 1990

Regulamenta a Lei Nº. 8.031 e o Programa Nacional de Desestatização.

Decreto Nº. 31, de 1º de fevereiro de 1991

Cria a Comissão de Controle das Empresas Estatais (CCE).

Decreto Nº. 137, de 27 de maio de 1991

Cria o Programa de Gestão das Empresas Estatais (PGEE).

Decreto Nº. 426, de 16 de janeiro de 1992

Inclui a Companhia Siderúrgica Nacional no Programa Nacional de Desestatização.

Decreto Nº. 712, de 23 de Dezembro de 1992

Altera o Decreto Nº. 99.463, mudando entre outras as regras do PND os dispositivos de avaliação e a porcentagem mínima de moeda corrente.

**Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**

Projeto de Resolução Nº. 587, de 18 de outubro de 2000

Concede o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro a Roberto Procópio de Lima Netto.

Projeto de resolução Nº. 1317, de 20 de junho 2002

Concede o título de Benemérito do Estado do Rio de Janeiro à Rosalice Magaldi Fernandes.

*Arquivos, bibliotecas e banco de dados consultados*

Arquivo da Câmara Municipal de Volta Redonda

Arquivo da Cúria Diocesana Barra do Pirai – Volta Redonda

Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) – IFCS-UFRJ

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – IFCH-UNICAMP

Arquivo do Jornal Diário do Vale

Arquivo do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda

Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda

Arquivo pessoal de Luiz Lopes Neto

Assessoria de Comunicação Social (ACS) – Prefeitura Municipal de Volta Redonda

Banco de dados dos Projetos de Pesquisa: *Desenvolvimento regional, indústria automobilística e relações de trabalho em uma perspectiva comparada: os casos do Sul Fluminense e do ABC Paulista* (2003-2007) e *O Global e o Local: os Impactos Sociais da Implantação do Pólo Automotivo do Sul Fluminense* (2000-2003).

Biblioteca Municipal Volta Redonda

Mills Library, McMaster University – Canadá

Workers Arts and Heritage Centre – Hamilton, Canadá

*Outras Referências*

**A Revista**

*CUT – Central Única dos Trabalhadores 1983-2003, vinte anos*. Edição Especial Nº. 3. Editora Gráfica Takano, agosto de 2003.

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**

*Impactos da privatização no Setor siderúrgico*. 2001.

**Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)**

Relatórios Anuais 2004, 2005 e 2006.

**Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)**

*Política Industrial no Brasil: o que é a nova política industrial* - Nota Técnica Nº. 11, dezembro de 2005.

**Diário do Grande ABC** (Vanderlei França e Evando Nogueira)

“Metalúrgico declara guerra a montadoras” e “Paço tem tradição em protesto”. 12 de dezembro de 1997.

**Diário do Vale**

*Caderno Especial CSN 54 anos*. 8 de abril de 1995.

**Eduardo Coutinho e Sérgio Goldenberg.**

*Memorial da Greve*. Documentário produzido pela Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda em associação com o Instituto de Estudos da Religião (ISER). ISER VÍDEO, 1989.

**Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)**

*A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945*. [CD-ROM], 1997.

**Hamilton Spectator**

“Stelco Forges Anew”. 01 de abril de 2006.

**Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS)**

*Siderurgia Brasileira: Relatório de Sustentabilidade*. 2007.

**Oposição Sindical (SMVR) (1983)**

*Relatório Eleições Sindicais em Volta Redonda*. 1983, mimeo.

**Prefeitura Municipal de Volta Redonda (PMVR)**

*Mapa Oficial de Volta Redonda*. Copiadora Cidade do Aço, 2003.

**Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE-VR)**

*O Peso da Realidade*. 1998.

**Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR)**

Relatórios das Eleições Sindicais de 1977, 1980 e 1983. mimeo.

**Fontes na Internet**

**Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**

[www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br)

**Câmara Municipal de Volta Redonda**

[www.cmv.rj.gov.br](http://www.cmv.rj.gov.br)

**CBS Previdência**

[www.cbsprev.com.br](http://www.cbsprev.com.br)

**Companhia Siderúrgica Nacional**

[www.csn.com.br](http://www.csn.com.br)

**Central Única dos Trabalhadores**

[www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

**Central Única dos Trabalhadores – Rio de Janeiro**

[www.cutrj.org.br](http://www.cutrj.org.br)

**Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira**

[www.dicionariompb.com.br](http://www.dicionariompb.com.br)

**Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB-FGV)**

[www.cpdoc.fgv.br/dhbb/](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/)

**Força Sindical**

[www.fsindical.org.br](http://www.fsindical.org.br)

***Iacocca Foundation***

[www.iacoccafoundation.org](http://www.iacoccafoundation.org)

***Instituto Brasileiro de Siderurgia***

[www.ibs.org.br](http://www.ibs.org.br)

***Prefeitura Municipal de Volta Redonda***

[www.portalvr.com](http://www.portalvr.com)

***Presidência da República Federativa do Brasil***

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

***Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda***

[www.senge-vr.org.br](http://www.senge-vr.org.br)

***Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda***

[www.sindmetalvr.org.br](http://www.sindmetalvr.org.br)

***Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Volta Redonda***

[www.sindicatocivilvr.com.br](http://www.sindicatocivilvr.com.br)

***Wikipédia – Enciclopédia Livre***

[www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)



## ANEXO I

Quadro 3

## Entrevistas realizadas e perfil dos entrevistados

	NOME	PERFIL	DATA
1.	Aurélio de Paiva	Jornalista e diretor-proprietário do Diário do Vale, jornal surgido no contexto da privatização da CSN. Destacou-se sobretudo pelos editoriais abertamente favoráveis à venda da Companhia. O jornal, criado em 1992, foi o primeiro de frequência diária na região, ganhando a liderança em Volta Redonda em poucos meses. Atualmente é o veículo de maior tiragem do interior do estado do Rio de Janeiro.	12-2005
2.	Dejair Martins	Operário e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Volta Redonda entre 1987 e 1993 e de 1996 até o presente (2007) <sup>432</sup> .	11-2006
3.	Dom Waldyr Calheiros	Bispo da Diocese Barra do Piraí – Volta Redonda (1966-2002). Destacou-se desde os anos 1960 pelo enfrentamento com o regime pós-1964 e nos anos 1970 e 1980 pelo apoio dado movimento social e ao sindicalismo de Volta Redonda. Atualmente é Bispo Emérito da mesma diocese, participando esporadicamente na cena política e social da cidade. Entrevista realizada por José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana.	01-2005
4.	Isaque Fonseca	Metalúrgico e diretor do SMVR (1986-1989), foi vereador de Volta Redonda pelo PDT (1989-1992) e co-autor de <i>Volta Redonda, entre o aço e as armas</i> . Atualmente é comerciante e atua como consultor nas áreas de cooperativismo e empreendedorismo.	11-2005
5.	Jadir Baptista de Araújo	Metalúrgico e militante ligado à corrente Articulação Sindical da CUT. Nos anos 1990, polarizou a disputa interna na central com Vagner Barcelos e, posteriormente, com a Força Sindical. Presidente da Federação Interestadual dos Metalúrgicos da CUT, disputou a eleição para o SMVR em 1995 e, após as sucessivas derrotas da CUT, fundou o Sindicato dos Siderúrgicos do Sul Fluminense em 1998, entidade que preside até os dias atuais. Entre 2005 e 2006, articulou o retorno do SMVR ao campo de influência da CUT, chegando a atuar como diretor sindical. Candidato à presidente da entidade em 2006, foi derrotado.	12-2005
6.	João Nery Campanário	Advogado do SMVR de 1983 até os dias atuais. Especializado em direito sindical-eleitoral foi um importante aliado de Juarez Antunes. Nos anos 1990 foi também um dos principais articuladores do Formigueiro, grupo que conquistou o SMVR em 1992 sob a liderança de Luiz de Oliveira Rodrigues.	11-2005
7.	João Thomaz Ferreira da Costa	Engenheiro e presidente do SENGE-VR de 1992 até os dias atuais. Foi vereador de Volta Redonda pelo PPS (2001-2004).	11-2005
8.	J. A.	Metalúrgico da CSN. Filho de comerciante, nasceu em 1966, freqüentou a ETPC nos anos 70 e 80 e ingressou na Companhia como estagiário, sendo definitivamente “fichado” em 1993, meses após a privatização.	12-2005

<sup>432</sup> As referências ao “presente” e à “atualidade” dizem respeito ao ano de 2007, momento da finalização desta tese.

9.	Luiz Antonio Vieira Albano	Metalúrgico e diretor administrativo do SMVR (1983-1992), ganhou projeção político-sindical nas greves dos anos 1980, tornando-se uma das principais lideranças ligadas a Juarez Antunes e diretamente envolvidas no processo de sucessão. Nos anos 1990, foi um dos idealizadores do Formigueiro e defensores da participação na privatização da CSN. Deixando o sindicalismo no mesmo período, atuou em outros leilões de empresas estatais e desde então tem se dedicado a uma carreira empresarial no setor de energia.	11-2005
10.	Luiz de Oliveira Rodrigues	Metalúrgico, diretor (1983-1991) e presidente (1992-1997) do SMVR. Militante ligado à Igreja Católica e ao movimento de periferia nos anos 1970, fez parte da Oposição Sindical, chegando ao SMVR com Juarez Antunes em 1983. Na greve do ano seguinte tomou parte da dissidência contra Juarez, mas abandonaria o grupo para retornar ao sindicato. Foi considerado um importante articulador entre os movimentos social e sindical nos anos 1980. Sucessivas rupturas com a Igreja e outros sindicalistas o levaria a uma condição subordinada no plano político-sindical. Nos anos 1990, juntamente com Luiz Albano, foi o principal articulador do Formigueiro, grupo que se apresenta como favorável à privatização da CSN e que assume o controle do SMVR em 1992, contando para isso com o apoio da Força Sindical e do presidente da CSN, Lima Netto. Durante seus dois mandatos à frente do SMVR, ganhou projeção nacional e credenciais para o exercício dos cargos de membro do Conselho Administrativo do BNDES (1996) e de vice-presidente (1997-1999), presidente (1999-2005) da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), ligada à Força Sindical. Entre 2004 e 2005, travou uma luta pelo poder do SMVR com o seu sucessor e antigo aliado Carlos Henrique Perrut, com base em denúncias de corrupção e processos judiciais. Em 2006, candidato à presidente do sindicato, foi derrotado. Desde então atua como Secretário de Educação Sindical da CNTM, cargo para o qual foi eleito em 2005.	07-2004
11.	Luiz de Oliveira Rodrigues		10-2005
12.	Luiz Lopes Neto	Metalúrgico e diretor-secretário do SMVR (1983-1989), foi membro da Oposição Sindical, aliado e, posteriormente, opositor de Juarez Antunes. Atualmente aposentado, mantém um expressivo arquivo de documentos, boletins, jornais e outras fontes ligadas ao SMVR e à CSN.	12-2005
13.	Marcelo Felício	Metalúrgico, vice-presidente (1986) e Presidente (1987-1989) do SMVR. Ligado ao PDT e ao grupo de aliados de Juarez Antunes, ganhou projeção ao ser “escolhido” seu sucessor como forma de manutenção do grupo em face da ascensão de Luiz Albano e Vagner Barcelos. Após deixar o sindicato em 1989, passou a atuar como assessor parlamentar, função que mantém até os dias atuais.	10-2004
14.	Maria da Conceição dos Santos	Funcionária administrativa da CSN e do SMVR. Foi ligada à dissidência de 1984 que deu origem à corrente Luta Metalúrgica. Atualmente é advogada e presidente da Associação de Mulheres Beth Lobo – Volta Redonda.	10-2005
15.	Marlene Fernandes	Professora e ex-assessora do SMVR. Militante nos anos 1980, entre outras atividades, foi diretora do Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP), fundadora do PT-VR e Secretária Municipal de Educação do Governo Juarez Antunes (1989). Atualmente é professora universitária.	10-2005

16.	Mauro Veríssimo	Jornalista e assessor de Imprensa do SMVR (1992-2005). Tendo atuado em jornais e rádios do Rio de Janeiro, foi para Volta Redonda para coordenar a comunicação do Formigueiro, tornando-se também assessor pessoal de Luiz Rodrigues.	10-2005
17.	Militante dissidente (1984)	Metalúrgico e diretor do SMVR (1983-1984). Juntamente com outros militantes expulsos do sindicato em 1984, fundou a corrente Luta Metalúrgica. Participaram como entrevistadores Marco Aurélio Santana e Julia Maçaira Polessa.	08-2003
18.	Paulo César Baltazar da Nóbrega	Médico e professor, ganhou projeção política atuando junto a comunidades carentes de Volta Redonda. Principal nome do PSB na região, foi Vereador (1989-1993), Prefeito (1993-1996) e Deputado Federal (1999-2002 e 2003-2006). Atualmente (2007), encontra-se sem mandato. Sua não reeleição em 2006 esteve em grande medida ligada ao envolvimento de seu nome, e os de outros parlamentares, nas denúncias de fraudes em licitações na área de saúde, “escândalo” deflagrado após a “operação sanguessuga” investigação realizada pela Polícia Federal.	12-2005
19.	Roberto Procópio Lima Netto	Engenheiro e administrador. Presidente da CSN entre 1990 e 1992, reassumiu o cargo por menos de um ano após a privatização, em 1993. Atuou como diretor executivo em agências financeiras estatais e no Grupo Monteiro Aranha entre os anos 1970 e 1980. Ganhou projeção política e empresarial após o processo de “recuperação” e privatização da CSN, tornando-se Deputado Federal pelo PFL (1995-1998) e autor de livros na área de negócios e administração.	11-2005
20.	Sebastião Faria	Engenheiro e primeiro, e único, funcionário de carreira da CSN a atingir o posto de presidente da Companhia (1992-1993). Assumiu a empresa após a demissão de Lima Netto, passando a apontar falhas na avaliação da CSN, tentando, sem sucesso, o adiamento do leilão.	11-2006
21.	Sidnei Francisco	Engenheiro e diretor do SENGE-VR de 1992 até os dias atuais.	11-2005
22.	Vagner Barcelos	Metalúrgico, diretor (1986-1989) e presidente (1989-1992) do SMVR. Junto com o pai José Emídio, foi um dos principais organizadores da ACO em Volta Redonda. Quando jovem, freqüentou o seminário para padres operários paralelamente à organização da Oposição Sindical em Volta Redonda nos anos 1970-1980. Nos anos 1990, já à frente do SMVR foi o principal personagem do embate entre o então presidente da CSN, Lima Netto, e o sindicalismo cutista. Atualmente é assessor parlamentar.	11-2005
23.	Vanderlei Barcelos	Metalúrgico, diretor do SMVR (1986-1992) e vereador de Volta Redonda pelo PT (1989-1990). Após deixar o sindicato em 1992, dedicou-se ao estudo e à carreira da advocacia. Atualmente é advogado trabalhista e atua para diferentes sindicatos da região.	10-2005
24.	Vicente Melo	Jornalista e publicitário. Estudante nos anos 1960 e 1970, fez parte de um grupo de teatro e do movimento cultural de Volta Redonda. Como jornalista, foi um dos fundadores do Jornal Opção (1976) e assessor de imprensa da Prefeitura Municipal de Volta Redonda nos governos Marino Clinger (1985-1988) e Juarez Antunes (1989). Atualmente é sócio de uma agência de publicidade em Volta Redonda.	12-2005

Quadro 4  
Processo produtivo do aço



FONTE: Elaborado a partir de Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) (2007) e [www.ibs.org.br](http://www.ibs.org.br).

Documento 3

**Canção Viva o Arigó**

**Viva o Arigó**  
**(Geraldo Nunes)**

Refrão

*Vamos dar viva a ele*

*Olha viva o arigó*

*Vamos dar viva a ele*

*O matuto é o maior*

*Eu trabáio de sol a sol, comigo não tem tempo ruim,*

*Por isso mesmo na minha paioça só tem roça e nenhum capim.*

*Eu sou mesmo um arigó e sou feliz por ser assim.*

*Eu sou mesmo um arigó e sou feliz por ser assim!*

(Refrão)

*Com a força dos meus braços, pego a enxada e cavo o chão,*

*Quando caio machucado, pranto arroz e feijão.*

*Eu sou mesmo um arigó, o braço forte da nação.*

*Eu sou mesmo um arigó, o braço forte da nação!*

## ANEXO II

## Documento 4

## Relatório do Serviço Regional de Investigações Especiais (SRIE)

## Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro – 1982

ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO GERAL DE POLÍCIA CIVIL	
SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS	
INFORMAÇÃO Nº 076/82	Data: 27/08/82
Assunto: OPOSIÇÃO SINDICAL DOS METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA Origem: SRIE/2ª CSP Difusão: GAB/DGIE Anexo(s): DOCUMENTOS A RESPEITO	
CONFIDENCIAL	
<p>Desde a instalação deste serviço com sede no Município de Volta Redonda, tem-se acompanhado de perto todos os movimentos reivindicatórios da classe metalúrgica, os quais se sucedem de ano para ano, procurando sua entidade representativa, ou seja, o Sindicato, lutar por maiores vantagens para a classe junto ao órgão empregador, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).</p> <p>É bem verdade, que dentre os participantes dos movimentos de classe, geralmente discutidos durante os meses de junho e julho, encontramos sempre aqueles que visam obter para os trabalhadores, vantagens absurdas, levando a entidade classista a debater a questão com o órgão empregador.</p> <p>Esses se alinham a uma frente de reação que conhecemos como OPOSIÇÃO SINDICAL.</p> <p>Atuante de forma dispersa e de voluntariedade pessoal, seus representantes, somente em 1979, conseguiram unir suas forças e sob uma liderança tríplice, passaram a ter uma participação mais ativa e organizada nas assembléias de massa metalúrgica.</p> <p>Para tal, foi necessário que alguém os orientasse, e, disciplinasse, fornecendo estrutura de base e teórica; e tudo aconteceu com a presença de DELMAR MARQUES TEODÓSIO, oriundo do Estado de São Paulo, ignorando-se totalmente naquela época a sua verdadeira identidade e participação nos movimentos.</p> <p>Uma das primeiras necessidades impostas por DELMAR, vulgo "KELMAN", foi para que os simpatizantes se reunissem constantemente e debatessem suas pretensões, analisando-as profundamente, para não oferecer meios de defesa ao empregador, através das contra-propostas, ameaçando-as sempre com greve.</p> <p>Na época, instalaram-se numa das salas do prédio Justino Molica, no centro de Volta Redonda, em cujo local anteriormente reuniam-se elementos da conhecida "Convergência Socialista", liderada por SERGIO MURILO BRAITO DE OLIVEIRA, FERNANDO TEDESCO JUNIOR e JADIR DA SILVA FILHO, onde mantinham clandestinamente reuniões de portas fechadas e em horários diversos, determinados seus participantes a se identificarem através de códigos e senhas.</p> <p>Já passados três anos, encontramos no momento atual, no seio da classe metalúrgica, uma OPOSIÇÃO SINDICAL totalmente organizada, ameaçadora para o órgão empregador, nos próximos movimentos de reivindicação salarial no ano de 1983 (uma medida de greve, considerando-se que neste ano seus líderes conseguiram conduzir a classe a quase, digo, a uma quase decisão judicial nas pretensões reivindicatórias, salvando-se pelas habilidades do presidente que até aquela encontrava-se afastado).</p> <p>Agora, já passados três anos, como dissemos anteriormente, vêm às nossas mãos, documentos que registram e constataam as nossas primeiras palavras, dando conta o que foram ministrados aos participantes da Oposição Sindical, assinalando-se as presenças sempre constantes dos líderes JOSÉ JUAREZ ANTUNES, JOSÉ EMÍDIO DE SOUZA, WAGNER BARCELOS DE SOUZA, LUIZ ANTONIO ROCHA, ELMO DE SOUZA CARVALHO e LUIZ LOPES NETO, e mais as participações de MARCELO FELICIO, NILANDER VAZ ANDRADE, LUIZ ANTONIO VIEIRA ALBANO, NOLO-SERGIO (Jornal Berro da Baixada Fluminense), SERGIO MURILO BRAITO DE OLIVEIRA, e por algumas oportunidades FERNANDO TEDESCO JUNIOR.</p> <p>OBS: Os principais líderes tem seus nomes codificados nas iniciais, no respectivo documento.</p> <p>Anexamos na presente informação os referidos documentos, bem como, um exemplar literário intitulado "O MANIFESTO COMUNISTA", o qual foi distribuído no interior da USINA da CSN e nas reuniões pelo metalúrgico WAGNER BARCELOS DE SOUZA.</p> <p>Atualmente as reuniões vem se sucedendo na Igreja de N. S. da Conceição, no bairro Conforto, numa das salas situadas nos fundos daquele templo, ocorrendo vez por outra a participação do Padre operário ANDRE JOSEPH ROMARY.</p>	
FONTE: Arquivo pessoal de Luiz Lopes Neto.	

## Documento 5

## Carta apresentada pelo grupo dissidente

## 1º. Congresso Nacional da CUT – 1984

**Pela democracia operária em volta redonda!**

Em Volta Redonda, existe hoje uma situação que não pode persistir: um dirigente sindical utiliza os mais vergonhosos métodos pelegos: demissão de funcionários e devolução de companheiros de diretoria à base por divergências políticas, desrespeito à decisão de assembléias, calúnias contra dirigentes da CUT. Essa descrição poderia parecer se referir a um qualquer dos dirigentes da CONCLAT. Infelizmente, se trata das ações de membro de nossa Central Única dos Trabalhadores, de sua direção nacional, José Juarez Antunes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Por isso, consideramos que os companheiros da CUT de todo o país devem conhecer os fatos e se posicionar.

Provavelmente, a maioria dos companheiros não conhece de perto o processo pois ele foi pouco discutido no interior da nossa central. Faremos um breve relato dos fatos para que os companheiros vejam a importância da discussão e a necessidade de uma atitude para manter sem manchas a bandeira da CUT.

As lutas mostram quem é quem

Esse entusiasmo vinha da esperança da categoria em mudanças profundas após a posse da nova diretoria, que ela partisse para a organização da luta por melhores condições de vida, se necessário indo à greve para arrancá-las. No entanto, quando a briga começou, é que se pôde ver quem efetivamente queria levar as bandeiras da oposição e aqueles que com um discurso de oposição queriam se manter a todo custo no sindicato, mesmo que fosse necessário partir para uma prática pelega.

Em junho, explode a greve da CSN, após toda uma batalha pela sua preparação na base. Os companheiros de todo o país acompanharam a força da greve, a 1ª na história da Usina e já realizada com ocupação de fábrica, seguindo o exemplo dos companheiros de São Bernardo, São José dos Campos, etc. Para que ela saísse, foi necessário um duro trabalho anterior nos departamentos, nos bairros, junto à comunidade. A vanguarda desse trabalho foram 3 diretores efetivos, Luisinho, Alexandre e Nilson, os funcionários que haviam sido fundadores da Oposição Sindical, como Braitto e Gurgel, ou atuavam no apoio como Conceição e Luis. Uma série de ativistas dentro da usina deram uma contribuição decisiva, entre os quais Márcio e Brandão.

Depois de 5 dias heróicos de greve, Juarez resolve chamar o fim da greve, quando ela ainda tinha uma grande força. Alguns companheiros, os mais dedicados à sua manutenção discordam da posição de Juarez, pois não viam nenhum ganho concreto para a categoria em desmobilizar a greve sem vitória econômica e com a ocupação forte.

Juarez persegue os que divergem

Juarez não admite a divergência, e para acabar com a oposição dos diretores e ativistas que se colocaram pela continuidade, Juarez passou a atacar a democracia no sindicato. Em primeiro lugar demite os funcionários, os 4 que como dissemos eram destacados combatentes do movimento de Volta Redonda, alegando: "eles são funcionários. Dos funcionários do Sindicato, só queremos o lado profissional" (Boletim 156, assinado por Juarez). Era bem claro, ele não queria saber de funcionários que participassem da organização das lutas e menos ainda de que apoiassem greves que ele queria impedir a todo o custo.

Mas não parou aí - em seguida, passou a perseguir os 3 diretores que haviam se oposto ao recuo e às demissões dos funcionários. Esses companheiros, a quem Juarez acusou por rádio, TV, jornal, de tudo, inclusive de querer matá-lo ("Jornal Opção" dos dias 26/27 de julho de 84) são nada mais nada menos do que o Presidente da CUT Sul-Fluminense (Luisinho), um membro da Direção Nacional da CUT (Alexandre) e Nilson da regional da CUT.

Por fim, como costuma fazer a burguesia e seus agentes pelegos, Juarez passou, assessorado por famosos membros da CONCLAT, a acusar como bode expiatório a uma organização operária, no caso a Convergência Socialista, responsabilizando a nós pela situação que ele mesmo criou de divisão do sindicato.

Nós sempre tivemos uma posição clara e absolutamente contra a condução de Juarez durante a greve, mas consideramos absolutamente normal haver divergências sobre isso e qualquer outro assunto no interior do movimento operário. O que pode resolver estas diferenças no sentido do avanço da classe operária, é a garantia da democracia operária, com as distintas posições se manifestando livremente, sem perseguições e fazendo com que a base decida soberanamente. Quando, um dirigente sindical utiliza seu poder, do seu controle da máquina do sindicato para reprimir as diferenças, para afastar os que divergem, ele se iguala aos pelegos, e só a conciliação com os patrões, só o medo de ser julgado pela base podem explicar

uma conduta deste tipo pois foi justamente essa a prática de Juarez e que colocou a divisão no sindicato.

[...]

Temos certeza que uma vez conhecido os fatos, qualquer plenária de base ou qualquer instância de direção da CUT, se posicionarão contra os métodos de Juarez. Por isso, nossa proposta é que todos os organismos da CUT tomem posição, e que para solucionar a crise do Sindicato de Volta Redonda, se convoque o mais rápido possível um Congresso dos Metalúrgicos de Volta Redonda, cuja democracia seja assegurada com a presença da direção estadual e nacional da CUT, que delibere sobre o encaminhamento da luta contra a patronal e as medidas necessárias para que volta a reinar a democracia operária no interior do Sindicato dos Metalúrgicos.

Temos certeza que este Congresso se posicionará contra as demissões dos funcionários, contra o afastamento dos diretores e pela luta contra as demissões dos ativistas.

Pela readmissão dos ativistas demitidos pela CSN!  
Pela readmissão dos funcionários demitidos por Juarez!  
Pela volta dos diretores a seus postos!  
Por um Congresso democrático dos Metalúrgicos de Volta Redonda!  
Fora os métodos pelegos do Sindicato de Volta Redonda e da CUT!



FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP.



## Documento 6

## Carta-resposta de Juarez Antunes às críticas da dissidência – 1984

ASSIM NASCEU A DIVISÃO NA DIRETORIA

Em dezembro de 1982 houve um racha na Oposição Sindical, por que havia um grupo que não aceitava Juarez na chapa que iria disputar as eleições sindicais de 1983.

Então, após o racha o nosso grupo foi se reunir na casa do Nilson, que, de imediato, intitulou-se candidato a diretor jurídico. Assim, também, naquela primeira reunião se intitularam o atual Diretor Social e o atual Diretor de Base. O Braitto não podia ser candidato porque, no tempo do Waldemar, ele fora expulso do Sindicato e sua condição de associado fora cassado por Lustoza. Nem entrar no Sindicato e nas Assembléias ele podia. Isso, o Waldemar não deixava mesmo.

Depois da terceira reunião na casa do Nilson, passamos a nos reunir na minha casa (debaixo do pé de abacate), na Rua 15, por ser o local mais central da cidade. Tocamos a campanha, ganhamos as três eleições de 1983 e depois de toda aquela luta, tomamos posse naquela tarde de 6 de setembro (a oficialização do início do mandato foi no dia 9 de setembro).

Assumimos a direção do Sindicato e atacamos no trabalho. Sempre preocupados com os interesses da classe, sempre dedicados à luta pura e sadia do movimento sindical. Ao assumirmos, reconhecendo o trabalho do Braitto na campanha das eleições, chamamos aquele companheiro para trabalhar conosco no Sindicato. Mas, como sou um liberal, de boa fé, providenciei um emprego para o Braitto dias antes da nossa posse, para que ele pudesse sindicalizar-se, já que como funcionário do Sindicato ele não podia ser sócio da entidade. Assim fiz.

Fui à Mecânica R. Almeida e arranjei-lhe um emprego. Requisitei-o para o Sindicato e ele passou a ter condições de sindicalizado que o Waldemar lhe cortara.

Tudo bem. Aí o Braitto tinha condições de poder ser candidato ao Sindicato em 1986. Nada demais. Tudo democrático. Acontece porém que com o andar da carruagem – é natural que aconteça – aquele funcionário **sindicalizado** começou a fazer um trabalho que não fechava com a nossa diretriz de trabalho: **Fortalecer para Avançar subir os degraus de uma escada com firmeza**, eram substituídos por teorias da **Convergência Socialista**, que não abraçamos.

Nas reuniões da Diretoria, eu sempre dizia aos três diretores seguidores das idéias da **Convergência**: "Vocês tem todo o direito de ocupar espaço; vocês tem o direito de me derrubar, mas quero que façam às claras. Não agir dentro do Sindicato me roendo por baixo".

E, eles continuaram a levar uma política que achamos destruidora da classe operária. A política do **quanto pior melhor**. Política de destruição das máquinas, – como se recomendava naquela peça teatral encenada, no Sindicato e na assembléia no Posto de Puericultura, – está em desacordo com o que pensamos.

Política de atear fogo em ônibus para baixar o preço das passagens... que cada um avalie isso.

Na campanha salarial tirávamos uma posição para levarmos à assembléia, e no meio do caminho, os adeptos ou simpatizantes da **Convergência** mudavam de idéia, e colocavam para a massa os interesse dessa corrente política. E, assim, tentaram de todos os modos, tanto nas assembléias de 3 e 17 de junho, como nas assembléias da greve.

Esse grupo queria prolongar a greve, para depois que o trabalhador caísse no despenhadeiro, ir para rua gritar **palavras de ordem**. Os tais **protestos** de sempre. Porém, a categoria já estaria destroçada, todo o nosso trabalho de anos jogado fora, o trabalhador humilhado em sem Sindicato por mais um punhado de anos. Tudo para agradar aos interesses dessa corrente política.

Mas ainda acordamos a tempo. Depois de 9 meses, agindo democraticamente, dando até o direito de voto ao funcionário Braitto. Depois de trazer um companheiro desempregado de Tubarão e colocá-lo no Sindicato como Jornalista, depois de ajeitarmos com a CSN para readmitir a Conceição que fora demitida da empresa e, a pedido meu, ela foi readmitida, para que o Sindicato a requisitasse, como o fez.

Depois de tanta lealdade a esses três funcionários, vem os três, sistematicamente, levando um trabalho de destruição da classe, implantando essa política da **Convergência** que o trabalhador rechaça em todo o País. Depois de 9 meses de experiência com eles, o que é que tínhamos de fazer? Deixá-los acabar com a classe ou demiti-los?

Acresce, ainda, que quem os demitiu foi a grade massa da passeata monumental do término da greve. Quem os demitiu foi o trabalhador, que pode demitir quantos quiser, pois somos todos, da Diretoria, empregados da categoria.

Que esses elementos façam política de Oposição ao Sindicato é mais que democrático. Mas que façam oposição às claras, jogo limpo.

Roer dentro de casa, **não**. Que vão formando já uma chapa para 86. vendam o seu peixe como quiserem, mas enquanto eu estiver na presidência com os três colegas que têm a cabeça no lugar, nós não deixamos que o trabalhador seja usado para fins políticos da **Convergência Socialista** ou de outra corrente política qualquer.

José Juarez Antunes.

FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP. Grifos em negrito no original e sublinhados nossos.

Documento 7

**Pedido de prestação de contas feito a Juarez Antunes  
por Luiz Lopes Neto e outros diretores do SMVR – 1987**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS  
METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO  
DE BARRA MANSÁ, VOLTA REDONDA E RESENDE

Volta Redonda, 08 de dezembro de 1987.

Ilmo. Sr.  
José Juarez Antunes  
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos  
NESTA

Sr. Presidente.

Estamos encaminhando pedido de providências sobre denúncias e irregularidades que vem ocorrendo dentro desta Entidade. Denúncias estas, feitas pelo membro do Conselho Fiscal Sr. Wilson Baptista. Como também, várias outras irregularidades relacionadas abaixo.

Estamos dando um prazo de no máximo oito dias a contar desta data, para a tomada das devidas providências. Caso não aconteça, pediremos auditoria para as apurações devidas.

- 1º) Os assessores da Diretoria: Campanário, Colombo, Henrique, Ernesto, José Raimundo e Antonio Carlos. Seguir as normas da Diretoria.
- 2º) Suspender a filiação ao CCP
- 3º) Prestação de contas das verbas que são devolvidas ao Sindicato. Departamento Jurídico. 3.000 dólares.
- 4º) Prestação de contas do Conselho Fiscal - Denúncias feiras de desvio de verbas do Sindicato.
- 5º) Boicote que é feito a alguns dirigentes pela Imprensa.
- 6º) Processos que estão parados no Departamento Jurídico.
- 7º) Livro do Isaque.
- 8º) Prestação de contas da Administração.
- 9º) Demissão da funcionária Estela.
- 10º) Acabar com vazamento de informação das reuniões de Diretoria.

FONTE: Arquivo pessoal de Luiz Lopes Neto.

Documento 8

**Carta distribuída à população de Volta Redonda  
durante a “greve dos peões” da Construção Civil – 1979**

NOTA À POPULAÇÃO

EM RESPOSTA À NOTA EMITIDA PELA D.R.T. EM 18/10/79, COMUNICAMOS À POPULAÇÃO E ENTIDADES QUE NOS APOIAM QUE CONTINUAMOS A GREVE POR MOTIVOS DE QUE OS PATRÕES NÃO COMPARECEM ÀS REUNIÕES E NEGOCIAÇÕES, E FORAM AO ALOJAMENTO POR VOLTA DAS 23.00 HORAS PROPOR AOS PEÕES QUE VOLTASSEM AO TRABALHO SENDO QUE NEM MANDARAM REPRESENTANTES LEGAIS. **DIZEM QUE HÁ INFLILTRAÇÃO. MUITO PELO CONTRÁRIO, QUE QUEM NO APOIOU E CONTINUA APOIANDO É A POPULAÇÃO, O BISPO D. WALDIR E SUA IGREJA, ALÉM DE ALGUNS PARLAMENTARES. SERÁ QUE O GOVERNO CHAMA ISSO DE ENTIDADES OU PESSOAS ESTRANHAS?**

OS 6(SEIS) ITENS NUMERADOS NA NOTA OFICIAL, DA D.R.T. NÃO SATISFAZ AS NOSSAS NECESSIDADES FÍSICAS.

**POIS CONTINUAMOS NA ILEGALIDADE DOS NOSSOS SALÁRIOS BAIXOS, NOSSAS EXTRAS, NOSSAS ALIMENTAÇÕES, NOSSA CONDIÇÃO DE MORADIA COM FALTA DE HIGIENE, SISTEMA MÉDICO DEFICIENTE. NOSSO IMPOSTO SINDICAL QUE NÃO É RETRIBUÍDO NO FINAL. ESSAS SÃO AS CONDIÇÕES ILEGAIS NA QUAL NÓS VIVEMOS NO COTIDIANO. QUEREMOS ALERTAR QUE FOMOS PROCURAR DIVERSAS VEZES O SINDICATO E A DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO [SOBRE] AS IRREGULARIDADES E NUNCA FOMOS ATENDIDOS OU MAL ATENDIDOS. FICAMOS NA PROMESSA E SEM SOLUÇÃO.**

EM CLIMA DE PAZ E RESPEITO. NÃO É O CLIMA QUE A POLÍCIA NOS TRATA. QUEREMOS CONFIRMAR QUE SOMOS TRABALHADORES HONESTOS E PESSOAS HUMANAS COM DIREITOS DE SER TRATADOS CONDIGNAMENTE.

QUEREMOS 70% E CONTINUAREMOS DISPOSTOS A NEGOCIAR COM OS EMPREGADORES POIS **SE FOR PRA MORRER DE FOME, JÁ ESTAMOS ACOSTUMADOS.** E CONTINUAMOS PARADOS.

PEDIMOS A COMPREENSÃO DE TODA A POPULAÇÃO E A COLABORAÇÃO COM NOSSO FUNDO DE GREVE, QUE PODERÁ SER ENTREGUE NA IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA NO BAIRRO SÃO JOÃO.

GRATOS DESDE JÁ.

COMISSÃO DE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP, grifos nossos.

## ANEXO III

Documento 9

## Convenção de 1989 – a CUT dividida

UNIDADE SEM EXCLUSÃO  
É O METALÚRGICO MAIS FORTE**1 Agora é pra valer**

Este assunto já foi adiado muitas vezes. Duas assembléias já foram convocadas. Muitos foram os motivos para protelar esta decisão, mas o principal deles foi a sua ausência na última quinta-feira.

É uma decisão séria e não pode ser tomada por meia dúzia de trabalhadores ou entre quatro paredes.

Se você não participa junto com a gente, Deus sabe lá como será formada a CHAPA DO SINDICATO e qual a cara que ela vai ter.

Você é responsável.

**2 Duas propostas vão ser votadas na assembléia**

A PRIMEIRA: Defendida pela maioria do Sindicato não exclui qualquer companheiro da CUT, NÃO VETA qualquer metalúrgico lutador que não tem rabo preso com Procópio e seus aliados.

A SEGUNDA: Defendida pela minoria do Sindicato, com a desculpa de VETAR E EXCLUIR os metalúrgicos da Convergência Socialista e da Luta Metalúrgica, na realidade, VETA E EXCLUI o poder de decisão dos trabalhadores, VETA E EXCLUI a Presidente do Sindicato com VAGNER e coloca em risco a vitória da CUT nas Eleições Sindicais.

A PRIMEIRA proposta é de UNIDADE dos trabalhadores da CUT, é defendida pelo PRESIDENTE DO SINDICATO – VAGNER e por mais 8 (diretores que são a maioria).

A SEGUNDA proposta é de EXCLUSÃO de trabalhadores da CUT e de VAGNER/PRESIDENTE, é assinada peã minoria da Diretoria (5 diretores) e por engenheiro do Sindicato dos Engenheiros.

As duas propostas serão votadas na Assembléia de quarta-feira, na UFF, às 18:00 horas. A proposta vencedora vai definir as regras para formar a CHAPA DA CUT E DO SINDICATO para derrotar Procópio/Collor e seus aliados.

**3 O Sindicato com todos da CUT é mais forte**

VAGNER, como Presidente do nosso Sindicato denunciou os traidores, pediu e teve o apoio da categoria para expulsar os aliados do Procópio do Sindicato. Você se lembra da posição de VAGNER e você participou sem vacilar.

Com essa mesma RESPONSABILIDADE, VAGNER chamou a Diretoria (e recebeu o apoio da maioria) para a UNIDADE DOS CUTISTAS contra a turma da direita.

O nosso Sindicato é de esquerda e não podemos permitir que seja ocupado pela direita.

A proposta de EXCLUSÃO É RUIM porque tira do trabalhador o poder de decidir qual é o seu melhor time. Termina por escolher uma chapa entre quatro paredes.

A PROPOSTA DE UNIDADE, numa CONVENÇÃO UNITÁRIA DA CUT é para cada metalúrgico decidir quem são os melhores para dirigir o sindicato, sem colocar a CUT em risco.

Quem manda no Sindicato é o metalúrgico. Você só não decide se não quiser.

Se for pra VETAR, que na Convenção o metalúrgico o faça, através do VOTO.

**Vagner Barcelos de Souza**

**NÃO PODEMOS RACHAR A DIRETORIA**

Nas Eleições Sindicais que acontecerão em julho, não podemos dividir a atual diretoria, como também, não podemos nos juntar com aqueles que sempre jogaram pedras e se colocaram como divisionistas dentro da categoria.

Além de manter a unidade da diretoria, será necessário buscar no seio da categoria os melhores militantes para compor, junto com a diretoria, a chapa do sindicato.

Também propomos que haja mudanças profundas na atuação do Sindicato. É preciso que nosso Sindicato volte a ser respeitado e tenha credibilidade junto a toda categoria.

Não podemos fazer do nosso sindicato um trampolim político para projetos pessoais ou projetos de partidos e correntes políticas. O Sindicato tem que estar a serviço dos trabalhadores.

Na Assembléia de hoje o que estará em jogo é o futuro de nossa categoria. De um lado a proposta defendida pelo Vagner de manter o Sindicato como está, trazendo para dentro da diretoria os divisionistas (Convergência Socialista e Luta Metalúrgica).

De outro lado estarão **Bartolomeu, Jadir, Gildásio, Héber e um conjunto de aposentados e de militantes que estão na fábrica preocupados com o futuro do sindicato.** Defendendo a unidade da diretoria, propondo as mudanças necessárias para que nosso Sindicato avance nas conquistas dos trabalhadores, sem politicagem.

Companheiro! **Participe da Assembléia.** É você quem vai decidir o futuro de nossa categoria. **Não invente, vote consciente.**

Contamos com o seu apoio.

**Bartolomeu, Jadir, Gildásio, Héber e Marcelo Felício**

Por um Sindicato forte e inteligente, voltado para os interesses dos trabalhadores.

Figuras 11 e 12

O leilão da CSN no Diário do Vale

**DIÁRIO DO VALE**

Volta Redonda, Terça-feira, 23 de Março de 1993 ♦ Ano 1 ♦ N° 134

Cr\$ 4.000,00

# Protesto fecha rodovia mas não mobiliza cidade

população não aderiu, comércio ficou aberto e nem ponto facultativo conseguiu mobilizar funcionários



**Montoro quer ato pela privatização**

O presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND), André Franco Montoro Filho, disse que espera uma manifestação de Volta Redonda a favor da privatização da CSN "a fim de que a opinião pública tome conhecimento da real posição da comunidade e não fique parecendo que a posição de alguns grupos é a posição predominante". Ele criticou o assessor financeiro da CSN, Alexandre Leal, que fez críticas ao preço mínimo de leilão fixado pela comissão e aprovado pelo presidente chamar Francisco: "Estou aqui que ele diga isso e continue no cargo. Quando eu discordo de um governo, eu saio".

**Leto**  
Quatro apostadores acertaram as dezenas da Leto, concurso 906. São dois de São Paulo, um de Paraná e um de Minas Gerais. Cada um receberá Cr\$ 908 milhas. A quinta contemplou 551 acertadores com Cr\$ 6,3 milhas. O termo teve 23.295 acertadores, com prêmio individual de Cr\$ 207 mil. As dezenas sorteadas foram: 19-25-43-70-84.

Página 4

Diário do Vale, 23/03/1993.

**DIÁRIO DO VALE**

Volta Redonda, Sexta-feira, 02 de Abril de 1993 ♦ Ano 1 ♦ N° 143

Cr\$ 4.000,00

# CSN vai a leilão hoje



Em uma das mais agitadas quedas de braço dos últimos tempos, está confirmado para hoje, às 14 horas, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, maior fabricante da América Latina de folha de flandres, utilizada em latas, e a mais importante usina do continente. O preço mínimo é de US\$ 1,594 bilhão, dos quais 3,8% (US\$ 60 milhões) deverão ser pagos em cruzeiros. Apesar de o presidente da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, André Franco Montoro Filho, esperar um leilão bem sucedido, com a pulverização do controle, grupos sindicais e políticos prometem transformar a Praça 15 em uma praça de guerra, tumultuando o negócio. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, associado à Força Sindical, pretende levar mil funcionários da usina para a área próxima ao leilão, representando que a usina está favorável à venda. Mas a CUT promete fazer uma expressiva manifestação, com apoio de vários parti-

negado o pedido de liminar, mas outras três serão julgadas hoje. Três fortes grupos deverão concorrer no leilão hoje: 10 bancos (como Bamerindus, Itaú, Nacional, BBA e Votorantim), junto ao grupo Usiminas; os setores da Carvão Metalúrgico, os bancos da Bahia e Arbi e Parahyba Metálicos; e ainda o Banco Bozano Simonsen e o grupo Peixoto de Castro. "Estamos esperando uma venda pulverizada, com um bom preço", disse Montoro Filho. Os funcionários, que poderão comprar até 20%, contam que o Bamerindus e Banco do Brasil já mostraram interesse em financiar a compra. "Somos a moça bonita à procura de um noivo simpático para casar", brincou o assessor do Sindicato dos Metalúrgicos, Luis Albano. Somente depois do martelo bater no leilão é que os 30 mil empregados e aposentados vão decidir com quem vão se unir. O grande interesse pela CSN é fácil de entender: nunca a empresa, de 52 anos, esteve tão bem e sua posição estratégica é fan-

**Leto**  
Quatro apostadores acertaram as dezenas da Leto, concurso 906. São dois de São Paulo, um de Paraná e um de Minas Gerais. Cada um receberá Cr\$ 908 milhas. A quinta contemplou 551 acertadores com Cr\$ 6,3 milhas. O termo teve 23.295 acertadores, com prêmio individual de Cr\$ 207 mil. As dezenas sorteadas foram: 19-25-43-70-84.

Página 4

Diário do Vale, 02/04/1993

Figura 13  
Reunião do Formigueiro – 1992<sup>433</sup>



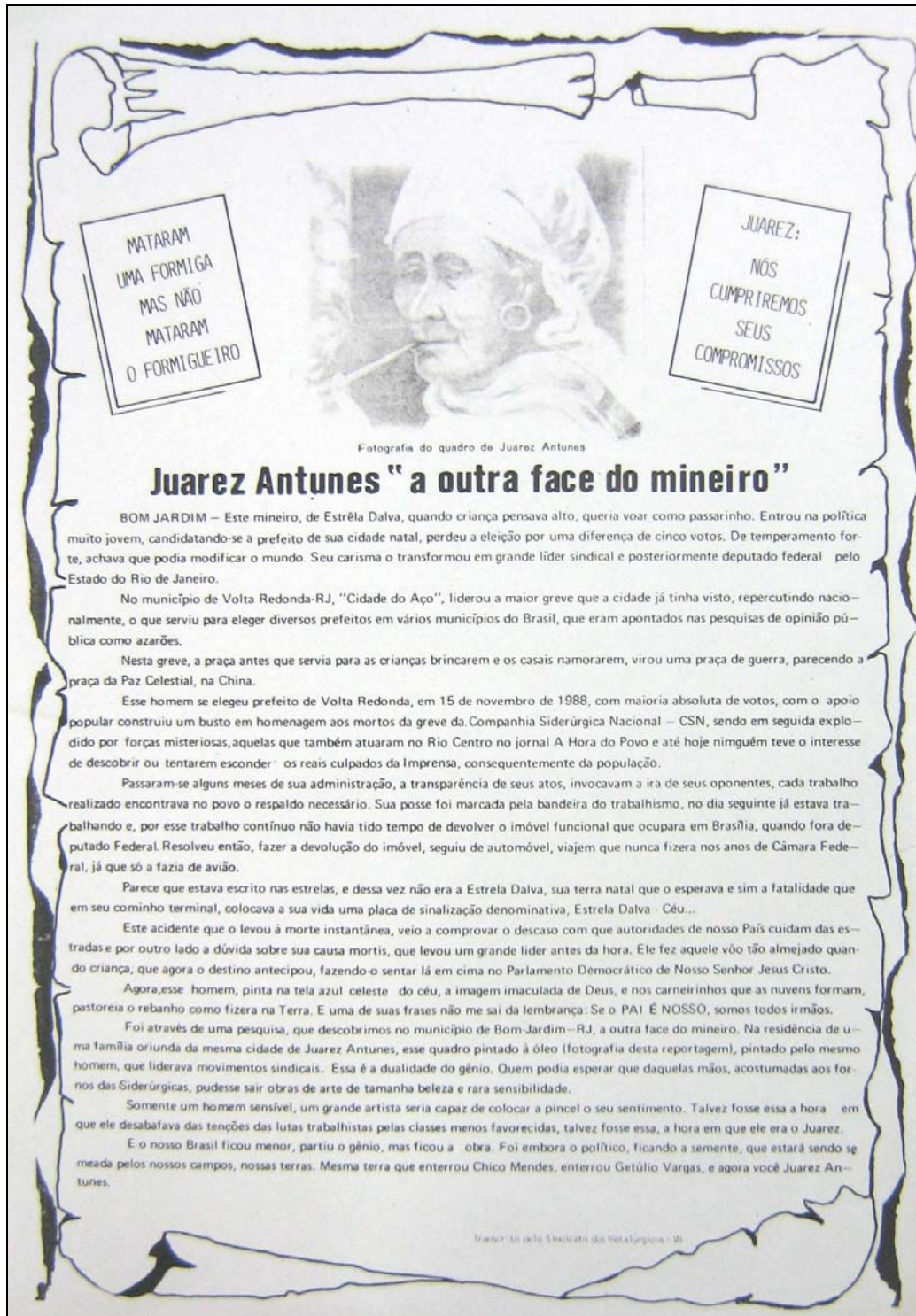
FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP.

<sup>433</sup> Na última foto, nota-se o então presidente do BANERJ, Antônio Carlos Brandão (de casaco cinza, sentado ao fundo, na cabeceira da mesa), figura assídua aos encontros promovidos pelo Formigueiro.

Figura 14

Homenagem a Juarez Antunes<sup>434</sup>

“Mataram uma formiga, mas não mataram o formigueiro”



FONTE: Fundo Volta Redonda – AEL/UNICAMP.

<sup>434</sup> Carta reproduzida pelo sindicato em que o autor não identificado destaca as qualidades de Juarez Antunes, além de sua, por muitos desconhecida, habilidade como pintor.

Figura 15

Luizinho à frente do Sindicato e no Diário do Vale

**DIÁRIO DO VALE**  
Vila Rica, Quinta-feira, 10 de Dezembro de 1992 • Ano 1 • Nº 53 • Cr\$ 2.000,00

**Metalúrgicos já têm como comprar maioria da CSN**  
Sindicato consegue financiamento para a compra de 51% das ações da Siderúrgica

**Sindicato negocia uso de PIS/PASEP na compra de ações da CSN**  
Reunido de Luizinho com representantes do BNDES para negociar o uso de PIS/PASEP na compra de ações da CSN.

**Sindicato leva a governo proposta de compra da CSN**  
Luizinho entregou ontem a ministro a proposta para empregados assumirem controle da empresa

**Metalúrgico quer manter Lima Netto na CSN**  
Luizinho quer manter Lima Netto na CSN.

**Presidente não sabe se fica no cargo**  
Luizinho não sabe se fica no cargo.

Diário do Vale, 1992-1993.



Figuras 16 e 17

Luiz Albano – Greve de 1988 e Leilão da CSN (1993)



O Globo, (08/11/1988).



Jornal Opção s/d. (Monteiro, 1995).<sup>435</sup>

<sup>435</sup> Albano (segundo à direita) na finalização do primeiro dia (02/04/1993) do leilão da CSN na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Figuras 18 e 19

Campanha Salarial e Eleições Sindicais – 1995



Diário do Vale, 21/04/1995.



Diário do Vale, 14/07/1995.